

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**VEJA O QUE A *VEJA FEZ*: O JOGO DE OCULTAMENTO DOS JOVENS NAS
MANIFESTAÇÕES DE 1992**

Claitonei de Siqueira Santos

Goiânia

2020

**UFG**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE
TESES****E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFMG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFMG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[] Dissertação [x] Tese

2. Nome completo do autor

CLAITONEI DE SIQUEIRA SANTOS

3. Título do trabalho

VEJA O QUE A VEJA FEZ: O JOGO DE OCULTAMENTO DOS JOVENS NAS MANIFESTAÇÕES DE 1992

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **CLAITONEI DE SIQUEIRA SANTOS, Discente**, em 18/02/2021, às 21:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábila Alves, Professor do Magistério Superior**, em 22/02/2021, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1815291** e o código CRC **755E265D**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**VEJA O QUE A VEJA FEZ: O JOGO DE OCULTAMENTO DOS JOVENS NAS
MANIFESTAÇÕES DE 1992**

Tese apresentada à comissão examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha: Estado, Políticas e História da Educação

Orientadora: Prof.^a Dra. Miriam Fábria Alves.

Goiânia

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SIQUEIRA SANTOS, CLAITONEI DE
VEJA O QUE A VEJA FEZ. [manuscrito] : O JOGO DE
OCULTAMENTO DOS JOVENS NAS MANIFESTAÇÕES DE 1992 /
CLAITONEI DE SIQUEIRA SANTOS. NÃO SE APLICA NÃO SE
APLICA, NÃO SE APLICA NÃO SE APLICA. - 2020.
210 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. MIRIAM FÁBIA ALVES; co-orientador NÃO SE
APLICA NÃO SE APLICA; co-orientador NÃO SE APLICA NÃO SE
APLICA.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2020.
Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, lista de figuras.

1. Movimentos juvenis. 2. Impeachment de Collor. 3. revista Veja.
I. NÃO SE APLICA, NÃO SE APLICA. II. NÃO SE APLICA, NÃO SE
APLICA. III. FÁBIA ALVES, MIRIAM, orient. IV. NÃO SE APLICA, NÃO
SE APLICA, co-orient. V. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 48 da sessão de Defesa de Tese de **CLAITONEI DE SIQUEIRA SANTOS** que confere o título de Doutor(a) em **Educação**, na área de concentração em **Educação**.

Aos **quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte (14/12/2020)**, a partir da(s) **09:30**, em plataforma virtual no link público de <https://meet.google.com/mbw-sxds-yfe>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **"VEJA O QUE A VEJA FEZ: O JOGO DE OCULTAMENTO DOS JOVENS NAS MANIFESTAÇÕES DE 1992"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Profª. Drª. **Miriam Fábila Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFMG**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Luis Antonio Groppo (UNIFAL/MG)**, doutor em **Ciências Sociais** pela **UNICAMP** - membro titular externo; Prof. Dr. **Aldimar Jacinto Duarte (PUC/GO)**, doutor **Educação** pela **UFG** - membro titular externo, Profª. Drª. **Diane Valdez (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UNICAMP** - membro titular interno e Prof. Dr. **Jadir de Moraes Pessoa (FE/UFG)**, doutor em **Ciências Sociais** pela **UNICAMP** - membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Profª. Drª. **Miriam Fábila Alves**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Miriam Fábila Alves

Prof. Dr. Luis Antonio Groppo

Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte

Profª. Drª. Diane Valdez

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luis Antonio Groppo, Usuário Externo**, em 22/02/2021, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábila Alves, Professor do Magistério Superior**, em 22/02/2021, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de](#)

outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diane Valdez, Professor do Magistério Superior**, em 22/02/2021, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldimar Jacinto Duarte, Usuário Externo**, em 24/02/2021, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JADIR DE MORAIS PESSOA, Usuário Externo**, em 26/02/2021, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1891543** e o código CRC **3A9FD1C6**.

Referência: Processo nº 23070.051384/2020-52

SEI nº 1891543

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Waldeny e à minha mãe Maria, pessoas extraordinárias que, mesmo perante enormes dificuldades, não permitiram que me faltassem atenção e orientação no caminho a ser seguido. Souberam educar, auxiliar num futuro melhor, mostrando que a realidade deve ser enfrentada com disposição e ética. Tiveram a sabedoria para respeitar e incentivar cada um dos seus cinco filhos naquilo que demonstravam interesse e dedicação.

À memória de Roseli, companheira estimada, que, por mais de uma década de boa convivência, me acompanhou e me incentivou na trajetória acadêmica e, por muitas vezes, gentilmente e com muita prontidão, leu e releu meus escritos ou, pacientemente, ouviu minhas exposições, anseios, desejos e expectativas profissionais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dr^a Miriam Fábria Alves, que me possibilitou uma agradável e grandiosa reflexão no que diz respeito ao caminho a ser seguido. Agradeço-lhe o apoio, a compreensão, o respeito e a confiança em mim depositados.

Agradeço ao professor Dr. José Paulo Pietrafessa, pelo acolhimento e inestimável colaboração no início desta trajetória. Suas orientações me auxiliaram na direção, estruturação e compreensão do que me propunha a fazer em termos de pesquisa.

Ao preceptor professor Dr. Aldimar Jacinto Duarte, pelo incentivo, apoio, colaboração e confiança, que foram determinantes para a minha trajetória acadêmica a partir da minha inserção, sob seu aval, no grupo de pesquisa “Agrupamentos e culturas juvenis”, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – da PUC-GO.

Às colegas de trabalho Sueli de Paula Cunha, Sonilda Aparecida de Fátima, Luciane Silva de Souza e ao colega Israel Serique que, nos momentos mais tensos, souberam reduzir, cada um à sua maneira, as condições adversas para a elaboração desta tese.

À Núbria de Kassia, pela paciência e sabedoria em lidar com meu nervosismo, tensão e ausência de tempo. Aos irmãos Marcio, Marcilene, Keila e Jonatam e aos Primos Hugo e Cássia, pelo entendimento e compreensão com minhas faltas.

À tia Divina e ao tio Corivaldo, que se preocuparam comigo e também respeitaram minha ausência em momentos significativos de socialização.

Ao Erick Matheus, cuja consideração paterna foi essencial para que ele pudesse compreender a importância do momento enfrentado e a exigência que ele me fazia.

E, de maneira muito especial, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa intitulada “Estado, Políticas e História da Educação” do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Procura compreender como a revista *Veja* abordou a juventude e os jovens em sua cobertura da crise política de 1992, que culminou com os movimentos de ruas e praças pedindo o *Impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo. A tese parte da concepção de Pierre Bourdieu de que é preciso compreender os jovens a partir do contexto social em que estão inseridos, pois os critérios que definem juventude são sempre externos e, por conta dessa característica, são passíveis de manipulação. Daí derivam as tentativas de ocultamento das juventudes nas reportagens sobre os protestos contra o presidente em 1992, visando a atender interesses de classes vinculados à revista. A pesquisa, de cunho qualitativo, teve como *corpus* documental a análise do texto jornalístico e das fotografias de oito edições que contêm reportagens realizadas pela revista sobre as ações dos jovens no movimento de *Impeachment* de 1992, ambas na perspectiva de Bourdieu (2019, 2007, 1996, 1997) e Burke (1994). Os resultados apontam que a linguagem jornalística utilizada nas reportagens produziu a descaracterização e o ocultamento dos jovens nesses movimentos, conforme os interesses de classe vinculados à *Veja*. A revista desenvolveu um processo de censura invisível que dependia dos interesses em jogo, ocultava mostrando e imputava as imagens utilizadas sobre os jovens em protesto, por ela denominados de estudantes, como fator preponderante para a saída do presidente Fernando Collor, sem que os interesses de classe vinculados à revista ficassem explícitos nos textos das reportagens.

Palavras-chave: Movimentos juvenis, *Impeachment* de Collor; Revista *Veja*.

ABSTRACT

The present work is linked to the line of research entitled “State, Policies and History of Education” of the Graduate Program of the Faculty of Education of the Federal University of Goiás. It seeks to understand how *Veja* magazine approached youth and youth, in his coverage of the political crisis of 1992, which culminated in the movements of streets and squares calling for the impeachment of President Fernando Collor de Melo. The thesis starts from Pierre Bourdieu's conception that it is necessary to understand young people from the social context in which they are inserted, because the criteria that define youth are always external and, because of this characteristic, subject to manipulation. Hence the attempts to conceal the youths in the reports about the protests against the president in 1992, aiming to serve the interests of classes linked to *Veja* magazine. The qualitative research had as its documentary corpus the analysis of the journalistic text and the photographs of eight editions that contain reports made by *Veja* magazine, about the actions of young people in the 1992 Impeachment movement, both from the perspective of Bourdieu (2019, 2007, 1996, 1997) and Burke (1994). The results show that the journalistic language, used in the reports, produced the de-characterization and concealment of young people in the 1992 movements, according to the class interests linked to *Veja*. *Veja* magazine develops an invisible censorship process that, depending on the interests at stake, hides by showing and imputing the images used on protesting young people, called students, as a major factor in the departure of President Fernando Collor, without this and the class interests linked to the magazine are made explicit in the texts of the reports.

Key Words: Youth movements; Collor's impeachment; *Veja* magazine.

Sumário

Lista de siglas	7
Lista de quadros	14
Lista de imagens	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - REALIDADE BRASILEIRA: PROCESSO HISTÓRICO E AS JUVENTUDES NA TRANSIÇÃO DOS ANOS DE 1980 A 1990	28
1.1 O Brasil da década de 1980: reorganização do Estado, consolidação da perspectiva democrática e o enfraquecimento da participação popular	29
1.2 A chegada de Collor ao poder - da ascensão ao fim lacônico: alguns elementos para reflexão	37
1.3 Educação e mídia: a imposição de sentidos às ações e práticas culturais no espaço social	46
1.4 Juventude brasileira e anos 1990: transformações, concepções e a relação com as manifestações sociais	57
CAPÍTULO 2 - A GERAÇÃO QUE NÃO ACEITA ROTÚLOS SE MOBILIZOU: A RUA COMO ESPAÇO DE AÇÃO E ATUAÇÃO JUVENIL	65
2.1 Referenciais teóricos para o estudo da temática juventude	66
2.1.1 Estruturação e consolidação: a temática juventude no Brasil	79
2.2 Lutas sociais dos jovens no Brasil moderno	85
CAPÍTULO 3 - CENSURA INVISÍVEL E PRODUÇÃO DE SENTIDOS, JOVENS NOS PROTESTOS PELO <i>IMPEACHMENT</i> DE 1992: O OLHAR DA REVISTA <i>VEJA</i>	109
3.1 Aspectos históricos da revista <i>Veja</i> : campo jornalístico, legitimidade e violência simbólica na relação com os meios de comunicação comercial	110
3.2 A eleição de Collor na Revista <i>Veja</i> : a fabricação da imagem de um presidente	123
3.3 O <i>Impeachment</i> de Collor na revista <i>Veja</i> : marchas e contramarchas na fabricação de uma imagem	138
3.4 A percepção da revista <i>Veja</i> sobre as manifestações de 1992: o uso do povo para ocultar os jovens	151
3.5 <i>Veja</i> o que a <i>Veja</i> fez: o jogo de ocultamento dos jovens nas manifestações de 1992	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS	207
FONTES	214

Lista de siglas

ABRASCE	Associação Brasileira de Shopping Centers
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CPC	Centro Popular de Cultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF GOIANO	Instituto Federal Goiano
JAC	Juventude Agrária
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operaria
JUC	Juventude Universitária Católica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PJ	Partido da Juventude
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Renovação Nacional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
UDN	União Democrática Nacional

Lista de quadros

Quadro 1 – Temos mais utilizados nas reportagens sobre os propositos no ano de 1992 193

Lista de imagens

Imagem 1: Capa da <i>Veja</i> - O caçador de marajás.....	125
Imagem 2: Entrevista de Collor às páginas amarelas	126
Imagem 3: Capa da <i>Veja</i> - Collor: quem é, o que quer.....	128
Imagem 4: Capa da <i>Veja</i> - Collor no ataque	131
Imagem 5: Capa da <i>Veja</i> - Propaganda eleitoral na TV.....	132
Imagem 6: Capa da <i>Veja</i> - O Brasil que vai decidir a eleição	134
Imagem 7: Capa da <i>Veja</i> - Agora, o combate que decide a sorte do Brasil	135
Imagem 8: Capa <i>Veja</i> - Collor na reta final.....	136
Imagem 9: Capa da <i>Veja</i> - A batalha final para mudar o Brasil.....	137
Imagem 10: Capa da <i>Veja</i> - Trapalhada no Planalto.....	140
Imagem 11: Capa da <i>Veja</i> - Pedro Collor conta tudo	142
Imagem 12: Capa da <i>Veja</i> - O jardim do marajá da Dinda	145
Imagem 13: Capa da <i>Veja</i> - A guerra do <i>Impeachment</i>	147
Imagem 14: Capa da <i>Veja</i> - Cafajestadas na fase final.....	148
Imagem 15: Capa da <i>Veja</i> - Chegou a hora.....	149
Imagem 16: Capa da <i>Veja</i> - Caiu!	150
Imagem 17: Editorial - Show de maturidade dos brasileiros	157
Imagem 18: Editorial - Chegou a hora da verdade	160
Imagem 19: Editorial - Lição de democracia	162
Imagem 20: Editorial - É preciso ao menos um programa.....	164
Imagem 21: Matéria de página - A voz do povo chega ao Congresso	171
Imagem 22: Geração Shopping Center	175
Imagem 23: Matéria de página – O caminho das pedras	176
Imagem 24: Matéria de página – Devolta as ruas.....	177
Imagem 25: Matéria de página – Na trilha do falso	178
Imagem 26: Matéria de página – A epopéia de Ulysses	180
Imagem 27: Matéria de página – A vitória do povo.....	181
Imagem 28: Matéria de página – Nas assas da ética.....	182
Imagem 29: Matéria de página - O Brasil renuncia a Collor	183
Imagem 30: Matéria de página – Alegria, alegria	186
Imagem 31: Capa - Anjos rebeldes.....	188

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender como a revista *Veja* aborda os jovens em sua cobertura da crise política de 1992 que culminou com o *Impeachment* de Fernando Collor de Melo. Os movimentos levaram milhares de pessoas às ruas, com a presença de jovens denominados pelos meios de comunicação comercial como “*Caras pintadas*” (RODRIGUES, 1997). Pediam o *Impeachment* do presidente da república, eleito em 1989 pelo voto direto, após mais de vinte anos de ditadura civil-militar imposta ao país em 1964.

Considerar o tipo de abordagem jornalística realizada à época se deve ao fato de a revista *Veja*, ao fazer a cobertura dos escândalos de corrupção envolvendo o presidente, também abordou a participação dos jovens em protestos. Assim, a tese objetiva responder: qual visão da revista *Veja* sobre os jovens, nos movimentos de rua que solicitavam a saída do presidente Collor em 1992? A tese parte da constatação de que a revista *Veja*, ao ter dado expressiva e ampla cobertura às acusações contra o presidente, também fez o mesmo com as sucessivas ondas de manifestações pelo país até a instauração do processo de *Impeachment* e o afastamento do presidente em 1992

Assim, se a importância dos meios de comunicação comercial é inegável, pois oferece enormes contribuições para a formação de valores, concepções e visões de mundo para parcela significativa da sociedade brasileira, também, especialmente quando é um meio de comunicação de grande prestígio nacional, pode, por meio da linguagem jornalística, forjar essas concepções, valores e visões de mundo. No caso em discussão, a dos jovens manifestantes, o que disse a revista não parece condizer com as condições objetivas e concretas historicamente vivenciadas pela maioria deles em um país marcado pela enorme desigualdade.

No Brasil, o prestígio da *Veja* foi latente e sua capacidade de interferência no espaço social ainda é bastante consistente. No entanto, esse prestígio não pode ser visto como isento de relações de poder, pois é também a expressão de distâncias entre grupos de uma determinada formação social. Assim, por meio da linguagem jornalística, é possível construir uma narrativa que contribua para a manutenção das relações de poder, destituindo o sentido político da ação dos manifestantes jovens em 1992, o que a revista mostrou a partir das imagens utilizadas nas reportagens, caracterizando o direcionamento que ela deu a essa mesma narrativa. Sposito (2000, p. 91) argumenta que, “quando a democracia for capaz de garantir um espaço para que as vozes juvenis sejam ouvidas, a separação será menos provável” e os movimentos juvenis poderão se tornar importantes atores para a mudança política e social.

Rodrigues (1997) destaca que a constituição da categoria ‘*Carapintada*’ foi uma construção midiática. Sendo uma construção da mídia, essa categoria acabou servindo de baliza para se pensar o jovem desse período. Assim, ao falar de *Impeachment* de Collor, é praticamente impossível não lembrar os jovens de rostos pintados, tomando ruas e praças e pedindo a saída do presidente, imagem que é ainda reiterada pela mídia brasileira. Entretanto, essa caracterização é homogeneizadora, não consegue expressar a pluralidade da condição juvenil no país, menos ainda dos jovens no movimento do *Fora Collor*. Portanto, constitui-se em aspecto importante para analisar a concepção de jovens nas páginas da *Veja*.

O interesse por investigar tal temática advém da própria complexidade que ela apresenta. Associa-se a essa perspectiva, todavia, a nossa trajetória profissional/intelectual em que se destacam alguns períodos importantes. O primeiro deles está vinculado à compreensão da educação enquanto campo de pesquisa, na fase final de conclusão do curso de graduação em História, quando ocorreu o primeiro contato com as referências do campo educacional e as possibilidades de reflexão se abriram nessa área.

Na sequência desse processo formativo, já na Pós-Graduação *Latu Sensu*, a temática da educação me chamava muito a atenção e à medida que compreendia os autores que começava a estudar, novos questionamentos se abriam com relação ao Estado, à cultura, às questões econômicas e ideológicas, gerando reflexões a partir de algumas categorias do materialismo histórico dialético, ideologia, classe social, trabalho, alienação. Era a educação que eu almejava discutir em diálogo com os professores desse campo.

A inserção na educação superior, em 2006, logo em seguida, como voluntário do grupo de pesquisa *Juventude e Educação* da PUC Goiás, as leituras sobre juventude e educação, e as perspectivas teóricas do sociólogo francês Pierre Bourdieu foram momentos importantes, especialmente o grupo de pesquisa, porque participávamos das suas etapas e tínhamos estudo em grupo toda semana. Essas leituras possibilitavam perceber a contradição presente no discurso que dava ênfase à escolarização como meio para o acesso ao mercado de trabalho. Enfatizava também que o desemprego era oriundo da falta de qualificação. Naquele contexto, os jovens que não estavam suficientemente qualificados eram os mais atingidos. Particularmente, havia sofrido as consequências desse discurso e a tentativa de compreendê-lo possibilitou a minha inserção no Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2009), com a temática sobre a condição do jovem egresso da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e sua relação com o mercado de trabalho.

Com a posterior integração do grupo de pesquisa da PUC-GO em uma rede de pesquisa mais ampla, ocorreu um redirecionamento na investigação do mestrado¹. Nesse momento, os jovens do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e sua relação com o mundo do trabalho passou a ser o foco. Novas leituras se abriram sobre a educação profissional no país². O IF Goiano, campus Urutaí, foi definido como lócus da pesquisa devido ao quantitativo de jovens matriculados nos cursos de formação profissional técnico de nível médio integrados ao Ensino Médio. A dissertação de mestrado, concluída em 2011, teve como título *Jovens do Proeja de Urutaí: mediações entre a escola e o mundo do trabalho*.

A participação em alguns processos seletivos em concurso público para docentes vinculados à área da História, da qual já me distanciara, despertou-me o interesse em fazer uma discussão entre História e Educação. Em discussões estabelecidas com os demais pesquisadores da Faculdade de Educação – UFG e da PUC-GO, fui solicitado a fazer uma análise de conjuntura sobre a década de 1990. Dessa análise, abriu-se a possibilidade de um projeto para o doutorado que buscasse investigar o processo formativo de jovens da grande Goiânia que participaram do movimento Fora Collor.

Com essa temática me inseri no doutorado em educação da Faculdade de Educação da UFG após cerca de dois anos de preparação. Os professores do programa me auxiliaram a redefinir melhor a temática e o objeto de estudos. As disciplinas foram de enorme importância nesse processo e o trabalho de orientação me auxiliava perceber algumas lacunas e dificuldades que se apresentavam à pesquisa.

Ainda assim, o projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética da UFG, mas a dificuldade de encontrar os entrevistados permanecia e eu não almejava entrevistar aqueles que participaram por algum tipo de segmento organizado. Além dessas questões, um segundo *Impeachment*, desta vez de uma presidenta³, ocorrido durante o período da pesquisa, poderia

¹ A referida rede era composta pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Universidade de Brasília (UnB) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), pesquisa PROEJA/CAPES/SETEC, Projeto 19 - *O Proeja indicando a reconfiguração do campo da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional – desafios e possibilidades*, coordenado pela Professora Dra. Maria Margarida Machado. O projeto investigou o processo de implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Estado de Goiás.

² Ante essa mudança, também passamos a compor o subprojeto 1: *A constituição da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – as Experiências do Proeja em Goiás*.

³ A presidenta Dilma Rousseff foi acusada de cometer prática de desinformações contábeis e fiscais no ano de 2014, conhecidas como “pedaladas fiscais”. Interesses permeiam um processo de *Impeachment* e sua resolução é no âmbito político. Assim, a defesa em torno da ilegalidade de uma denúncia, associada aos interesses no âmbito do Congresso deixaram fortes indícios de golpe contra a democracia e o governo, dadas as contradições e as divergências existentes no processo, pois havia juristas que questionavam as denúncias, destacando que as acusações não caracterizavam improbidade administrativa. Entretanto, o fato é que a presidenta sofreu uma

influenciar a concepção dos possíveis entrevistados. E, assim, a pesquisa se materializava num verdadeiro labirinto.

Na exposição do projeto de doutorado no Seminário de Pesquisa do PPGE em 2018, o labirinto foi sendo mitigado, pois as observações dos professores leitores foram cruciais à medida que apontaram algumas dificuldades já vivenciadas no transcorrer do trabalho. A orientação foi permanecer com a investigação sobre a ação dos jovens no *Fora Collor*, mas investigando-a a partir do que a revista *Veja* havia produzido. A sugestão foi definidora para os rumos a serem seguidos e, desde então, se iniciou o trabalho de busca e análise sobre a produção da revista no ano de 1992.

O mergulho nas páginas da revista *Veja* foi mostrando um universo possível de se trabalhar e, simultaneamente, constituindo a base empírica de que a pesquisa necessitava à medida que se percebia o trabalho realizado na cobertura dos movimentos juvenis. Algumas perguntas iam sendo elaboradas e definindo os caminhos a serem seguidos. A dissertação de Silva (2019), que discutia a campanha publicitária do Mobral na revista *Veja*, foi de grande valia assim como seu trabalho e as observações da banca sobre a ação desse meio de comunicação no Brasil, inclusive com função educativa.

Já havia sido importante o levantamento bibliográfico realizado no catálogo de teses e dissertações da Fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)⁴. No levantamento realizado, foram utilizados como critério os últimos cinco anos com prioridade de consulta para as teses. Os termos de busca do levantamento foram: “Juventude e *Impeachment* em 1992” (07 encontrados); “*Carapintada* e revista *Veja*” (Zero); “*Carapintada* e Fernando Collor” (Zero); “Juventude e Revista *Veja*” (01); “*Impeachment* de Collor” (zero); “Juventude e o fora Collor” (Zero); “Movimento pela ética na política e a juventude” (Zero); “Movimento fora Collor” (Zero). Assim, conseguimos selecionar ao todo 12 bibliografias: 08 trabalhos e mais 04 de forma aleatória, com 09 dissertações e 03 teses.

As teses e a dissertação que mais contribuíram com o nosso objeto de reflexão foram: *A geração cara-pintada*: a participação dos jovens no processo de *Impeachment*, de Luiz Antonio Dias, defendida no ano 2000; *Veja*: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002), de Carla Luciana Souza Silva, defendida no ano 2005; e também *Da contestação ao consumismo*: a trajetória da cultura jovem nas páginas da Revista *Veja* (1968 - 2006), de Paulo Cirne Caldas, defendida no ano de 2007. A dissertação foi *Carapintada*: estudantes na festa e na política, de Vera Marisa de Souza Rodrigues, defendida no ano de 1997.

derrota jurídica e política com a abertura do processo em 02 de dezembro de 2015, que resultou no seu afastamento do cargo em 31 de agosto de 2016 (GALINDO, 2016).

⁴Levantamento realizado entre os dias 14/02/2019 a 21/02/2019.

A partir da leitura do resumo dos 12 trabalhos selecionados, percebemos que não havia uma preocupação em pensar a abordagem sobre jovens feita pela revista *Veja*, exceto na tese de 2007, “Da contestação ao consumismo: [...]”, na qual o autor se propôs a pensar como a revista *Veja* vinha tratando a questão da juventude durante sua história. Nessa tese, por meio de um registro historiográfico, o autor procurou saber como os jovens eram chamados na revista, ou seja, o texto retoma a história da juventude através das páginas da *Veja*. Por ser um trabalho da área de comunicação social e possuir objetivos distintos das minhas preocupações - como a revista *Veja* aborda os jovens em sua cobertura da crise política de 1992, que culminou com o *Impeachment* de Collor - creio que o seu objeto se distanciava do que pretendíamos construir, inclusive pelo recorte temporal que ele fazia. Conforme destaca o autor: “com os textos selecionados para a análise, a tese toma a produção jornalística como uma referência para verificar *como Veja se apropria da cultura jovem* (CALDAS, 2007, p. 03, grifo nosso).

O levantamento bibliográfico realizado e o acesso às páginas da revista, aos seus editoriais denominados de “Carta ao leitor”, e às reportagens de nome “Matéria de página” foram de suma importância para a definição do objeto de estudo da tese. Possibilitaram compreender a história e a trajetória de constituição da *Veja* bem como sua ação, inclusive de caráter educativo e de interferência em assuntos cruciais do país.

A escolha da revista *Veja* ocorreu pelo fato de ela ter atingido um estágio considerável de prestígio e legitimidade no campo jornalístico e junto ao seu público, maioria de classe média e média alta, no período em estudo. Desse modo, além de ser um referencial junto à imprensa nacional, a revista demonstrava – e ainda demonstra – força e capacidade de estabelecer a produção de sentidos por meio de um processo que Bourdieu (1997) denomina de censura invisível - seu prestígio e legitimidade a dotam da capacidade de desenvolver um arbitrário cultural, impondo o desejo de determinados grupos, classes ou frações de classe como se fosse algo neutro, natural e revestido como o desejo da grande maioria. E sabe-se que a linguagem jornalística não é neutra ou isenta de intencionalidades, cabendo aqui uma análise mais detalhada e minuciosa sobre sua ação no espaço social.

Desse modo, também foi de fundamental importância para a escolha da revista, dentre outros aspectos, as possibilidades de acesso às edições anteriores por meio da versão digitalizada. A cobertura de um acontecimento pode assumir dimensões enormes, dependendo do prestígio de determinada empresa de notícia, e esse foi outro fator de significativa relevância na escolha da base de dados para análise. Some-se ainda a ampla cobertura que

Veja realizou sobre o movimento Fora Collor e o destaque dedicado à presença dos manifestantes nas ruas e praças solicitando a saída do presidente.

Por meio de assinatura pessoal, foi possível ter acesso à versão digital da revista *Veja*⁵ e, a partir do levantamento realizado sobre as suas publicações no ano de 1992, ápice para o conjunto de denúncias contra o presidente, identificaram-se 55 revistas entre os meses de janeiro a dezembro. Dessas, 24 traziam matérias e reportagens mais diretamente relacionadas aos escândalos de corrupção ou teve a imagem do presidente estampada na capa. Tal situação significa que 43,63% das publicações no referido ano noticiaram, com maior ou menor ênfase, os escândalos envolvendo o presidente. Ou seja, o destaque dado pela *Veja* aos acontecimentos coloca como inerente aos discursos da revista sobre a corrupção e os escândalos a ação dos jovens, que *Veja* denominou de manifestantes, estudantes etc., muito embora a função importante que tiveram na crise política, desde o início até o seu desfecho no final de 1992.

Do total das 24 revistas, oito abordavam mais diretamente o que propõe a pesquisa e, desse universo, duas edições destacavam mais especificamente a ação dos manifestantes nas ruas e praças, onde a presença de jovens foi notável. Ambas foram publicadas no mês de agosto, edições 1248 e 1249, tendo como título “Anjos rebeldes” e o “Brasil renuncia a Collor”, respectivamente. Nas outras seis, aparecem expressões ligadas às manifestações: uma é do mês de outubro, edição 1256, que apresenta uma matéria intitulada “Nas asas da ética” [A bandeira da moralidade que acabou de derrubar um presidente reacende o antigo debate entre política e moral]; as outras cinco, 1250, 1251, 1253, 1254, 1255 do mês de setembro, abordam sem tanta ênfase os assuntos da temática proposta.

Nas edições destacadas, aparecem expressões ligadas às manifestações: 1250 – “Caminho das Pedras”; 1251 – “Presidente respira” [com folga nas manifestações de rua]; 1253 – “De volta às ruas” [Manifestantes batem recorde de público em atos pelo *Impeachment...*]; 1254 – “A epopéia de Ulysses” [As ruas como melhor combustível para o *Impeachment...*]; 1255 – “A vitória do povo”, com os seguintes subtítulos nas reportagens: “A queda de Collor foi decidida nas ruas”; “Com indignação, sede de justiça e alegria, as multidões é que deram um basta a todo o abuso”; “Dois legítimos representantes do povo”; “E o povo sai de casa para exigir moralidade” [...]; “No 25 de agosto, os estudantes tomaram a Avenida Paulista”.

⁵Todo acervo da revista *Veja* encontra-se disponível no site <https://abril.com.br/>

Assim, as demais 16 revistas não foram de todo descartadas da análise, que elas auxiliaram, a priori, o trabalho de busca e compreensão da visão trabalhada pela revista acerca da juventude e dos jovens.

A participação dos jovens foi inerente aos movimentos do Fora Collor. Sua presença está historicamente marcada, pois foi um período de forte organização social. Assim, em termos quantitativos, foi significativa a presença de jovens nas ruas, segundo Groppo (2008): eles surgiram sem o auxílio de nenhum partido político, entidade representativa ou político profissional. A exposição dos jovens nos meios de comunicação de massa foi muito grande, embora subsumida na nomenclatura *Caras pintadas*, termo criado pela própria mídia, conforme afirma Dias (2000). Dessa maneira, devido à sua importância e legitimidade, os meios de comunicação de massa construíram uma concepção ou, em termos mais teóricos, uma perspectiva de memória histórica acerca dos acontecimentos, pois, geralmente, a linguagem que utilizam é vista como a expressão da própria realidade.

Por conseguinte, está embutida, no interior da abordagem realizada pela revista, a construção de um tipo de narrativa em relação aos fatos e, portanto, também os elementos para a solidificação de uma abordagem acerca da categoria juventude e jovens, manifestantes daquele período que não condizem com os fatos históricos e com a ação e a participação desse grupo nos movimentos de rua no fora Collor.

As tentativas de homogeneização desse segmento expressam, conforme destacou Foracchi (2018), uma busca constante de aproximação com os grupos juvenis vinculados às camadas médias e pequeno-burguesas, passando a ideia de juventude como um tempo de fruição, de preparação para a vida adulta, de tempo para os estudos, como se todos os jovens vivessem as mesmas condições. Bourdieu (2019) destaca que a categoria precisa ser construída no âmbito do espaço social, nas divergências que nele circundam, porque, caso contrário, pode-se idealizar a concepção de juventude, pois sempre se é velho ou jovem de alguém. O mais coerente, portanto, é falar em juventudes no plural, entendendo que a categoria não é fixa, mas se transforma conforme as condições objetivas e concretas de determinado momento histórico.

Na realidade brasileira, cabe destacar, entretanto, que a juventude da década de 1968 foi colocada para o imaginário social como baliza para os grupos juvenis e modelo a ser seguido, justamente pelo combate dessa geração à ditadura militar - emprestando a ideia do jovem como radical, questionador, que protesta, luta contra os poderes estabelecidos. De outro lado também, havia a ideia de juventude como momento para os estudos, como forma de preparação para o mercado de trabalho, logo um período de fruição e ausência de

responsabilidades. No entanto, pouco se fala que a maioria dos jovens dessa geração 1968 que esteve em protestos eram estudantes vinculados à classe média e alta. Portanto, tais características ficaram como que inerentes à juventude, independentemente do momento histórico e das condições sociais por ela enfrentados.

Entretanto, a juventude da década de 1990 vivenciou outro contexto histórico: a relação entre Estado e sociedade havia se modificado, ainda que muitos dos problemas sociais de outrora permanecessem com grande força na realidade brasileira e, mesmo assim, não fossem vistos como problema para a modernização do país (TELLES, 2013). 1990 foi um período posterior aos protestos contra a ditadura militar, de exigência de redemocratização, campanhas pelas Diretas Já, que exigiram a eleição direta para Presidente da República. A conquista de vários desses objetivos demonstrava que o país estava mudando.

Contudo, a intensificação da lógica capitalista neoliberal fazia outras exigências e, nesse contexto, a juventude era concebida como apática politicamente e denominada de “Geração Shopping”, termo que se associava melhor à lógica de mercado por expressar uma homogeneização, ainda que os jovens não consumissem de forma igual ou frequentassem os mesmos lugares.

Com a intensificação das desigualdades, o aumento da violência e o crescimento significativo da população juvenil, os jovens passaram a ser representados socialmente como um problema. Assim, os movimentos que contavam com a presença da juventude logo eram descaracterizados, sofrendo uma espécie de distorção do seu sentido ou tentativa de controle por parte das instituições adultas. E isso não foi uma invenção da década de 1990, como mostrou Foracchi (2018). No entanto, os meios de comunicação, nesse período, com muito mais força, cumpriram a função dessa caracterização da participação dos jovens em protestos e manifestações de rua⁶.

Assim, por essa ação dos meios de comunicação de massa, é pertinente a colocação de Thompson (1992) ao destacar que tomar o discurso da mídia como fonte de pesquisa sem o devido questionamento é esquecer que por trás dele existem editoração e um conjunto de interesses. As interrogações do autor - “a reconstrução que fazem do passado baseia-se na autoridade de quem? E com vistas a quem ela é feita?” (THOMPSON, 1992, p. 11) - nos instigam a refletir, pois a linguagem jornalística que narra um fato impacta sobremaneira na forma ou na maneira como os acontecimentos ocorreram e que passam a funcionar, na

⁶As experiências do maio de 2013 são bastante sugestivas a esse respeito, pois, logo no início, os meios de comunicação comercial trataram de caracterizar as manifestações como violentas e os jovens como vândalos, baderneiros. Somente depois, se trabalhou a perspectiva de movimento pacífico (GOHN, 2014), caracterizando, mais uma vez, a ideia de tutela e controle que destacou Foracchi (2018).

percepção das pessoas, conforme a narrativa o descreve. Pode, assim, constituir uma imagem representativa e idealizada de um determinado fenômeno social, as juventudes, os jovens, por exemplo.

A investigação foi desenvolvida por meio de procedimentos próprios das pesquisas bibliográfica, documental e qualitativa e teve como corpus documental a análise do texto jornalístico e das fotografias das oito edições que contêm as reportagens realizadas pela revista sobre as ações dos jovens no movimento de *Impeachment* de 1992, na perspectiva de Bourdieu (2019, 2007, 1996, 1997) e Burke (1994).

Não se ignora o fato de que as imagens visuais transmitem uma mensagem, mas é complicado utilizá-las como expressão da realidade sem fazer as conexões necessárias com o período. A fotografia se tornou uma fonte e, portanto, documento importante e, nessa condição, precisa não somente ser preservada, mas questionada, tensionada e refletida a partir das condições históricas que a produziram. As imagens dos manifestantes nos protestos pró-*Impeachment* de 1992, utilizadas na *Veja*, estão isentas de qualquer tipo de explicação e nisso reside a intencionalidade e o caráter educativo dos meios de comunicação, dado que a utilização das imagens forja a realidade, gera tendências, pelo prestígio e número de vendas a cada edição midiática.

As fotografias, mesmo expressando uma representação da realidade, não podem ser lidas como sua expressão direta, ainda que sejam parte importante do real, porque todo documento histórico não fala por si e é passível de usos e abusos. Todavia, além de não falarem por si, são um recorte pequeno da realidade, onde se encontram interesses embutidos, seja pela sua utilização enquanto imagem como também pelo olhar de quem as capturou pelo meio técnico da câmera fotográfica. Disso decorre a necessidade de seu questionamento e reflexão, conforme salientado.

E, assim como não se pode imaginar as representações visuais isentas de intencionalidades e interesses, também elas constituem um importante instrumento de socialização, desenvolvendo uma função educativa, ditando normas padrões, regras e ou induzindo a um tipo de compreensão e entendimento dos fatos e acontecimentos no mundo real (BURKE, 1994).

Segundo Gaskell (1992, p. 238), o “material visual” compõe uma massa nebulosa na qual a arte também se inclui. Destaca ainda o desconhecimento para um termo isolado que seja capaz de descrever sua ampla variedade. Contudo, entende-os como “aqueles constituintes do ambiente visual feito pelo homem [e] que são propriamente comunicativos, incluindo o desenho gráfico e a fotografia”. Para ele, a fotografia se inclui em uma categoria

não resolvida, mas o impacto cultural produzido por essa técnica é muito importante, vez que se constitui como uma forma transparente de transmissão de informações.

Seguindo essa perspectiva, ele destaca ainda que

O impacto cultural da fotografia sobre os últimos cento e cinquenta anos, tanto em si mesma, quanto na forma de imagem visual em movimento a que ela também deu origem, tem sido imenso, alterando completamente o ambiente visual e os meios de troca de informações de uma grande parte da população do globo. [...]. Quase todos fazem uso diário da fotografia, seja como ilustrações, auxílios à memória ou como substitutos de objetos descritos através dela (GASKELL, 1992, p. 241).

A fotografia tem assumido cada vez mais posição de destaque na sociedade contemporânea. Entretanto, a sua análise precisa reconhecer que elas são aportes à reconstrução da realidade mediada pelo suporte técnico que a câmera possibilita ao captar a representação da realidade. Sua importância se associa, entre outros fatores, pela probabilidade em “definir ‘veracidade’” de realidades passadas, perenizando o vivido e criando uma memória futura que passa a distinguir um período histórico daqueles que o antecederam” (LUPORINI, 2005, p. 10).

De posse dessas questões, as ondas de protestos contra o presidente Fernando Collor de Mello em 1992 foram capturadas e congeladas por câmeras fotográficas, expressando uma espécie de confirmação e veracidade aos eventos daquele período. Entretanto, é necessário ainda “reconhecer a produção, circulação e consumo de fotografias como um processo característico do contexto técnico que eleva esse tipo de registro à condição de identificar e construir imagens individuais e coletivas, de grupos, de classe, de nação” (LUPORINI, 2005, p. 10).

Em tais condições, a fotografia, compreendida como fonte documental, pode ser utilizada para atender interesses de grupos, classes ou nação. Pode forjar também um tipo de significado aos eventos passados e compor a memória coletiva. O caráter de “veracidade” da fotografia, associado ao prestígio e à legitimidade dos meios de comunicação, permite esse trabalho educativo justamente por isso. Assim, a fotografia extrapola a condição de apresentar uma “simples descrição para expressar sua leitura de valores, tradições, comportamentos presentes em diferentes tempos e temporalidades que traduzem modos de viver, entender a realidade perdurando como elemento de coesão de grupos sociais no presente” (LUPORINI, 2005, p. 10).

Enquanto fonte documental, a fotografia não se isenta de interesses. Ao funcionar como um auxiliador da memória, ainda assim não prescinde da escrita como elemento explicativo de associação ao contexto que a criou. No caso das fotografias utilizadas pela

Veja, elas transmitiram uma mensagem – a ação de sujeitos reais em protestos em 1992 – que, por sua característica de “veracidade”, pôde se constituir de forma muito contundente, porém equivocada, na própria expressão do real.

Assim, utilizando os recursos e as técnicas presentes no *modus operandi* da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, concentraremos-nos na linguagem jornalística utilizada pela revista *Veja* para atribuir sentidos e significados a elementos da realidade da presença dos jovens nos movimentos de rua pedindo a saída do presidente em 1992. De outro lado, é bastante recorrente a utilização do termo rua, povo, manifestantes, manifestações, em detrimento de jovens ou juventude. O sentido dado a tais expressões nas reportagens tem um significado e expressa uma interpretação do espaço social na medida em que atribui sentido e significado às ações dos jovens.

Assim, a abordagem da linguagem jornalística sobre os jovens que estiveram à frente dos movimentos na crise política de 1992, que resultou na saída do presidente da república, pode estar distante das condições objetivas e concretas vivenciadas por milhões de jovens e assumir uma conotação mais homogênea e ligada aos setores dominantes da estrutura social. Pode ainda residir nisso a tentativa de uma tutela, de controle e direcionamento sobre os movimentos juvenis, impactando a memória coletiva e constituindo referência no campo social sobre as juventudes. No entanto, sua definição precisa ser pensada a partir das mudanças e transformações do espaço social. Mas, por depender de fatores externos, seu significado estará sempre sujeito a manipulações.

Portanto, da investigação que se realizou, os resultados estão apresentados em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos o contexto histórico do período de transição entre os anos de 1980 e início de 1990, buscando analisar as mudanças e as transformações na conjuntura política, econômica e sociocultural que contribuíram para o agravamento das condições de vida dos grupos sociais⁷. Destacamos ainda que o adensamento das condições objetivas e concretas, materializadas cotidianamente pelas relações sociais de produção, gerou mudanças no mundo do trabalho e emprego e, conseqüentemente, impactou a consistência, a dinâmica e a intensidade da participação popular, tendo a juventude também sido vítima dessas mudanças.

No segundo capítulo, realizamos a discussão acerca das concepções teóricas que circundam a temática da juventude enquanto categoria histórica e sociocultural, chamando a atenção para a complexidade de sua definição, justamente por ela se modificar no tempo e no espaço. Destacamos o último quartel do século XX como marco delimitador da juventude

⁷ Estes são entendidos como aparentemente inertes, mas possuindo uma situação social que tende a gerar a insatisfação social e, conseqüentemente, levar a protestos de rua (VIANA, 2016).

como grupo social distinto no interior das formações sociais. Refletimos também em torno das lutas sociais juvenis do Brasil moderno, verificando de que maneira esse segmento foi representado nos momentos de maior destaque e efervescência das chamadas lutas sociais do país sobretudo no século XX. Por fim, mostramos os jovens “*Caras pintadas*” em ação no ano de 1992, pedindo a saída do presidente.

No terceiro capítulo, desenvolvemos uma reflexão acerca da revista *Veja*, abordando os elementos que permearam a constituição histórica da editora Abril e, posteriormente, da revista. Delimitamos a sua atuação e influência enquanto instrumento simbólico de legitimidade e prestígio que desenvolve uma ação estratégica de forte influência em parcela significativa da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1

REALIDADE BRASILEIRA: PROCESSO HISTÓRICO E AS JUVENTUDES NA TRANSIÇÃO DOS ANOS DE 1980 A 1990

Neste capítulo, analisaremos alguns aspectos relacionados ao contexto histórico do período de transição entre os anos de 1980 e início de 1990. Buscaremos demonstrar as mudanças e alterações na conjuntura política, econômica e sociocultural que contribuíram não somente para o agravamento das condições de vida dos grupos sociais, mas também para o enfraquecimento da participação popular no contexto de reestruturação do Estado. O adensamento das condições objetivas e concretas, materializadas cotidianamente pelas relações sociais de produção, gerou mudanças no mundo do trabalho e emprego e, conseqüentemente, impactou a consistência, a dinâmica e a intensidade da participação popular, ainda que as condições de vida da população estivessem longe da ideal.

Ademais, mesmo que esses dois períodos destacados apareçam de forma linear e didaticamente separados, teoricamente serão analisados em continuidade, reconhecendo também a existência de rupturas entre eles. Essas observações se fazem necessárias, pois expressam o tipo de reflexão que se tem dos processos históricos, entendendo-os como uma questão de escolha. Portanto, ao refletirmos sobre os processos históricos, o que se mantém “não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2003, p. 525).

Nessa relação, os dois períodos têm semelhanças, pois foram marcados por acontecimentos significativos, como a “redemocratização”, a eleição presidencial e, em seguida, o *Impeachment* do presidente eleito. Se os acontecimentos não expressaram uma inovação política e social, não se pode desconsiderar a ação dos agentes sociais no período. O Estado brasileiro precisou reconhecer e garantir direito sem leis, ainda que de forma precária, dados os anseios dos grupos sociais que se colocaram em marcha, exigindo participação, moralização na política, melhorias na educação pública, na assistência social e em várias outras áreas.

Conseqüentemente, uma nova Constituição foi elaborada e, nesse processo, a educação básica “ganhou contornos complexos nos anos posteriores a [...] 1988” (CURY, 2002, p. 169). Os grupos sociais participaram mais intensamente da vida política do país e isso obrigou o Estado a mudar o seu discurso, a buscar formas novas de convencimento e

legitimação. As condições de miséria e pobreza não eram mais aceitas por parcela da sociedade e o país precisava desenvolver-se economicamente, superar as desigualdades sociais, reduzir os índices de pobreza, melhorar a educação, inserir-se no contexto da modernidade, sem, no entanto, ferir os interesses de grupos historicamente dominantes.

A necessidade de refletir sobre o período que foi balizado por um conjunto de mudanças faz com que se destaque a pertinência dos movimentos populares como um dos meios ou formas de a sociedade civil pressionar o Estado para que medidas que atendessem aos interesses da grande maioria fossem realizadas. No entanto, não se pode desconsiderar o duplo caráter educativo desses movimentos, à medida que eles reforçam a participação de grupos sociais, mas também colocam o Estado na busca por novos mecanismos de dominação e manutenção do *status quo*.

Nesse espaço de disputa, o conceito de classe social tem pertinência e é analisado como aspecto essencial para se compreender a lógica que estrutura a participação dos grupos sociais por meio de protestos e manifestações que resultam na ocupação de ruas e praças. Ainda que não se reconheçam e/ou se compreendam e por mais ampla e diversificada que sejam, as lutas sociais estão permeadas pelas diferenças entre as classes, do que se infere deva haver a preocupação constante de não homogeneizar os grupos e/ou suas reivindicações.

Assim sendo, refletir acerca das mudanças e alterações na transição dos anos de 1980 para 1990 evidencia, dentre um conjunto de aspectos, os movimentos populares enquanto lutas de classe, verticalizando a discussão para a participação dos grupos sociais juvenis nessas lutas. Algumas controvérsias se apresentam, sobretudo do ponto de vista midiático, que imputou a esses jovens grande responsabilidade para o resultado de acontecimentos importantes no período em análise. Tensionar esses aspectos coloca em xeque a ideia corrente de que está presente nos jovens o ímpeto à “rebeldia”, ou seja, o jovem como um agente protagonista da mudança, da transformação. Faz pensar ainda em toda a estrutura organizacional do sistema capitalista e a relação deste com os acontecimentos entre os anos de 1980 e 1990.

1.1 O Brasil da década de 1980: reorganização do Estado, consolidação da perspectiva democrática e o enfraquecimento da participação popular

Os anos de 1980 foram um período que ficou marcado na história do país, assim como as décadas de 1940 e 1950. Cada uma delas com suas peculiaridades, foram essenciais à história do país. As décadas de 1940 e 50 contribuíram para a consolidação do ideário de

povo, sendo a gênese para o processo de democracia que se consolidou com a abertura política em meados da década de 1980, com o fim do período militar de governo.

Enquanto processo, cada período teve a sua marca e contribuiu para a constituição da história brasileira. As lutas sociais na ditadura civil-militar têm sido lembradas pela amplitude dos movimentos ocorridos nesse período, a sua combatividade exigindo melhorias diversas ainda são vistas com certo saudosismo e como referência de movimentos posteriores.

A história é um processo longo, contínuo e, como destacou Le Goff (2003), marcado por rupturas e continuidades. Por outro lado, não se pode desconsiderar o duplo caráter educativo dos movimentos populares e a ação do Estado nesse processo. Conforme salientou Gohn (2005), os grupos sociais aprendem com as manifestações e o Estado, por seu lado, procura desenvolver formas novas de obter o consenso passivo.

No entendimento de Gramsci (2014), a obediência ao Estado não é natural, mas conquistada, trabalhada cotidianamente - daí o fato de ele chamá-lo de Estado educador. Em *Maquiavel. Elementos de política*, ele destaca: o “primeiro elemento é que existem efetivamente governantes e governados e dirigentes e dirigidos”. Desse modo, aponta a necessidade de se saber como “dirigir do modo mais eficaz (dados certos fins) e como, portanto, preparar da melhor maneira os dirigentes [...] e como, por outro lado, conhecem-se [conhecer] as linhas de menor resistência ou racionais para obter a obediência dos dirigidos ou governados” (GRAMSCI, 2014, p. 329).

O Estado – escreve ainda Gramsci – “é todo o conjunto de atividade práticas e teóricas com que a classe dirigente não somente justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2014a, p. 330). No nosso entendimento, as transformações ocorridas no âmbito do Estado desde a redemocratização até as eleições diretas para presidente em 1990 tinham um propósito e encontravam justificativa e sustentação em um conjunto de transformações mais amplas e de caráter globalizante, como a reestruturação produtiva que se assentava nas mudanças econômicas de teor neoliberal iniciadas no velho continente, principalmente na Inglaterra (ANDERSON, 1995).

Entretanto, o período foi de grande efervescência social, dado o desgaste político e social da ditadura militar, pressionando para um novo modelo de organização política que encontrava na democracia grande apoio e apelo popular. Nesse processo, há que se destacar a importante participação dos movimentos sociais a partir do final da década de 1980. Ainda que tenha existido resistência do Estado, os movimentos sociais e intelectuais progressistas apontaram rumo, ofereceram contribuições que podem ser vistas a partir da garantia de direitos sociais presentes na Constituição de 1988 (TELLES, 2013).

No conjunto dessas transformações, estava posta também a melhor maneira de governar os governados e dirigir os dirigidos. Assim, as mudanças geradas no Estado brasileiro a partir de meados dos anos de 1980 com o processo de “redemocratização” e início dos anos de 1990 que culminou com a eleição de Fernando Collor até seu *Impeachment* em 1992 são peculiares para se refletir acerca da relação estabelecida entre Estado e sociedade.

No entanto, essas mudanças não se iniciaram na década de 1980. Elas são fruto de um processo mais longo, ainda que diferenciado em suas etapas de desenvolvimento.

Ou seja, a lógica de mudança na organização produtiva também colocou a necessidade de reestruturação do Estado para atender aos novos anseios. O fim do chamado Estado de Bem-Estar Social na Europa e a intensificação das políticas neoliberais⁸ na Inglaterra, com Margaret Thatcher e Ronald Reagan nos Estados Unidos, disseminaram uma reestruturação, sob o viés neoliberal, das economias nos mais diferentes países do globo (ANDERSON, 1995).

Os governos autoritários de outrora davam mostras de que já não faziam mais sentido ante as transformações que vinham ocorrendo, ainda que extremamente drásticas para a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2009). Assim, o ideal de democracia parecia fazer sentido ao novo cenário controverso de que levas de trabalhadores foram excluídas.

Ante esse cenário, de modo geral, o mundo do trabalho “dos países centrais, com repercussões também no interior dos países de industrialização intermediária, presenciava um processo crescente de exclusão dos jovens e dos trabalhadores considerados ‘velhos’ pelo capital” (ANTUNES, 2009, p. 112). O desemprego foi geral, mas atingiu determinados grupos de forma muito mais intensa e consistente. Os jovens passaram a constituir o grupo dos sem perspectiva frente à lógica da sociedade do desemprego estrutural.

Em tais condições, no Brasil, as juventudes eram um segmento sofrido da população que sentia as agruras dessas hostilidades. Portanto, em consequência das condições objetivas e concretas, os jovens, principalmente os da classe média, saíram às ruas pedindo melhorias em vários setores, em especial a ampliação do número de vagas nas universidades. Essa atuação acabou contribuindo, segundo Mische (1997), para o fim da ditadura civil-militar.

⁸“O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o *Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciados como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o partido trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, quando este partido, efetivamente, venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna’” (ANDERSON, 1995, p. 9).

Por outro lado, conforme destacou Gramsci (2014), é inviável, exceto em governos autoritários, a dominação bruta de uma classe social sobre a outra por meio única e exclusivamente do Estado-coerção. Uma classe dominante precisa ser também classe dirigente e, para tanto, necessita buscar um conjunto de alianças e conseguir o consenso passivo das classes e camadas dirigidas.

Assim, diante da perda substancial de apoio da classe média e a extrema vontade da burguesia de assumir a direção política e estabelecer seus interesses como hegemônicos, os militares, numa tentativa precipitada, procuraram “aliados na sociedade civil, num momento em que essa não tinha força suficiente para pressionar o regime em favor de uma abertura política” (GERMANO, 2000, p. 212). Diante de tal situação, os próprios militares abriram brecha para a participação dos grupos sociais. Porém, se os interesses da burguesia não foram alterados, a questão é que novos surgiram e foram de encontro à abertura econômica e à manutenção da legitimidade dos grupos dominantes.

A rearticulação dos segmentos sociais organizados a partir da segunda metade da década de 1970, como a greve de metalúrgicos do ABC paulista, lei da anistia, fim do bipartidarismo e a eleição direta para governadores, foi resultado desse contexto de ampliação da participação popular. No entanto, os acontecimentos destacados não significaram que o poder outrora cedido aos militares como meio para o restabelecimento da hegemonia burguesa seria devolvido a essa classe sem luta e disputas sociais. Os movimentos se arrastaram por mais de uma década, até a retomada do direito de escolha do presidente do país pelo povo.

Diante da situação gerada pelos militares, a grande maioria da população sentia-se prejudicada e lutava pela efetivação dos seus direitos:

as classes trabalhadoras, principalmente os setores urbanos, rearticularam-se na luta pelos direitos sociais – habitação, saúde, educação, participação política ... – forjando, assim, o delineamento de projetos de “cidadania” àqueles historicamente excluídos, a quem se conferiu uma “cidadania” de segunda ordem, “tutelada” e restrita (DOURADO, 1994, p. 48).

Com a ampliação das manifestações sociais praticadas pela sociedade civil no final da década de 1970, foi a vez de a classe dominante solicitar o apoio dos vários segmentos sociais em função da abertura política. Esses se incorporaram “gradativamente às mobilizações contra a ditadura e acaba[ram] por hegemonizar o movimento pelas ‘Diretas Já’ em 1984” (GERMANO, 2005, p. 212 - 213) – símbolo do movimento rumo à redemocratização do Brasil.

O movimento pelas ‘Diretas Já’, ocorrido entre 1983 e 1984, foi também um momento de efetiva participação popular na história brasileira. Milhares de pessoas se uniram em ruas e praças para protestar pelo fim da ditadura e o direito de escolha, pela sociedade civil, do presidente da república.

Em janeiro de 1984, esse movimento ganhou força, atingindo repercussão nacional. A bandeira da democracia e a reabertura política com a entrega do poder aos civis eram propaladas como solução para os problemas do país ante a situação de crise, intolerância e violência praticada por parte dos governos militares. No entanto, o ideal de democracia, tão veiculado nas propagandas e discurso político, acabou se reduzindo ou revestindo, a princípio, ao menos para os grupos menos privilegiados, à questão do voto (TELLES, 2013).

Ainda assim, de maneira alguma os acontecimentos do período podem ou devem ser desprezados ou negados em termos de importância e aprendizado historicamente construído. O que não se pode também falsear, em tal situação, é o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e sociedade. E a via democrática, entretanto, tão propalada como a saída para os problemas do país não aconteceu para a grande maioria da população, que permaneceu distante na medida em que indicadores de desigualdade social foram mantidos (TELLES, 2013).

A própria organização do modelo político que se assentava naquele contexto levava à compreensão do voto como o grande élan de expressão democrática. No país, de modo geral, essa situação se evidenciou com grande força:

dada a natureza cartorial dos partidos políticos vigentes até então, frutos do bipartidarismo – a Arena/PDS e o MDB/PMDB –, a participação popular encontrava-se minimizada no âmbito do processo político, pois sua atuação estava reduzida à expressão do voto no bojo do processo eleitoral (GERMANO, 2005, p. 48).

Para que o objetivo fosse alcançado - o restabelecimento irrestrito da hegemonia burguesa -, o controle populacional era importante e, conseqüentemente, uma nova relação entre sociedade política e sociedade civil se fazia necessária. Isso pelo fato de que, no discurso de democracia veiculado, a participação do povo, ainda que reduzida, era destacada como essencial, uma espécie de populismo para o convencimento. Por outro lado, a condição de alguns partidos políticos como aglutinadores de significativo apoio popular e a própria condição de envolvimento em que se encontrava a população brasileira colocava a necessidade da construção de um consenso.

O referido objetivo tornou-se complexo dadas as condições socioculturais do período. Isso porque o restabelecimento da concepção ideológica dos grupos dominantes, que se

arrastava desde a década de 1930, conforme destacou Celso Frederico (2004), não se deu. O Governo Sarney e os subsequentes caminhariam nessa direção (o que não significou, no entanto, ausência de disputa por hegemonia).

A própria quantidade de pessoas reunidas em São Paulo, cerca de um milhão e meio, prova o quanto a população havia se envolvido com o movimento e, simultaneamente, mostrava o seu descontentamento em relação ao regime autoritário imposto à sociedade brasileira em meados da década de 1960. No Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril de 1984, ocorreria a maior aglomeração de pessoas da história do país pela Campanha das Diretas Já, que, durante vinte dois meses, percorreria o território brasileiro, aglutinando e sensibilizando as camadas populares a exigir o direito ao voto.

Diante do grande envolvimento popular refletido nos grandes comícios e passeatas, não era expectativa da população o fato de a conciliação, mais uma vez, ocorrer pelo alto. Ou seja, um acordo entre os grupos no poder.

Apesar de todo o desgaste e mesmo do desejo de alguns setores de retornarem aos quartéis, os militares não tinha a pretensão de entregar o poder à oposição em 1985. Nesta perspectiva, era possível e mesmo desejável entregá-lo a um civil, desde que fosse um representante da 'revolução', capaz de levar adiante o processo de institucionalização do regime (GERMANO, 2005, p. 221).

A emenda Dante de Oliveira⁹, votada no Congresso Nacional em 25 de abril de 1984, mostrava a manobra feita no interior daquela casa para que os objetivos do grupo hegemônico fossem alcançados, vez que uma disputa era travada entre setores divergentes com relação às eleições diretas ou indiretas para presidência da república já no final do mandato de João Batista Figueiredo.

Outro elemento que corrobora a ideia de manobra feita pelo alto encontra-se no processo para a aprovação da medida no Senado Federal: eram necessários 46 votos no Senado e, na Câmara dos Deputados, 320. No entanto, foram obtidos 298 votos a favor, faltando, portanto, uma quantia ínfima, mas suficiente para não aprovar a emenda Dante de Oliveira. Ressalte-se ainda que 113 deputados se ausentaram (coincidência?) justamente num dia de tamanha importância para a história do país, com milhões de brasileiros mobilizados em torno da Campanha Diretas Já. A classe dirigente, mais uma vez, demonstrava sua força e sua capacidade em conduzir o Estado (SKIDMORE, 1998).

⁹ Tinha como objetivo restaurar as eleições diretas para presidente da República Federativa do Brasil. Assim, sua intencionalidade era estabelecer alterações na legislação por meio de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), projeto do então Deputado Federal Dante de Oliveira, no ano de 1983.

Essa situação evidencia alguns aspectos, no mínimo intrigantes, acerca da escancarada conciliação pelo alto proporcionada pelos grupos dirigentes em torno do PDS (antiga Arena). O objetivo de tal medida era a secundarização dos anseios da população, o desvirtuamento do sentido de democracia e a sua redução ao direito do voto, juntamente com o enfraquecimento das manifestações sociais, ou seja, o desejo popular, prestes a ser configurado, na pujança da participação popular, fora ideologicamente transmutado na forma de presente e concedido à sociedade civil pelos grupos hegemônicos.

À medida que se consubstanciou tal manobra, o sentido inicialmente forjado pelo discurso dos representantes do Estado sobre o ideário de democracia associado à participação efetiva da população foi destituído, entrando em cena a ideia de participação vinculada somente ao direito de escolha dos representantes. O Estado que age na direção de buscar o consenso não permite à sociedade civil muita espontaneidade. Ele controla, coordena, forja as condições de obediência, manipula a opinião pública, cria os mecanismos da sua própria legitimação: é a típica ação do Estado educador de que fala Gramsci (2014).

Entretanto, o Estado não é um todo homogêneo. Configurada a disputa entre setores divergentes na estrutura do poder, o PMDB negociou com o governo a indicação de Tancredo de Almeida Neves à presidência da República por meio de uma eleição indireta (colégio eleitoral) realizada em Brasília no dia 15 de janeiro de 1985. O desfecho da manobra pelo alto se efetivava com uma sutileza bastante interessante, na qual a transformação da coerção em consenso passivo era escamoteada de forma extremamente requintada. O poder da casa se reafirmava com muito mais força sobre os súditos. A manutenção do Estado como condutor dos destinos da nação se mantinha.

No entanto, mesmo com os acontecimentos e manobras arroladas por parte da classe dirigente sobre os dirigidos, é complicado afirmar a ausência de aprendizado para ambos os lados no período em questão. Paraphraseando Saviani (2011), muitas lacunas ficaram abertas nesse processo e essas se configuravam justamente como a possibilidade de retomada das lutas sociais em busca de melhorias para as camadas populares. A história não findava naquele período; ela retomaria seu curso em momento oportuno.

Nessa direção, o movimento pelas Diretas Já foi de grande importância e amplitude. Além de se desencadear para outros setores da sociedade, como o político, o social, o econômico e o educacional, essa amplitude foi, posteriormente, confirmada no momento de efetivação da Assembleia Nacional Constituinte e do longo percurso de tramitação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, Lei nº 9.394/96.

Conseqüentemente, a década de 1980 se configurou como marco de extrema importância rumo a avanços mais significativos e na busca por efetivação dos anseios políticos, econômicos e socioculturais da sociedade brasileira. O período assumiu relevância histórica, importância social e de aprendizado como marco de rearticulação das forças sociais em busca de mudanças para o país. Possivelmente, essa rearticulação foi um de seus maiores significados, após mais de vinte anos de ditadura militar, ainda que os grupos dirigentes tenham trabalhado no direcionamento dos ideais defendidos.

Entretanto, para Gohn (2005), alterações foram provocadas, aprendizados foram realizados de ambos os lados, necessitando nova tomada de rumo. Nessa direção, os movimentos sociais, conforme destacou a autora, também aprenderam:

não se trata de um processo apenas de aprendizagem individual (...). Trata-se do desenvolvimento da consciência social. (...). A pressão e a resistência têm como efeitos demarcarem alterações nas relações entre os agentes envolvidos. Nesse sentido, o caráter educativo é duplo: para o demandatário e para o agente governamental, controlador/gestor do bem demandado (GOHN, 2005, p. 52).

Essa aglutinação de forças sociais pode ser caracterizada como um dos fenômenos de maior importância e significado na transição da década de 1980 para 1990. O aprendizado proporcionado pela efervescência social, por mais efêmero que possa parecer, possui caráter duplo e não é de todo apagado da memória dos agentes sociais e da estrutura política. Desse modo, nos ensinam cotidianamente. Assim sendo, “serviu de base para a rearticulação da hegemonia das classes dominantes, em crise desde o final dos anos 70” (GOHN, 2005, p. 53).

A queda dos militares, a eleição de Tancredo para presidente pelo voto indireto e as vias que conduziram Sarney ao poder são uma parte peculiar desse processo de reestruturação do Estado.

De outro lado, manobras também foram feitas, a “portas fechadas”, para a eleição e a chegada de Fernando Collor de Melo à presidência da república, ainda que pelo viés de reestruturação do Estado: o povo foi chamado a participar, pois a responsabilidade seria dele à medida que, pela soberania do voto, ele escolheria, em tese, aquele que, aos seus olhos, estivesse mais preparado para levar o país à senda do desenvolvimento tão esperado.

Daí, o jogo de interesses efetuou um conjunto de manobras e estratégias de marketing foram utilizadas no intuito de construir Fernando Collor como uma imagem de homem perfeito, inteligente, jovem, forte, firme e, conseqüentemente, capaz de conduzir o Brasil aos rumos do desenvolvimento e da equidade social, caminhos que a população tanto almejava. A eleição de Collor, portanto, expressou uma nova página na história política brasileira, cheia de marchas e contramarchas, mas de aspectos interessantes.

1.2 A chegada de Collor ao poder - da ascensão ao fim lacônico: alguns elementos para reflexão

Na direção até aqui esboçada e pelo caminho que se pretende conduzir, inclusive pelo título do tópico, é preciso pensar algumas questões acerca do que foi o governo Collor e quais os pontos de desarticulação deste com as elites que o apoiaram e, subseqüentemente, o abandonaram. Ao mesmo tempo, qual a função das juventudes no Fora Collor? O projeto Collor de governo foi a expressão maior do duplo caráter educativo dos movimentos populares: “possibilitou a retomada do poder central do país pelos interesses conservadores” (GOHN, 2005, p. 53).

Fernando Collor de Melo chegou à presidência da República após uma campanha acirrada contra Luiz Inácio Lula da Silva. O contexto para o próximo presidente não era dos mais animadores, visto que as sucessivas medidas econômicas adotadas por José Sarney¹⁰ não haviam obtido êxito no controle da inflação, que concentrava taxas elevadíssimas. Fora esse aspecto, as manifestações populares deveriam ser sufocadas vez que já haviam sido alcançadas as expectativas no ideário de democracia e na escolha do presidente pela população. Já a inflação deveria ser estabilizada por um presidente eleito.

Em função dos sucessivos fracassos na política econômica do governo Sarney, as esperanças e expectativas de uma sucessão presidencial eram enormes. Após 21 anos de ditadura militar, os brasileiros foram às urnas escolher o futuro presidente. Confirmado o resultado, com o passar do tempo, as esperanças se transformaram em frustração à medida que a inflação não era controlada e o governo se via cada vez mais mergulhado numa crise de corrupção.

O período Collor de governo, apesar de curto, dependendo do mote de análise, pode ser dividido em três etapas. Primeiro, o processo eleitoral e as peculiaridades em torno da figura de Collor. Segundo, a posse após sua vitória e as ações desenvolvidas no âmbito do executivo e a relação desse com o congresso nacional. O terceiro, relacionado ao segundo, a sua fase final após os escândalos de corrupção serem veiculados na mídia e se intensificarem até a votação do *Impeachment* (CARVALHO, 2012).

Na campanha eleitoral, Collor se mostrava como um candidato jovem, inovador e, por conta disso, intitulava-se o único capaz de solucionar os problemas de corrupção do Brasil. Tinha como alvo os altos funcionários públicos (“marajás”) que, segundo ele, viviam

¹⁰O primeiro plano de tentativa de combate à inflação no governo Sarney foi lançado em 28 de fevereiro de 1986, denominava-se Plano Cruzado e tinha, dentre um conjunto de objetivos, o congelamento de preços e salários. O Plano Cruzado II, lançado em 21 de novembro de 1986, foi outra tentativa de derrubar a escalada inflacionária que não deu certo. Os planos Bresser e Verão, 1987 e 1989, respectivamente, seguiram o mesmo caminho.

luxuosamente à custa do contribuinte. Outra promessa ao eleitorado era a de aplicar a política econômica neoliberal no Brasil para que o país entrasse rapidamente no cenário de “primeiro mundo”.

Collor assumia a pose de um messias que poderia resolver os problemas do Brasil pela força de sua personalidade. [...]. Essa estratégia se adequava claramente ao ânimo dos muitos brasileiros que estavam se desiludindo com a volta à democracia e eram suscetíveis a políticos que promettessem milagres. Ao mesmo tempo, sua mensagem neoliberal apelava aos homens de negócios, que procuravam um candidato comprometido com a redução do papel do governo na economia (SKIDMORE, 1998, p. 303).

As propostas de Fernando Collor e seu discurso próximo ao de um messias surtiam mais efeito e pareciam agradar o eleitorado. Junte-se a isso o forte apoio que teve da imprensa, usando-o para reforçar a sua imagem de aspecto jovial, que trazia a marca dos processos mercadológicos ansiados pela própria mídia. Assim, a campanha de Collor passou a ser moldada conforme as expectativas do eleitorado em relação a um candidato.

O jogo de interesse e a propaganda eram intensos e nos remetem ao fato de que a classe dirigente, mesmo não estando no poder, consegue conduzir a sociedade e, quando está diretamente no poder, não perde a sua capacidade ou a sua condição de classe dirigente (GRAMSCI, 2014). A mídia cumpria uma função essencial nesse processo, pois se encarregava de propagar uma imagem idealizada em torno da pessoa de Collor.

De modo geral, sua aparição passou a ser intensificada em jornais e revistas de circulação nacional. Comprou também o horário de partidos menores para intensificar a sua imagem de candidato da modernidade, jovem e desportista. Era a figura típica para fazer a renovação de que o Brasil precisava após duas décadas de ditadura. O partido por ele fundado trazia essa perspectiva, o Partido da Renovação Nacional (PRN), antigo Partido da Juventude (PJ). A ideia de renovação era muito forte e foi trabalhada exaustivamente pela mídia.

A relação de Collor com a imprensa era como uma via dupla. Enquanto conseguia visibilidade política abastecia a imprensa com notícias de impacto. Era polêmico, enérgico e o seu ar jovial o transformava em um típico galã. Na verdade, Collor usou muito mais os seus conhecimentos de sua formação em comunicação do que seus conhecimentos políticos para ganhar a eleição em 1989 (LOPES, 2013, p. 02).

Essas circunstâncias eram interessantes para Collor, mas também para os meios de comunicação comercial. Collor e Lula disputaram o segundo turno e “a natureza do apelo de Collor como um messias tornou-se ainda mais clara. [Por outro lado, Lula aparecia como] um tipo de antimessias, o operário de São Paulo com gramática hesitante e um inconfundível aspecto proletário” (SKIDMORE, 1998, p. 304).

Conforme Fico (2016), a campanha eleitoral pelo segundo turno na eleição de 1989 foi bastante árdua. Lula havia recebido o apoio de Leonel Brizola do PDT (Partido Democrático Trabalhista), do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Fernando Collor reuniu ao seu lado os setores conservadores. No jogo de interesse e frente à disputa acirrada, a ação da mídia foi fundamental, em especial a Rede Globo.

A TV desempenhou papel muito importante. Os debates entre Collor e Lula no segundo turno foram uma grande novidade, após anos de restrições durante o regime militar. Lula não foi muito bem no debate de 14 de dezembro, transmitido por um *pool* de emissoras de TV. A Rede Globo, no dia seguinte, enfatizou seu mau desempenho, divulgando uma edição tendenciosa em seu principal noticiário noturno – o Jornal Nacional (FICO, 2016, p. 118).

O confronto foi acirrado e marcado por acusações de práticas ilegais de campanha por ambos os lados. Collor saiu vitorioso com uma diferença relativamente pequena, algo em torno de 4,9%, em relação a Luís Inácio Lula da Silva, que obteve 37,8% dos votos. “Collor assumiu a presidência em março de 1990 em meio a uma publicidade altamente favorável” (SKIDMORE, 1998, p. 304). Restava organizar o aparato para o exercício da governabilidade¹¹, controlar a inflação e ajustar a economia do país. Ainda, segundo o autor, “o governo dos EUA estava especialmente contente com Collor, acreditando que ele adotaria a política neoliberal que os Estados Unidos recomendavam a todos os países em desenvolvimento” (SKIDMORE, 1998, p. 304).

Devido ao apoio da mídia, de representantes dos setores da indústria, por causa das medidas neoliberais prometidas em campanha, e mais de 42% de apoio popular por meio dos votos recebidos, Collor parecia convicto de que possuía plenos poderes. Orientado por seus assessores, que afirmavam ser necessário um tratamento de choque para controlar a inflação no país, que chegaria a 100% ao mês naquele ano, Collor, não titubeou. Mesmo prejudicando parcela significativa da sociedade brasileira, iniciou o seu governo com uma bomba econômica: o congelamento da poupança de todos os brasileiros.

Por alguns meses, a medida pareceu surtir efeito. A inflação e o déficit fiscal foram drasticamente reduzidos. No entanto, as medidas foram acompanhadas de demissões de funcionários públicos federais, acarretando descontentamento no setor. Reduziram-se as tarifas de importação brasileiras, uma das mais caras, contrariando os interesses dos

¹¹ Entendida como a capacidade de o Poder Executivo aprovar e executar sua agenda sem impasses importantes em relação ao Parlamento (PIVA, 2010, p.16).

industriais de São Paulo, “que não eram internacionalmente competitivos e seriam prejudicados por importações mais baratas” (SKIDMORE, 1998, p. 305).

Collor deu início também à política de privatização, anunciando a venda de empresas estatais para compradores privados também do exterior. Mais descontentamento, tanto dos nacionalistas como dos setores representantes do campo dos negócios, principalmente os de bens de capital, uma vez que as cômodas compras, muitas vezes sem licitação de concorrência das empresas estatais, eram fundamentais para a manutenção dos negócios e dos lucros. A política de privatizações encerraria com todas essas relações (SKIDMORE, 1998).

A cada medida adotada pelo governo Collor parecia surgir um novo descontentamento. Os empresários brasileiros, que louvavam a política neoliberal, pareciam não ter percebido onde essa afetaria suas atividades. Ao compreendê-la como eminente prejuízo aos seus negócios, não apenas o descontentamento veio à tona, mas, principalmente, a ausência de apoio ao presidente. A elite dava mostras de não mais estar disposta a caminhar com Collor. A desconfiança da classe média, desde a campanha eleitoral, não havia passado (SKIDMORE, 1998). As bases de Collor começaram a minar a sua permanência na presidência da república.

Por outro lado, a ineficácia dos planos de combate à inflação, Collor I e II, nos anos 1990 e 1991, respectivamente, colocava em xeque a sua capacidade de controle da economia. Agravando ainda mais a situação, a relação do Executivo com o Congresso era ruim. Collor implementou sua política econômica por meio de uma avalanche de decretos presidenciais (medidas provisórias), desrespeitando as relações entre executivo e legislativo (SKIDMORE, 1998; PIVA, 2010).

Ao fazer uma reforma administrativa, Collor reduziu os ministérios para apenas nove, escolhendo para equipe um ministério técnico, contrariando os interesses de muitos partidos políticos, inclusive da base. Conforme as argumentações de Piva (2010), tecnicamente Collor não montou um governo de coalizão, aspecto que não inviabiliza a governabilidade - tanto que Collor conseguiu aprovar dois planos de ação para a economia brasileira. No entanto, sem essa, num presidencialismo multipartidário, suas bases foram sendo minadas no Congresso Nacional.

Juntamente com esses aspectos começaram a aparecer, na mídia, supostos escândalos de corrupção. No entanto, foi uma entrevista de seu irmão, Pedro Collor, para a revista *Veja*, em maio de 1992, que apresentou elementos contundentes para a confirmação de um esquema de corrupção envolvendo Collor e o seu tesoureiro de campanha, Paulo Cesar Farias. Após

esses acontecimentos, a mídia e a oposição parlamentar se esforçaram para manter essa questão em pauta.

Coube à mídia a função de veicular, insistentemente, notícias sobre o esquema e, cada vez mais, mais indícios pareciam confirmar o envolvimento do presidente. “Os investigadores do congresso obtiveram registros bancários que provavam exatamente como os milhões haviam circulado no interior da esfera presidencial” (SKIDMORE, 1998, p. 308). Collor tentou reagir, solicitando ao povo que fosse para as ruas em sua defesa.

Com a imagem já desgastada, cada aparição do presidente na televisão agravava a situação. O desejo pela sua saída foi ganhando ânimo em parcela da população. A ausência da formação de um governo de coalizão pode ter contribuído para as ações contra Collor no Congresso. Muitos membros daquela casa não eram estranhos à corrupção, inclusive com outros governos, em alguns casos até mais graves em relação às que Fernando Collor estava supostamente praticando (PIVA, 2010).

No entanto, no processo de *Impeachment*, a Câmara dos Deputados votou esmagadoramente pelo impedimento do presidente. O Senado seguiu a mensagem da mídia e também disse que estava preparado para a democracia. A votação na casa, como se esperava, foi contrária a Collor. Só que, horas antes da votação do Senado, Collor renunciou, tentando escapar da fase final da condenação legislativa de suspensão dos direitos políticos. Segundo a argumentação de Skidmore, “no início de 1992, a arrogância de Collor e sua indisposição de negociar com os líderes partidários no Congresso, combinadas às suspeitas de corrupção, haviam-no deixado sem meios de mobilizar apoio político” (1998, p. 307). Noutra direção, a intensificação das notícias de corrupção na mídia provocava a insatisfação popular. O resultado foi a eclosão de movimentos populares por todo o país. O caminho parecia se abrir para o fim lacônico do presidente Fernando Collor.

A resposta de seus pares no Congresso Nacional não seria vista como uma espécie de perseguição política, dadas as poucas brechas de negociação por ele proporcionadas. Seria, antes, a própria consolidação da democracia, pois os parlamentares estariam respondendo não somente a interesses políticos e escusos, mas aos anseios do próprio povo, que pedia o *Impeachment* e a saída do presidente. Nesse contexto, a juventude ganhou visibilidade e passou a ser vista, especialmente pelos meios de comunicação, como peça central nos movimentos de rua que apoiavam o Fora Collor.

Em relação à mídia, suas ações foram bastante contraditórias. Justamente a instituição que havia apoiado maciçamente Collor na época de campanha, a Rede Globo de Televisão, inclusive negligenciando totalmente suas ações fraudulentas na prefeitura de Maceió, agora o

vilipendiava em benefício próprio. Para não assumir possíveis ônus pelo apoio outrora concedido e os benefícios próprios auferidos, a imprensa, na primeira oportunidade, aproveitou-se dos problemas no governo, não simplesmente para desconstruir a imagem de Collor, mas enviar uma mensagem à população, qual seja, a de que ela, mais que qualquer outra, estava preparada para a democracia.

Segundo Fico (2016), a Rede Globo esteve presente em alguns dos episódios mais polêmicos da história recente do país. Mas ainda assim necessitava se redimir. Conforme as palavras do autor:

A Globo jamais se recuperaria da imagem negativa de partidarismo: havia apoiado o regime militar, tentou esconder a Campanha das Diretas e distorceu o debate dos candidatos à primeira eleição direta – além de outros problemas, pois, em 1982, foi acusada de malversar a apuração da eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro, vencida por Leonel Brizola, no rumoroso “caso proconsult” (FICO, 2016, p. 118).

Os fatores influenciadores de um processo de *Impeachment* são os mais variados possíveis. No que concerne aos movimentos juvenis, esses tiveram sua presença bastante evidenciada nos acontecimentos da década de 1990. Segundo Cacia-Brava e Costa (2004), os “Caras Pintadas” foram a experiência renovada do movimento estudantil de 1968 e das ‘Diretas Já’ em 1984, mesmo a historiografia não assumindo o argumento. Foi um momento histórico e de grande aprendizado para o Brasil e isso, dificilmente, se pode negar. Mas precisa ser refletido à luz de seu tempo.

Retomando a questão de Collor, entendemos que uma combinação de aspectos variados levou ao *Impeachment* do presidente no final de 1992 e esses não podem ser negligenciados ou supervalorizados a depender da análise que se faça. No entanto, várias são as explicações e elas divergem segundo o campo de estudo¹². Sallum Jr. e Casarões (2011) mostraram não uma análise definitiva sobre o *Impeachment* de 1992, mas o que entenderam estar faltando em termos de produção acadêmica sobre o assunto. Todavia, fizeram uma indagação pertinente na direção de como foi possível ocorrer o *Impeachment* e como explicá-

¹² Em levantamento bibliográfico nos bancos de teses e dissertações sobre o período do governo Collor, foi possível perceber uma concentração de trabalhos nas áreas de Ciência Política e Relações Internacionais. A primeira salienta os trabalhos identificados com aspectos mais de cunho político, ou seja, as questões técnicas no âmbito do Congresso Nacional. A segunda enfatiza mais os aspectos econômicos a partir do viés da política externa, vendo essa como problemática e bastante influente no resultado do *Impeachment*. Segundo Piva (2010, p. 12), o campo do Direito apresenta forte preocupação com questões mais tipicamente jurídicas, vinculadas a uma perspectiva de natureza instrumental. De modo que, conforme o autor, “o principal objeto de estudo liga-se ao processo de responsabilização propriamente dito, etapa a etapa, numa visão que se poderia dizer processual e utilitarista. Praticamente, não se questiona o porquê, mas como se deu o fato”. Cada campo do saber parece ter dado a sua visão, interpretação e contribuição sobre o ocorrido, mas sem um consenso entre eles do que de fato ocorreu.

lo, e a conclusão a que chegaram é muito semelhante aos resultados encontrados após o levantamento nos bancos de dados de teses e dissertações: “infelizmente, ainda não há explicação satisfatória para este evento singular da história política brasileira” (SALLUM JR.; CASARÕES, 2011, p. 164). Desse modo, abre-se o espaço para múltiplas e variadas interpretações.

Sallum Jr. e Casarões (2011) ainda ressaltam que, no campo das ciências sociais, os cientistas têm encontrado fatores diferentes para a explicação do fenômeno. As argumentações pouco enfatizam a questão da corrupção no governo (e é pertinente lembrar que foi justamente esse o motivo utilizado para a saída do presidente). Para os autores, os analistas têm se centrado em campos diversos, que passam pelas peculiaridades “pessoais¹³ do presidente, o modo como exerceu a Presidência, as disputas político-institucionais, a fragmentação partidária, o desgaste de Fernando Collor junto à opinião pública, a mobilização da sociedade civil ou uma combinação desses aspectos” (SALLUM JR.; CASARÕES, 2011, p. 164).

Corroboramos os autores de que uma combinação de fatores variados levou ao *Impeachment* do presidente no final de 1992, o que torna impossível negar a participação dos jovens que tomaram ruas e praças, protestaram, exigindo a saída do presidente, como um desses fatores. De outro lado, uma análise exagerada dessa participação pode colocar esse segmento em um patamar distinto da realidade e dos fatos ocorridos no período e configurar o anacronismo. Assim, a visibilidade dada à juventude pelos veículos de comunicação e a ação desses últimos no processo é algo interessante de se observar.

Retomando a questão, mesmo que previsto na Constituição Federal, o processo de *Impeachment* se efetiva e é resolvido no âmbito do Congresso. É recheado de etapas e procedimentos legais. Ainda assim, é também uma ação política e, enquanto tal, possui suas contradições, o jogo de interesse lhe sendo inerente. De maneira que não se pode desconsiderar o isolamento político criado por Collor, a tática dos partidos no interior do Congresso, bem como a ação da mídia. Porém, no presidencialismo brasileiro, há uma dificuldade e um apelo muito grande de legitimidade por parte da Presidência em relação a um Legislativo extremamente fragmentado para fornecer o apoio necessário, mas forte o bastante para provocar impasse. Também baixa popularidade e denúncias de corrupção não faltaram no governo Sarney e, entretanto, um processo de *Impeachment* não foi instalado

¹³ Ao falarem em características pessoais trabalhadas pelos cientistas sociais, os autores destacam que essas se referem mais à personalidade política do presidente e às suas bases socioculturais do que ao seu perfil psicológico. (SALLUM JR.; CASARÕES, 2011).

(SALLUM JR.; CASARÕES, 2011). Desse modo, as circunstâncias foram auxiliando o desejo político latente dos congressistas em findar o mandato de Collor.

Os aspectos que permeiam um processo de *Impeachment* podem ser muito subjetivos e atender a interesses diversos e isso coloca uma dificuldade às interpretações a serem realizadas¹⁴. De qualquer forma, são as questões acerca da ação do Estado como educador e sua relação com a sociedade civil (GRAMSCI, 2014) que estão postas nesse caso. E, enquanto ação estruturada, ela segue um planejamento para execução de suas ações.

Nessa direção, a reflexão de Perry Anderson é bastante sugestiva e corrobora a perspectiva de planejamento que ancora a ação por parte de um Estado educador que orienta a consecução de rumos a serem alcançados para o país. Não nos esqueçamos de que o povo foi induzido a solicitar as políticas neoliberais e a eleição do presidente Fernando Collor, bem como o processo de *Impeachment* por ele enfrentado foram permeados por essa discussão.

Recordo-me de uma conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial e fazia uma análise comparativa de cerca de 24 países do Sul, no que tocava a políticas econômicas. Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial tolamente acreditava –, mas uma taxa de inflação demasiado baixa. “Esperemos que os diques se rompam”, ele disse, “precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”. Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil, e as consequências prometem ou ameaçam – como se queira – confirmar a sagacidade deste neoliberal indiano (ANDERSON, 1995, p. 21).

De fato, a hiperinflação marcou todo o período do governo Sarney. Os planos econômicos executados visando contê-la não surtiram o efeito esperado. As expectativas com a abertura política, os sonhos que brotaram “de uma sociedade civil que pulsa e se organiza visualizando, na proposta de uma Assembleia Nacional Constituinte, o caminho para fazer nascer uma nova sociedade e, em seu interior, uma educação nova” (VIEIRA, 2008, p. 54), essas perspectivas logo se frustraram. Ante o cenário vivenciado pela corrupção no governo e que resultou numa incursão muito forte da mídia comercial pelo processo de *Impeachment*, tal perspectiva teria que ser adiada, ainda que as manifestações de rua fossem constantes na exigência de mudanças de rumo.

¹⁴Ainda mais após a absolvição do ex-presidente Fernando Collor na justiça comum 22 anos depois. Isso não muda o acontecido em 1992, mas lança, para o presente, a indagação de se é possível dar crédito às instituições. Collor foi considerado inocente em 2014 e pouco se falou sobre o assunto. No processo, ainda da época em que era presidente, entre os anos de 1990 e 1992, constava os crimes de peculato, falsidade ideológica e corrupção passiva. Mesmo assim, o ex-presidente Fernando Collor foi absolvido por falta de provas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no ano de 2014.

Em outro sentido, o fato de se avultar o período do governo Sarney como de tempos de indefinição não assume o sentido aleatório ou sem direção como se supõe. Ao contrário, tal característica precisa ser compreendida na direção de algo planejado e arquitetado no interior de um Estado educador a partir de um processo mais amplo que, posteriormente, afetaria estrondosamente a realidade brasileira: o neoliberalismo.

Um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado (ANDERSON, 1995, p. 22).

A reestruturação neoliberal foi consolidada na década de 1980 e gerou impacto e alterações significativas não somente na lógica da estruturação e da organização produtiva, mas também na sociocultural. Em outros termos, afetou o modo de ser social e isso teve consequência no modo de organização dos grupos sociais e na forma e intensidade dos protestos das forças populares dali em diante. Assim, cabe compreender, conforme Antunes (2006, p. 23):

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua *forma de ser* (Grifo do autor).

O período ainda foi marcado por um salto tecnológico de automação, em que a robótica e a microeletrônica passaram a compor a base de produção das indústrias e não parou aí, pois as relações socioculturais também se alteraram a partir disso. Conforme afirmou Harvey (2017, p. 117): “no Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica”.

As consequências para os grupos sociais foram e ainda são danosas, pois essa lógica de estruturação é extremamente perversa, desigual e violenta. Harvey (2017) nos auxilia a refletir:

Um sistema particular de acumulação pode existir porque ‘seu esquema de reprodução é coerente’. O problema no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas, e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, ‘uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade

do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de *modo de regulação*' (HARVEY, 2017, p. 117) (Grifo do autor).

Aqui, Harvey (2017) e Antunes (2006, 2009) chamam a atenção para a flexibilização do processo produtivo, que tem repercussões também no modo de vida das pessoas, ou seja, a lógica de mercado passou, com muito mais intensidade, a ser o elemento central de organização social. Em tal contexto, o conceito de classe e de reivindicação não mais faria sentido.

Essas questões auxiliam a entender o que Vieira (2008) aponta como período de transição de 1985 a 1995 e o trabalho de sucessivos governos, nesse intervalo, que mantiveram essa lógica e, conseqüentemente, as perspectivas desse movimento ideológico mais amplo. Assim, é possível inferir que a classe dirigente se manteve nas estruturas de poder e seus interesses também foram colocados no processo de *Impeachment*.

Nos anos de 1990, se intensificaram as políticas neoliberais em vários espaços da estrutura social. A lógica de mercado se fez presente e exigências foram feitas também a outros setores, dentre eles, o campo educacional¹⁵.

1.3 Educação e mídia: a imposição de sentidos às ações e práticas culturais no espaço social

A educação enquanto processo amplo e inerente à ação humana somente pode ser compreendida se inserida ou capturada no âmbito das relações sociais praticadas por determinados grupos. Ela é também o instrumento utilizado para a inserção das futuras gerações no conjunto de normas, regras, valores e crenças dos grupos sociais. Assim, sua prática não é estática, ao contrário, está em constante mudança e transformação, pois acompanha as ações humanas na sua trajetória de organização no espaço social. A educação é tão antiga como a própria existência humana.

Em tais condições, outra característica da educação é não ser única e nem exclusiva de um povo ou grupo. Portanto, ela é difusa e ampla. Não sendo homogênea, logicamente é diferente, variada e distinta e se desenvolve de forma peculiar conforme o grupo que a produz e a coloca em movimento, atribuindo-lhe sentido. Entretanto, com o desenvolvimento dos grupos sociais, o advento da sociedade moderna, a criação e importância adquirida pela escola

¹⁵ A disputa entre o setor público e o privado na Educação assumiu a proa na discussão do novo texto da LDB aprovado no Congresso nacional em 20 de dezembro de 1996.

no processo de inserção das futuras gerações na cultura letrada, a educação em sentido amplo tem sido muitas vezes confundida com a instituição escola (COÊLHO, 2009).

A escola é uma instituição de enorme importância e relevância social, mas é apenas uma parte da ação endoculturativa dos grupos sociais (BRANDÃO, 2007). Ainda assim, os problemas existentes no interior da educação escolar fazem com que as discussões se centrem bastante nesse campo e, assim, outros, de significativa importância, vão ficando no limbo: é o caso da mídia, sobretudo com a emergência das mudanças no campo da tecnologia. Destarte, negligenciar a ação da mídia e seu caráter educativo tem sido praticamente impossível devido ao destaque que ela adquiriu na vida das pessoas e, em função disso, na construção de valores e tendências. Conforme Setton (2020), a mídia tem se constituído também em uma agência socializadora clássica.

Em que pesem as inúmeras possibilidades de reflexão no campo educacional, essa parte da tese tem como objetivo discutir a presença da mídia no cotidiano dos grupos sociais e, a partir daí, seu caráter educativo, chamando a atenção para suas contribuições, interferências no espaço social por meio da formação de *habitus*, estilos de vida, tipos e padrões de consumo e de comportamento, organização de grupos sociais, mais especificamente das juventudes, bem como a imposição de sentidos e significados aos fatos e eventos ocorridos. Ante a expansão da mídia, e a sua importância e legitimidade adquiridas, as alterações nos padrões de comportamento e as tendências veiculadas são vistas pela maioria como naturais no espaço social, interferindo na vida cotidiana das pessoas.

Entretanto, faz-se necessário compreender, primeiramente, que mídias se referem a um conjunto complexo de aparato simbólico e também material, cujo resultado é a produção de mercadorias de conteúdo cultural e, dado que o consumo tem se ampliado cada vez mais, junto com ele vem a formação de novos *habitus* e modelos de comportamento. Segundo Setton (2020, p. 07), “uma das grandes transformações ocorridas nestes dois últimos séculos refere-se ao fenômeno midiático”. Assim, o assunto passa ser de interesse geral, não sendo mais restrito ao campo da comunicação, mas a diversas áreas do saber científico, dentre elas a educação.

Em tais condições, o aparato simbólico está relacionado com bens materiais bastante conhecidos, como livros, mídias digitais, redes sociais, filmes, novelas, revistas, dentre outras, sendo, portanto, tudo aquilo que é produzido e que chega até o público consumidor por meio de um suporte técnico. Daí, a importância que tem adquirido a tecnologia, que ela facilita o acesso e a ampliação da divulgação das mercadorias simbólicas com forte teor cultural para

um número cada vez maior de pessoas. Essa ampliação exige uma produção cultural realizada de forma industrial, ou seja, em larga escala (SETTON, 2020).

Assim sendo, o caráter educativo da mídia assume também a função de poder político, enquanto formadora de um senso comum que leva à construção e legitimação dos poderes hegemônicos, dois quais ela é parte. O objetivo da mídia nessa direção, mais do que formar uma representação de jovens consumidores, é o de formação a nova geração com outras concepções políticas e sociais, as quais, engendrados nos fundamentos do neoliberalismo, desconsidera-se a importância dos movimentos sociais e partidários na formação dos grupos.

Os bens culturais simbólicos produzidos encontram consumidores específicos. Assim, os consumidores são segmentados. Ou seja, o termo é utilizado na publicidade e se refere a uma divisão do “público consumidor em grupos ideais de consumo. Por exemplo, o mercado das mulheres, dos homens, dos jovens, dos gays para, assim, tornar o atendimento mais direto e certo” (SETTON, 2020, p. 60). Nesse processo, nem o público infantil escapa dos holofotes da mídia, o mesmo ocorrendo com os jovens. Em relação ao público juvenil, suas particularidades são desrespeitadas, pois a ideia de homogeneidade é forjada pela ação da mídia à medida que essa perspectiva auxilia a lógica de mercado a dialogar com o público jovem.

Uma idealização da imagem da juventude como um tempo de fruição, forma específica de diálogo com os jovens, vai sendo construída de modo a impor um estilo, um formato de ser jovem associado à ideia de consumo e também um modelo de participação que desconsidera a ação por meio das entidades representativas. Em tais condições, as juventudes da década de 1990 foram rotuladas como a “Geração Shopping Center”, uma tentativa explícita da mídia de universalizar as juventudes a partir de um rótulo que as unifica e transforma todas em iguais, além de buscar vinculá-las à lógica consumista (Imagem 23). O Shopping Center é associado à ideia de liberdade e tempo livre, lazer, mas também consumo. E também espaço de legitimação, aceitação entre os pares. Assume ainda a condição de nova forma de educação e as propagandas o exploram bastante. Reside ainda nessa perspectiva a ideia de ausência de responsabilidade política e social. Por isso a mídia, além de não enfatizar, desconsidera a importância dos movimentos sociais e partidários.

No caso específico, o Shopping Center não é somente espaço de diversão e passeio desinteressado para os jovens, mas, sobretudo, local de consumo, entendido como inerente à ideia de lazer. Assim, há também uma mudança que acaba sendo ressaltada e incentivada pela mídia sobre o sentido do termo lazer, que se encontra em consonância com as bases de uma sociedade capitalista. Ou seja, “o lazer não é apenas o vazio do repouso e da recuperação

física e nervosa; não é mais a participação coletiva na festa; mas a possibilidade de ter uma vida consumidora de ilusões e prazeres” (SETTON, 2020, p. 61). Portanto, esse ideal, enquanto um modelo de vida ascética a ser alcançada pelo consumo, acaba influenciando os grupos sociais, pois são, constantemente, expostos aos meios de comunicação comercial. Deste modo, a mídia influencia outra lógica de organização social que passa a ser legitimadora da condição juvenil.

Dessa forma, vai se constituindo, no espaço social, uma espécie de distinção a partir do consumo de bens materiais e simbólicos e, quanto mais caros, maior o prestígio. Como uma espécie de disputa entre os agentes, a mídia faz das marcas uma condição de distinção social para aqueles que as utilizam, consomem, demonstrando o seu caráter ostentatório. Com o advento das tecnológicas e a rede de computadores, as redes sociais virtuais atuais auxiliam esse trabalho de exposição e acampam os mais diferenciados grupos e classes sociais: é o denominado fenômeno da internet.

Através do trabalho de forte apelo ao consumo a mídia também foi legitimando os poderes hegemônicos, dois quais ela é parte integrante. De tal modo, a formação de valores a nova geração tornou-se imperativo e nela, as questões sociais, políticas e econômicas não são mais colocadas em relevo, os movimentos sociais foram colocados no limbo como espaços legítimos para a representação social e formação política.

Sobretudo no contexto de exposição exacerbada, não basta apenas consumir, é preciso consumir as marcas, não importando o valor que elas possuem. De tal modo, o que conta é a capacidade de aceitação que elas provocam nos grupos de origem e essa característica é bastante apelativa quando se analisa o público juvenil, ainda que elas não estejam restritas somente a eles. A segmentação dialoga com os mais diferentes tipos de pessoas e consumidores e, por fim, a exposição pode ser para todos.

Assim, o denominado lazer moderno aparece não somente como uma fruição, mas um compromisso de vida pessoal. Ele passa a ser “o centro no qual o homem procura se afirmar enquanto indivíduo privado com gosto e preferências. A cultura de massa mobiliza o lazer; orienta a busca da saúde mental individual durante o lazer e, ainda mais, ela cultua o lazer, que se torna um estilo de vida” (SETTON, 2020). Nessas condições, o lazer também se constitui em instrumento de distinção social.

Em tais condições, é repisado pela mídia que as possibilidades de lazer estão presentes em todos os lugares, na televisão, na internet, nas redes sociais, nos filmes, nas chamadas festas folclóricas, que têm se transformado em grandes eventos que contam com recurso público oriundo do erário. Todas essas ações configuram o caráter educativo das mídias.

Ainda que não se perceba, elas vão determinando normas, regras para o que deve ser seguido: a participação em eventos, por exemplo, torna-se quase uma obrigação. Entretanto, alerta Setton (2020), mesmo quando “aproveitamos esses lazeres espetaculares como ouvintes, somos apenas coadjuvantes desse processo, como espectadores, não participamos da produção de todos eles, *eles não nos retratam perfeitamente*” (p. 61, grifo nosso).

Desse modo, ainda que a mídia não nos retrate perfeitamente e que algumas de suas representações sejam distantes do real, tal não significa que elas deixam de ter alguma interferência sobre os grupos sociais. A citação da autora explicita essa situação e o mesmo se passa também com o universo juvenil a partir do rótulo de “Geração Shopping”: apatia política e ausência de interesses com os problemas sociais. Ou ainda no culto apelativo da juvenização constante, podendo ser alcançada a partir do consumo, da indumentária, dos produtos de beleza, do lazer, das festas etc., mas também dos novos valores cujas concepções políticas e sociais fundamentados no neoliberalismo descaracterizam a legitimidade dos movimentos sociais e partidários.

Essas ações sutis e quase imperceptíveis interferem na formação das subjetividades e expõem o caráter educativo das mídias. Como destacou Kehl (2004): a subjetividade não é fixa; ela sofre as interferências das mudanças do mundo moderno. Assim, elas estão em constante transformação e em diálogo constante com as mudanças. E, dificilmente, se escapa dessas tendências, pois o efeito paradoxal “do campo de identificações imaginárias aberto pela *cultura jovem* é que ele convoca pessoas de todas as idades. Quanto mais tempo pudermos nos considerar jovens hoje em dia melhor. Melhor para a indústria de quinquilharias descartáveis, melhor para a publicidade [...]” (KEHL, 2004, p. 93, grifo do autor).

Portanto, a cultura jovem faz com que as mídias apresentem uma mensagem apelativa de que, por mais que se queira dela esquivar, uma vinculação parece existir em maior ou menor medida. Não há uma lei moral ou ética que estabeleça os rumos ou limites para essas ações, exceto as do mercado, enquanto esses se mantiverem aquecidos e o objetivo parecer alcançado. Nessa direção, a autora apresenta um conjunto de provocações que auxiliam a pensar a função exercida pelas mídias sobretudo nas quatro últimas décadas, visto esse movimento não ser recente. Portanto, observar as ações dos grupos sociais, coloca a necessidade de nos atentarmos para o poder das mídias e como as pessoas têm se comportado frente a essas imposições.

Ante essas questões, Kehl (2004), ao observar a juventude como sintoma da cultura, assevera:

O fato é que nas últimas décadas viramos jovens perenes. Por que não? Se no tempo de Nelson Rodrigues todos queriam ser velhos, se cada época elege um período da vida para simbolizar seus ideais de perfeição, que lei, moral ou natural deve determinar os critérios de maturação humana, os padrões de longevidade, o limite para o que podemos exigir ou desfrutar de nossos corpos? Se ainda não se sabe o que a máquina humana, feita de apetites e de linguagem, é capaz, por que *o poder da cultura, do dinheiro, do cinema e da televisão não podem congelar cinco, seis gerações num estado de juventude perpétua?* (KEHL, 2004, p. 93-94, grifo nosso).

Sem se pensar em uma ação maniqueísta, no sentido de que aquilo que é veiculado pelas mídias é, antecipadamente, pensado e que ocorre exatamente como o planejado para o espaço social, não se pode, no entanto, dar uma de inocente nesse processo. As mídias dialogam com seu público, produzem aquilo que será aceitável ou reconhecido pelos consumidores. Mas, por outro lado, é impossível também negar o seguinte: “o que a sociedade de consumo vem justamente minando por baixo é a confiança que temos na história e em nosso valor como agentes de transformação social” (COSTA, 2004, p. 87). Assim, a interpretação feita pelas mídias sobre as manifestações são distantes e distorcidas da realidade em que ocorreram e nisso reside uma intencionalidade de classe, de manutenção dos privilégios e a intensificação na propagação dos novos valores e padrões de comportamento.

Ainda que a perspectiva de uma sociedade regida pela lógica de mercado possa ser imaginária, de algum modo ela atinge a estrutura social, pois os valores defendidos são veiculados pelas mídias constantemente. Assim, ante a situação vivenciada pelos grupos sociais na sociedade de consumo, é preciso entender que “comprar não é uma ação por necessidades biológicas, mas um ato econômico com implicações sociais” (COSTA, 2004, p. 77). Entretanto, nunca fomos educados a pensar em tais perspectivas e, com o advento das mídias e das tecnologias que contribuíram para a propagação de valores associados ao consumismo, parece que essas ideias se alastraram com muito mais força. A perspectiva da concorrência, da individualidade e do consumo atinge vários campos da vida social.

Perante tais questões, mesmo considerando que os grupos reagem às mensagens transmitidas, não se pode desconsiderar a ação das mídias, pois já se tem noção que a neutralidade não existe. E, conforme destacou Bourdieu (1997), a lógica de mercado acaba imperando e determinando a ação dos meios de comunicação, pois eles estão relacionados ao prestígio e esse está associado à audiência. Assim, argumenta que essas coisas acontecem de forma velada e, quanto maiores, mais força exercem no espaço social. Portanto, “essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (BOURDIEU, 1997, p. 33).

De maneira que a circulação da informação exerce algum tipo de força, não unicamente pela sua capacidade em si, mas sobretudo por dialogar com os grupos sociais,

visto que “somos seres de cultura que não temos apenas sede de pão, mas também de prestígio social. A satisfação em se sentir aprovado e admirado é um item indispensável para o equilíbrio emocional de todos nós” (COSTA, 2004, p. 80). Essa característica leva à aceitação do modelo de vida proposto e propagado pelas mídias. Ainda que os agentes sociais processem e interajam com elas, fazendo as escolhas necessárias, essas não são totalmente livres nem totalmente determinadas. Elas se relacionam com as condições objetivas e concretas dos agentes sociais em cada momento histórico.

Assim, os jovens também inventam seus próprios ritos, que dialogam com as condições objetivas e concretas em que esses grupos estão inseridos. Assim também nas sociedades capitalistas, “em que faltam ritos de passagem para sinalizar o ingresso na vida adulta, os objetos de consumo e os espaços próprios para frequência adolescente – lanchonete, baile *funck*, boate, *megashows* de rua – substituem os ritos característicos das culturas pré-modernas” (KEHL, 2004, p. 95, grifo do autor). A lógica de consumo, de uma ou outra forma, está posta, pois não somos socializados a pensar que essa atitude não depende necessariamente do nível de renda. Ela é, antes, uma atitude diante da vida e coloca o imperativo acerca dos objetos que se pode e se tem necessidade de possuir.

Entretanto, cabe destacar que está embutido, no processo acima destacado, a formação de novos valores em conformidade com a lógica neoliberal. Isto é, por meio do culto ao consumismo, o poder político da mídia também se impõe, forjando assim, a formação às novas gerações com outras concepções políticas e sociais que desconhece a pertinência dos movimentos sociais e partidários nos processos de socialização dos grupos.

Quanto aos grupos sociais fazendo ou não a mediação das mensagens midiáticas, uma coisa é certa: não é a partir das mídias que se desenvolve uma ação educativa para o consumo e ação social consciente. Daí que, “no Brasil, a maioria tem uma renda pessoal ou familiar desprezível, mas, mesmo assim, se comporta como se tivesse uma renda alta, quando se trata de usar objetos como coisas descartáveis” (COSTA, 2004, p. 84). Nem a educação formal escapa a essa torrente consumista - nas práticas escolares, parte das ações e valores, ainda que implícitas, atendem aos interesses da sociedade capitalista neoliberal.

As interferências são grandes e, como destacado até aqui, sua propagação a partir das mídias ganhou proporções e dimensões intercontinentais. Costa (2004, p. 75-76) argumenta que a “primeira observação a ser feita é que a concepção de sociedade regida pela economia de mercado é tão imaginária quanto qualquer outra do gênero. Dizer que uma concepção é imaginária não significa dizer que ela é impotente para alterar a realidade”. Assim, a ação das mídias e seu caráter educativo não podem ser desconsiderados, pois a materialização desses

aspectos é latente, bem como sua interferência nas instituições. Portanto, no interior das escolas, também impera um conjunto de ações e práticas que fortalece a lógica do sistema produtor de mercadorias.

Por conseguinte, o objetivo da mídia em sentido mais amplo, mais do que formar uma representação de jovens consumidores, é o de formação cuja compreensão para a nova geração se assenta em outras concepções políticas e sociais, as quais, engendradas nos fundamentos do neoliberalismo, desconsideram-se a importância dos movimentos sociais e partidários. De tal modo, a mídia enquanto poder político, enquanto formadora de um senso comum contribui para a construção e legitimação dos poderes hegemônicos, dois quais ela é parte.

Nessas condições, a concepção de formação visando a emancipação humana é preterida em função da instrumentalização, limitadora das potencialidades e capacidades humanas. Em contraposição a essa perspectiva, a função da escola não deveria ser a de “transmitir o saber, reduzido a conteúdo, a algo pronto e acabado, a ser servido, degustado e digerido; não é informar, instrumentalizar crianças, jovens e adultos para a vida, a sociedade tecnológica adequando-os para aí se inserirem com tranquilidade e eficiência” (COÊLHO, 2009, p. 21). A eficiência da escola deveria ser a de transcender essas amarras. No entanto, tem sido mais é associada à lógica de mercado, vista a necessidade de reprodução do sistema produtor de mercadorias.

Essa constitui ainda uma das crises e das enormes críticas que se fazem ao sistema escolar. Faz ainda com que nossa atenção se centre nas contradições da escola enquanto hegemônica e legítima e, às vezes, até confunde a educação em sentido amplo com a própria escola, sem compreender sua ação como sendo a mais ampla e emancipadora das ações humanas, sublime no processo de construção de uma vida e uma sociedade melhor.

Entretanto, além de a escola ser apenas uma parte do processo educativo, por mais legitimidade que ela tenha ela não está sozinha no processo de socialização dos grupos sociais. Essa etapa tão importante na vida dos seres humanos é realizada também pelas agências socializadoras clássicas: a família, o Estado, a igreja e, mais recentemente, a mídia (SETTON, 2020). Os valores aí veiculados vão compondo o espaço social e toda a crença que o envolve e à sociedade como um todo. Nessas condições, é necessário compreender que a educação é algo mais amplo e envolve toda a sociedade. Assim, é preciso pensar que tipos de valores se têm veiculado e forjado na estrutura social.

Esses valores que são propagados não podem ser vistos como uma cópia carbono de interesses externos à sociedade, mas como reflexo dela mesma, que possui um impacto tão

grande nos agentes sociais que, por mais que eles se movimentem no espaço social, impossível não sofrer a sua interferência. Portanto, é urgente entender que educar é ação de todos.

Por outro lado, a escola não está mais sozinha no trabalho de propagação de valores para a manutenção das relações desiguais. As interferências das mídias são reais e constantes, afetando, inclusive, a autoridade pedagógica do professor, vez que o transmitido pelos meios de comunicação comercial se constitui legítimo, verdadeiro, quase absoluto e inquestionável e com uma capilaridade muito grande no espaço social. A dinâmica utilizada nas programações midiáticas, o seu caráter lúdico voltado para o entretenimento, sem o peso da obrigatoriedade embutido nas ações da escola, fazem os meios de comunicação se constituírem em espaços muito mais atraentes do que a própria escola.

Assim sendo, é necessário e urgente a compreensão e a definição dos rumos que se quer com a educação escolar enquanto parte importante do processo endoculturativo, entendendo que a educação é um processo amplo e que envolve a todos.

O ato de educar e de formar é um movimento permanente entre o instituído e o instituinte, o existente e o “in-existente”, o real e o imaginário, o presente e o futuro, o que somos e o que devemos ser. Educar, e em especial formar, é tornar concretamente possível, trabalhar para realizar o movimento instituinte de criação da autonomia, da liberdade, da humanidade, da sociedade, das instituições, dos grupos e indivíduos autônomos, livres e justos. Essa formação só se efetiva no e pelo exercício e cultivo do pensamento na vida coletiva e individual, sem jamais abrir mão de pensar as ideias, os valores, os hábitos, os costumes, a teoria, a prática, a ação humana, sobretudo em sua dimensão pública, coletiva, procurando realizar o bem, o bem comum, a *pólis*, a sociedade e os indivíduos excelentes (COÊLHO, 2009, p. 21).

À educação formal, desenvolvida a partir das instituições escolares, competiria a função de “formar crianças, jovens e adultos de todas as idades e situações, ajudando-os a realizarem, a confirmarem sua humanidade, contribuindo para a sua efetiva humanização; formar seres autônomos e livres, que saibam ler, trabalhar intelectualmente [...]” (COÊLHO, 2009, p. 21). A escola, analisada a partir de seus problemas e contradições, deve ser vista como parte integrante de realidades mais amplas que compõem um conjunto de agrupamentos em constante movimento.

O mundo da cultura – entendido como esfera da formação, da formação cultural, do cultivo da humanidade e dignidade dos humanos, da “con-vivência” autônoma, livre e respeitosa no trabalho, na vizinhança, no bairro, na cidade, nas relações entre povos, no mundo como morada de todos, como morada humana, *éthos* – é indissociável da reflexão que se faz necessária das questões verdadeiramente significativas da educação, da formação e da escola (COÊLHO, 2009, p. 17).

A escola não é espaço vazio e sem vida. Sem os agentes, ela perde o seu sentido e sua razão de ser. Precisa auxiliar crianças, jovens e adultos a vencerem suas dificuldades, a enxergarem o mundo como espaço de construção cotidiana. Sem essa função, ela se torna pobre no que concerne à educação, à cultura, à formação e à realização plena da existência humana. Portanto, deve ser pensada como locus de organização, cuja função é a de transmitir e socializar o que se entende por saber sistematizado, que deve “ser apropriado pelos alunos, preparando-os para a continuidade dos estudos, o mundo do trabalho e a vida. [Sem isso], é empobrecê-la e fragilizá-la pela perda de sua autonomia, sentido e razão de ser, sobretudo numa cultura que tende a ver tudo em termos de imagens” (COÊLHO, 2009, p. 16).

A cultura como produção e ação humana é um processo amplo e estrutura toda a organização social dotada de sentido. Sendo produto da ação humana, ela exerce também uma força em seu produtor, determinando os valores, concepções e crenças aceitas como legítimas no espaço social. Nisso reside uma contradição, pois interesses escusos e contrários à sociedade podem ser reforçados como legítimos, fazendo o contrário daquilo que apresentam em termos de discurso, leis e decretos. Dialogando com os valores socioculturais, agências socializadoras. Como “a mídia, a sociedade e a escola, em todos os níveis de ensino, procuram formar indivíduos para serem bem sucedidos na vida, arrumarem um bom emprego, ganharem dinheiro, usufruírem de todos os prazeres imagináveis e possíveis [...]” (COÊLHO, 2009, p. 16).

Entretanto, na maior parte dos casos, esses são valores entendidos em si mesmos e desvinculados da cultura mais ampla, desobrigando as pessoas da responsabilidade com o mundo natural, “o meio ambiente, o esgotamento dos recursos naturais [...] e, sobretudo, com o outro, com o desemprego, a fome, a miséria, a vida coletiva, a sociedade e a ética, numa palavra, [com] a responsabilidade com o presente e o futuro da humanidade” (COÊLHO, 2009, p. 16). Assim, o individualismo, a concorrência, a meritocracia, o consumo exacerbado são cada vez mais intensificados, pois são veiculados e incentivados como valores legítimos a serem alcançados.

A educação escolar, em constante diálogo com a cultura, entendida como processo mais amplo para a construção de valores, precisa integrar as pessoas, romper com a lógica individualista, mostrando que a vida em sociedade requer práticas nas quais os indivíduos não sejam “valorados, avaliados, idolatrados ou ignorados, pelo que têm e consomem, pela aparência corporal, pelo que alcançaram em termos de dinheiro, poder e sucesso, [...]” (COÊLHO, 2009, p. 16). Em tais condições e concordando com o autor, fala-se muito em formação humanística. Entretanto, “em geral, se esquece que uma boa formação humanística

prepara mais eficientemente para um mercado de trabalho em constante processo de mutação tecnológica que qualquer formação profissionalizante *stricto sensu*” (COELHO, 2009, p. 17). Portanto, valores, uma vez veiculados e incentivados como legítimos, passam a compor o imaginário social.

Nessa perspectiva, o conjunto de mudanças legais para a educação escolar na década de 1990, apontados como a grande reforma na educação, inclusive com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), se ofereceu alguns avanços significativos, ainda manteve, no entanto, o viés imediatista, instrumentalista e técnico da educação escolar voltada para a preparação para o mercado de trabalho.

Uma vez mantidas e materializadas tais perspectivas no espaço social, elas também fazem parte do modo de ser e agir das pessoas e das instituições. Colocando novamente a necessidade de pensar sobre os valores e padrões veiculados pelas mídias e o seu alcance na estrutura social, indaga-se: até quando a moral do lucro, o consumismo se manterá em alta como valor cultural preponderante, incentivado pelas agências socializadoras clássicas como bens legítimos a serem alcançados?

A sociedade como um todo sofre essas interferências e as agências de socialização, em especial as mídias, contribuem para a sua manutenção, pois possuem caráter educativo: elas não somente informam, mas formam valores e *habitus* visíveis no cotidiano, ignorando as condições e a capacidade criadora dos seres humanos para alterar esse processo. Ainda que as pessoas processem as mensagens transmitidas, elas ainda possuem força na reprodução e manutenção das relações. Entretanto, a roda da história não para e o processo cultural não é estático. Ao contrário, está em constante movimento, mudança e transformação.

Em tais condições, concordando com Costa (2004, p. 88), “não vejo outra saída, exceto recobramos a confiança em nosso poder de transformação, como criadores que somos. [...], que para isso é preciso recuar da posição na qual fomos postos, qual seja, a de indivíduos exclusivamente voltados para o próprio umbigo”. Toda mudança que se queira no coletivo começa primeiro nas ações individuais. É preciso romper com a perspectiva ideológica fortemente propagada de que a estrutura social não se altera e que a realidade é imutável.

Portanto, é necessário que os seres humanos se reconheçam como agentes sociais, pois a mudança exige “que pensemos que o que todos fazemos no dia adia, em qualquer atividade profissional ou cultural, é importante. O que cada um de nós faz ou diz importa, e importa muito! O mundo se faz de pequenos gestos cotidianos e das grandes crenças que os sustentam” (COSTA, 2004, p. 88). Assim, é urgente, por parte das agências socializadoras, o

cultivo de práticas culturais que proporcionem aos seres humanos o reconhecimento de sua capacidade criadora e transformadora da realidade.

1.4 Juventude brasileira e anos 1990: transformações, concepções e a relação com as manifestações sociais

A discussão realizada neste item objetiva refletir acerca da juventude brasileira no contexto dos anos 1990. Aponta as transformações desse período, verticalizando a discussão para a participação dos grupos sociais juvenis, indagando a relação entre juventude e manifestações sociais no início dos anos 1990. Tensiona ainda a concepção que verbaliza a participação desses agentes jovens como algo inerente à condição juvenil, como se estivesse presente nos jovens o ímpeto à “rebeldia”, ou seja, o jovem como um agente protagonista e, portanto, o único e grande responsável pela mudança. Ao refutar essa concepção, a discussão ainda esclarece que a busca pela transformação, enquanto luta de classes, é de responsabilidade de todos. Alude ainda sobre o tipo de imagem visual que os meios de comunicação hegemônicos forjaram sobre as juventudes.

Ao final, argumenta que a participação dos jovens nos movimentos populares no início de 1990 foi, na realidade, oriunda de condições objetivas e concretas do período histórico por eles vivenciado. As histórias de cada período são as impulsionadoras dos movimentos sociais. Nessa direção, os movimentos ou manifestações da sociedade foram legítimos e de interesse de todos, não sendo, portanto, característica única e exclusiva das juventudes.

A década de 1980, fase final dos vinte e um anos de ditadura militar, foi marcada por intensos debates e por manifestações contrárias ao governo dos militares, que contaram com um número significativo de jovens. O fenômeno viria ocorrer novamente na década seguinte, com a tomada de ruas e praças pela juventude que pedia a saída do presidente eleito pelo voto direto. A onda de corrupção no governo Collor, sobretudo pela visibilidade e enfoque dado à questão pela mídia, influenciou a sua saída e contribuiu para inflamar os grupos sociais.

A retomada das manifestações na década de 1990 demonstrou a sua importância e pertinência, reforçando a *práxis* entendida como aprendizado efetivo e constante pela prática da ação, vez que é somente por meio da organização que se consegue de fato exercer o direito de participação política. Por outro lado, demonstrou também, de forma bastante latente, a força e a capacidade dos meios de comunicação hegemônicos de adentrar o tecido social e forjar a opinião pública. Isto é, o poder político da mídia. À medida que esse movimento ia sendo arquitetado, a imagem do presidente ficava cada vez mais manchada e, nessa

movimentação, a imprensa destacava a juventude como sendo a protagonista do processo de *Impeachment*.

Mesmo não corroborando a ideia do protagonismo juvenil atribuído a esse grupo, a juventude, no referido período, foi numericamente expressiva nas manifestações de rua. Os ‘*caras pintadas*’ emergiram com uma proporção muito grande, sobretudo pela visibilidade que lhes era atribuída pelos meios de comunicação hegemônicos. E, de fato, participaram das manifestações, protestaram, foram contra as notícias de corrupção associadas ao presidente. Mas, ainda assim, a fabricação forjada pela mídia acerca da juventude, principalmente a da revista *Veja*, nos parece controversa. Primeiro, por haver uma homogeneização da categoria e, segundo, pelo tratamento dado: como se todos os jovens tivessem participado e soubessem exatamente o que faziam nas mobilizações de rua.

Gropo (2008) destaca que as manifestações tinham a cara dos próprios jovens. Sendo bem humoradas, serviam também como locais de encontros e paqueras e a proposta aqui é tensionar essa representação forjada pela mídia sobre a juventude brasileira naquele momento histórico. Da maneira como foi colocada a ação dos jovens, parecia que a alteração das desigualdades e os problemas sociais no Brasil, em questão de tempo e a partir da ação popular juvenil, seriam resolvidos - tanto que o Congresso, segundo a Revista *Veja* (1255), ouviu a ‘voz das ruas’ para decidir sobre a votação do *Impeachment* do presidente.

Findado o processo de *Impeachment* e confirmado o afastamento do presidente, a mesma juventude que, segundo a mídia, foi crucial para os rumos e decisões tomadas, não continuou, por parte da mesma mídia, com a visibilidade de antes. É como se esses sujeitos históricos tivessem desaparecido ou não mais fizessem parte da realidade brasileira, embora, do ponto de vista da práxis cotidiana, a transição da década de 1980 para 1990 tenha significado, política e socialmente, a retomada e a emergência da participação popular e, dentre essas, o reconhecimento da juventude como grupo social distinto.

A questão que se coloca é a de que não se deve exagerar, em relação à participação dos jovens, nas visões: a pessimista de um lado ou otimista em demasia de outro. Uma das hipóteses levantadas é a de que algo ficou como aprendizado para os grupos sociais, porque, como se sabe, as manifestações sociais juvenis não foram a novidade daquele momento histórico. Bringel (2012) chama a atenção para a necessidade de uma análise cíclica das ações coletivas. Assim, os movimentos estudantis, compostos em sua maioria por jovens universitários, passaram por sucessivos ciclos e, nesse caso, os acontecimentos do início dos anos 1990 configurariam mais um ciclo e não necessariamente uma ‘novidade’, conforme expressado pela mídia.

Nessa direção, a reflexão de Groppo (2008) é bastante interessante: segundo ele, nas manifestações do Fora Collor, a presença de jovens secundaristas foi numericamente expressiva, diferentemente de movimentos anteriores em que a presença de jovens universitários era predominante. Isso ajuda a refletir a ideia de metamorfose dos movimentos juvenis à medida que sua base de participação se amplia para outros níveis de ensino e para outros grupos sociais, apontando que, dadas as desigualdades socioeconômicas e culturais, não existe uma única forma de viver a condição juvenil. Portanto, ser jovem no Brasil expressa as múltiplas e variadas formas de viver essa fase da vida e pensar os movimentos juvenis coloca a necessidade de se ter essa particularidade como pano de fundo, essencial a qualquer análise que se queira séria e coerente.

Uma das hipóteses levantadas é a de que a mídia de modo geral e a Revista *Veja* em específico, ao trabalharem com essa categoria, desconsideraram a sua amplitude, forjando a ideia de uma juventude homogênea, que possui a predisposição quase inata para a manifestação, o enfrentamento e o combate às desigualdades sociais. Em outro extremo, essa mesma juventude, dependendo dos interesses com os quais se dialoga no período histórico, pode se tornar apática, sem interesse para as questões sociopolíticas e culturais, antes interessadas pelo mundo do consumo, das drogas e/ou da violência.

Os vários modos de se viver a condição juvenil precisam ser balizados, pois diferenças entre as classes sociais têm se agravado na sociedade contemporânea, sobretudo em função das mudanças ocorridas na organização da produção nos últimos anos. No entanto, essas diferenças têm sido atenuadas por um discurso individualista e meritocrático, que responsabiliza, individualmente, cada uma das pessoas que compõem os grupos sociais na estrutura de organização da sociedade capitalista. As disputas em torno de melhorias, com maior ou menor grau, estão abertas e encontram sua estruturação no modelo de organização socioeconômico implementado.

Daí a mídia, com sua ação educadora, desenvolver uma narrativa de esvaziamento do sentido político dos movimentos juvenis no processo de *Impeachment* do presidente Fernando Collor, fabricando uma concepção de juventude distante da realidade vivenciada por milhares de jovens brasileiros. Some-se a isso as perspectivas de flexibilização, que atingiram a classe que vive do trabalho, mudando, inclusive, seu modo de agir na busca pela manutenção de direitos historicamente conquistados.

Assim, a noção de classe social, luta de classes foram diluídas, especialmente devido ao processo de reestruturação produtiva já destacado, pois os grupos sociais davam a impressão de que não mais se reconheciam enquanto classe trabalhadora. O trabalho enquanto

elemento de alteração da natureza, mas também de socialização, organização dos grupos sociais e de conscientização da condição de classe parecia não fazer mais sentido no novo cenário pautado pela flexibilização. A subjetividade do trabalhador parecia mesmo, de fato, ter sido afetada (HARVEY, 2017; ANTUNES, 2006, 2009).

O resultado da reestruturação produtiva de base flexível foi o aumento do desemprego, a acentuação das desigualdades e a fragilização dos segmentos populares organizados, em que a participação popular foi se tornando tarefa cada vez mais difícil. Associe-se isso à conjuntura de conciliação entre Estado e sociedade que também balizou o período de transformação. Assim, a emergência dos movimentos juvenis constituiu, naquele contexto, certa surpresa. Segundo destacou Groppo (2008), os jovens foram para as ruas sem nenhum tipo de incentivo ou auxílio de partido político ou político profissional. Somente depois dos movimentos terem ganhado certa proporção é que as instituições partidárias, juntamente com seus respectivos representantes, começaram a aparecer.

Apesar disso, a contradição permaneceu, mesmo que a revista *Veja* não explorou a condição de sujeitos sociais dos jovens. O objetivo no ocultamento dos mesmos nas páginas da revista esteve associado à desvinculação destes das ações desenvolvidas pelas organizações de movimentos sociais e nisso reside também seu poder político e também caráter educativo visando à formação de um senso comum que atendesse os seus interesses de classe. Contudo, ler e apreender os jovens como sujeitos sociais, coloca a necessidade de entender que os sujeitos são contraditórios e a contradição não se resolve, ela só se desenvolve.

Nesse processo de desenvolvimento da contradição, não é o caráter de espontaneidade ou influência das organizações para a participação dos jovens que se constitui o elemento central. O que de fato existiu foi a presença dos jovens nas ruas e praças. Todavia, seria ilusão pensar que nas várias manifestações em que se reuniram número significativo de jovens pedindo a saída do presidente, todos eles estivessem de algum modo, vinculado ou ligado às instituições partidárias, representativas de classes ou grupos, dentre elas o movimento estudantil. E outra, qual o problema de entender que alguns daqueles jovens estavam nas manifestações do Fora Collor por espontaneidade. Isto é, não vinculados às organizações de movimentos sociais.

Pela generalização e visibilidade proporcionada aos jovens pelos meios de comunicação comercial no processo de *Impeachment*, a indagação que se faz é: qual concepção de jovens e movimentos juvenis foi trabalhada nas reportagens da revista *Veja* nos protestos a favor da saída do presidente Fernando Collor? A perspectiva do jovem apático e desinteressado politicamente? A do impulsionador, rebelde pela própria idade? A do

trabalhador? Como fica a luta de classes nisso? A sociedade, de modo geral, ante os escândalos de corrupção, parecia desacreditar na democracia e concebia a juventude distante da vida política e das questões sociais do país. No entanto, a retomada dos valores democráticos teve, nos movimentos juvenis de 1992, uma grande marca.

Nessa direção, entende-se que a ação coletiva é e deve ser de interesse de todos: primeiro, porque ainda existe a divisão entre classes sociais e, segundo, como forma de evitar os estereótipos criados sobre os jovens do período, como os de apatia e aversão às questões políticas, ou de indignação e contestação como inerentes às juventudes. Não é inata a esse grupo a concepção de revolução. Os movimentos juvenis são originários das contradições vivenciadas por eles em cada momento histórico e são essas também que dão materialidade à sua perspectiva de protagonismo.

As transformações ocorridas no país desde a década de 1970 assumiram formas distintas e se modificaram no transcorrer do processo histórico. Como vimos, as mudanças na base produtiva na década de 1980, pautadas pela lógica da flexibilização e tendo o mercado como central e determinante, geraram alterações também na estrutura de organização social que tiveram peso e consequência sobre os grupos sociais de modo geral e, conseqüentemente, sobre os movimentos juvenis. Assim, a juventude dos anos 1990 é o resultado dialético das próprias condições por ela vivenciadas naquele momento histórico. Como e por que se deu sua participação nos processos das ruas, então?

É que a representação da juventude brasileira, durante muito tempo, foi a dos anos de 1960, uma imagem que foi sendo transmitida para períodos posteriores, constituindo a denominada memória de empréstimo. Ou seja, algo que não se viveu, mas que, ao ser reproduzido, passa a ser compreendido pelos grupos sociais como se esses tivessem vivenciado a situação no respectivo período em que ela ocorreu (HALBWACHS, 2003). Esse recurso à memória de empréstimo auxiliou o processo de balizamento e caracterização das juventudes, tanto que a concepção de apatia e desinteresse político é trocada por uma ideia de juventude combativa, embora sem pensar nas mudanças e transformações históricas. Basta nos lembrarmos de que a juventude da segunda metade dos anos 60 já iniciava o seu combate à ditadura civil-militar que havia tomado o país.

Ou seja, espera-se ou acredita-se que a ideia de contestação é inata aos jovens, quando, na realidade, são as condições objetivas e concretas do período histórico que levam os grupos sociais a se manifestar (BARKER, 2014; HOUTART, 2006). Assim, a juventude da década de 1990 não era apática e menos ainda desinteressada politicamente. Na realidade, eram jovens de seu tempo e viviam as contradições desse tempo - tanto que bastou um elemento de

descontentamento para que parcela deste segmento, de forma independente, tomasse ruas e praças pedindo a saída do presidente.

A década de 1980 no Brasil se configurou com avanços que, naquele período, foram significativos para a efetivação dos anseios políticos, econômicos e socioculturais da sociedade. O período, portanto, tem relevância histórica, importância social e se constituiu como marco de reaglutinação das forças sociais em busca de um ideal comum. Essa, possivelmente, foi uma de suas características mais contundentes, após mais de vinte anos de degradação proporcionada pela ditadura civil-militar instaurada no país (GERMANO, 2005).

Na transição da década de 1980 para o início dos anos 1990, o aprendizado proporcionado pela efervescência da sociedade civil, conforme destacado, por mais efêmero que possa parecer, possui caráter duplo. E é justamente essa duplicidade que não permite que resultados alcançados sejam apagados da memória de agentes sociais e da estrutura política. Os acontecimentos históricos, principalmente de grande monta, nos ensinam cotidianamente (GRAMSCI, 2004).

É preciso ter em mente que “[...] às vezes, movimentos se desenvolvem em alguns lugares em cenários aparentemente favoráveis, mas às vezes não [...]. Uma onda de protestos é um fenômeno *sui generis*, cuja exploração requer sua própria definição e suas próprias ferramentas conceituais específicas” (BARKER, 2014, p. 11).

De outro lado, ainda é necessário entender que a juventude, ao mesmo tempo em que é uma condição social, também se constitui como representação simbólica. Essa representação simbólica, na sua maioria, insiste em um movimento que homogeneiza e idealiza os agentes juvenis; imputa-lhes a função “transformadora” da realidade social. Isso pode explicar um pouco mais os estereótipos lançados às costas da juventude nas manifestações dos anos 90.

Dessa sorte, historicamente, à medida que a representação simbólica do protagonismo juvenil se fortalecia no interior das formações sociais, principalmente devido à forte exposição midiática, atribuiu-se a ela a responsabilidade pelas conquistas alcançadas. Assim, passou a ser função sua e não da sociedade como um todo a ação para a mudança. Contribuiu muito pra isso também o movimento dos “Caras Pintadas”, cujo visual foi muito explorado pelos meios de comunicação, destacando com isso, no mesmo sentido, a juventude como a grande responsável pelos resultados do *Impeachment*.

Mas, na realidade, é mais coerente pensar a partir da inter-relação entre diversos campos sociais (político, econômico, a mídia etc.), que disputavam, nitidamente, a supremacia no estabelecimento de um projeto hegemônico de sociedade. Ou seja, é preciso tensionar,

sobretudo do ponto de vista macro, essa perspectiva que se centra na ideia de protagonismo juvenil.

Conforme ressaltado, são as contradições históricas de cada período que levam aos levantes (BARKER, 2014). Ademais, a ideia de protagonismo juvenil não pode ser lida como sinônimo de espontaneísmo. Pois a ação é impulsionada pela contradição no espaço social e, nesse processo, é preciso ter cuidado com a polarização, que pode levar à apatia de um lado ou à supervalorização de outro. Assim, da extrema e total apatia dos jovens, no que diz respeito às questões políticas e sociais, ao gesto mais rebelde e imponderável, os grupos juvenis denominados ‘*Caras pintadas*’ foram responsabilizados pelos resultados do levante de 1992, principalmente pela mídia¹⁶. Ainda assim, muitas críticas foram tecidas devido à ausência de partidarismo e ideologia nesses jovens que tomaram as ruas.

Na reflexão realizada por Groppo (2008), há, no entanto, uma concepção diferente, mostrando que os movimentos de 1992 tinham as características dos jovens daquele período. Chama a atenção para a necessidade de enxergar as passeatas como espaço de diversidade e aceitação dos mais diferentes grupos e estilos de viver a condição juvenil.

Portanto, atribuir aos jovens ‘*Caras pintadas*’ a responsabilidade pelos resultados que sucederam é reforçar, de um lado, uma perspectiva de supervalorização e, de outro, excluir os múltiplos interesses dos vários campos em disputa naquele momento histórico específico e a participação de outras entidades representativas que já estavam em movimento - CUT, CGT, UNE e Ubes etc. - ainda que não tenham conseguido a adesão maciça dos jovens em suas bases.

Se é pertinente considerar que a exigência pela retomada dos valores democráticos teve, nos movimentos juvenis do início da década de 1990, uma de suas grandes marcas, isso não se deveu apenas a que os grupos sociais pareciam estar um tanto desanimados com a democracia e concebiam a juventude a partir da representação da apatia política e social. Na realidade, o contexto da década de 1990 foi balizado por outra relação entre sociedade política e sociedade civil. Foi um período marcado pela reconstrução institucional, que se iniciou desde o governo Sarney e que, por conta disso, se baseava mais na *negociação* do que propriamente no *embate*, como fora em períodos anteriores (BRINGEL, 2012).

Também, nessa mesma direção, os movimentos ou manifestações da sociedade são legítimos e, em tese, de interesse de classes sociais, não sendo, portanto, inatos à juventude, mas oriundos da própria desigualdade histórica que certos grupos sociais têm enfrentado ao

¹⁶ Ainda que a revista *Veja* não utilize o termo em sua reportagem, a denominação ‘*Caras pintadas*’ foi balizadora do reconhecimento que se teve dos protestos juvenis de 1992.

longo de sua trajetória, principalmente sob a lógica capitalista de organização produtiva e socioeconômica.

Assim sendo, conforme destacou Mische (1997), mesmo que a memória (de empréstimo) de 1968 seja evocada para pensar os movimentos juvenis, existem diferenças cruciais entre os dois períodos. O campo político de 1968 foi polarizado: o Estado militar rivalizava com a oposição estudantil. Em 1992, os jovens denominados ‘*Caras pintadas*’ tiveram presença marcante, mas contaram com apoio da sociedade civil e da sociedade política numa frente ampla contra o presidente Fernando Collor. Ainda que a visibilidade proporcionada pela mídia aos protestos juvenis tenha sido grande, “a participação entusiasmada dos jovens nas passeatas pelo *Impeachment* – [...] – não podem ser chamadas de ‘independentes’ ou ‘espontâneas’, pois eles receberam amplas formas de apoio oficial e não-oficial” (MISCHE, 1997, p. 136).

De tal modo, uma análise que supervalorize a ação dos jovens nos movimentos de 1992 ou os caracterize como apáticos pode ser problemática por três aspectos que se entrelaçam. Primeiro, a excessiva visibilidade atribuída pela mídia pode provocar uma visão entusiasmada. Segundo, reestruturação produtiva que salientamos gerou dificuldades de organização de modo geral e não somente dos jovens. Até mesmo as entidades representativas com tradição e experiência organizativa tiveram dificuldades nas suas bases. Em terceiro, as possibilidades que se abriam à socialização juvenil no início dos anos 1990, que eram muito mais amplas - estudo, trabalho, ONGs etc. - e já não permitiam mais caracterizar o jovem apenas como estudante.

Portanto, os jovens viviam as contradições e também desilusões de seu tempo e elas precisam ser pensadas, principalmente quando se olha para esse público ao qual não é inerente o ímpeto à mudança. Eles viviam a tensão de uma inflação crônica, recessão econômica que minava as aspirações de camadas sociais diversas. Associe esse contexto às notícias de corrupção do governo Collor, veiculadas diariamente pelos meios de comunicação, e as manifestações estarão impulsionadas pelos sentimentos de angústia e desilusão.

Portanto, a aparente descrença juvenil em relação à política não necessariamente exprimia que os jovens fossem acrílicos ou apáticos. Na realidade, “aponta[va] (...) para a falta de espaços centralizadores ou de identidades públicas unificadoras, capazes de transformar suas críticas sociais – muitas vezes agudas – em ação coletiva” (MISCHE, 1997, p. 144). Ante essa dificuldade de canalização das forças coletivas juvenis, fruto das mudanças do chamado período de transição, a ideia de “Geração Shopping” encontrava terreno propício para ser propagada, pois dialogava melhor com os interesses dominantes em jogo.

CAPÍTULO 2

A GERAÇÃO QUE NÃO ACEITA ROTÚLOS SE MOBILIZOU: A RUA COMO ESPAÇO DE AÇÃO E ATUAÇÃO JUVENIL

Buscar uma definição para a juventude é tarefa árdua e extremamente complexa, porque não se trata de uma categoria única e homogênea. Num primeiro momento, seu uso tinha como objetivo fazer referência à nova categoria social que se produzia com a modernização dos Estados e da produção industrial de meados do século XIX, conforme destaca Ghiardo (2009, p. 85): “con el paso del tiempo la juventud se fue convirtiendo em um fenómeno social y cultural sumamente complejo, cargado de múltiples significados que fueron haciendo difícil definir la sinenredasre em esa dadeja”¹⁷.

Se há complexidades, os critérios que a constituem, conforme Bourdieu (2019), são, no entanto, de ordem histórica e sociocultural. Nessa direção, Groppo (2017) argumenta que a juventude é uma construção histórica e sociocultural, porque ela se modifica no tempo e no espaço.

Nas ciências sociais, especialmente nas abordagens socioculturais, a juventude é assumida como categoria complexa devido aos fatores históricos e socioculturais que compõem sua construção em momentos e épocas distintas. Ante essas características, o segmento juvenil apresenta variações e limitações, sobretudo quando abordado segundo a idade. Mas a definição de juventude pela faixa etária, mesmo quando utilizada pelos pesquisadores, não pode significar a sua redução a essa.

A discussão concernente à juventude tem assumido relevância significativa, sobretudo no último quartel do século XX, o que não significa a afirmação de que tenha surgido nesse período. A sua constituição é mais ampla e não se reduz à questão etária. O século XX é assumido somente como marco delimitador da juventude como grupo social distinto no interior das formações sociais. Nesse movimento, a Europa foi palco inicial do processo que, posteriormente, se espalhou para outras regiões do globo. Um processo, porém, quase sempre carregado de controvérsias.

Desde então, pensar as juventudes tem colocado a necessidade de situá-las em seus contextos históricos, entendendo que suas definições são o resultado de embates “nos campos político, econômico, e também conflitos entre e intragerações” (NOVAES, 2009, p. 105). Além disso, é pertinente também observar a multiplicidade de vivências da condição juvenil

¹⁷Com o passar do tempo, a juventude tornou-se um fenômeno social e cultural altamente complexo, carregado de múltiplos significados que dificultam definir os emaranhados dessa tradição.

(que não passa, como já dissemos, pela faixa etária, pois jovens com idades idênticas vivem juventudes diferentes).

De outro lado, há ainda outras características. Por exemplo, “entre os jovens brasileiros de hoje, a desigualdade mais evidente remete à classe social” (NOVAES, 2009, p. 106). E essa característica ainda é latente.

Assim, o presente capítulo tem como objetivo refletir acerca da compreensão que se foi constituindo sobre a juventude no Brasil tendo como baliza a década de 1990, pois um conjunto de alterações marcou significativamente esse período. Nessa direção, reflete ainda em torno das lutas sociais juvenis no Brasil moderno, visando salientar como esse segmento foi representado nos momentos de efervescência das chamadas lutas sociais no país, que contou com a presença do segmento juvenil brasileiro sobretudo no século XX. Esse panorama ajuda a pensar a ação desse segmento social bem como a ideia de protagonismo juvenil.

Faz também uma abordagem em torno do movimento ‘*Caras pintadas*’, destacando as ideias e divergências em relação às concepções sobre a participação dos jovens nas passeatas pedindo a saída de Collor, presentes nas análises realizadas por Rodrigues (1997), Dias (2000), Caccia-Bava & Costa (2004) e Groppo (2008) sobre o movimento juvenil. Tensiona essa categoria ‘*Caras pintadas*’ enquanto construção midiática que homogeneiza os jovens de 1992 e os aproxima, não exatamente dos movimentos juvenis de 1968, mas da representação fabricada de jovens no seriado *Anos Rebeldes*, visto como um impulsionador preponderante de sua participação no *Impeachment* do presidente Fernando Collor.

Por fim, enfatiza a necessidade de se compreender a ação dos jovens em passeatas no ano de 1992, destacando o que os impulsionava segundo a revista *Veja*. A hipótese é de que a categoria ‘*Caras pintadas*’, construída pela mídia, não consegue expressar a gama e a amplitude do que foram os jovens no *Fora Collor* devido ao esvaziamento feito pela revista do sentido político de juventudes e movimentos juvenis e sua estigmatização frente a uma realidade tão diversa e desigual como a brasileira.

2.1 Referenciais teóricos para o estudo da temática juventude

A juventude como categoria específica no interior das formações sociais tem sido objeto de preocupação desde tempos remotos. No entanto, as divergências nesse campo, conforme Alves (2008), Groppo (2017), é decorrente de dois equívocos: o primeiro deriva de duas concepções distintas, ou seja, uma concebe a juventude como classe etária associada à

mesma idade biológica. A outra a define como grupo social. O segundo equívoco decorre do processo de massificação juvenil, que, de certa forma, explica a atenção maior a ela dedicada na sociedade contemporânea.

Ao discutir o conceito de juventude enquanto campo de disputa, Islas (2009) atribui a Rousseau a primeira noção moderna de juventude, ao realizar, na sua obra *Emílio*, uma separação do universo da criança, do adolescente e do adulto. Essas três vertentes, ao se diversificarem, concentraram suas análises em segmentos diferenciados. A pedagógica girou em torno da criança, a psicológica se centralizou no juvenil enquanto uma etapa da vida, a adolescência (e teve em Stanley Hall seu grande representante), e a sociológica se centrou nos estudos da juventude.

As contribuições do teórico Stanley Hall fizeram surgir, no início do século XX, nos Estados Unidos, a primeira definição científica e universal de adolescência ligada ao campo da psicologia. Essa definição concebe como perspectiva de análise o sujeito particular e seus processos de transformação biológica, sendo a adolescência conceituada, desse modo, como um período problemático e conturbado no qual se experimenta um conjunto de emoções que não se controla e, dificilmente, se compreende. A adolescência passa a ser concebida como um ‘segundo nascimento’, ideia tomada de Rousseau (LEON, 2009).

Entretanto, uma divisão tem sido realizada no âmbito dos estudos sobre o juvenil e, de forma disciplinar, tem sido atribuída à psicologia a responsabilidade de analisar a adolescência e às ciências sociais¹⁸ a de estudar a categoria juventude. Contudo, é possível identificar que os conceitos de adolescência e juventude, “em muitas ocasiões, têm sido usados como sinônimos e como amalgamados entre si, especialmente no campo de análise da psicologia geral e em seus ramos [...]. Isso não ocorre com tanta frequência nas ciências sociais” (LEÓN, 2009, p. 49).

Nas ciências sociais, somente esporadicamente o jovem ganhou essa visibilidade associada às manifestações e atitudes de crítica e resistência às instituições. Dos teóricos fundadores da sociologia, Durkheim foi o que mais explicitou questão da juventude, mesmo que pela via educativa, ao afirmar que a educação era uma ação das “gerações mais velhas sobre as mais jovens” (ISLAS, 2009). A partir desse tipo de abordagem, as perspectivas teóricas ligadas à antropologia e à sociologia se constituíram nas principais correntes de pensamento sobre a juventude.

¹⁸ E também das humanidades: a sociologia, antropologia cultural e social, história, educação, estudos culturais, comunicação, entre outras.

Depois daquelas poucas alusões, as primeiras indicações mais sistemáticas sobre os segmentos juvenis aparecem no final da década de 1920, e provieram de dois enfoques que marcariam também duas formas de aproximar-se da questão juvenil: uma explícita e direta, como a que surgiu de início no campo da antropologia; e outra que, enfocando problemáticas mais amplas, tocou implicitamente os assuntos juvenis como parte de alguns interesses gerais, como seriam os estudos da escola de Chicago (ISLAS, 2009, p. 20).

A vertente antropológica norte-americana contribuiu com o conceito ao destacar que a transmissão cultural entre gerações se diferencia a partir do tipo de sociedade e que a idade e o sexo, se são aspectos vistos como naturais, na realidade são elementos que sofrem forte influência do componente cultural. Aparece, então, “o interesse em estudar a influência dos contextos culturais nos temas relacionados à idade” (ISLAS, 2009, p. 20). Um aspecto importante dessa vertente é que ela propôs um olhar menos ingênuo sobre o juvenil, mostrando que as manipulações sociais e culturais em torno do conceito podem existir.

A esse respeito, Bourdieu (2019) destacou acertadamente: “quando digo jovem/velho, tomo a relação em sua forma mais vazia. Somos velhos ou jovens de alguém. É por isso que os cortes, seja em grupos etários, seja em gerações, são bastante variáveis e são uma questão de manipulação” (p. 138). Ele entende que o refinamento teórico é essencial para a construção do conceito, mas somente faz sentido se o situarmos na realidade social que o produz e, ainda assim, reconhecendo que as diferenças existem.

O que ele procura demonstrar é “que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (BOURDIEU, 2019, p. 138). A mesma pessoa pode ser considerada jovem em idade biológica, dada uma situação específica, mas, na idade social, em comparação com outra pessoa de menos idade, pode ser concebida como velha. Portanto, os critérios de definição são frágeis e sempre dependem dos aspectos socioculturais de quem avalia.

A vertente social, ao se centrar no juvenil de forma articulada aos seus espaços de convivência, como um segmento da população ou grupos de pares, pôde salientar as características próprias desse grupo. Ao relacionar a juventude ao seu contexto social, percebeu-se que ela possui, simultaneamente, especificidades, devido aos problemas semelhantes de uma mesma classe e/ou diversos que estão relacionados à sua constituição histórica, social e cultural a partir da vinculação a grupos de origem e a espaços circundados no interior da sociedade.

Essa perspectiva possibilitou aos teóricos perceberem a amplitude do segmento juvenil e a necessidade de maior compreensão desse universo, posto que, a partir da constatação da

presença de elementos comuns à juventude, teve início uma mudança de postura cujo objetivo visava diferenciar as explicações conceituais para melhor apreender “a multiplicidade dos grupos juvenis, seu lugar na (s) sociedade (s) e o tipo de relação adotada com as instituições adultas com que interagem, bem como suas formas organizativas e de expressão social, econômica, cultural e política” (ISLAS, 2009, p. 18).

Ante essa situação, no interior da vertente social, passou a ser consensual entre os estudiosos que falar de juventude no singular era muito vago e impreciso. Necessário seria entender que a juventude não pode ser analisada de maneira uniforme. Entende-se, então, que há várias juventudes, influenciadas pelas diversas vivências culturais, históricas, sociais, econômicas e pelas contradições e conflitos do mundo social. Além disso, os jovens, individualmente, possuem atributos próprios que devem ser considerados, pois, mediados pelo *habitus*, eles fazem escolhas e sofrem consequências.

Ao viver em sociedade, o agente assimila as normas de conduta, regras, valores, preceitos, ações e comportamentos oriundos do grupo ou classe social de origem. Bourdieu (1996) não desconsidera a existência de diferenças e mesmo de oposições no espaço social, mas é por meio do *habitus* que a visão de mundo se desenvolve e é o *habitus* que vai orientar, guiar e possibilitar a percepção da realidade social. Portanto, o *habitus* enquanto sistema de disposições duráveis é o que orienta os agentes nas suas ações cotidianas e o torna um ser social.

Por sua vez, o *habitus* é caracterizado como disposições incorporadas desde o nascimento, através da convivência familiar e da vivência no grupo de origem. Estas disposições, percebidas ingenuamente como naturais, orientam o agente social, determinando seus gostos, sua forma de vestir, seu jeito de falar, suas preferências musicais, enfim, sua forma de ser, de se localizar e de se relacionar no mundo social. Como explica Guimarães (2001):

O *habitus* pode ser compreendido como um conjunto de valores, costumes, formas de percepções dominantes, esquemas de pensamento incorporados pelo indivíduo que lhe possibilita perceber, interpretar o mundo social e, assim, orientar e regular suas práticas sociais. Como um esquema de pensamento, em geral inconsciente, atua como um princípio gerador de estratégias que permite ao indivíduo enfrentar situações imprevisíveis ou improvisações reguladas (p.114).

Bourdieu (1996) não compreende os ‘sujeitos’ de forma isolada, como se fossem totalmente autônomos, independentes e carregados de características específicas. Mas também não os compreende como determinados mecanicamente por leis objetivas que acabam por comandar todo o comportamento humano. Procura compreender o sujeito historicamente, por

meio de suas determinações sociais. Ele se esforça para demonstrar que o social é, de um lado a outro, história. “A história está inscrita nas coisas, isto é, nas instituições (as máquinas, os instrumentos, o direito, as teorias científicas etc.) e também nos corpos” (BOURDIEU, 2019, p. 73-74).

Para o autor, o seu esforço vai em direção de “descobrir a história lá onde ela se esconde melhor, nos cérebros e nas obras do corpo. O inconsciente é história. É, portanto, por exemplo, categorias de pensamento e percepção que aplicamos espontaneamente ao mundo social” (p. 74). O mundo social não é homogêneo, mas permeado por campos nos quais os grupos, classes e frações de classes agem conforme o mundo social que orienta sua forma de pensamento e ação historicamente construídas. Ou seja, o *habitus* enquanto um conjunto de disposições duráveis que orientam nossas ações cotidianas. Advém dessa percepção o fato de Bourdieu pouco utilizar a palavra sujeito e, em contraposição, trabalhar com a noção de agente, isto é, aquele que age no mundo social mediado pelo *habitus*, vez que cada agente possui uma bagagem socialmente construída e nela se ancora para agir.

Desse modo, ao destacar que a juventude não é mais que uma palavra, coloca a necessidade de se compreender o espaço no qual ela [a palavra] está sendo utilizada. Nos estudos sobre juventude, é mister situá-la em seus espaços de formação, entendendo que, mediada pelo *habitus*, como um sistema de disposições herdadas, ela faz escolhas, não totalmente livres, mas também não totalmente determinadas. Portanto, age no interior das formações sociais:

os sujeitos são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático*, de um sistema adquirido de preferência, de princípios de visão e de divisão, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (BOURDIEU, 1996, p. 42, grifo do autor).

As premissas destacadas pelo sociólogo francês são importantes para a compreensão da categoria juventude, percebendo que os jovens agem no interior do espaço social mediado pelo *habitus* e, portanto, com certa noção do que devem fazer. Entretanto, a necessidade de identificar as diferenças, as influências, formas de comportamentos, expressões e conflitos no universo social dos jovens é fundamental para que a categoria juvenil possa ser bem delineada do ponto de vista conceitual e teórico.

Nessa perspectiva, é certo que o contexto de transformações abordado no capítulo anterior contribuiu para a formação de um ser social. As disposições herdadas dos períodos de eferescência social da ditadura civil-militar, na qual os movimentos juvenis tiveram ação intensa, bem como toda a aglutinação da década de 1980, de que a ‘*Diretas Já*’ foi a grande

expressão, ainda estavam presentes na memória dos grupos sociais juvenis - apenas oito anos haviam-se passado desde então. O resultado foi a tomada de ruas e praças pelos jovens em 1992, mostrando que essas eram os locais de ação da juventude e não o Shopping Center, conforme veiculado pela mídia, na tentativa de forjar uma nova juventude a partir do 'Fora Collor'.

Retomando a questão teórica para o estudo da temática juventude, várias tendências, ainda que não centradas especificamente no campo do juvenil, ofereceram boas e pertinentes contribuições para o avanço da temática. Uma delas foi a escola de Chicago.

A escola de Chicago não centrou seus estudos especificamente no campo do juvenil. Preocupada com o processo de urbanização e os problemas dele oriundos, a juventude apareceu de forma implícita e ligada à questão da delinquência. Sua pesquisa era sobre a corrente geracional vinculada à investigação no campo da sociologia, que possui enfoques diversificados e bastante amplo, mas que podem ser simplificados em duas principais tendências, denominadas de corrente geracional e corrente classista (ISLAS, 2009).

A corrente geracional possui uma série de aspectos, mas tem como premissa o processo de socialização. Afirma que o ser humano é construído socialmente, influenciado por aspectos culturais, sociais, familiares etc. e acaba se associando a grupos determinados principalmente por idades específicas, encontrando, portanto, o seu referencial de identidade e de costumes. A crítica mais contundente a essa tendência diz respeito à construção de estereótipos sobre as pessoas e a homogeneização do juvenil a partir de características comuns àqueles que fazem parte de uma mesma geração (APIZAR; BERNAL, 2002), (ISLAS, 2009).

Essa concepção teórica sofreu forte influência da proposta de Karl Mannheim, considerada uma visão nova por recusar o tempo cronológico e se centrar no tempo vivencial, já que esse possui um vínculo mais consistente com os estratos geracionais que vinculam o sujeito.

As denominadas teorias funcionalistas, assim como a geracional, sob o enfoque da socialização, concebem a juventude como uma fase da vida, embora reconheçam existir, em cada uma delas, particularidades. Para o funcionalismo, os conflitos e as discontinuidades são vistos como disfunções - já para os adeptos da teoria das gerações, as discontinuidades são o elemento principal, vistas como motor do avanço histórico: "estas disfunções não são entendidas como um fracasso do processo de socialização (...), mas antes como uma forma de adaptação, um processo 'normal' de crescimento" (ALVES, 2008, p. 32).

Na corrente classista, a classe social é a variável mais importante para o processo de diferenciação juvenil, principalmente para explicar as diferentes trajetórias escolares e as

posições na divisão social do trabalho. De matriz marxista, ela se contrapõe à perspectiva da homogeneização da juventude, seja pela faixa etária ou pela via da cultura. Enfatiza que não é apenas uma oposição entre cultura dominante e cultura dominada, pois existem importantes diferenças culturais no interior de uma mesma classe que precisam ser evidenciadas.

Os estudos em torno das questões culturais, dentro da corrente classista, tornaram-se bastante significativos para a compreensão do universo juvenil. No entanto, Islas (2009, p. 30) aponta:

Centralidade da análise de classe retardou a atenção acadêmica dessa corrente para segmentos específicos, como as mulheres ou os jovens, que sempre terminavam encerrados na sua origem de classe. Os escritos explícitos que abordaram a questão do juvenil começaram na década de 1960, fundamentalmente devido às primeiras manifestações de descontentamento estudantis.

Assim, vários intelectuais e acadêmicos vinculados à ala crítica norte-americana reagiram, por volta de 1960, contra as medidas do governo com relação ao Vietnã, à Guerra Fria e ao autoritarismo na União soviética. O objetivo era a criação de políticas vinculadas ao ideário de liberdade. Para tecerem suas críticas, fixaram atenção no juvenil.

Segundo Islas (2009), Paul Goodman foi um desses teóricos que, entre outras contribuições, destacou que os jovens vivem, ao mesmo tempo, uma crise de identidade e uma crise de pertencimento, associada à contradição entre o crescimento individual e o avanço da sociedade, pois essa havia gerado muita riqueza, mas não abolira práticas desiguais, centralistas e autoritárias. Nesse contexto, o impacto sobre os jovens passa a ser muito grande, pois eles sentem dificuldades de se encontrar consigo e perante as exigências do mundo adulto, perdendo a noção de continuidade e de história e se sentindo um exilado no interior da própria cultura juvenil.

Nessa direção, Berger criticou fortemente a ideia de que a cultura adolescente era unicamente juvenil. Para esse autor, ela não passa de uma ênfase norte-americana associada ao romance, aos esportes e à popularidade, com a figura dos pais e da escola como sustentáculos. Afirma que esses elementos apresentam uma infinidade de diferenças ligadas a variáveis de classe, região, etnia e também religião. Islas (2006, p. 31) comenta que “sua crítica abria a possibilidade de pluralizar as culturas juvenis e, além disso, torná-las mais complexas em função de uma série de características que necessariamente modificam a mera categoria de idade”. Ou seja, qualquer concepção de homogeneização dos jovens está cada vez mais criticada.

O que tem de consistente nessas perspectivas e correntes teóricas é o fato de que, ainda que elas contenham divergências básicas entre si, conforme esboçamos, elas apresentam uma

preocupação em entender a juventude em sua especificidade e não dissociada do contexto social em que os jovens estão inseridos. Entender os seus dilemas, anseios, sonhos e perspectivas, visão de mundo, trajetória histórica e sociocultural tornou-se o grande foco dos estudos sobre o juvenil e isso possibilitou uma maior compreensão dos agentes jovens. Passou-se a entender que existem várias formas de se viver a condição juvenil.

Nessa direção, as reflexões de Pierre Bourdieu (1996; 2019) são também pertinentes pois entendem os jovens enquanto agentes que transitam no interior das formações sociais e, quando necessário, com a existência aparente ou não de um fator impulsionador, contestam a ordem vigente, manifestam e protestam por melhorias. Isso, no entanto, não inibe o endereçamento, a tentativa de manipulação ou de homogeneização dos jovens. É a busca pequeno-burguesa pelo controle a que Foracchi (2018) se referia ao pensar os movimentos juvenis no Brasil da década de 1960.

Pais (2006) faz uma análise interessante chamando a atenção para as diferentes possibilidades de se olhar as culturas juvenis a partir da contraposição entre ‘espaços estriados’ e ‘espaços lisos’. O primeiro se estrutura por meio da ordem, do controle: as perspectivas e concepções juvenis emergem do espaço em que estão situadas, revelando aí a necessidade de ordem e controle, que pode ser pensada a partir das instituições de representação do universo adulto, dentre elas, os meios de comunicação. Esses podem se revelar de extrema eficácia nesse trabalho de imposição e denominação do que deve ser a expressividade das culturas juvenis, ainda que estejam distantes da realidade vivenciada pelos jovens, porque criam uma idealização que ganha força e forma pela via de sua propagação.

A segunda perspectiva contrasta com a primeira e espaços lisos são justamente as possibilidades que eles têm de se abrirem ao caos, ao incerto, enquanto cotidiano que se faz a cada novo dia, abrindo para novas sensibilidades e realidades, numa lógica performativa que se identifica muito com o universo juvenil. Portanto, os cotidianos juvenis têm emergido dos mais variados espaços de socialização, constituindo um verdadeiro caleidoscópio de culturas juvenis que não se encaixam na lógica prescritiva. O que se forma desse movimento no espaço social é um verdadeiro labirinto de performatividades que obrigam a pensar os jovens e sua cultura a partir da lógica do plural (PAIS, 2006).

Dialogar com essas perspectivas no interior da tese auxilia a compreender a ação dos jovens no movimento Fora Collor de 1992 e também o trabalho que foi desenvolvido pelos meios de comunicação na cobertura dos acontecimentos. No nosso entendimento, o que os jovens fizeram enquanto agentes sociais podem ter características totalmente distintas daquilo

que foi fabricado e propagado pelos meios de comunicação, mas que acabou se constituindo na ideia de quem eram essas juventudes e seus movimentos juvenis.

Entender como as juventudes se constituem é o ponto de partida para compreender suas ações nas manifestações de 1992. Daí, as ponderações de Bourdieu (2019) sobre as possibilidades de manipulação, pois juventude é um dado construído socialmente e, desde isso, pode sofrer as interferências da conjuntura social que a faz emergir em determinado momento histórico, dada a fragilidade entre a idade social e a idade biológica.

Recorremos a Groppo (2017, p. 11) para refletirmos sobre essa questão. Groppo tende a concordar com a crítica apresentada por Bourdieu. Ao avaliar a produção sociológica sobre a juventude ao longo do século XX, destaca que, de modo geral, é possível perceber que,

muitas vezes ela incorreu em dois tipos de problemas. Problemas que, a princípio, dão razão a Bourdieu. Primeiro, pesquisas que reconheciam a relevância da categoria juventude, mas que tinha fragilidade teórica, privilegiando o empírico, o relato, o registro sem maiores interpretações da experiência de campo [...]. Por sua vez, vertentes com grau elevado de elaboração teórica, como o estruturalismo e versões do marxismo, tendiam a negar a importância sociológica da categoria juventude.

O segundo tipo de problema é o fato de as ciências sociais da juventude deixarem-se pautar, largamente, desde fora da própria ciência, em especial se colocando a serviço do Estado, tratando do assunto que era a “moda” em cada momento: “delinquência juvenil”, radicalismo estudantil, violência praticadas por jovens, políticas públicas para a juventude entre outros.

Desse modo, a crítica de base teórica feita por Bourdieu (2019) sobre a categoria juventude nos estudos sociológicos faz bastante sentido. A proposta metodológica do sociólogo francês para a análise e o estudo da categoria consiste, primeiramente, na elaboração teórica da estrutura social. Islas (2009), em síntese, a apresenta da seguinte forma:

A proposta de Bourdieu afirma que se deve tomar o caminho oposto: partir de uma teorização sobre a estrutura social e a produção de sujeitos e, a partir daí, formular os conceitos de classes de idade e de gerações. Para tanto, define a estrutura social como um sistema de posições dentro de um sistema relacional e hierárquico, dividido pelo capital, que determina uma relação social definidora da apropriação diferencial pelos sujeitos do produto socialmente produzidos. No entanto, os sujeitos excedem suas posições. No tempo, os sujeitos são não apenas sua posição atual, mas também toda a história de suas posições anteriores incorporadas na forma de esquemas de percepção, de ação, de apreciação (*habitus*). No espaço, os sujeitos ocupam diversas posições em diversos campos (p. 37).

Proposto por Bourdieu (1996), para o agente, os seus esquemas de percepção e ação e toda a sua história que os constitui se desenvolve no âmbito social, das relações que os orientam, constituindo-se em uma “realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as [suas] práticas e as representações” (p. 24). Essas práticas e representações

perpassam a ideia de diferença, de separação, que estabelece posições distintas, gostos, percepção, visão de mundo (*habitus*), que cada agente ocupará no interior de um espaço.

Essa diferenciação ocorre por estar na base do espaço social, “construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição na estrutura, nas distribuições estatísticas de acordo com os princípios de diferenciação” (BOURDIEU, 1996, p. 19). E, nas sociedades mais desenvolvidas, o capital econômico e o capital cultural tornam-se o princípio mais significativo de diferenciação social e também o mais eficiente.

Perceber a constituição desse espaço de relações enquanto realidade invisível é fundamental para se compreender a ação dos agentes no mundo social. Sendo distintas as posições e dependentes do capital econômico e do capital cultural, conseqüentemente os interesses também não serão exatamente os mesmos e os grupos passam a se opor nesse espaço. No esquema proposto, “existir em um espaço, ser um ponto, um indivíduo em um espaço é diferir, ser diferente”. Entretanto, “só se torna uma diferença visível, perceptível, não indiferente, socialmente *pertinente*, se ela é percebida por alguém capaz de *estabelecer a diferença*” (BOURDIEU, 1996, p. 23, grifo do autor).

Para Bourdieu, “o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer” (p. 27). O mesmo raciocínio pode ser aplicado a juventude: ela existe não como um dado, mas como algo que precisa ser construído, observando primeiro a estrutura do mundo social e a produção de sujeitos, para, posteriormente, se pensar nos jovens. Pois “o espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele” (p. 27).

Partindo dessa perspectiva de teorização do mundo social e da produção de sujeitos, o que constitui a formação da categoria juventude enquanto grupo etário ou de geração é a diferença e não a homogeneidade. Ou seja, os jovens são diferentes entre si, possuindo interesses díspares, ainda que pertencentes a um mesmo grupo social. Entretanto, as disputas permanecem de um polo a outro; “a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 1996, p. 27).

Para Alves (2008), na década de 1990, surgiu uma linha de trabalhos difíceis de associar às correntes geracional ou classista. Para a autora, o que amalgama esses teóricos, num primeiro momento, é a constatação de que houve uma alteração profunda na configuração e nas experiências de vida dos jovens nas últimas décadas devido às

transformações no modo produtivo das sociedades modernas pelo viés da industrialização. Num segundo momento, é a aceitação de propostas teóricas diferenciadas pautadas nos trabalhos de Giddens e Beck (2001) por permitirem perceber as mudanças em curso no interior das formações sociais.

Essa tomada de posição do ponto de vista teórico, segundo a autora, permitiu instrumentos conceituais mais pertinentes, ajudando a perceber que os jovens, na atualidade, são confrontados “com uma individualização das respectivas trajetórias, em virtude do aumento e da diversificação das oportunidades, o que contribui para criar um sentimento de individualidade e aceitação da responsabilidade individual na construção da respectiva biografia” (ALVES, 2008, p. 35).

Nessa situação, o jovem passa a ser visto nas sociedades contemporâneas como um estilo de vida a ser seguido, associado ao consumo de bens simbólicos que caracteriza esse grupo. Essa representação dos jovens traz à tona um paradoxo: ao mesmo tempo em que eles são muitas vezes vistos pelas instituições como rebeldes, transgressores das normas, criminosos, violentos, sem consciência crítica etc., também se tornaram para a sociedade um “modo de vida”, um padrão a ser seguido e cultuado devido às características colocadas como próprias dessa fase: uma suposta liberdade, eterna beleza, pleno vigor físico etc.

Contraditoriamente, Pais (2006, p. 17-18) chama atenção para as farsas do disfarce: eles “são uma cara da alienação (consumista), mas também dão cara à *identificação*, ao assegurarem expressividades de natureza identitária: de *busca de si* através do outro” [grifo no original]. O que se busca mostrar é como os jovens procuram construir sua identidade a partir da relação com o outro, seja essa real ou virtual.

Nesse contexto, os adereços - piercings, tatuagens, vestimentas - assumem um disfarce carregado de farsa, pois representam resistência aos mecanismos impositivos do mundo adulto com relação às identidades juvenis e têm, portanto, um caráter de busca de si, já que demonstram a recusa a padrões impostos no processo de construção das identidades juvenis, que, entretanto, só são possíveis pelo reconhecimento do outro. Assim, é bastante pertinente a indagação de Leon (2009, p. 54):

A noção de juventude adquiriu incontáveis significados: serve tanto para designar um estado de espírito quanto para qualificar o que é novo e atual, chegando a ser considerada como um valor em si. Esse conceito deveria ser tratado a partir de diversas abordagens e caberia perguntar: por onde começamos a construir uma definição de juventude, sem que as diferenças de classes sociais e os contextos socioculturais se superponham às identidades das categorias de juventude?

Na tentativa de explicar a indagação levantada, a reflexão de Velho (2006, p. 192) é sugestiva e demonstra a preocupação e o reconhecimento da pluralidade do juvenil, ao

ênfazer que “colocar a juventude no plural expressa a posição de que é necessário qualificá-la, percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos”. Contudo, Abramo (1994) destaca o seguinte:

A noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável (p. 1).

Nesses termos, o jovem deve ser entendido como agente que vivencia e interpreta as contradições da realidade, ou seja, um agente que sofre as interferências do mundo social, mas que também age sobre ele, mediado pelo *habitus*. Assim sendo, segundo afirmou Leon (2009, p. 54), a juventude não é “um ‘dom’ que se perde com o tempo, mas uma condição social com qualidades específicas que se manifestam de diferentes maneiras segundo as características históricas e sociais de cada indivíduo”.

A juventude enquanto categoria histórica e social, conforme temos salientado, apresenta, simultaneamente, especificidades e diversidade e, por conta dessa situação, não pode ser reduzida a uma fase de transição, de preparação para o mundo adulto. Ou mesmo a uma faixa etária específica, visto que a definição social do tempo de duração desse processo modifica de sociedade para sociedade e, numa mesma sociedade, ao longo do tempo, em função de transformações internas. Essa visão possibilita o reconhecimento da heterogeneidade do universo juvenil e evita simplificações esquemáticas.

Abramo (2008), ao discutir a juventude contemporânea, demonstra a emergência de novos atores sociais ligados às camadas populares, situação que torna necessárias mudanças na compreensão do juvenil, haja vista que a percepção desse segmento se amplia para além da adolescência enquanto risco ou ligado aos setores da classe média. Nos debates que se apresentaram, um deles foi sobre os sentidos do termo juventude como “uma disputa pelo papel que se quer atribuir a esta categoria na conjuntura histórica atual” (ABRAMO, 2008, p. 40).

Por outro lado, o conceito de juventude a partir dos segmentos das camadas populares passou a exigir a “vigência de uma multiplicidade de instâncias de socialização, não mais só a família e a escola; a importância dos campos do lazer e da cultura, principalmente na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores” (ABRAMO, 2008, p. 43). Em outras palavras, a juventude deixa de ser vista como preparação para a vida adulta e as suas experiências vividas passam a ter sentido em si mesmas.

Abramo delimita que a literatura sociológica oscilou nas abordagens sobre o tema, criando uma tensão que acentua o plano simbólico por meio de uma condição juvenil associada a uma fase da vida, que, no limite, considera a juventude como mero signo, uma espécie de “construção cultural relativamente desvinculada das condições materiais e históricas, e análises que privilegiam a posição na estrutura socioeconômica e que, no limite, afirma ser tal noção destituída de significação social” (ABRAMO, 2008, p. 42).

Essa tensão, entretanto, será resolvida pela distinção entre a *condição* e a *situação* juvenil. A primeira se relaciona com a classe social, de gênero, família, e, são as condições objetivas vivenciadas pelos jovens, o modo como uma formação social constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida. A segunda é a interpretação pelo jovem da sua realidade, o modo como a condição juvenil é vivenciada partindo dos distintos recortes associados às diferenças sociais.

Necessário se faz ainda balizar que não há forma única para se viver a condição juvenil. O mais coerente é falar de juventudes, no plural, e não juventude, no singular, para enfatizar as diferenças e desigualdades vividas por muitos jovens. A questão que se coloca não é mais “sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, [mas] sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida” (ABRAMO, 2008, p. 44).

Negar essas características é forjar uma representação de juventude que não condiz com as condições por elas vivenciadas no mundo social; é colocar a juventude à proa dos processos decisórios, mas sem a ênfase necessária sobre quais são esses processos ou, ainda, destacar uma condição na qual a juventude não esteve. À medida que isso ocorre, reforça-se a ideia de uma concepção hedonista de juventude como modelo a ser seguido. Todavia, como a mídia não é isenta de intencionalidade, não há somente uma representação, um modelo de juventude a ser transmitido, mas um interesse em homogeneizar, cujo objetivo é descaracterizar as múltiplas possibilidades de ação desses agentes no espaço social.

Até o presente momento, as questões suscitadas demonstram que não há uma forma única de viver a condição juvenil, pois essa sofre as variações de tempo, lugar, espaço geográfico, cultura, economia, sociedade e ações de governo, intituladas políticas públicas para a juventude. Todas essas ações interferem na constituição, na condição e na situação juvenil. Contudo, o jovem é um agente social que, mediado pelo *habitus*, age criando e recriando estratégias de sobrevivência no mundo social.

As diferentes realidades sociais econômicas, políticas e culturais nas quais os jovens estarão/estão inseridos interferem na constituição das identidades e, conseqüentemente, no modo de se viver a condição juvenil. A presença de espaços que possibilitam a socialização

desses agentes torna-se de extrema importância, haja vista que as constantes transformações na sociedade contemporânea interferem no modo de ser jovem. Ele não é somente estudante, é trabalhador, trabalhadora, desempregado, desempregada, mãe, pai etc.

A argumentação de Groppo (2017) nos parece importante: o autor destaca que essa condição não é mais uma especificidade das regiões tidas como de economia emergentes, caso da América Latina, por exemplo. Cita os Estados Unidos e a Europa enquanto regiões de capitalismo desenvolvido, mas que também apresenta heterogeneidades e enormes dificuldades enfrentadas pelos jovens, sobretudo em relação à sua inserção no mercado de trabalho. Por essa heterogeneidade, conforme já salientamos, é essencial o refinamento teórico que dê conta da amplitude de se viver a condição juvenil no espaço social.

Assim, entendendo as juventudes como dado construído socialmente e podendo sofrer as interferências das condições históricas do momento que as produziram, a perspectiva de juventudes a ser dialogada é a sociológica, justamente por entender que esse segmento é construído a partir das condições objetivas e concretas de cada momento histórico.

Portanto, é a partir dessa noção mais ampliada e plural de jovens e juventudes que se sustenta a discussão do presente texto, justamente para refletir sobre a ação desses agentes no espaço social e em um tempo histórico determinado. Ela se torna pertinente também quando compararmos ou nos contrapormos à concepção unívoca de jovem estudante construída e apresentada pela revista *Veja* na crise política que gerou os movimentos de jovens pedindo a saída do presidente Fernando Collor.

2.1.1 Estruturação e consolidação: a temática juventude no Brasil

Conforme vimos demonstrando, definir o que é ser jovem é complexo e impõe a necessidade de se pensarem as características econômicas, políticas e socioculturais de cada país. No caso brasileiro, torna-se imperativo ainda pensar a partir das condições objetivas e concretas de cada uma das grandes cinco regiões geopolíticas e dos estados e municípios que as compõem. Essas peculiaridades, somadas às desigualdades existentes no país, aumentam ainda mais o esforço de apreender, teoricamente, quem é esse sujeito. No presente tópico, pretende-se apresentar a constituição, estruturação e consolidação teórica da temática da juventude no Brasil.

Durante muito tempo, a categoria juventude brasileira ficou como que invisível ou mesmo incompreendida nos trabalhos que buscavam entender a estrutura organizacional e sociocultural do país. Por longo período, os remanescentes da população negra e os indígenas sofreram com o processo de invisibilidade. Aspecto não menos diferente ocorreu com as

mulheres. As crianças, que sempre estiveram presentes na história do país, somente foram reconhecidas como sujeitos de direitos a partir da Constituição Federal de 1988 e a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990 (DIDONET, 2001).

Em direção semelhante, a juventude como grupo social distinto começou a ter seu reconhecimento de forma mais significativa também a partir de 1990, quando os estudos sobre essa temática avançaram de forma mais contundente e passaram a chamar a atenção para a necessidade de se compreenderem os jovens como um grupo social específico na estrutura social do país. O próximo passo seria a concretização de políticas públicas especificamente voltadas para esse público. Com o desenvolvimento da temática juventude brasileira, esse segmento foi ganhando forma, assim como o refinamento teórico para sua melhor compreensão.

No entanto, as discussões acerca das juventudes, conforme demonstramos no item anterior, não surgiram no contexto de 1990. Conforme destacou Hobsbawm (1995), ela se consolidou no continente europeu associada ao consumo por volta da década de 1950. Hobsbawm (1995) ainda argumenta que a novidade da nova cultura juvenil era tripla: a primeira, associada a um estágio preparatório para a vida adulta; a segunda, atrelada à primeira, seria o fato de que ela se tornou dominante nas economias de mercado desenvolvidas; e a terceira como sendo o próprio internacionalismo da nova cultura jovem. Desse modo, assevera que “foi a descoberta desse mercado jovem em meados da década de 1950 que revolucionou o comércio da música popular e, na Europa, o mercado de massa das indústrias da moda” (HOSBSBAWM, 1995, p. 321).

Esse internacionalismo destacado é pertinente à medida que possibilita perceber, com variações distintas, suas características nas mais diferentes partes do globo. Nessa direção, argumenta que “a melhor abordagem dessa revolução cultural é, portanto, através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e gerações” (HOSBSBAWM, 1995, p. 315). Aponta que as mudanças foram impactantes, tanto que a nova geração de filhos já não é mais aquela que somente aprendia com os pais, ao contrário, esses últimos é quem têm muito a aprender com os filhos. As mudanças geradas no campo da tecnologia foram, sobretudo, assumidas por essa nova geração.

O Brasil não ficou inerte a esse movimento, tanto que os estudos sobre a juventude no país tiveram como gênese justamente a década de 1960, associada ao movimento estudantil e à ideia de juventude rebelde. Assim, trabalhos de autores, como Octávio Ianni em *O jovem radical*, publicado no ano de 1963, constitui, segundo Weisheimer (2015, p. 96), “um dos primeiros registros no país de uma reflexão sociológica sobre a juventude”. No final dessa

mesma década, houve outras duas publicações, uma tratando da história da participação política dos estudantes brasileiros, *O poder jovem*, do historiador Artur José Poener (WEISHEIMER, 2015) e a coletânea em 4 volumes, organizada por Sulamita de Brito no final dos anos 60, denominada *Sociologia da juventude*.

Weisheimer (2015) destaca que essa coletânea procurou reproduzir trabalhos que expressassem o esforço de construir uma sociologia da juventude e apresentar exemplos voltados para os métodos adotados. Pelos autores que reúne e os temas trabalhados, configura-se como obra central e obrigatória para os pesquisadores sobre o tema. No entanto, destaca que esse trabalho “não caracteriza a produção de um pensamento social brasileiro sobre juventude, com exceção dos artigos de Octavio, [...] e outro, do cientista político Gláucio Dilon Soares, sobre ideologia e participação política” (p. 96).

Conforme essas ponderações e sem desconsiderar essas obras citadas, foram os trabalhos de Marialice Mencarini Foracchi que legaram significativas contribuições acerca da sociologia da juventude no Brasil. Seria ela “quem realizaria um trabalho original, de maior fôlego e envergadura analítica, sobre a construção social das categorias jovens e estudantes e o movimento estudantil brasileiro” (WEISHEIMER, 2015, p. 97). De acordo com Weisheimer: “ao longo de seus trabalhos, a noção de juventude se constituiria como categoria histórica e social por intermédio do *movimento estudantil*” (p. 97, grifo nosso).

O que se depreende é que, por intermédio dos trabalhos desses autores, foi emergindo, com muito mais fôlego e compreensão teórica, um estudo do campo da sociologia centrado na categoria juventude brasileira, buscando compreender suas especificidades. Assim, ao menos no espaço acadêmico, foi se fortalecendo a necessidade de compreender os segmentos jovens no país. No entanto, determinados estereótipos também foram sendo forjados em relação a esse público e, em boa parte dos casos ou como problema ou como uma juventude propensa à revolução.

As contribuições de Foracchi para a discussão sobre juventudes no país são grandes. Mas cabe apontar que o seu interesse pela temática foi fortemente influenciado pelas leituras realizadas por Karl Mannheim e associadas, em um primeiro momento, ao campo da educação, embora as teorias do conhecimento e do planejamento tenham sido retomadas em seu estudo. Posteriormente, centrou boa parte de seus esforços na elucidação da questão, também posta por Mannheim, relacionada às gerações. Também buscava saber em que momento os indivíduos se tornam conscientes de sua situação e fazem dela a base na qual se sustenta a solidariedade entre os grupos, e de que maneira essa lógica se expressava no movimento estudantil.

Ou seja, nesse movimento analítico, as contribuições de Foracchi para o campo da sociologia da juventude foram emergindo para a análise do movimento estudantil brasileiro. A autora foi conferindo um tratamento sociológico a esse tema, mas associado às perspectivas que estruturam as sociedades de classe. Nessa direção, a conexão do jovem estudante ao movimento estudantil tinha um forte elemento de vinculação em relação às frustrações das aspirações da classe média e, como a desigualdade social no Brasil é bastante acentuada, o acesso à educação também passava pelo elemento da classe social. (WEISHEIMER, 2015; FORACCHI, 2018).

Assim, Foracchi (2018) faz uma análise densa e detida de como os movimentos estudantis na década de 60 tinham como modelo a forma de organização do mundo adulto de fazer política e, ao mesmo tempo, como eram vinculados, organicamente, a partidos políticos e movimentos que se constituíam como correias de transmissão. Assim, a partir dessa leitura sociológica, chegou à definição de que os movimentos estudantis da década de 1960 expressaram concepções da práxis pequeno-burguesa num modelo adulto de organização.

Nessa direção, ainda com Foracchi, é possível destacar que a condição socioeconômica do estudante universitário foi utilizada como explicação para a gênese do movimento estudantil, já que as condições de classe eram determinantes para o acesso à universidade. A expressão radical da *práxis* pequeno-burguesa viria da origem do estudante. Contudo, Weisheimer (2015, p. 98) aponta que Foracchi, “preferindo as abordagens dialéticas e influenciadas principalmente por Florestan Fernandes e Karl Mannheim, articulou, em um mesmo empreendimento analítico, as dimensões da estrutura e da ação social”.

Foracchi (2018) percebe a juventude como uma categoria em constante transformação e o destino como resultante de um conjunto incerto de fatores; compreende as dimensões da estrutura social como importantes, como o trabalho, a educação, família, no processo de formação e constituição desse destino juvenil; entende que os jovens estão sobre o domínio do universo adulto; compreende que a condição juvenil é marcada pela posição subalterna do jovem em relação ao adulto. Tal, no entanto, não significa homogeneidade, pois as diferenças existem entre as juventudes e é reconhecida pela autora a partir desses conceitos destacados.

Nesse movimento, Foracchi consolida uma concepção dialética sobre a juventude. Associada ao espaço social, ela ainda argumenta que não há virtude especial em ser jovem e que sua condição é algo sofrível - é compreendida ao mesmo tempo como uma fase de vida, uma força de renovação social e um determinado estilo de existência que somente pode ser reconhecido a partir de sua situação de classe. Dessa representação criada sobre esse segmento, seja pela mídia, pelo universo adulto ou pelos aspectos relacionados aos fatores

personais ou sociais, vai-se obrigando o jovem a se decidir em que tipo de adulto se tornará (FORACCHI, 2018).

A autora entende que ser jovem na sociedade moderna não é tarefa fácil. Argumenta:

Há na juventude um significado que a transcende. Ela se afirma como uma etapa de arrogante sacrifício, sendo a resposta da própria sociedade à incapacidade adulta de construir uma vida mais plena e mais rica. As gerações mais velhas estão comprometidas com causas já condenadas e falidas que vão do imperialismo à inibição sexual. *Mas não há virtude especial em ser jovem.* Acontece apenas que chegou o momento de os jovens entrarem na história.

Se não há virtude especial em ser jovem, seja, talvez, honesto admitir, pelo menos, que é muito difícil sê-lo. A simples possibilidade que a sociedade moderna lhes assegura de poderem escolher o tipo de adulto no qual irão se converter é um desafio complexo, penoso para ser enfrentado com desenvoltura e sem sofrimento (FORACCHI, 2018, p. 39, grifo nosso).

Ela ainda chama a atenção para o conflito de gerações que representa a possibilidade de novas alternativas de vida social, na qual novos caminhos podem se abrir para a “sociedade sem que os agentes humanos possam se dar conta dos rumos definitivos que a nova forma de vida social venha a assumir, sem que estejam aptos a prefigurar como será a ordem social cuja emergência é tão intensamente sofrida” (FORACCHI, 2018, p. 38). Conforme destacou Anderson (1995, p. 23), “historicamente, o momento de virada de uma onda é sempre uma surpresa”. No entanto, Foracchi (2018, p. 38) assevera de que “não há dúvidas, porém, que a eles caberá dar o primeiro passo para a sua construção”.

Ante esses elementos, parece existir, de um lado, concepções distintas de juventudes entre o que o espaço acadêmico, no âmbito das pesquisas, vem ao longo dos tempos chamando a atenção e, de outro lado, um “movimento ou mecanismo” que forja uma representação social de juventudes na qual a perspectiva do universo adulto é ainda muito forte. Nessa se encontra presente uma concepção de idealização sobre o que é ser jovem e que tipo de jovem se deve ser. E mais, quais devem ser também as pautas de reivindicação dos jovens.

Desse modo, quando se observa a função da mídia de modo geral e, mais especificamente, no interior do presente trabalho, a ação da revista *Veja*, é preciso atentar para que tipo de jovens se retrata e qual concepção de juventudes se está fabricando por meio da linguagem jornalística.

Nesse aspecto de momentos históricos distintos, as juventudes ainda receberam outros estereótipos, como a concepção de “juventude transviada” por volta da década de 1950, nos Estados Unidos. No Brasil, essa forma de representar o jovem também ganhou força e preocupou o universo adulto, principalmente os grupos vinculados às camadas médias e altas. A juventude transviada era vista como aqueles que não trabalhavam e que somente estudavam

e, por conta disso, passavam a maior parte do tempo se divertindo e com “ampla liberdade” para provocar atos de rebeldias.

A mídia passou a reforçar esse estereótipo à medida que veiculava notícias de certa “juventude transviada”, que começava a ser vista como problema e, automaticamente, precisava ser combatida e controlada. A polícia era culpabilizada pela inoperância entre os atos ilícitos da juventude e o tratamento diferenciado quando esses atos eram praticados por jovens de classe média e alta e os jovens de camadas populares. O jovem passou a ser visto como delinquente e, nessa condição, se fortaleceu o entendimento do controle e do direcionamento desses grupos.

Os movimentos estudantis enquanto espaço e formas de contestação social dos jovens foram extremamente perseguidos, principalmente na ditadura militar instaurada em 1964. Conforme Duarte (2017, p. 59), “o que se pode observar é que as décadas de 1960, 1970 e início de 1980 se caracterizam pela radicalização dos jovens na ação política, em contraposição ao modelo vigente àquela época, ou seja, contra a ditadura civil e militar impetrada no Brasil a partir de 1964”. O autor segue argumentando que o movimento estudantil no período destacado “se constituiu numa importante organização que agregou os jovens brasileiros no processo de resistência à ditadura militar, produzindo assim um movimento de contracultura aliado a outros da época, como o movimento tropicalista, os movimentos camponeses e feministas” (p.59).

À medida que crescia a contestação, também aumentavam as perseguições, a censura e a tortura, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. Com o arrefecimento da ditadura, permanece a necessidade de controle sobre a juventude, mas a tática vai mudando - o contexto era outro, os valores democráticos e de cidadania eram veiculados com muito mais força e colocados como o caminho para a reestruturação do Estado e saída da crise. A mídia - que, diga-se de passagem, se consolidou no período da ditadura civil e militar - aparece com muito mais força e destaque e passou a cumprir uma função importante na veiculação desses valores. A partir daí, o ideário democrático e de cidadania estabelecido, conforme destacou Telles (2013), foram tutelados, limitados e dirigidos.

Os estudos das juventudes no Brasil, mesmo assumindo contorno mais delineado a partir da década de 1990, têm mostrado preocupação e atenção às questões que circundam o universo juvenil, em termos práticos e teóricos. Cassab (2009, p. 205) argumenta que também emerge, nesse período, “a imagem do jovem como perigoso – não pela ação política revolucionária, mas pela criminalidade urbana. Entram em cena na literatura os jovens pobres,

mudando-se a ênfase das abordagens”. Outra vertente desse período é aquela que se encarregou das políticas públicas e sociais direcionadas ao público juvenil.

A gama de pesquisa e teóricos envolvidos com essa temática tem possibilitado à categoria juventudes enquanto campo do conhecimento científico uma estruturação bastante sólida, constituindo ponto de partida para a ampliação das pesquisas no país e uma melhor compreensão da tessitura desse segmento. Isto é, ancorar em teóricos que há muito discutem o juvenil tem ajudado no processo de sistematização da temática no campo científico.

Desse modo, ao se refletir acerca da participação dos jovens nas manifestações de rua, entende-se que é necessário pensar na amplitude desse segmento social, conforme já destacado por Foracchi (2018): os fatores de classe social na composição dos jovens que encamparam os movimentos estudantis e a presença de um ideário pequeno-burguês, que ainda pode estar presente nas participações juvenis e que acabam servindo como elemento de delimitação do que é ou venha a ser jovem no Brasil. Estabelece-se, assim, uma divisão velada entre as juventudes de classe média e alta no país e os jovens de camadas populares. Quando esses entram na cena nas pautas de reivindicações, logo são taxados de criminosos e excluídos como sujeitos de direitos, ou seja, o ideário de democracia e cidadania não se estende para esse grupo.

Duarte (2017), ao pensar sobre os jovens da periferia, aponta, entre um conjunto de questões, a dificuldade de inserção desse jovem na cidade, ou seja, a cidade como um lugar que se constitui como um não-lugar dos jovens pobres.

2.2 Lutas sociais dos jovens no Brasil moderno

Conforme Caccia-Bava e Costa (2004), os jovens sempre estiveram presentes nas lutas sociais no país. No entanto, como grupo social, essa participação precisa ser entendida como oriunda das condições e contradições do tempo histórico por eles vivenciado. Desse modo, coube a eles, enquanto agentes, no sentido daqueles que agem no interior do espaço social, a participação em movimentos que são caracterizados como de jovens ou que tiveram a sua presença. Ao contestarem a ordem vigente, visavam buscar melhorias às condições objetivas e concretas vivenciadas, naquele momento, por parcelas da população.

Os jovens atuaram nos movimentos abolicionistas, gênese das experiências políticas para a formação dos movimentos juvenis do século XX. Desses, decorreriam o movimento da Semana de Arte Moderna, o Movimento Tenentista e um movimento denominado de político partidário, que resultou, posteriormente, na criação do PC do B (CACIA-BAVA; COSTA,

2004). No entanto, há que se ressaltar que nem sempre essa participação é ou foi apresentada, na história oficial, como elemento de ação significativa da juventude brasileira, compondo uma memória histórica positiva acerca da participação desse segmento social.

Seguindo esse raciocínio, os autores chamam a atenção para os meandros da constituição histórica do país, alertando que o Brasil teve sua história escrita a partir de olhares externos. “Por cerca de quatrocentos anos foi interpretada aos olhos da Europa e, no século XX, por meio de parâmetros teóricos europeus e originários dos Estados Unidos da América” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 63). Consequentemente, essa perspectiva teve impacto em um tipo de história e memória a serem construídas sobre a juventude brasileira. Argumentam ainda que somente “nos momentos de rebeldia intelectual é possível notar-se a presença de uma intelectualidade jovem que buscava narrar a vida dos povos que constituíram a sociedade brasileira de um ponto de vista não oficial” (p. 63).

Nessa perspectiva, à medida que foi se constituindo uma representação sobre a participação histórica dos jovens nos movimentos sociais, a denominada memória de empréstimo se concentrou nos eventos da década de 1960. Entendida como aquelas histórias ou fatos que são reproduzidos pelos grupos sociais como se estes estivessem, de fato, presenciado ou vivido aquele determinado período, a memória de empréstimo se forma como verdade absoluta e, consequentemente, passa a ser o que o imaginário social entende e reproduz por juventude (HALBWACHS, 2003).

Deste modo, ela contribui para a constituição de uma história e memória que podem ser distorcidas dos fatos e expressar uma concepção idealizada acerca da participação dos jovens em movimentos sociais na história contemporânea brasileira. De outro lado, é possível também mitigar a sua importância no imaginário social por meio de um processo no qual pode-se dar mais ênfase a determinado fato ou a um momento histórico do que a outros. Assim, sem desconsiderar a importância e a pertinência dos movimentos juvenis da década de 1960, é preciso explicitar que o ocorrido naquele contexto, assim como em períodos anteriores, foi oriundo das condições objetivas e concretas do momento histórico vivido. E não um feito extraordinário fruto única e exclusivamente de uma juventude rebelde ou disposta a fazer revolução.

É nessa perspectiva que se objetiva trazer à tona e apresentar, em linhas mestras, a história e a memória dos jovens em lutas sociais no Brasil moderno, mostrando que eles já estiveram presentes em outras lutas sociais, mas nem sempre foram mostrados ou destacados. No entanto, há uma historicidade e uma memória acerca das lutas juvenis que antecedem a década de 1960, como se verá, ainda que o período destacado tenha adquirido importância e

visibilidade maior na chamada historiografia “oficial”, servindo de baliza para reflexões e análise posteriores sobre a participação dos jovens em lutas sociais nas décadas de 1980 em diante, criando, em alguns casos, estereótipos sobre os jovens.

Cabem algumas considerações acerca dessa perspectiva: primeiramente, a caracterização de “Geração Shopping Center” adveio em função da lógica consumista no interior dessa importante instituição do comércio, do lazer e do entretenimento e que se constituiu em marco simbólico da sociedade pós-moderna. Entretanto, sua associação junto a juventude assume também um caráter generalizador, vez que esse espaço não é utilizado de forma homogênea pelos jovens.

Ainda que, no capitalismo da sociedade pós-moderna, o consumismo seja a grande expressão, ele não ocorre apenas com a aquisição de produtos, mas também por imagens e tem os jovens como uma expressão dessa relação consumista. Em uma realidade diversificada como a brasileira, nem todos os jovens usufruem desse espaço e muito menos da mesma forma. Entretanto, essa perspectiva tem um impacto no social: ela contribui para a formação de uma nova subjetividade, em que ocorre a valorização do privado em detrimento do público. Daí a oposição à permanência dos jovens nas ruas, visto como espaço público, da coletividade, da interação, do bem comum.

Em uma sociedade que valoriza o ter em detrimento do ser, o capitalismo precisa estar o tempo todo em evidência e o shopping center é um espaço privilegiado, pois a ideia inculcada é a de que se deve buscar a felicidade através do consumo (GONZAGA; GOMES, 2009). No entanto, é preciso lembrar que nem todas as pessoas consomem de forma igual. O consumo está muito vinculado ao grupo social de origem, às condições de classe e ao poder aquisitivo das famílias. Desse modo, a designação “Geração Shopping Center” se associa mais a um grupo restrito de jovens da classe média e alta e não às juventudes como um todo, ainda que parcelas de jovens de menor poder aquisitivo também possam frequentar esses espaços.

Associado à ideia de consumo, lazer e segurança, “o shopping center é um exemplo dessa realidade (...) desde seu surgimento no Brasil, ele tem se destacado por oferecer segurança, protegendo seus frequentadores de pessoas indesejadas que ameacem a ordem artificial estabelecida” (GONZAGA; GOMES, 2009, p. 7). Assim, a segregação social é uma constante no interior desse espaço e se expressa de várias formas. Mas não é só a estigmatização a questão que se coloca. Os jovens de 1992 também sofreram a ação estigmatizadora, uma vez que a amplitude das suas reivindicações foi reduzida pela mídia como sendo somente a saída do presidente. Em relação aos participantes, a perspectiva

estigmatizadora ocorreu a partir da expressão “Caras Pintadas”, que foi fortemente destituída do seu sentido político e associada a jovens estudantes de rostos pintados.

Muitos jovens utilizam os espaços públicos contidos nos bairros – ruas, praças etc. - como forma de lazer, mas, quando saem dos seus espaços, sofrem outras ações de estigmatização e segregação¹⁹. Assim, é contraditória a perspectiva de “Geração Shopping Center” como designação de toda a juventude brasileira da década de 1990, período fortemente marcado por disputas, inclusive no campo educacional, e que contou com forte participação da juventude nos mais variados eventos, fóruns e debates.

Por outro lado, tanto a utilização do espaço do Shopping Center como os objetivos dos jovens nesse local são diferentes conforme o grupo social a que pertencem. Isto é, nem todos vão para consumir. De modo que a referência aos jovens como “Geração Shopping Center” é uma generalização idealizada e estereotipada das juventudes, ainda que a ideia do lucro seja bastante explícita na sociedade pós-moderna, formando, inclusive, nova subjetividade, como o consumismo, o individualismo. Ela não afeta exclusivamente os grupos juvenis, mas a população de modo geral. No entanto, o viés para os jovens é sempre pejorativo, homogeneizador e de redução de suas pautas reivindicativas.

Em outra direção, eles poderiam perfeitamente ser denominados, ainda que com algumas discrepâncias, como “Geração Educação”. Isso pelo fato de que, conforme Sposito (2000), a expansão do ensino público por reformas, observada desde o período populista e, seguindo nas décadas de 1970 e 1980 e nos anos 1990, foi ampla e contou com um número cada vez maior de crianças, adolescentes e jovens na escola. Assim, a designação poderia identificar a juventude do período como “Geração Educação”.

No entanto, ela não dialogaria com a lógica de mercado e também não aproveitaria esse grupo como uma fatia importante de consumidores.

O jovem também é visto nas sociedades contemporâneas como um filão de mercado ou um estilo de vida. Esta representação traz à tona um paradoxo: ao mesmo tempo em que os jovens são muitas vezes vistos pelas instituições como rebeldes, transgressores das normas, criminosos, violentos, sem consciência crítica etc.; também se tornaram para a sociedade um “modo de vida”, um padrão a ser seguido e cultuado devido às características colocadas como próprias dessa fase: uma suposta liberdade, eterna beleza, pleno vigor físico etc. (SANTOS; MENDES, 2011, p. 77).

¹⁹ Os rolezinhos são a expressão dessa segregação social, uma espécie de *apartheid* social que esboça a desigualdade em que vive parcela de jovens da periferia. Geralmente, esses encontros simultâneos são marcados por jovens pelas redes sociais, cujo objetivo é, principalmente, o Shopping Center. Andam sempre em grupo e provocam uma desestabilização no interior desses espaços, devido aos supostos delitos que provocam.

Ante essas questões, se começam a entender os objetivos e interesses velados na denominação “Geração Shopping Center” para designar os jovens da década de 1990. Hobsbawm (1995) destacou que, desde a década de 1950, esse segmento surgiu nos países de capitalismo desenvolvidos como grupo social distinto associado ao consumo. Oposto à exclusão, o mercado atrai, dialoga lucrativamente com os grupos sociais, produzindo variados bens materiais e simbólicos que suscitam relação de identidade, pertencimento entre várias camadas e grupos sociais. Ele atente a um triplo interesse: fomenta o consumo, cria o pseudossentimento de inclusão e reforça, no imaginário social adulto, a ideia do jovem como irresponsável, descompromissado com as questões políticas, econômicas, sociais e culturais (SANTOS; MENDES, 2011).

Portanto, as ações dos jovens no processo de *Impeachment* do presidente Fernando Collor em 1992 seriam uma ótima oportunidade para se mostrar a real faceta da condição juvenil no país e a sua relação com as históricas lutas sociais dos jovens, bem como expressar a amplitude e a multiplicidade de suas reivindicações nos protestos que contribuíram para a saída do presidente. No entanto, a narrativa realizada pelos meios de comunicação comercial, em especial pela revista *Veja*, foi descaracterizadora e distante da realidade de 1992, embora com enorme força para que se constituísse a memória de empréstimo sobre o que teria sido a participação dos jovens no Fora Collor.

As reivindicações juvenis não são isoladas. Elas têm desdobramento e herança histórico sociais mais ampla.

Na leitura do trabalho de Caccia-Bava e Costa (2004) sobre o lugar dos jovens na história brasileira é possível perceber essa presença firme dos agentes sociais concretos. O objetivo dos autores é apresentar, em linhas gerais, a participação efetiva de jovens que estiveram à frente de movimentos de reivindicação significativos da história do país no século XIX e XX. Argumentam que “é com base nas referências históricas regionais que os jovens puderam ser identificados como protagonistas de distintos movimentos, que permitiram que fossem reconhecidos como grupos singulares, no interior da sociedade brasileira” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 63-64).

Nos intensos momentos de debate político da sociedade brasileira, em que se estabeleciam certos direcionamentos, como a dos grupos liberais do século XIX que, pautados nas ideias europeias, visavam colocar o Brasil nos trilhos da modernização política, institucional e econômica, “os jovens radicais abolicionistas protagonizaram as ações mais extremistas no espaço político e souberam ocupar com muita ousadia e astúcia a vaga reformista das instituições” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 66).

Os autores nos auxiliam na compreensão de aspectos pertinentes dessa trajetória social dos jovens em lutas sociais no Brasil moderno. A condição de classe é uma vertente pertinente e presente, pois o grupo social ao qual estavam vinculados permitiu que esses jovens participassem ativamente de vários movimentos contestatórios no país²⁰. Os movimentos abolicionistas no final do século XIX são vistos como “as primeiras experiências políticas para a formação dos movimentos juvenis no século XX” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 64), século cujo primeiro quartel permitiu a formação de um grupo de jovens intelectuais, vinculados às classes médias urbanas, cujas visões sobre os aspectos que compõem o espaço social eram distintas, denotando a ausência de homogeneidade tanto nas suas ações como no seu pensamento e colocando em xeque a ideia de que está presente nos jovens, única e exclusivamente, o ideário de mudança da realidade.

As ideias veiculadas e defendidas por alguns segmentos jovens estão muito mais vinculadas à ideia de classe, grupos ou frações de grupos do que propriamente a uma questão etária ligada à sua condição juvenil. Isso pode ser comprovado quando consideramos que esses grupos de jovens viviam na condição de estudantes, o que por si já demonstrava um caráter de distinção de classes naquele período. Na sua maioria, eram jovens brilhantes e com uma capacidade ímpar de pensar a condição sócio-histórica do Brasil e os rumos a serem tomados. O movimento ocorreu a partir da publicação de textos nos jornais da época (a mídia daquele período), o que ressalta a importância já atribuída aos meios de comunicação.

Assim, o florescer do século XX foi essencial para a formação de uma concepção de juventude no país e, já de início, vestida de radicalidade. Essa característica, além de estereotipada, reforçava e auxiliava na necessidade de certa influência sobre a ação dos jovens pelas instituições do mundo adulto.

Entretanto, não se pode desconsiderar que esses jovens, diferentemente da grande maioria da população também jovem do país, incluso o período em análise, tiveram a possibilidade e a oportunidade, em função das suas condições objetivas e concretas, de uma formação cultural e um conhecimento histórico tanto do país quanto de outros povos da América e da Europa, para se tornarem “protagonistas de verdadeiros processos de construção de horizontes culturais e políticos que significavam a ruptura com os padrões oligárquicos e tradicionais que inspiraram a formação da sociedade republicana brasileira” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 82).

Obviamente, a participação desses agentes históricos e sociais foi de grande importância. No entanto, há que se considerar também que, de um lado, ela expressa somente

²⁰ Semana de Arte Moderna, formação do Partido Comunista Brasileiro, Movimento Tenentista.

parte da juventude brasileira e a de classe média e alta. Depois, esses movimentos não estiveram longe da interferência das instituições do universo adulto. A título de um exemplo pontual: no caso do movimento tenentista e mesmo no movimento dos jovens abolicionistas, o exército esteve presente. Desde a guerra do Paraguai (1865-1870), essa é uma instituição que, com maior ou menor grau, sempre esteve presente na história brasileira.

Na verdade, desde então o Exército esteve presente em todas as reviravoltas na história do Brasil, exercendo sempre um papel decisivo nos momentos de crise. Com efeito, o Exército: a) concorreu significativamente para a abolição da escravatura em 1888; b) instaurou a República em 1889; c) contribuiu para o fim da república oligárquica em 1930; d) participou, em 1937, da implantação da ditadura de Vargas (Estado Novo); e) depôs o mesmo Vargas em 1945; f) esteve presente nos episódios que levaram ao suicídio de Vargas em 1954; g) deflagrou o golpe de estado de 1964 (GERMANO, 2005, p. 39).

Em função desses aspectos e ainda que eles careçam de uma pesquisa mais detalhada, fica complicado negar o desinteresse das instituições do universo adulto nos movimentos juvenis. Possivelmente, se fôssemos atualizar esse retrato esboçado por Germano (2005) em relação à atuação dos militares, a lista iria aumentar, principalmente com os episódios recentes da história do país. Tudo isso, no entanto, está longe de deslegitimar a importância e o reconhecimento da participação dos jovens enquanto agentes sociais que se movimentam no interior das formações sociais nas quais estão inseridos por meio dos movimentos sociais na história do Brasil.

Nessa direção, cabe lembrar que as juventudes não são totalmente livres ou totalmente determinadas. Elas são fruto das contradições vivenciadas pelos agentes em momentos históricos distintos e nisso não reside, ao menos para nós, a ideia ou o caráter de que elas tenham em si, como algo nato, a disposição à rebeldia, à revolução ou que devam ser, única e exclusivamente, as responsáveis pela ação dos grupos nos processos contestatórios, mesmo que se entenda que “as gerações mais velhas estão [estejam] comprometidas com causas já condenadas e falidas [...]” (FORACCHI, 2018, p. 39).

Ainda na década de 1920, a participação juvenil integralista teve, na figura de um jovem, Plínio Salgado, sua grande liderança de formação. “Em 1932, funda uma sociedade dentro da qual se idealizaria a Ação Integralista Brasileira, movimento político-popular que dá origem à formação de um movimento juvenil de massas inspirado na mobilização dos jovens italianos e alemães²¹” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 84). Tal movimento integralista não era a “reprodução mecânica do fascismo e do nazismo europeus, e já havia um rico debate consolidado no Brasil em torno do caráter desse movimento” (p. 84).

²¹Chamados para serem voluntários por Benito Mussolini e Adolfo Hitler, conhecido como os camisas verdes

O que chama de fato a atenção e desperta o interesse no interior desse movimento foi a sua capacidade de ter permanecido na história política e cultural do país até meados da década de 1950. Para tanto, a Confederação de Centros Culturais da Juventude teve papel importante. “Segundo os editores de *Voz do Oeste*, que cultivam a memória desse intelectual [Plínio Salgado], a entidade chegou a constituir mais de quinhentos centros culturais da juventude, em todo país” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 85). O que, em tese, representou um trabalho de fôlego perante a juventude.

Contudo, foi a ação de participação dos jovens estudantes em torno da UNE (União Nacional dos Estudantes), criada em 11 de agosto de 1937, que deu maior consistência e efetivação ao movimento estudantil no país, associado ao “processo de urbanização e, por conseguinte, da constituição de uma classe média urbana, que passava a ter outra perspectiva de desenvolvimento e de consumo, em contraposição aos *habitus* rurais que caracterizavam hegemonicamente o Brasil até a década de 1930” (DUARTE, 2017, p. 56).

É a partir do surgimento da classe média que se passa a falar em massa, massificação como expressão da sociedade moderna. Iniciaram-se, nesse período, as tentativas de eliminação da ideia de desigualdades sociais, viés muito trabalhado por esse grupo como expressão da modernidade. Para Duarte (2017), a sociedade moderna surgiu vinculada a essa classe como meio de mascarar as diferenças sociais - a suposta massificação do consumo levaria à eliminação das diferenças sociais - ou, conforme Foracchi (1982), a origem da classe média contribuiu para o que podemos chamar de dissimulação da divisão social brasileira.

No bojo da ditadura de Vargas, os estudantes passaram a criticar qualquer movimento semelhante ao nazifascismo. O Estado Novo passou a vedar a livre discussão e a ação dos movimentos juvenis e os meios de comunicação também foram vedados e se calavam por temor às ações repressivas, desde que várias sanções eram impostas a quem discordasse do governo²². Após esse período, a UNE centrou suas ações em temas ligados à questão nacionalista, dentre eles a campanha para a criação da empresa nacional de petróleo, a Petrobrás. Tornou-se a primeira organização juvenil brasileira a imprimir dimensão nacional aos seus movimentos de resistência e luta.

De 1950 a 1955, aproximou de setores de direita, como a UDN (União Democrática Nacional) e alguns impactos políticos foram sentidos. Outros grupos de estudantes, sobretudo, vinculados à Igreja Católica e ao Partido Comunista Brasileiro, fortaleceram sua ação política e derrotaram a UDN do comando da UNE em 1956.

²² Residem, nesses mecanismos, instrumentos e tentativas de impor certa interferência aos movimentos juvenis, reduzindo sua visibilidade ou buscando o direcionamento de suas pautas.

A atuação da Igreja Católica na organização dos jovens desde 1920 merece destaque. O movimento denominado Ação Católica esteve fortemente vinculado à JAC (Juventude Agrária), JOC (Juventude Operária) e também, com mais efetividade, à JEC (Juventude Estudantil Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). A JAC e a JOC eram as duas organizações que recebiam maior atenção e interferência dos líderes eclesiásticos, expressando mecanismos de controle dos movimentos juvenis a partir do universo adulto. Fora essa tutela dos líderes da igreja, os membros dessas organizações tinham que lidar com as questões do mundo do trabalho, o que prejudicava sua efetiva participação.

Por conta disso, a participação mais efetiva dos jovens vinculados à Ação Católica foi a dos vinculados aos segmentos estudantis urbanos, JEC e JUC. Ambas tiveram sua importância e participação. Contudo, a JUC se articulou melhor no contato com outros movimentos estudantis, dentre eles a esquerda laica. A partir dessa aproximação, a JUC disputou a direção da UNE em 1962, destacando a ideia de uma aproximação mais forte também com os próprios estudantes.

Havia ainda o MCP (Movimento de Cultura Popular), criado em Pernambuco em 1960, a partir da ação de estudantes universitários, artistas e intelectuais, cujo foco era a discussão dos assuntos brasileiros voltados para a questão cultural. O MEB (Movimento de Educação de Base) foi outro que também surgiu nesse período, mas preocupado com a efetivação de programas de alfabetização voltados para a população rural. Em 1959, surgiu o CPC (Centro Popular de Cultura), fruto da ação de jovens intelectuais e artistas ligados ao Teatro de Arena que buscavam a aproximação com a população, além de despertar o elemento político contido na arte.

Esse conjunto de organizações é a expressão do que foi aglutinada e rica a participação política dos jovens nas décadas de 1960, 1970 e início dos anos de 1980. Desse modo, se percebe também a importância do movimento estudantil enquanto instrumento ou meio de organização dos jovens brasileiros. No entanto, o que Duarte (2017) nos diz a seguir merece reflexão:

Entre as formas de participação dos jovens urbanos na realidade social, encontramos, com maior evidência em meio às classes média e alta, os movimentos estudantis, que até hoje povoam as representações sociais como modelo de participação da juventude, assumindo por vezes um caráter saudosista, descontextualizado e generalizador, como se tais movimentos aglutinassem todos os segmentos juvenis e sempre tivessem partido de referenciais progressistas. Trata-se de outra forma de estigmatizar a juventude, atribuindo um papel social a esse tempo de vida sem considerar o contexto histórico no qual estava inserida, a condição de classe daqueles que desses movimentos foram protagonistas e os projetos políticos aos quais se aliaram no decorrer da história (DUARTE, 2017, p. 56).

Na atualidade, esse é um aspecto que não pode ser perdido, sobretudo na análise dos movimentos juvenis da década de 1990 em diante, em que o fenômeno dos meios de comunicação se fez mais presente e próximo na cobertura desses movimentos, forjando estereótipos e valores que, na maior parte dos casos, atendem a uma concepção idealizada e distante dos jovens, visando, exclusivamente, a interesses próprios.

2.3 Os rótulos que não colaram: irreverência, indignação e criatividade na ação mobilizadora dos jovens no ano de 1992

O ano de 1992 entrou para a história brasileira devido aos acontecimentos do cenário político-social que resultaram no primeiro *Impeachment* de um presidente eleito pelo voto direto de milhões de brasileiros após 21 anos de ditadura civil-militar no país. Os episódios que se desdobraram naquele ano fizeram dele um fato histórico, não somente pelo impedimento do presidente eleito, mas também pela movimentação social que provocou, levando centenas de milhares de pessoas às ruas, principalmente o segmento juvenil, um dos grandes marcos quantitativos dessas manifestações. A maneira com que pediam a saída do presidente ficou, também, notabilizada na história do país.

Algumas questões controversas rondam esse período no que concerne à participação das juventudes nos atos de rua que pediam a saída do presidente. A ação que os meios de comunicação comercial tiveram no processo de *Impeachment* e a visibilidade dada à movimentação dos jovens constitui uma particularidade e um marco na ampla gama de acontecimentos.

Assim, cremos, qualquer análise que se fizer sobre o período não pode desconsiderar a ação realizada por esses dois segmentos, - os jovens e a mídia - no desenrolar dos acontecimentos. O contexto era de mudanças e transformações: as políticas neoliberais estabeleciam a redefinição da função do estado e eram contestadas; as exigências na defesa e na ampliação de vagas na escola básica e universitária pública e de qualidade se faziam presentes; a inflação ainda era uma realidade; e o desemprego uma das consequências da reestruturação produtiva.

Ante isso, esta parte desta tese objetiva destacar as visões divergentes e, nesse movimento, compreender, a partir dos autores analisados, a participação dos jovens no processo de *Impeachment*. No entanto, conforme ressaltamos, impossível retratar esse acontecimento sem fazer referência (mas sem supervalorizar) à participação da mídia, principalmente na concepção de juventude que foi forjada durante as manifestações. Contudo,

os agentes sociais, na sua grande maioria jovens, foram caracterizados, justamente por essa mídia, como os ‘*Caras Pintadas*’, visão que também não é unanimidade.

A caracterização é polêmica, pois supervaloriza e coloca os jovens, de um lado, como os únicos responsáveis pela saída do presidente, desconsiderando as ações dos demais movimentos sociais, da sociedade política no âmbito do Congresso e os interesses no interior daquela casa, que possuía representantes da sociedade civil. Ao escamotear essas questões, a mídia fez parecer que os políticos estivessem somente atendendo os interesses que vinham das ruas. De outro lado, ela também expressou a ação dos jovens como um retorno aos movimentos estudantis da década de 1968, representados pela minissérie *Anos Rebeldes* da TV Globo.

Com os levantes juvenis de 1992, acreditava-se ter rompido com o estigma criado de Geração Shopping, principalmente nas grandes cidades. Valente (2011, p. 88) aponta que essa geração, caracterizada como uma geração que “tem medo do que não é seguro, que se sente atraída pela vida virtual e que começa a ser chamada de geração digital”, também era marcada por “um total desinteresse pela política. Não há [havia] a preocupação ideológica de participar do processo eleitoral, mas sim uma fuga da responsabilidade pelos destinos da nação. E uma descrença no poder da autoridade policial” (p. 88).

Essa concepção foi bastante utilizada pela mídia, pois dialoga mais facilmente com a lógica de mercado que buscava fomentar o consumismo entre esse público. No entanto, ela é problemática, porque apresenta uma perspectiva homogeneizadora para os jovens, nega a presença dos movimentos juvenis e o fato de que as juventudes haviam despertado para as manifestações e assumido sua responsabilidade na construção de um Brasil melhor e mais justo para todos. A partir de então, o movimento juvenil passou a ser sinônimo de “caras pintadas”, ou seja, as juventudes, com todo o seu ecletismo, diversidade e diferenças, foram classificadas com o mesmo rótulo. Como se todos os jovens vivessem a mesma condição juvenil, frequentassem os mesmos espaços, mantendo os mesmos padrões de consumo. Sendo ainda estudantes, manifestantes e revolucionários.

O ponto de partida parece ter sido o início do mês de junho de 1992, quando foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mais conhecida como CPI do PC, em referência ao empresário, tesoureiro de campanha e amigo do presidente Collor, Paulo César Siqueira Cavalcante Farias, identificado como PC. Com as denúncias de Pedro Collor confirmadas pelo motorista do presidente em depoimento à CPI, a situação do representante maior da nação ficara complicada. Para além dessa situação, a mídia intensificou, em suas

reportagens, notícias demonstrando o envolvimento do executivo em escândalos de corrupção.

A ação da mídia foi de fundamental importância em todo o processo, desde as primeiras denúncias até o resultado final quando a consumação do afastamento do presidente Fernando Collor foi confirmada. A revista *Veja* (1254) chegou a publicar que o *Impeachment* era certo, ou seja, ela não fez somente a cobertura dos fatos, mas, em alguns casos, se antecipou a eles, forjou a opinião pública²³.

Pelas narrativas dos meios de comunicação, parecia haver uma espécie de “montagem”, “incentivo” para que o povo pedisse a saída de Collor: jornais, revistas e televisão transmitindo em tempo real os eventos, o que obteve uma amplitude imensa, porque tais meios não são entes ou instituições com vidas próprias ou neutras. Há sempre a intencionalidade que conduz e orienta as reportagens e entrevistas - daí a necessidade de pensar essas intencionalidades e o grupo que as conduz desde a construção do fato como expressão da realidade, mas que não é a própria realidade, mas sua interpretação, até ao impacto provocado no espaço social.

Rodrigues (1997) chama a atenção para o episódio do dia 14 de julho de 1992, quando representantes da sociedade civil solicitavam maior rigor na apuração das denúncias contra Collor. Nessa mesma data, a TV Globo iniciava a transmissão da minissérie *Anos Rebeldes*, a narrativa romanceada de uma “turma de adolescentes envolvidos em política, paixões e a aura da revolução de costumes da era pós-pílula” (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/07/92 apud RODRIGUES, 1997, p. 28). Episódios como esse demonstram a intencionalidade em impulsionar os jovens para os protestos de 1992.

Conforme o autor, pela comoção criada, “*Anos Rebeldes* estreou na expectativa de ser um painel dos anos 60, onde os conflitos entre o coletivo e o individual, entre o idealismo e a ditadura, entre ser alienado e ser militante davam a tônica aos comportamentos” (RODRIGUES, 1997, p. 28). Na condição de painel, não pode ser descartado o fato de que a minissérie tenha influenciado os jovens de 1992 a assumirem seu papel de protagonista na busca pela moralização da política no país. É recorrente, no trabalho de Rodrigues (1997), a utilização de falas de jovens do movimento “*caras pintadas*” se referindo a *Anos Rebeldes*

²³ Segundo Pierre Bourdieu (2019), a opinião pública não existe: “Na realidade, a pesquisa de opinião estaria, sem dúvida, mais próxima do que se passa na realidade se, transgredindo completamente as regras da ‘objetividade’, se desse às pessoas os meios de se situarem com se situam realmente na prática real, isto é, em relação a opiniões já formuladas; [...] *enuncia-se uma série de posicionamentos explícitos de grupos mandatados para constituir as opiniões e as divulgar, de forma que as pessoas possam se situar em relação a respostas já constituídas* (p. 218, grifo nosso).

como influenciador de sua presença nas manifestações, como se estivessem vivendo os seus anos rebeldes.

Desse modo, a opinião pública parecia já estar assentada e o que faltava era plasmá-la na realidade dos jovens e fazer com que esses a reproduzissem como se fossem sua de fato. A ideia do arbitrário cultural atua com muita força nesse tipo de prática, fazendo com o que o dominado reproduza a ideia de outro grupo social como se fosse do seu grupo de origem.

Nas condições esboçadas por Rodrigues (1997), parecia haver uma tentativa de resgate de 1960. Tanto que “a minissérie foi festejada por ter sido a primeira vez em que os dramas do período da ditadura militar apareciam na tela da TV e caracterizada como forma de ajudar a conhecer uma época onde não se podia falar com liberdade” (RODRIGUES, 1997, p. 28).

Assim, o ano de 1968 continuava, por definição, modelo de ação política, servindo como baliza para os demais momentos juvenis no país, embora possa se questionar por quem foi estabelecida essa definição e com qual discernimento senão o ideológico, pois não há um critério que estabeleça ou defina isso (JENKINS, 2007). Mesmo assim, ela vai se constituindo como marco referencial e passa a compor a memória histórica. Mas qual memória? Dos vencidos ou dos vencedores? Nessa direção, onde fica a função da escola, dos historiadores e das instituições de memória?

Isto é, “delimitar os “*Caras pintadas*” na comparação com os militantes de 1968 fragiliza tanto a descrição dos jovens de 1992 como o resgate da memória das lutas passadas. Pois estaria se concretizando o resgate de tempos heroicos, de momentos ideais, e a construção de mitos” (RODRIGUES, 1997, p. 54). Portanto, é preciso estar atento, conforme Barker (2014), à ideia de movimento como um todo, bem como, conforme Houtart (2006), sobre a necessidade da construção de um novo sujeito histórico.

De acordo com Rodrigues (1997, p. 28-29), Silvio Giannini, articulista da revista *Veja*, destacou, na edição do dia 15 de julho, que, “[...] Pela primeira vez a TV irá mostrar aos telespectadores o Brasil do regime militar de 1964, quando se vivia num país de dois andares”. No andar de cima, era momento de festa, pois se comemorava a vitória sobre o suposto perigo comunista, a retomada do crescimento da economia e o tricampeonato da seleção com a vitória brasileira na copa de 70. No andar de baixo, o que existia eram a luta armada, a tortura, a clandestinidade e o exílio daqueles que eram contrários à ditadura. Assim, “no mundo real, desde aquela época, o andar de baixo faz parte da História do Brasil. [Porém], no mundo da TV, permaneceu trancafiado no porão das lembranças proibidas” (RODRIGUES, 1997, p. 29). Essa questão é bastante sugestiva e o autor a reconhece, pois

destaca que, quando pensada com viés para a juventude, demonstrada pela minissérie, essa era também idealizada e expressava uma parcela desse grupo vinculado às classes média e alta.

Ainda assim, antes da apresentação da minissérie, se destacava com muito ânimo o fato de que seria a primeira vez que uma emissora de TV “se dispõe [dispunha] a levar ao ar uma tragédia que não apareceu [aparecera] em telejornais da época (...). E Carlos Chaparro, do Diário Popular, recomendou (em 14 de junho): (...) Os 20 capítulos de *Anos Rebeldes* devem ser assistidos. *A proposta dirige-se principalmente aos jovens*” (RODRIGUES, 1997, p. 29, grifo nosso). Portanto, a minissérie teve nos jovens o seu público-alvo, justamente em um período em que se falava muito em juventude apática, avessa às questões políticas e sociais, de presença intensa no Shopping Center, expressão do consumismo.

Anos Rebeldes foi colocada por alguns representantes da mídia como a oportunidade para os jovens da década de 1990 “conhecerem a história de um período recente de repressão policial-militar que sufocou os sonhos de liberdade de uma geração” (RODRIGUES, 1997, p. 29, grifo nosso).

Nessas condições sumamente apresentadas, cabe lembrar que a TV Globo adiou a apresentação da série, o que combinou com os escândalos de corrupção no interior do governo. No entanto, à medida que a mídia não somente divulgava os acontecimentos, mas também os criava por meio de reportagens investigativas, a cada semana um fato novo aparecia. Era como que uma guerra entre os meios de comunicação. Cada um deles atrás do furo de reportagem que lhes pudesse dar notoriedade. Assim, “a ideia do *Impeachment* ou da renúncia do presidente, ainda que descartada, começa[va] a aparecer nos noticiários impressos já em meados [do mês de junho]” (RODRIGUES, 1997, p. 26).

Conforme Rodrigues (1997), parecia faltar um fato novo que impulsionasse as ações dos parlamentares e acelerasse as investigações de corrupção contra o presidente Fernando Collor. E essa ação deveria vir das ruas, das manifestações populares, da pressão do povo pela busca da moralização política. Nesse movimento pela ética na política, as entidades representantes dos estudantes, a UNE e a UBES, tiveram presença marcante, ainda que se percebesse certa dificuldade em arregimentar número suficiente de manifestantes em torno das pautas defendidas. Groppo (2008) afirma que o movimento de rua com o jovem estudante à proa do processo foi um elemento essencial, mesmo sem o incentivo dos segmentos organizados da sociedade civil.

Mas Rodrigues (1997) não comunga dessa perspectiva. Para ele, ocorreu uma construção midiática acerca da retomada de ruas e praças pelos jovens, pedindo a moralização da política e a saída do presidente eleito. Para esse autor, toda essa movimentação teve como

modelo o período de 1968 e por “estopim a veiculação da minissérie Anos Rebeldes pela Rede Globo” (RODRIGUES, 1997, p. 03). Desse modo, a mídia foi trabalhando um tipo de imagem e narrativa dos eventos que possibilitou uma reconstrução do ideal de juventude com base no período de 68, mas escamoteada no rótulo de “caras pintadas”.

Conforme Rodrigues (1997), entender o movimento ‘*Caras Pintadas*’ era um desafio de atenção do leitor “às diversas matérias e reportagens sobre as manifestações estudantis. Seus protagonistas poderiam ser definidos como sujeitos que agiam a partir de intenções premeditadas ou objetivos políticos definidos? Ou eram eles movidos pela festa, pela brincadeira espontânea?” (p. 02). A narrativa jornalística utilizada pelos meios de comunicação foi o recurso que esse autor utilizou para justificar a construção lógica dos fatos como expressão da realidade. Conforme sua concepção, é “a narrativa [que] ordena os eventos, garante-lhes significados, os colocam em tempo/espaço determinados” (RODRIGUES, 1997, p. 03).

Enfatiza ainda que, ao falar de narrativas, está se referindo a “textos produzidos para (ou com) as descrições dos eventos” (RODRIGUES, 1997, p. 03) e argumenta que acredita “ser possível pensar que as narrativas midiáticas possam ser pensadas como aquelas que [se designam como] (narrativas públicas) na medida em que se caracterizam por ordenar, moldar os eventos. A narrativa da mídia encontra legitimação na ação social” (p. 03). Dessa forma, a narrativa não seria somente uma construção imagética e fictícia, mas expressão da realidade, ainda que ordenada e moldada a determinados interesses e fins (já a política seria sua espetacularização). No seu entendimento, é “possível observar as narrativas midiáticas ordenando, dando lógica às ações sociais” (p. 03). Por conta disso, a hipótese que se levanta é a de que “a construção do carapintada foi realizada pela mídia a partir de um determinado modelo de jovem ou de juventude” (p. 02).

Para Rodrigues (1997), os jovens não foram necessariamente os únicos manipulados. A ação da mídia teria generalizado o modelo de juventude por meio da narrativa. Tanto que “*Caras pintadas* foi termo utilizado pelos meios de comunicação para designar os estudantes que reivindicavam, em passeatas, o *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo e que, ao pintarem o rosto, ganharam sua marca *distintiva*” (RODRIGUES, 1997, p. 02, grifos do autor).

Conforme já destacamos, Groppo (2008) é contrário a essa descrição apresentada por Rodrigues (1997). Ao centrar suas análises nas passeatas de São Paulo e Rio de Janeiro, toma as matérias do jornal *Folha de São Paulo* e revista *Veja* como material empírico. Enfatiza o caráter único dessas passeatas como sendo a própria característica da juventude daquele

período. Coloca em questão o elemento da politização dos agentes juvenis, salientando que eles não podem ser vistos como uma emersão do movimento estudantil e a retomada da politização dos jovens. Analisa que, após o *Fora Collor*, esses jovens continuaram os mesmos e retornaram para suas vidas anteriores. Ou seja, a participação nas manifestações de rua não foram suficientes para pensar suas ações nem gerar mudanças de *habitus* (GROPPO, 2008).

Grosso (2008) critica o fato de que, para alguns analistas, as manifestações dos jovens em 1992 eram “apenas uma imitação ingênua das passeatas estudantis – e universitárias, por sinal – dos anos 1960. Principalmente porque nesta mesma época a TV Globo transmitia a minissérie *Anos Rebeldes*” (GROPPO, 2008, p. 41), de forma romantizada e novelesca. Pondera que se deve discordar “de uma análise simplista que associe as passeatas pelo *Impeachment* a um reflexo pré-programado pela mídia através de um seriado novelesco. A influência, a imitação e mesmo a admiração pelos anos rebeldes existiu até certo ponto, mas não foi supra determinante” (p. 41). Portanto, o autor é contrário às análises que se centram no viés de imitação ingênua das passeatas de 1968.

É perigoso o viés da imitação, pois existem diferenças estruturais e conjunturais entre os movimentos de 1960 e 1990 (MISCHE, 1997). Ainda que os acontecimentos possam estar envolvidos em uma espécie de herança histórica e cultural, cada evento é oriundo das condições objetivas e concretas do momento que os gerou. Assim, é preciso lembrar que o clima de pensamento coletivo, de ideias, de cultura política daquele período de efervescência das manifestações, cujo estopim foram as contradições e a herança da ditadura militar, em especial o movimento Diretas Já, tudo isso ainda estava na memória e compunha a herança de lutas no país.

Nesse processo, a questão do contexto e a geracional são importantes, pois menos de dez anos haviam-se passado do movimento Diretas Já, que mobilizou milhares de pessoas. De sorte que havia uma mediação simbólica da participação política ainda muito presente no período. Há que se considerar também que os meios de comunicação não inventaram a cultura política de participação que encontrou no segmento juvenil grande força. Eles exploraram o que já havia enquanto aspectos simbólicos juvenis sobre participação na vida política.

Portanto, os sujeitos não agiram apenas como massa de manobra dos meios de comunicação comercial, porque os agentes, nesse sentido, pelo seu *habitus* e mediações simbólicas, aderem ou não a tais perspectivas a partir de um conjunto de valores sociais construídos anteriormente à exploração de um texto da mídia. No entanto, a interpretação que eles atribuem aos fatos pela narrativa histórica teve legitimidade para o período em que os

eventos ocorriam. Tanto que *Veja* não mencionou, em suas reportagens, a presença dos movimentos sociais de modo geral e dos grupos juvenis em especial.

As grandes cidades ficaram marcadas como centros de aglutinação juvenil. Em São Paulo, à medida que as instituições representativas ou institucionalizadas apareciam, como os partidos políticos e o movimento pela ética na política, e atingiam o seu auge, os atos dos estudantes começaram a declinar. Isso, segundo Groppo (2008), eram sinais da desvinculação política da maioria dos agentes juvenis envolvidos nas ações de rua com as entidades representativas. Pondera que “não houve tom partidário e ideológico predominante nestas manifestações, notadamente entre os estudantes. Se a organização dos atos era mais pluripartidária possível, os valores motivadores dos estudantes eram mais díspares e variados ainda” (GROPPO, 2008, p. 47).

Partindo das premissas de Groppo (2008) o que teria impulsionado e motivado os agentes sociais juvenis nas manifestações teria sido o ‘Fora Collor’. Esse era o elemento impulsionador e o objetivo principal entre os jovens, o que também os diferencia dos jovens de 1968. Argumenta: o que ocorreu “foi um momento em que os tradicionais símbolos da rebeldia juvenil e do Movimento estudantil, e não exatamente suas ideologias, sob o único lema que era consenso – Fora Collor –, conseguiram aglutinar jovens de diversas categorias sociais e visões de mundo” (GROPPO, 2008, p. 47). E outras bandeiras e pautas de reivindicação existiram, ainda que negligenciadas pela mídia comercial.

À medida que essas questões vão se explicitando, parece ficar cada vez mais difícil “enquadrar” a ação desses agentes sociais em um fenômeno ou categoria específica e isso dificulta a compreensão do que, de fato, realmente fizeram, pois não se caracterizam dentro da noção clássica de movimento social. No sentido de uma organização, liderança e institucionalização mais explícitas, o que se percebe é que esses agentes sociais em movimento pela cidade no processo de ocupação de ruas e praças também não se identificavam com propostas e perspectivas ideológicas das entidades representativas: partidos políticos, UNE e UBES, Movimento pela Ética na Política. Nisso a reflexão de Groppo (2008) faz bastante sentido. Era o Fora Collor o que motivava parcela dos jovens e isso não significa espontaneísmo ou ausência de objetivos dos mesmos, menos ainda a exclusão das entidades, sua força, interferência e representatividade no período.

O movimento estudantil faz parte dessa caracterização acima ou, de repente, seria uma ramificação do movimento social, quiçá um ‘surto’²⁴, que encontrou no Fora Collor, conforme

²⁴Termo empregado pelo professor José Adelson em conferência realizada na Anped Centro-Oeste, em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Ele se referia à metáfora do surto para expressar o que é ou faz o movimento

destacou Groppo (2008), um elemento de identificação, unicidade e, uma vez alcançado o objetivo, que tenha sido ou não pela ação juvenil, recuou e seguiu o curso normal da vida?

Outra diferença entre os argumentos de Rodrigues (1997) e Groppo (2008) parece ser em torno do objeto de análise de ambos. O primeiro procura entender e dar enfoque à construção dos “caras pintadas” realizada pela mídia e os seus impactos e incongruência. Ou seja, no interior da discussão, a juventude fica que meio subsumida. Já o segundo tem como foco os jovens enquanto agentes sociais que se movimentaram pela cidade de São Paulo e, naquele contexto, estavam participando, sem vinculação necessária com as entidades classistas, das manifestações pedindo a saída do presidente.

Contudo, ambos os autores proporcionam compreensões importantes que auxiliam a pensar a juventude naquele contexto e a partir de realidades específicas. Daí que a indagação sobre o perfil daqueles agentes juvenis se torna importante. “Quem eram os jovens que participaram das passeatas que, por mais de uma vez, encheram o centro da capital paulista?” (GROPPO, 2008, p. 47). Utilizando dados com base em uma enquete realizada pela *Folha de São Paulo* em parceria com o Data-Folha com 219 jovens que estiveram presentes na passeata do dia 18 de setembro, Groppo (2008) estabelece um panorama sobre quem eram esses agentes sociais juvenis na cidade paulistana. “A maioria eram jovens de 16 a 20 anos – 59%. 17% tinham até 15 anos e 11% tinham 21 anos ou mais” (p. 47).

Outro dado interessante é que os estudantes secundaristas eram dominantes, “perfazendo 55% do total contra 25% de universitários e 12% de estudantes de primeiro grau. Havia, praticamente, um empate entre estudantes de escolas pública e particular (44% e 48%). O PT foi o partido preferido, com 55% das indicações, seguido pelo PSDB, com 15%” (p. 47). Os dados são instigantes ao menos para direcionar o perfil desses jovens na cidade de São Paulo embora não no país como um todo. Porém, o mais intrigante, conforme destaca o autor, é a questão de que,

Nem os estudantes universitários nem o movimento sindical conseguiram se aproximar, nesse momento, da mobilização daquela faixa etária predominante entre os secundaristas. Faixa etária que nunca tinha se mobilizado deste modo antes na história brasileira. E o que era ainda mais inesperado, jovens de uma geração apontada como apática, individualista, desmobilizada e alienada (GROPPO, 2008, p. 47).

Conforme já ressaltamos, são essas variações que colocam enormes dificuldades nas análises e acabam gerando conclusões distintas entre os autores, porque os objetos de estudo

social. Ou seja, algo que é inesperado, sem dia e hora marcada, mas que aparece, provoca alterações, atinge ou não o seu objetivo e depois recua, se arrefece.

também são diferentes. Inclusive sobre o valor político que tiveram as passeatas estudantis, assim como seu peso efetivo: para uns, elas foram brincadeira e festa na política (RODRIGUES, 1997); para outros, assumiram conotações diferenciadas e possuíam as características dos próprios jovens do período, ainda que o 'Fora Collor' fosse o grande objetivo (GROPPO, 2008).

Também ressalte-se que os modelos ou formas de organização apontados pelos autores não podem ser caracterizados como modelo para todo o país. Isso pelo fato de que as realidades eram distintas e permeadas por relações diferenciadas com as entidades representativas - em outras regiões, podem ter havido uma organização mais intensa dos movimentos sociais e partidos políticos.

No entanto, parecia haver uma preocupação maior com as entidades estudantis do que com os jovens, consubstanciando o fato de que essa instituição não tinha conseguido dialogar e levar para os quadros do movimento estudantil esse novo agente juvenil que se mobilizava à sua maneira e com suas próprias convicções. Groppo (2008) argumenta que o editorial do *Jornal do Campus*, de graduandos de jornalismo da Universidade de São Paulo - USP, teria refletido sobre essa questão que auxilia a pensar no peso político e no valor concreto das passeatas.

É inegável que os estudantes tomaram as ruas do país, mas não significa necessariamente sua participação efetiva no movimento estudantil. [...] Eles sabem o que significa *Impeachment*, mas não tem noção exata do significado da palavra UNE na História. Lotam as principais avenidas de São Paulo, mas não chegam sequer a formar filas nas eleições para um representante discente no Conselho Universitário [...]. O ME voltou a ter força, mas resta saber se isto continuará sendo uma realidade depois da votação do *Impeachment* ("mudanças sem memória". JORNAL DO CAMPUS, São Paulo, USP, p. 21 apud GROPPPO, 2008, p. 48).

É sintomática, portanto, a preocupação maior com a entidade do que propriamente com os jovens. A impressão que se tem é a de que houve pouca habilidade em lidar com esse novo agente juvenil. Ele era um sujeito novo e em constante embate com as condições objetivas e concretas de seu contexto. Parece também que as instituições representativas, no caso em questão o ME, não conseguiu atingir ou dialogar com esse novo agente social. O desconhecimento de ambas as partes pode ter contribuído para os rótulos que se foram criando acerca dessa juventude.

Enquanto agentes sociais, eles continuaram se movimentando e se articulando no cotidiano social. Mas não mais na perspectiva idealizada pelo universo adulto, aos moldes da juventude de 1968. Se demonstraram resistência à política partidária, essa deve ser lida não

como apatia, mas, quiçá, aversão e negação a todo o modelo que se estruturou desde então, ainda que fosse legítimo.

Portanto, conforme destaca Groppo (2008, p. 50), não pode ser tão forçado assim reconhecer que as características próprias das passeatas dos jovens de 1992, como “apartidarismo, bom humor, ataques pessoais e irônicos, estreiteza do lema comum – mostram que trata-se de um movimento com pouco tom político real, de enganosa consciência e de pequena eficácia para o futuro dos movimentos juvenis”.

Para os jovens que participaram dos movimentos e estiveram ativos nas passeatas do ‘Fora Collor’, algum sentido ou significado, possivelmente, deve ter ficado. Se não na perspectiva política, no sentido da criticidade, tão propalada pelas instituições representativas. Na memória desses agentes, algo ficou de concreto.

Pensar os movimentos juvenis de 1992 com essas questões torna a reflexão ainda mais complexa, difícil e inacabada. No entanto, diferentemente dos movimentos policlassistas – cujos objetivos não eram os mesmos –, as passeatas dos jovens de 1992 parecem ter um objetivo comum: o ‘Fora Collor’ - mesmo que isso não seja visto como fator positivo para alguns analistas. Por fim, devem-se considerar as passeatas como espaços de manifestação onde se acamparam os mais diversos valores, subculturas e expectativas: “Não tão amplas para envolver simpatizantes de Collor ou mobilizar parte importante das classes trabalhadoras e idosos, mas nem tão restritas para exprimir com legitimidade apenas o radicalismo *stricto sensu* tradicional do movimento estudantil” (GROPPO, 2008, p. 51).

Caccia-Bava e Costa (2004), ainda que utilizando como principal referência o trabalho de Rodrigues (1997), também apresentam uma visão divergente. No entendimento desses autores, a onda de corrupção que veio à tona sobre a campanha eleitoral e o governo constituído de Fernando Collor de Melo rompeu a expectativa gerada na população e teria desencadeado o que eles chamam de unificação de dois movimentos de cunho político diferente, que haviam se formado em 1979, após a vitória da sociedade civil com o movimento pela anistia aos perseguidos e exilados políticos ainda no regime ditatorial. “Eram eles: a experiência renovada do movimento estudantil de 1968, através da volta dos anistiados políticos, e a campanha pelas eleições diretas à presidência da República (conhecida como Diretas Já), desde 1984” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 105).

Nessa perspectiva, os autores trabalham com a ideia da interconexão, ligação e continuidade dos movimentos contestatórios. Assim, os movimentos juvenis de 1992, vulgarmente o ‘*Caras Pintadas*’, não seria uma novidade ou uma criação imagética ou ainda uma denominação criada antecipadamente pela narrativa midiática. Seria uma consequência

das contradições, das condições objetivas e concretas enfrentadas pelas juventudes naquele contexto histórico, que agiam no interior do espaço social despreocupados em vincular suas ações a questões mais amplas e de cunho ideológico. Independentemente da vinculação, as ações no âmbito do governo acabaram barrando muitos anseios daqueles grupos sociais imbuídos de transformações mais consistentes na estrutura socioeconômica, política e cultural brasileira e isso, historicamente no país, também não era (é) uma novidade.

Em certo sentido, a composição “oligárquica de poder não permite [permitia] aos grupos de origem popular e subalterna emergirem como interlocutores íntegros perante toda a sociedade, não possibilitou que se revelasse a força dos movimentos juvenis, na continuidade dos processos dos quais participaram” (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 108). Possivelmente advenham dessa lógica estruturante no país as tentativas de engessar e rotular os movimentos juvenis como se eles fossem a expressão de toda a juventude brasileira.

A partir das perspectivas destacadas pelos autores acima, vislumbra-se uma concepção de juventude que se busca manter e repisar no imaginário social e, dificilmente, não se identifica a contribuição da mídia nesse processo de fabricação de uma juventude idealizada e, de preferência, vinculada aos setores pequeno-burgueses da classe média e da classe alta²⁵.

Foracchi (2018) já havia chamado atenção para os valores embutidos nos movimentos estudantis de 1968 e encaminhado horizontes para as pesquisas sobre juventude no Brasil que questione as concepções idealizadas.

Em relação aos movimentos mais recentes, Caccia-Bava; Costa (2004) dizem:

de meados da década de 1960 em diante, até meados da década de 1980, os jovens integram movimentos voltados a restabelecer uma ordem constitucional, que desaparecera do País por 21 anos de ditadura militar. Por essa razão, talvez, tenham prevalecido, no ano de 1990, as conclamações das lideranças políticas adultas, em particular dos intelectuais que participaram da história da União Nacional dos Estudantes. Elas chamavam a juventude para atuar, também de maneira reflexiva e autocrítica, *tomando por base os movimentos juvenis passados* (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 108, grifo nosso).

Ressalte-se essa perspectiva de valorização do passado como elemento de compreensão do presente é o reconhecimento de uma construção histórica de lutas sociais e políticas no país. Entretanto, não se pode centrar mais no que foram os jovens e seus movimentos no passado, pois pode-se perder a possibilidade de se entenderem as especificidades das juventudes de 1992 que, à sua maneira e forma, com teor mais ou menos politizado e com ou sem criticidade, agiram mediadas pelo *habitus*, sendo este também

²⁵Inclusive, é essa mesma perspectiva que tem legitimado e orientado projetos que versam sobre a redução da maioria penal no país.

construção histórica e social, não se dissociou do todo dos movimentos sociais recentes no país. Não obstante, é também pertinente ter sempre em mente que é o olhar externo que define essas questões.

Então, o que se tem como fato, de acordo com Caccia-Bava; Costa (2004), é que os jovens saíram às ruas em passeatas, enfrentando as condições objetivas e concretas da época para pedir a saída do presidente eleito pelo voto direto, após mais de vinte anos de ditadura militar. E, mesmo sem afirmarem categoricamente, teria sido a onda de corrupção no governo, veiculada e, quiçá, espetacularizada pela mídia, que levou à ideia do ‘Fora Collor’. Contudo, pensamos que seria simplista pensar que um movimento de massa, tendo os jovens à proa do processo, seria livre de um tipo de interpretação que atendeu os interesses dos organismos e instituições do mundo adulto, dentre eles o Estado e a própria mídia.

Além dos embates sobre a forma ou sobre o começo das manifestações juvenis do início da década de 1990, outra questão que se coloca é entender quem foram os ‘*Caras Pintadas*’ e qual o grau de participação, decisão desse segmento no processo de *Impeachment* de Fernando Collor de Melo. Em relação a esse aspecto, os autores aqui destacados também divergem, ainda que Rodrigues (1997) e Groppo (2008) estruturam suas reflexões por caminhos bastante semelhantes, ou seja, as notícias veiculadas na mídia impressa e televisiva, e Caccia-Bava e Costa (2004) partam das reflexões do primeiro.

A denominação de “caras pintadas” como expressão da atuação dos jovens em 1992 é uma definição elitista, homogeneizadora e distante da condição vivida pela maioria dos jovens brasileiros. Mas o fato é que o estigma ficou como referência para a juventude daquele período histórico, assim como tiveram os seus estigmas os movimentos juvenis de 1968. Ambos têm servido de baliza para as análises acerca dos jovens que estiveram em ação no movimento do ‘Fora Collor’. Os autores trabalhados no texto concordam nisso. Mas, pensamos que ainda cabem algumas considerações.

Com base em Rodrigues (1997), o termo ‘*Caras Pintadas*’ foi uma invenção, uma fabricação imagética realizada pela mídia e a política do Brasil. E essa afirmativa faz sentido, sobretudo quando uma denominação acaba por mascarar os sujeitos jovens reais e concretos, agentes sociais. A expressão é um reducionismo velado, porque mascara e homogeneíza a juventude brasileira. A idealização contida nesse processo descaracterizou os jovens de 1992 e isso teve impacto no social²⁶. Tanto que não houve a necessidade de dizer quem eram esses

²⁶ Dificilmente, se fala em movimento juvenil de 1992 sem se lembrar dos caras pintadas. Mas fala-se desses últimos, sem, necessariamente, se pensar nos jovens de tal modo o segundo foi subsumido pelo primeiro.

agentes sociais nas manifestações e isso expressa a tentativa de dominação sobre os sentidos atribuídos a esses movimentos juvenis²⁷.

A construção idealizada obscurece a compreensão acerca dos agentes reais que compuseram e fortaleceram numericamente as manifestações de 1992, podendo, inclusive, afetar o espaço acadêmico, interferindo nas tentativas de definições que se busquem fazer sobre esse segmento. Daí as observações de Bourdieu (2019) quando afirma que o dado pode ser manipulável pelas fragilidades que o compõem, exigindo ser muito bem delineado teoricamente. E por isso, a crítica ao dizer que a juventude é apenas uma palavra, pois os critérios que a definem são sempre externos. De modo que os ‘*Caras Pintadas*’, diferentemente da forma como foram destacados pela mídia, eram somente expressão de uma parcela pequena da juventude brasileira e, dificilmente, encampavam a amplitude desse segmento, sobretudo em uma realidade tão desigual e diversa como a do Brasil.

Por essa razão, concordamos com Groppo (2008) quando considera que parece um tanto precipitado e simplista uma análise que associe a ação dos jovens nas passeatas pelo *Impeachment* de Collor em 1992 a um reflexo pré-programado da mídia através de um seriado novelesco. Possivelmente, o seriado tenha influenciado de algum modo, mas, dificilmente, teria sido o fator preponderante e, sobretudo, como pré-programado, ainda que a emissora tenha adiado sua exibição por motivos diversos e a imprensa escrita tenha bombardeado o leitor com as notícias de corrupção no governo.

Já a construção idealizada dos jovens tinha objetivo e endereço certo, ou seja, a tentativa de dominação e de esvaziamento do sentido político dos movimentos juvenis. Assim, era preciso homogeneizar, uniformizar os participantes, o ato dos jovens de pintar o rosto, enquanto fato concreto, transformando-o em categoria e, portanto, sujeito a todo tipo de manipulações (BOURDIEU, 2019) bem utilizadas e trabalhadas pelos meios de comunicação comercial. Nessa construção reside o processo de socialização, de educação das massas por meio da mídia, definindo e dizendo o que é e deve ser a juventude do país. Tal concepção tem força, pois forja um tipo de representação de jovens que não é a mesma do espaço acadêmico.

Em virtude dos aspectos mencionados, não foram os ‘*Caras Pintadas*’ no sentido destacado pela mídia que se mobilizaram. Mas sujeitos reais e concretos, na sua grande maioria jovens estudantes universitários e secundaristas que, à sua maneira, enquanto agentes sociais concretos, se organizaram em torno do ‘Fora Collor’. Foram eles quem deram o tom às passeatas e não se vincularam a partidos políticos ou entidades representativas. As

²⁷ A revista *Veja*, em relação aos movimentos de jovens no período, acabou fazendo um trabalho semelhante de homogeneização e, além disso, de reconhecimento e não reconhecimento desse segmento nos movimentos de que participaram.

manifestações foram expressão de um grupo que vivia as contradições de seu tempo e, à sua maneira, mostrou, em momento específico, o protagonismo juvenil da década de 1990.

Por isso tudo e não menos importante nesse período foi também o destaque alcançado pelos meios de comunicação de modo geral e a televisão em especial, recuperando os tempos da ditadura civil-militar e da disputa para a presidência da República entre Fernando Collor e Luís Inácio Lula, quando a televisão teve função inclusive para a vitória do primeiro. A ação da mídia jamais pode ser negligenciada e constitui parte específica da história brasileira. Com o processo de hegemonia dos meios de comunicação comercial, a transformação da coerção em consenso se torna muito mais intensa e, dificilmente, não passa pela ação desses mesmos meios de comunicação.

Entender como parte dessa trajetória se constituiu no território nacional e se tornou hegemônica, contribuindo ainda mais para forjar a concepção de juventude no movimento *Fora Collor*, é o grande desafio e objetivo para a discussão do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

CENSURA INVISÍVEL E PRODUÇÃO DE SENTIDOS, JOVENS NOS PROTESTOS PELO *IMPEACHMENT* DE 1992: O OLHAR DA REVISTA *VEJA*

No presente capítulo, busca-se analisar como a revista *Veja* representou os jovens que participaram do movimento pelo *Impeachment* de Collor. Aborda os elementos que permearam a constituição histórica da editora Abril e, posteriormente, da revista. Destaca a sua atuação e influência enquanto instrumento simbólico de legitimidade e prestígio que desenvolve uma ação estratégica de forte influência em parcela significativa da sociedade brasileira.

Conforme Silva (2005), desde a criação da editora Abril e, posteriormente, da revista *Veja*, havia um propósito a ser alcançado. À medida que essa se consolidou e constituiu legitimidade no campo jornalístico brasileiro, iniciou-se, de modo mais intenso, a partir da década de 1990, uma ação em torno de um projeto mais liberal de sociedade, cujo grande objetivo era também a abertura da revista para o capital transnacional e a efetivação da sociedade de mercado.

Assim, pretende-se refletir acerca de sua constituição, pensar a editora e a revista dentro de um projeto mais amplo com objetivo e significado específicos. Isto é, a partir das categorias de análise de Pierre Bourdieu, tais como campo, arbitrário cultural e violência simbólica, buscar-se-á refletir sobre alguns elementos que auxiliam a entender essa trajetória de consolidação e interferência nos campos político, econômico, social e comportamental nos quais a *Veja* foi se colocando como agente indispensável ao alcance de determinados objetivos.

Nesse movimento, será abordada também a eleição de Collor a partir dessa revista, mostrando como ela foi criando uma imagem acerca do então candidato à presidência da república nas eleições de 1989. Nossa hipótese é a de que a revista ofereceu apoio ao candidato do pequeno PRN (Partido da Renovação Nacional), por ele estar mais vinculado a um projeto liberal de governo e que ia ao encontro de seus interesses.

Por isso, sustentamos que parece haver, nas páginas da revista *Veja*, a construção de uma imagem extremamente positiva de Fernando Collor de Melo. As reportagens e imagens associadas à presença do candidato do PRN induziram a sociedade a compreender que a figura de Collor seria a mais coerente para o Brasil naquele momento e contexto histórico.

Busca-se, então, analisar a ação da revista na eleição de Collor e, posteriormente, no seu *Impeachment* e refletir sobre a participação dos jovens nos movimentos do fora Collor, ou

seja, como os jovens desse movimento, mais conhecido como ‘*Carapintadas*’, foram abordados pelas páginas da *Veja*. Nosso objetivo principal é investigar que tipo de ação foi realizada pela revista sobre a juventude na cobertura da crise política de 1992.

3.1 Aspectos históricos da revista *Veja*: campo jornalístico, legitimidade e violência simbólica na relação com os meios de comunicação comercial

Conforme Bourdieu (2007), a noção de campo “serviu primeiro para indicar uma direção à pesquisa, definida negativamente como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária” (p. 64). No espaço social, um campo pode ser considerado como uma espécie de mercado, com produtores e consumidores de bens, agentes que se comportam como jogadores disputando algum tipo de bem e/ou prestígio no interior do campo.

Os campos, na teoria bourdieusiana, “apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem de sua posição nesses espaços e que podem ser analisados independentemente das características de seus ocupantes (em partes determinadas por elas)” (BOURDIEU, 2019, p. 109). Os agentes, no interior de um campo, são produtores dotados de capitais específicos que estão em constante enfrentamento pela acumulação de capital que garante a dominação do campo. Desse modo, o campo somente funciona por existir objeto específico em disputa que varia de acordo com o campo.

No entanto, existe uma lei geral dos campos que possibilita usar “o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, ultrapassando assim a antinomia mortal da monografia ideográfica e da teoria formal e vazia” (BOURDIEU, 2019, p. 109). Assim, é possível analisar a estrutura de cada campo e os objetos em disputa no seu interior, tendo em mente que “a estrutura do campo, num dado momento da história, mostra a relação de forças entre os agentes. Nesse sentido, o campo é um espaço de forças opostas” (BONNEWIRZ, 2003, p. 61), somente funcionando quando essas são postas em movimento pelos agentes no interior de cada campo.

Nessas condições, quando se analisa o campo jornalístico, o objeto em disputa é o prestígio, a legitimidade e o reconhecimento de determinada indústria de notícias como tendo notoriedade que se expressa a partir de uma relação direta com o mercado, com o número de anunciantes, a quantidade de exemplares vendidos, de leitores, a receita gerada, a autonomia

financeira, os profissionais etc. De tal modo que, quando se analisa a ação da revista *Veja* a partir do conceito de campo, é possível perceber essa disputa por prestígio e legitimidade. A notoriedade que essa revista possui entre os profissionais do campo jornalístico e fora dele é notável. Nessas condições, reportagens veiculadas em suas páginas assumem proporções e dimensões diferenciadas, tendo impacto direto no espaço social.

Segundo Bourdieu (1997), o campo jornalístico constituiu-se como tal no século XIX. Naquele contexto, as forças opostas giravam entre os jornais que ofereciam notícias sensacionalistas e aqueles que propunham análises e comentários em suas matérias. Para o autor, essa perspectiva apresentava uma “oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação” que estruturava o funcionamento dos meios de comunicação. Ou seja, “o reconhecimento pelos pares, condicionado aos que reconhecem mais completamente os valores ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores” (p. 105).

O campo jornalístico possui uma especificidade em relação aos demais. Conforme Bourdieu (1997), “é preciso a uma só vez perceber que ele se organiza segundo uma estrutura homóloga à dos outros campos e que nele o peso do comercial é muito maior” (p. 105). Portanto, o mercado possui um peso significativo no processo de legitimação do prestígio, pois está, intimamente, relacionado à receita, e essa necessita do número de leitores, espectadores que consomem a notícia. Daí o fato de os meios de comunicação fazerem altos investimentos em agentes que, no interior do campo, possuem prestígio devido ao seu elevado capital, vez que a troca de prestígio é mútua.

Desse modo, é possível indagar, com base nas concepções de Bourdieu (1997) sobre o campo jornalístico, que processo semelhante também se passa com a linguagem utilizada pelos meios de comunicação comercial. A linguagem por este utilizada se constitui em uma espécie de prática pedagógica legítima, detentora de autoridade e também autorizada a fazer uso de uma linguagem, a jornalística, que tem peso no espaço social. Ou seja, existe um senso de aceitabilidade daquilo que é desenvolvido por esses veículos de comunicação. Desse modo, quanto mais prestígio e legitimidade, mais a aceitabilidade de seu discurso como único, imparcial e verdadeiro.

Argumenta o autor que toda circunstância linguística funciona como uma espécie de mercado “no qual algo é trocado. Essas coisas são, é claro, palavras, mas essas palavras não são feitas somente para serem compreendidas; a relação de comunicação não é uma simples relação de comunicação, é também uma relação econômica onde se desenrola o valor daquele que fala” (BOURDIEU, 2019, p. 95-96). É justamente esse valor que a *Veja* buscou construir

em sua trajetória histórica e conseguiu, à medida que sua ação, além de legítima, se confundiu com a de um ente autônomo, um agente social.

Entretanto, essa prática é carregada de certo “misticismo”, encenação que, de modo geral, não se apresenta como algo visível e intencional para a maioria dos grupos sociais. Existe um controle muito forte e extremamente limitado e direcionador sobre aquilo que é feito ou publicado nos meios de comunicação de massa, uma espécie de censura invisível, mas que impera no mundo social como uma violência simbólica. Assim, a linguagem, a comunicação também não são neutras, pois estabelecem distinções e mantêm diferenciações entre os grupos sociais.

Ao falar das condições de comunicação, Bourdieu (2019) destaca que a essência não está exatamente no ato de comunicar, mas nas condições sociais de possibilidades em que esse ocorre. Desse modo, para que ele exista, é preciso que emissores e receptores acreditem na comunicação veiculada. Existe a necessidade de sentido para aqueles que dela participam. Exemplifica destacando que, “no caso da religião, para que a liturgia romana funcione, é preciso que seja produzido um certo tipo de emissores e um certo tipo de receptores” (p. 99). Esses receptores precisam ainda estar predispostos a reconhecerem a autoridade dos emissores que, por sua vez, falaram em nome de algo visto como legítimo e não por vontade própria.

Levando em consideração esses aspectos, os meios de comunicação de massa, no âmbito das condições sociais de comunicação, não apenas constroem tais condições, mas dialogam o tempo todo com seus receptores, fazendo da linguagem jornalística não somente a comunicação dos fatos, mas a própria realidade do ocorrido. É no âmbito dos usos sociais da linguagem jornalística que resulta o trabalho de manipulação do real, mas, sobre o velo da neutralidade e imparcialidade, ela assume, no imaginário social, a expressão da própria realidade, resultando, assim, em prestígio e legitimidade àquele que fala. Eis uma das ações desenvolvidas pela *Veja* enquanto agente ou partido.

Ao destacar a ação da televisão, o que serve também para os meios de comunicação impressos, Bourdieu (1997) destaca uma espécie de censura invisível que perpassa a limitação do tempo, o assunto a ser discutido, a linguagem a ser utilizada, a disposição dos convidados no estúdio - se à direita ou à esquerda do apresentador. Portanto, essa censura invisível ocorre devido à imposição da perda de autonomia “ligada, entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita” (BOURDIEU, 1997, p. 19).

Além dessas questões, o autor indaga sobre os motivos pelos quais, em tais condições, ainda se aceita aparecer em programas de televisão: “ao aceitar participar sem se preocupar em saber se poderá dizer alguma coisa, revela-se muito claramente que não se está ali para dizer alguma coisa, mas por razões bem outras, sobretudo para se fazer ver e ser visto. Ser, dizia Berkeley, é ser percebido” (BOURDIEU, 1997, p. 16). Desse modo, a ideia é ser visto, notado, estar em evidência, como se diz na mídia, ainda que o conteúdo dessa aparição não seja o mais importante. O que pesa são outras coisas. “Para alguns de nossos filósofos (e de nossos escritores), ser é ser percebido na televisão, isto é, definitivamente, ser percebido pelos jornalistas, ser, como se diz, bem-visto pelos jornalistas” (p. 16).

De tal modo que, ao adquirir a legitimidade, a ação realizada por meio da linguagem jornalística no espaço social passa a se expressar como a própria realidade e não como uma interpretação dela, carregada de intencionalidade e interesse acerca dos fatos descritos. Não é sem pretensão que o tempo todo se fala em busca da verdade, neutralidade e imparcialidade na análise dos fatos - uma obsessão a ser alcançada. Mas o prestígio vela a intencionalidade por trás do trabalho de editoração que pesa sobre os convidados e a notícia transmitida. É no âmbito desse processo de produção legitimada da notícia que se analisa a ação da revista *Veja* na fabricação da representação de jovens nos movimentos de rua pedindo o *Impeachment* do presidente em 1992.

Na direção apontada, pensar a construção de um meio de comunicação comercial, tal como se pretende fazer com a revista *Veja*, coloca algumas questões em relevo, como o contexto histórico, externo e interno, em que surgiu a revista e os objetivos por ela propostos. E, na sua trajetória, pensar como ela foi se constituindo como meio de comunicação hegemônico que adquiriu prestígio e legitimidade no espaço social ao ponto de se tornar um campo com capacidade incrível de construção de consenso e, praticamente de modo inquestionável, de velar as intenções e intencionalidades de determinados grupos, classes ou fração de classe por trás de si, ou seja, a estruturação de um processo de violência simbólica.

A revista *Veja* sempre foi o grande desejo da editora Abril e em especial de seu dono Victor Civita. Enquanto representante de um grupo social distinto, impôs, junto com seu filho, Roberto Civita, na edição da *Veja*, o direcionamento que entendia como coerente para si e para sua empresa. Com base nas reflexões de Silva (2005), são justamente os meios para a manutenção desse direcionamento que a autora chama de ação pedagógica da revista. Ela possui um direcionamento e objetivos concretos, que se estabeleceram aos poucos, principalmente quando ela adquiriu a legitimidade e o prestígio necessários entre os agentes no espaço social.

A editora Abril foi criada no ano de 1950, contexto que, conforme Silva (2005), foi de enorme expansão do capital internacional para a formação de meios de comunicação de massa. E, já no seu surgimento, ainda segundo Silva (2005), a editora tinha o interesse e o objetivo de criar uma revista que se constituísse como uma espécie de direcionadora dos interesses de grupos e classes distintos, mas vinculados aos interesses do grande capital externo. A revista *Veja* foi a materialização desse projeto, somente efetivado a partir do ano de 1968, coincidentemente no auge da ditadura civil militar brasileira.

Roberto Civita e Mino Carta, os dois grandes executores da revista, viajaram para o exterior, visitando e estudando o formato das maiores e mais vendidas revistas dos Estados Unidos e Europa. Voltando ao Brasil, colocaram em prática o projeto da nova revista (SILVA, 2005).

Com a fundação da *Veja*, o primeiro diretor foi Mino Carta, considerado um dos maiores jornalistas trabalhando no Brasil. Responsável pelo direcionamento editorial da recém-criada revista, também enfrentou seu período de maior dificuldade, com as vendas em queda e a falsa censura (que nunca ocorreu, pois a revista se aliou aos interesses do governo militar). Nesse momento, o capital externo foi essencial para a manutenção da editora e da revista, pois os prejuízos eram significativos. Ao definir a questão política como sua linha editorial, *Veja* começou a ganhar notoriedade e prestígio nacionais e iniciou um processo pioneiro de assinatura, ação que deu início ao movimento de retirada da empresa do vermelho.

A criação da *Veja*, segundo Silva (2005, p. 55), tem um caráter multinacional, pois sua fundação seguiu o modelo da norte-americana *Time*, “parte de um conglomerado das comunicações, que também financiou naquela época a criação da Rede Globo de Televisão”. Para o autor, as ligações da editora Abril, fundada em 1950 por Victor Civita, com esse processo são pouco explícitas. Victor Civita foi um ítalo-norte-americano, naturalizado brasileiro, que iniciou seus negócios no Brasil como proprietário dos direitos de publicação da revista Disney no país.

Seu filho, Roberto Civita, foi estudar nos Estados Unidos, “estagiando e aprendendo na *Times Inc.* a experiência necessária para se trabalhar com revista”. Conforme Conti (1999), foi aluno tão aplicado que recebeu convite para ser vice-diretor da *Time Inc* no pacífico, o que acabou recusando, pois o interesse de seu pai era ampliar os negócios da família no Brasil. Aqui, “seria o único a saber os meandros de revistas: tiragens, circulação, tabela de publicidade, campanhas de lançamentos e renovação de assinaturas. Seria o único e o

primeiro” (CONTI, 1999, p. 153). Era a oportunidade de fazer a diferença, utilizando os conhecimentos adquiridos em *Time Inc* e ter, no Brasil, as suas próprias revistas.

Assim, em 1968, no auge do período de ditadura civil-militar no país, foi criada a revista com base no modelo *Time - Newsweek*, no formato de magazine semanal. Os primeiros anos foram de enormes dificuldades, levando a editora Abril a uma crise sem precedentes. Da venda de um milhão de exemplares no seu lançamento, caiu para 23 mil no auge da crise (1970-1971). Entretanto, os investimentos externos mantinham a revista em funcionamento. Segundo Silva (2005), uma espécie de “parceria” com o governo militar foi possibilitando à *Veja* se afirmar no cenário nacional, adquirir prestígio e se constituir em uma empresa de comunicação das mais consolidadas do país.

Silva (2019) também destaca que a propaganda e a impressão do material didático para o Mobral sob o comando do Grupo Abril dotava a empresa de autonomia financeira e atendia os interesses ideológicos do governo a partir de reportagens elogiosas.

O viés de discussão da revista sempre foi a questão política, mas, na condição de magazine semanal, já abordava diversos assuntos e contava com uma estrutura jornalística bastante ampla e com presença em todo o território nacional. Ao se especializar no campo político, *Veja* deu enorme cobertura aos escândalos de corrupção envolvendo o governo Collor e, nesse processo, impossível deixar de dar o enfoque necessário aos manifestantes nos movimentos de rua que pediam o *Impeachment* do presidente e a moralização da política brasileira.

Em curto espaço de tempo, o grupo Abril passou a contar com um dos maiores parques editoriais da América Latina.

E, na sua trajetória de consolidação, a revista *Veja* foi se firmando não apenas como meio de comunicação comercial, mas, pela legitimidade alcançada, como defensora incontestada dos interesses do Brasil, velando, assim, os reais objetivos de um grupo, classe ou fração de classe na consolidação dos interesses do capital e uma perspectiva de vida e visão de mundo que os consubstanciasse. Desse modo, residem nas suas ações manipuladoras uma censura invisível e também a manutenção da violência simbólica.

Para Silva (2005), a história de consolidação da revista *Veja* não se separa da criação da editora Abril, pois era um desejo antigo e, com a criação da revista, a editora Abril colocou em prática, de forma mais efetiva, os seus objetivos e planos pensados desde 1950: a concretização de uma visão de mundo na direção da “própria história vivida, como também na inserção dos leitores como seres políticos, agentes em posição específica no mundo do trabalho, o que requer padrões comportamentais de forma mais ampla” (SILVA, 2005, p. 35).

Assim, por meio da ação prática de seus profissionais e utilizando-se da linguagem jornalística, a revista *Veja* foi interferindo na subjetividade dos agentes sociais.

Ainda segundo Silva (2005), tanto a editora Abril como a revista *Veja* “se inserem em um momento de expansão do capitalismo, desenvolvimento tecnológico e consolidação de um papel dos grandes veículos de comunicação, e a partir disso devem ser analisadas” (p. 21).

As reflexões de Thompson (2011), mais centradas nesse movimento de ampliação, delimitam que os donos dos grandes conglomerados de notícia nos Estados Unidos e na Europa já eram conhecedores da capacidade de convencimento da imprensa e na força dessa para forjar uma visão de mundo relacionada aos valores da sociedade moderna, de extensão do sistema capitalista. De maneira que os investimentos se faziam necessários, pois as ambições também eram colossais.

Assim, o grande capital externo disponibilizou um enorme valor para que florescessem novos veículos de comunicação fora da Europa. A América latina foi alvo dos Estados Unidos e a Rede Globo e a editora Abril foram amplamente beneficiadas pelo capital norte-americano. Foi esse capital que possibilitou a manutenção da *Veja* nos seus três primeiros anos, visto o enorme prejuízo que teve devido à redução de suas vendas. A extraordinária soma de capital investido não era sem interesse: os grandes conglomerados de comunicação tinham como objetivo o estabelecimento dos valores de uma sociedade liberal, pautada na lógica de mercado e maior liberdade econômica (SILVA, 2005).

De outro lado, não se pode perder de vista, enquanto contexto histórico mais restrito, ou seja, em âmbito interno, o fato de que a grande imprensa nacional surgiu em um período de ditadura civil-militar, isto é, num contexto em que a ideia de democracia não estava posta e outros valores eram ambicionados para a sociedade brasileira. Os veículos de comunicação surgidos nesse período se desenvolveram defendendo o discurso de um governo autoritário e forte, que se sustentasse na ideia de repressão e ausência de liberdade.

Assim, percebem-se quais interesses permearam a constituição da imprensa bem como sua manutenção: busca incessante de lucro e de índices de audiência a todo e qualquer custo. Conforme as argumentações de Silva (2005), os espaços editoriais da revista *Veja*, como carta ao leitor, reportagens e/ou matérias, colunas de opinião, entrevistas, “são utilizados para defender projetos permanentemente. É esse o sentido do peso que é dado pela revista para a cobertura dos fatos políticos” (p. 23). E é a partir da visão esboçada dos fatos políticos que *Veja* desenvolve seu trabalho de imposição de uma visão sobre a política nacional.

Dessa forma, a história e estruturação da *Veja* se confundem com o desejo do proprietário da indústria de notícia, cujo grande objetivo é o fortalecimento de sua empresa. E,

para tanto, segundo Silva (2005), foi necessário trabalhar uma concepção e visão de mundo que atendesse seus interesses no território nacional. Nessa perspectiva, a autora entende que a *Veja* se coloca na defesa de valores neoliberais. Destaca ainda que existia um conjunto de “medidas econômicas que precisavam de reformas políticas e que não prescindiam de uma contrarreforma moral e intelectual. E ela [a revista] formula e busca dirigir e ensinar a diferentes níveis sociais como devem se comportar diante disso” (p. 25). Portanto, é o caráter educativo da revista, se colocando como uma agência socializadora clássica.

A ideia de controle sobre o trabalho dos jornalistas visando à manutenção dos objetivos propostos é velado aos leitores por um processo de violência simbólica, que se apresenta como legítimo: supostamente neutro e centrado na busca pela verdade dos fatos. Um exemplo bastante contundente a esse respeito se expressa no seguinte acontecimento: ao ser indagado por um coronel do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) sobre o fato de a editora Abril ser a empresa jornalística com o maior número de subversivos na folha de pagamento e o que poderia fazer em relação a isso, Victor Civita foi enfático, dizendo que a Abril era a maior editora de São Paulo e destacou aos militares do DOPS o seguinte:

Eu não posso ficar controlando quem é comunista ou não. Essa função cabe aos senhores. O que eu garanto é que *eles não têm controle sobre o que é publicado nas nossas revistas. Esse controle é feito por mim, por meu pai e pelo diretor Edgard de Sílvia Faria*. Agora, se o senhor me trazer um caso concreto de subversão, podemos conversar.

Nunca os coronéis levaram um caso concreto a Civita (CONTI, 1999, p. 370, grifo nosso).

A fala de Victor Civita expressa de fato o controle que existia no interior da revista e que se processava por meio de uma hierarquia editorial muito rígida. Nada era publicado sem o consentimento editorial. Matérias eram escritas e reescritas até que atingissem os interesses editoriais em consonância com os objetivos postos pela revista. O controle sobre os jornalistas era grande - não se publicava o que se queria, mas o que era aceito e estivesse de acordo com a linha de edição, tanto que, na *Veja*, segundo Conti (1999), os jornalistas não assinavam suas respectivas matérias. Ao contrário, elas eram (são) de responsabilidade da própria revista.

Conforme Conti (1999, p. 62), “a semana tinha início às onze e meia da manhã, com a reunião na sala do diretor de redação”, cujo objetivo era discutir as possíveis reportagens que seriam veiculadas na capa, o entrevistado que comporia as páginas amarelas e as matérias de maior fôlego.

Segundo o autor, era uma reunião amena, na qual o diretor de redação era ouvido pelos editores. Não se discutia a edição anterior. No entanto, “assumia-se que todas as reportagens

publicadas tinham um nível aceitável de qualidade, porque passavam por um *penoso processo de aprimoramento*” (CONTI, 1999, p. 63, grifo nosso). É justamente nesse processo penoso que reside a possibilidade de manipulação e instrumentalização do trabalho jornalístico, direcionando a escrita de sua matéria para os interesses editoriais a partir de um rigoroso controle sobre a produção.

Conforme Bourdieu (1997), o campo jornalístico estabelece um processo de imposição que atua sobre os diferentes campos da produção cultural, desenvolvendo “um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes” (p. 102). Nessa dimensão, percebe-se uma relação desigual na qual os interesses de mercado é que acabam interferindo e direcionando o trabalho dos jornalistas.

Contraditoriamente, os mecanismos de ação ressaltam o tempo todo a ideia da revista como um agente neutro e indispensável (SILVA, 2005). Obviamente que, em um contexto como o esboçado, dificilmente a *Veja* sofreria sanções draconianas por parte do governo militar. Ao contrário, foi bastante favorecida pelo governo ditatorial, porque também o favorecia. Para Silva (2019, p. 61), “a revista não apresenta[va] conteúdo de oposição ao governo ditatorial” e, além do mais, “é [era] um instrumento de propagação do ideário militar, tendo em vista conteúdos que reforça[va] o culto à pátria, a exaltação do golpe, que é citado como revolução, edições especiais dedicadas a presidentes e outros atos do governo” (SILVA, 2019, p. 61).

Ainda que alguns exemplares, depois de publicados, tivessem sua veiculação proibida e apreendida nas bancas, a censura à imprensa, que era uma marca característica da ditadura, segundo Conti (1999), nunca chegou à *Veja*: nunca foi intenção dos militares fechá-la.

Os primeiros anos após sua fundação foram extremamente complicados, mas, já em 1970, o parque gráfico da editora Abril encontrava-se suficientemente estruturado para a impressão do material de lançamento da campanha nacional do Mobral, demonstrando que a parceria editora Abril e governo militar favorecia ambas as partes.

A revista *Veja* foi o espaço para a divulgação da campanha. “A relação mercadológica da ditadura militar com as editoras, em especial com a Abril, justifica o lugar de divulgação entusiasmada dos feitos dos militares” (SILVA, 2019, p. 51). Essa parceria rendeu enormes dividendos ao grupo Abril e, conseqüentemente, contribuiu sobremaneira para o crescimento e o fortalecimento da empresa.

Victor Civita, representante desta imprensa editorial, transitava, sem qualquer constrangimento, no alto escalão da ditadura, como se fosse um ministro. Os registros fotográficos mostram a presença do empresário em reuniões decisivas, além de encontros e reuniões de formação nos espaços da editora, apontando uma extensão dos gabinetes militares para o espaço privado e empresarial. Certamente, isso movimentava as relações estabelecidas entre o empresário da comunicação e os militares, rendendo frutos para ambas as partes (SILVA, 2019, p. 124).

Além de expressar a relação entre espaço público e privado, a citação evidencia a relação entre imprensa, grupo Abril, e ditadura militar, deixando explícitos os interesses entre as partes. Desse modo, mais uma vez, fica evidenciado o quanto os interesses econômicos das empresas de comunicação e imagem estão acima dos interesses nacionais. Daí, o receio de Bourdieu (1997, p. 13), quando emite suas razões para temer a ação da imprensa de modo geral, dizendo que ela serve “para alimentar apenas a complacência narcísica de um mundo jornalístico muito propenso a lançar sobre si próprio um olhar falsamente crítico”.

Tem-se a impressão de que essa perspectiva se encaixa perfeitamente com a *Veja*. Ao enunciar um caráter de neutralidade e de agente social indispensável, ela consegue velar os interesses particulares nos campos econômico, político, social e cultural, buscando fomentar novos padrões de comportamento nos seus leitores consumidores. Para isso, necessita também das ações do Estado e com este se coaduna, desde que os seus interesses não sejam afetados. Ela destrincha e interfere nos mais diferentes assuntos do campo político e, por isso, tem os seus interesses atendidos.

A figura da Editora Abril, representada pela *Revista Veja*, beneficia-se do papel comercial e social, pois, além de promover a circulação do periódico, projetando-se na extensão de seu papel ideológico, se coloca, de forma explícita, na defesa de uma proposta de educação sob os moldes do projeto de Estado da ditadura. Os acordos fundados entre os militares e a empresa incluíam, além da divulgação da Fundação Mobral em capas e elogiosas longas matérias da *revista*, uma série de propagandas que ocupavam páginas inteiras com a logomarca da editora, indicando apoio promocional ao projeto educacional da ditadura militar (SILVA, 2019, p. 124).

Portanto, a ação e a importância da revista *Veja* são inegáveis, ainda que se possa dizer que são também contraditórias. Porém, o prestígio e legitimidade alcançados ao longo dos anos dotam-na de um capital simbólico bastante privilegiado no campo jornalístico. Possibilita-lhe uma capacidade muito grande de intervenção no campo econômico, político, social e cultural a partir de uma ação pedagógica consistente e direcionada para os interesses de classe que ela defende, apoia e considera correta conforme seus interesses próprios.

Desse modo, não se pode desconsiderar, na trajetória de constituição e consolidação da revista *Veja*, um mecanismo que, ao ser construído, foi velando, escamoteando os interesses escusos do mercado - a consolidação da vertente neoliberal do capital, uma nova concepção e

visão de mundo por trás das publicações semanais da revista. Entender como esses elementos se constituíram no espaço social auxilia compreender como a legitimidade e a violência simbólica se estabelecem na relação com os meios de comunicação de massa e seu público.

Nessa direção e conforme o entendimento de Silva (2005), a revista exerce uma atuação tríplice composta pela formulação de projetos, organização e gerenciamento e ação pedagógica. A ação pedagógica é gerenciadora e coercitiva, pautada em uma lógica imperialista de espetáculo e repressão. A autora releva que “todas essas são ações partidárias, nos moldes propostos por Gramsci, que entende jornais e revistas como partes ativas do processo político” (SILVA 2005, p. 22), mas que, de certo modo, se sustentam pela imposição coercitiva transformada em consenso, pautada no caráter de “neutralidade” dos meios de comunicação de massa.

É no âmbito da relação construída entre a *Veja* e a sociedade que Silva (2005) entende a revista como um partido político, nos moldes proposto por Gramsci, e que exerce uma ação constante de influência sobre o social, numa relação de imposição de cima para baixo, num exercício de maquinaria muito amplo e pesado, em que a força do grande capital utilizada para esse fim não permite aos pequenos outra forma que não a sua aceitação passiva.

No nosso entendimento, a imprensa desenvolve esses elementos, sim, mas não totalmente sustentada pelo viés hierárquico que exige um trabalho constante de imposição (coerção e consenso) sustentada no caráter aparente de neutralidade, ainda que ela queira colocar isso como elemento central do seu discurso. Na contemporaneidade, a velocidade da informação tem sido constante. Isso faz com que as relações objetivas entre sociedade, capital e meios de comunicação comercial gerem aspectos subjetivos que interferem no comportamento e vão ao encontro da crença no valor simbólico desses mesmos veículos de comunicação.

Na contramão da concepção apresentada pela autora, o valor simbólico coloca a revista *Veja* como uma espécie de agente social imparcial e articulador entre leitor e revista, em plano mais amplo a sociedade e a revista, mas escamoteando a ação dos editores e, inclusive, do proprietário da indústria da notícia (BOURDIEU, 1997). Entretanto, a relação constante entre objetividade e subjetividade, que é velada, estabelece, no espaço social, uma forma de controle mais sutil e eficaz, impactando, inclusive, na maneira de pensar e se comportar dos agentes sociais.

É nessa direção que se devem entender as grandes somas de investimentos em infraestrutura, em maquinário cada vez mais modernos, em tecnologia de ponta e na contratação de profissionais capacitados, gabaritados, detentores de capital cultural objetivado

e altos salários, capazes de gerar prestígio e dar, simultaneamente, legitimidade ao veículo. Assim, a situação da revista *Veja* é interessante nesse aspecto, pois ela conta no seu parque editorial com profissionais extremamente gabaritados.

As contribuições de Bourdieu (1997) são pertinentes a esse respeito e ampliam o olhar acerca da relação mídia e sociedade. No prólogo do livro sobre a televisão, ao fazer suas observações em relação ao curso que ministrou no Collège de France em 1996, ele evidencia a ação da mídia de modo geral, ressaltando como a concorrência, a busca pela audiência fazem com que ela se exceda, em alguns casos específicos, colocando em risco as “diferentes esferas da produção cultural, arte, literatura, ciência, filosofia, direito” (p. 09). E segue argumentando: “ao contrário do que pensam e dizem, sem dúvida com toda a boa-fé, os jornalistas mais conscientes de suas responsabilidades, ela expõe a um perigo não menor a vida política e democrática” (BOURDIEU, 1997, p. 09).

Esse perigo a que o autor se refere ocorre pelo fato de que a mídia, na busca constante da audiência, do furo de reportagem, valoriza ou expõe determinada concepção ou visão de mundo a partir de “fomentadores de discursos e de atos xenófobos e racistas, ou mostrando as concessões que ela faz todos os dias a uma visão estreita e estreitamente nacional, para não dizer nacionalista, da política” (BOURDIEU, 1997, p. 10). Portanto, um discurso que expõe particularidades, mas que atende muito mais os interesses midiáticos. Essa perspectiva pode ser pensada tanto para as notícias sobre a campanha eleitoral de 1989 como para o processo de *Impeachment* de Collor.

O autor chama a atenção para o fato de existir, no processo de produção da notícia, uma espécie de censura invisível, que se materializa por meio da manipulação e, dos interesses que existem por detrás, do trabalho de editoração que passa longe de ser neutro. Fala: “Dessa censura que se exerce sobre os convidados, mas também sobre os jornalistas que contribuem para sua existência” (BOURDIEU, 1997, p. 19). Sobre todo esse processo, argumenta:

embora eu tenha todas as razões para temer que elas sirvam sobretudo para alimentar apenas a complacência narcísica de um mundo jornalístico muito propenso a lançar sobre si próprio um olhar falsamente crítico, espero que possam contribuir para dar ferramentas ou armas a todos aqueles que, enquanto profissionais da imagem, lutam para que o que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em *instrumento de opressão simbólica* (BOURDIEU, 1997, p. 13, grifo nosso).

É no âmbito dessas séries de mecanismos que se materializa uma forma perniciosa de violência simbólica. Violência simbólica que se exerce por meio da ação, do trabalho realizado pelos meios de comunicação, por meio do ofício de jornalista. “A violência

simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22). Esse processo nos parece menos hierarquizado ou impositivo, algo que se expressa de forma quase natural, como modo mesmo de ser do espaço social, dando-lhe lógica e sentido.

Só que não o torna menos eficaz e impositivo, porque ele se apresenta como uma espécie de acordo tácito entre as partes, retroalimentado pelas próprias partes e, quanto mais determinada indústria de notícias adquire certo prestígio e legitimidade entre as demais e também entre o seu público, mais se efetiva o processo de violência simbólica acima evidenciado. Não se pode esquecer que esses meios de comunicação comerciais têm “uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população” (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Nessa direção, o que os veículos de comunicação fazem é plantado como correto, legítimo e, portanto, aceito pela população de modo geral. Eles vão se constituindo em verdadeiros guardiões dos interesses sociais, da democracia, como os vigilantes do poder e das ações do Estado, quando, na realidade, trabalham em causa própria, visando exclusivamente os seus índices de audiência e, conseqüentemente, o seu lucro e a sua manutenção em um mercado extremamente concorrencial (BOURDIEU 1997). E, na medida em que se mantêm, somente o fazem por meio de uma espécie de acordo tácito, que o autor denomina de violência simbólica. Desse modo, se estabelece a complacência narcísica de um mundo jornalístico que lança sobre si mesmo um olhar falsamente crítico (BOURDIEU, 1997).

A reflexão que Silva (2005) desenvolve é bastante pertinente e dialoga com a premissa que salientamos, pois, segundo a autora, a cobertura política que se desenvolve pela ação da revista não se preocupa com particularidades do Congresso Nacional ou do Poder Executivo, “mas porque nesses embates estão em jogo decisões fundamentais como: ‘livrar-se do fardo’ da Constituição de 1988; impedir qualquer controle ao capital, sobretudo externo; privatizar; retirar funções sociais do Estado” (SILVA, 2005, p. 23).

Desse modo, a manutenção de um processo de censura invisível por meio do arbitrário cultural não se dá apenas no campo político ou econômico, mas é amplo e se estende para “um vasto campo que podemos chamar de social, cultural e comportamental, sintetizado na expressão ‘sociedade do espetáculo e indústria cultural’, que constitui para *Veja um admirável mundo novo*”. Nessas condições, ainda segundo a autora, “a revista se coloca como um agente

privilegiado para a divulgação de padrões de comportamento para as ‘classes médias’” (SILVA, 2005, p. 23, grifo do autor).

Nesse projeto, o interesse nacional fica em plano secundário, pois o aspecto inquestionável tende a ser a supremacia do econômico. A economia passa a ser o grande mote do projeto neoliberal da revista *Veja*, cuja manutenção da direção traçada representa a sua maior preocupação. Nessas condições, a *Veja* quer e precisa apontar “o rumo [e] utiliza-se da figura da bússola para definir a si mesma. Mais que isso, para quem não quer perder o rumo, tem que lembrar que *Veja é indispensável*. De fato, o é, mas apenas para elaboração e manutenção do projeto de dominação na sua atual forma” (SILVA, 2005, p. 25). Ou seja, neoliberal enquanto forma de gestão do capital, num processo de dominação que se faz cotidianamente e não por uma fórmula pronta.

Os próprios agentes sociais mantêm essas perspectivas, algo que se retroalimenta. Desse modo, é forçoso acreditar que o grande capital é somente utilizado para fins de opressão e atinge exatamente o objetivo estipulado e que nada fugirá do controle. Obviamente que uma perspectiva contra-hegemônica a esses moldes se torna muito complicada ante a força do grande capital e do trabalho de censura invisível que é desenvolvido pelos meios de comunicação de massa de modo geral.

Portanto, ainda que tenha passado por percalços no início de sua trajetória histórica, a revista *Veja* desenvolveu enorme legitimidade e prestígio e, como um agente social, por meio da violência simbólica e do arbitrário cultural, vem influenciando momentos importantes e marcantes da história política do país. Ditou rumos, impôs normas, valores e visões de mundo distantes do interesse nacional e mais ligados a grupos distintos para os quais a consolidação do capitalismo na sua vertente neoliberal foi (e é) o grande objetivo (SILVA, 2005).

3.2 A eleição de Collor na Revista *Veja*: a fabricação da imagem de um presidente

Cabe, num primeiro momento, atentar sobre o sentido, o significado e a função dos textos na sua relação com uma teoria geral da comunicação. Ou seja, o princípio básico de um texto (e sua leitura) é fazer com que a sua mensagem seja entendida. Assim, o emissor transmite uma mensagem que é captada pelo receptor: “Este é o esquema geral apresentado pela teoria da comunicação” (SEVERINO, 2002, p. 48). Ademais, uma comunicação, seja por meio de texto ou da linguagem oral, sempre possui uma origem e uma finalidade.

Sobre a sociedade contemporânea, em que os meios de comunicação comercial foram se constituindo em espaço de legitimação e monopolização da palavra e da ‘verdade’, dotados

de enorme peso e representatividade, prontos a disseminar um tipo de ensino que atenda os interesses de grupos ou setores distintos, Bourdieu (2019) argumenta:

uma das propriedades de um ensino que funcione bem demais – ou mal demais – é ser seguro de si, ter essa espécie de segurança (não é por acaso que se fala de “seguro” a respeito da linguagem) que resulta da certeza de ser não somente escutado, mas ouvido, certeza que é própria de toda a linguagem de autoridade ou autorizada (p. 93).

Nas condições esboçadas, os meios de comunicação, em especial a tela da televisão e a imprensa, se tornaram uma “espécie de espelho de Narciso, um lugar de exibição narcísica” (BOURDIEU, 1997, p. 17) e é impressionante como essa exibição narcísica foi feita com a imagem de Collor. No ano de 1988, foram publicadas 52 edições da Revista *Veja* e 20 delas estiveram mais diretamente, em sua capa, dedicadas a assuntos políticos. Dessas, somente uma estampou a foto de um dos governadores de estados, consequentemente dedicando uma reportagem de capa ao tipo de administração por ele realizada. A edição 1020, de 23 de março de 1988, apresentou a imagem de Collor na capa e estampava o seguinte título: Collor de Melo, o caçador de marajás.

Mas não bastava que ele fosse estampado na capa da revista, em posição de evidência. Collor foi apresentado à frente de um quadro que retrata um soldado de espada desembainhada e gritando, também em posição de destaque, como se ele estivesse em luta ou liderando um grupo para combater algo grandioso. A imagem associa-se, perfeitamente, ao título, pois alude ao fato de que Collor estava em uma batalha, avançando contra forças poderosas, os marajás, rumo à moralização da política em seu estado, Alagoas. Era um verdadeiro soldado, obstinado, destemido e corajoso, capaz de alavancar um movimento de moralização também em âmbito nacional.

Nesse caso, os meios de comunicação de massa dialogam muito fortemente com seu público, embora invisibilizem o jogo de interesse do processo. De outro lado, capas de revistas não dispensam a leitura do texto, que assume enorme importância, sobretudo em um momento em que a linguagem jornalística é eficaz no que se propõe fazer. Assim, o trabalho de capa da revista foi extremamente elaborado e diz muito da mensagem que a revista pretendeu transmitir a seu público. Apresenta uma mensagem de impacto e sua escolha metodológica foi pela mensagem transmitida e a importância dada ao assunto pela equipe de editoração.

O texto escrito, ainda que importante, não expressa esse caráter de impacto imediato em relação à capa. Ainda que o público não leia a revista, pela capa ele passa a ter noção do

quanto aquele assunto está sendo comentado. Portanto, a capa o apresenta logo de início ao público e provoca o devido impacto.

Assim sendo, em um país como o Brasil, cujo déficit educacional é muito grande e cada meio de comunicação possui o seu público específico, é inegável que a leitura da imagem passa a ter um peso significativo aos olhares da população de modo geral. E é notório que o assunto que aparece estampado na capa assume a conotação hierárquica de maior importância.

Imagem 1: Capa da *Veja* - O caçador de marajás



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1020, 23/03/ 1988.

A reportagem fala dos feitos de Collor à frente do governo do Estado de Alagoas, destacando sua postura em relação à tentativa de quebra dos privilégios de alguns funcionários com altos salários, denominados pelo jargão do período como Marajás, também presentes em outras unidades da federação. No entanto, o diferencial de Collor em relação à quebra dos privilégios, segundo a *Veja* (1988), era o de ter sido o pioneiro a fazer o combate aberto aos denominados Marajás e o de ser governador de um Estado pequeno, que sofria fortes sanções de verbas por parte do governo federal.

Existe, nos meios de comunicação impressa, a necessidade de que seu público seja alfabetizado. Porém, a passagem da forma passiva para a ativa da escrita demanda tempo (PRINS, 1992). Além disso, a repetição de um conteúdo, de uma mensagem, por mais que ela seja metafórica, tem como objetivo inculcá-la como verdadeira.

Segundo Conti (1999), em 1987, Fernando Collor visitou a editora Abril e conversou com Roberto e Victor Civita, falou do que estava fazendo no governo de Alagoas, comentou sobre o número de funcionários que havia demitido e as pretensões que tinha à frente do governo. Conforme Conti (1999), Roberto Civita nunca havia escutado um governador defender o enxugamento da máquina do estado e agradou-se daquela perspectiva defendida por Collor. Em função disso, solicitou-lhe um documento que apresentasse um resumo numérico de suas ações no governo, o que não foi encaminhado. Ainda assim, o diretor de redação considerou interessante entrevistá-lo nas páginas amarelas. Laurentino Gomes, chefe da sucursal do Recife, foi o responsável pela entrevista, cujo título foi “Vou acabar com os marajás”.

Imagem 2: Entrevista de Collor às páginas amarelas



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 972, 22/04/ 1987.

A apresentação de Collor feita pela revista ao início da entrevista é emblemática e encampa a ideia da representação a ser fabricada acerca da imagem ideal de um possível presidente para o país. Jovem, branco, casado, pai de dois filhos, oriundo de família política, empresário, desportista, disciplinado, objetivo, obstinado, honesto e moralizador, ou seja, ingredientes perfeitos para constituir a imagem a ser criada sobre sua pessoa. Abaixo o trecho da apresentação:

Descalço, de quimono branco e faixa preta na cintura, o governador alagoano, Fernando Collor de Mello, 37 anos, um homem que na aparência está a meio caminho entre um garotão bronzado da Zona Sul carioca e um jovem advogado bem-sucedido, começa seu dia invariavelmente distribuindo golpes contra alvos imaginários. Neto de um ministro do Trabalho, filho de um ex-governador de Alagoas, Fernando Collor é casado, tem dois filhos e foi bicampeão brasileiro de caratê. Jornalista, é dono da rede de comunicação mais importante de seu estado. Em menos de 5 minutos de conversa, costuma deixar claro aonde quer chegar com o que diz. Se terá força e decisão para cumprir tudo o que promete é uma questão que só o tempo responderá. *Não há qualquer dúvida, no entanto, de que ele começou muito bem.* “Reconheço que estou tomando medidas ousadas”, diz Collor. “Mas vou restaurar a autoridade de meu cargo doa a quem doer” (VEJA, 1987, p. 5, grifo nosso).

Na linguagem utilizada, não há dúvidas sobre a personalidade, características e ações construídas de Collor de Mello. O elogio auferido, com a acertada convicção de que “não resta dúvida de que ele começou muito bem”, é a expressão indicativa de voto de confiança. Na reportagem, a associação com as juventudes aparece de forma positiva, ressaltando a ideia de disposição para o esporte e inteligência - dedicado aos estudos, formou-se cedo e é bem sucedido na profissão. Em outro trecho da entrevista, ao ser questionado se era contra o poder econômico, Collor enfatiza que é a favor da livre iniciativa e da economia de mercado. Essa perspectiva, conforme já salientamos, era de grande interesse dos donos da editora Abril, porque favoreceria a abertura do capital internacional no país, o que, para Silva (2005), era um dos objetivos do dono da empresa.

Collor dava mostras de estar agradando. Entretanto, havia as demais empresas de comunicação, como os jornais, as emissoras de televisão, que também deveriam encampar a ideia e, nesse movimento, algo maior precisava unir todas em torno de um só candidato. Assim, as ideias liberalizantes demonstradas por Collor pareciam despertar mais o interesse dos grupos ligados à lógica de mercado, pois também atendiam os interesses de expansão dos donos das empresas de comunicação no país.

Na última pergunta da entrevista, Laurentino Gomes, ao saber que a cruzada moralizadora de Collor lhe dera projeção nacional, perguntou: “O senhor sonha, por acaso, em ser vice de Mário Covas?” A resposta de Collor foi emblemática e cômica. “Essa coisa é mais distante que a Lua, antes de inventarem os foguetes da NASA”. Todavia, “logo que a

entrevista foi publicada, (...) Collor se pôs um objetivo ainda mais distante que a Lua”. Destaque-se a seguinte afirmação: “Vou ser candidato a presidente! disse ele a Rosane, ao constatar que aparecera na Globo, no *Jornal do Brasil*, na *Veja* e era aplaudido por onde passasse” (CONTI, 1999, p. 66).

A afirmação demonstra o reconhecimento de que o apoio das indústrias de notícias era claro para suas pretensões políticas ou de qualquer outro candidato, diga-se de passagem. Os meios comerciais de comunicação de modo geral e, em especial, a revista *Veja* procuravam dar notoriedade ao então desconhecido Fernando Collor. A edição 1079 de maio de 1989 novamente trouxe Collor estampado em sua capa. O título era bastante sugestivo, como pode ser verificado abaixo: ao mesmo tempo em que expressava a ideia de que a *Veja* prestava um serviço à nação brasileira ao apresentar e esclarecer aos brasileiros quem era Fernando Collor, dizia aos seus leitores e ao país o que este queria e por quais motivos estava agitando a sucessão nacional. Obviamente, para os editores, os motivos de tal agitação expostos nas páginas da revista *Veja* eram os mais coerentes e o melhor para o Brasil.

Imagem 3: Capa da *Veja* - Collor: quem é, o que quer



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1079, 17/05/ 1989.

Imbuído da ideia de ser candidato a presidente, “em junho, o governo do estado pagou para publicar um anúncio de quase uma página em jornais do Rio e São Paulo. A matéria foi publicada com o título “A revolução de Alagoas” (CONTI, 1999, p. 67). Collor, com o passar do tempo, ia se confirmando como o candidato da grande mídia nacional.

De outro lado, são vários os mecanismos na fabricação da imagem de um presidente e o impacto que geram no espaço social é diverso, embora, no geral, muito próximo dos objetivos traçados. Não bastasse a aparição constante de Collor nos meios de comunicação de maior audiência, arrecadação e, portanto, controle, no final do texto da propaganda paga aos jornais de São Paulo e Rio, foi apresentada uma pesquisa do IBOPE destacando os primeiros cem dias dos governadores, concedendo a Collor o maior índice de aprovação entre os eleitos no mês de março. Assim, 18% dos entrevistados achavam sua atuação regular, enquanto 33% consideravam-na boa, e 40% apontavam para ótima (CONTI, 1999). O processo de construção da opinião pública já estava sendo fabricado pela linguagem jornalística em favor de Collor.

Conti (1999) argumenta que Collor foi escolhido pelo fato de ser o candidato com as características que melhor atendiam aos interesses do grande capital internacional. Argumenta que Guzzo, diretor de redação da revista *Veja* naquele período, “também não era de publicar matérias que demonstrassem predileção por esse ou aquele político. Abria exceção para Fernando Collor na campanha de 1989 porque o considerava a única alternativa a Lula e Brizola” (p. 373).

Entretanto, essa escolha não se deu com o viés de neutralidade: ao salientar Collor como a única alternativa, a *Veja* se posiciona, toma decisão. Tal ação é partidarismo, favorecimento ou tendência. Silva (2005) já havia mostrado essa perspectiva de direcionamento e objetivo da revista ao apontar como uma de suas hipóteses o fato de ela agir na condição de partido que se posiciona, influencia e utiliza suas páginas para isso. Desse modo, deixava explícito qual era o seu candidato.

A concepção moralizante a partir do viés de ‘caçador de marajás’ foi ganhando corpo e se transformando numa dimensão muito trabalhada da imagem de Collor de Mello. Também sua condição física, ressaltando sua jovialidade e coragem para os esportes radicais. Tais matérias deixavam implícitas as qualidades de um presidente de que o Brasil necessitava para vencer o fantasma da inflação que, desde o período do governo de José Sarney, se fazia presente no cotidiano de todos os brasileiros. Uma imagem totalmente positiva foi sendo atribuída a Collor, colocando-o em forte evidência no cenário nacional. A obstinação, que mais parecia loucura, foi tomando forma por meio da ação dos jornalistas, que abordavam,

constantemente, o assunto Collor em suas reportagens, fazendo com que sua imagem ficasse em realce.

Novamente, na edição de número 1079, maio de 1989, Collor voltou a aparecer na capa da revista *Veja*: sempre bem vestido, postura austera, semblante firme e sério, olhar fixo no horizonte e certa postura de intelectual, numa preocupação enorme com a aparência. As frases de efeito sempre aparecem em destaque e em posições estratégicas na revista. O título da matéria é sintomático²⁸: os paralelos que se fazem com o jogo de palavras demonstram que a linguagem, por meio da ação do jornalista, pode, de fato, ser um grande trunfo.

É um jogo no qual se escamoteia, utilizando a mesma linguagem e a ação jornalística para as intenções e o direcionamento daquilo que se quer dizer.

Menos de três meses depois, a imagem de Collor voltava a figurar nas capas da revista. Desta vez, na edição de número 1091, de 09/08/1989, cujo título foi “Collor no ataque, o líder da corrida ganha fôlego e faz estragos nos adversários”. A imagem, na reportagem, é trabalhada na perspectiva de homem calmo, tranquilo, bom pai, atleta e atencioso com a família. Na capa, ele aparece novamente sozinho e, mais uma vez, de olhar fixo no horizonte, dando a impressão de sempre saber aonde se quer chegar.

²⁸“O astro da largada – com popularidade de caçador de marajás e o prestígio de inimigo do presidente Sarney, Fernando Collor dispara nas pesquisas de opinião” (*VEJA*, 1989, nº 1079, p. 34).

Imagem 4: Capa da *Veja* - Collor no ataque

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1091, 09/08/1989.

As aparições constantes de Collor na Revista *Veja* são indícios de que a imagem de um presidente pode ser fabricada na medida em que ele coaduna suas propostas com os interesses econômicos de determinados setores ou grupos. Na edição de número 1097 de 20/09/1989, aparece mais uma referência a Collor de Mello na capa da *Veja*, a princípio de forma cômica, porém não menos emblemática que as demais.

Imagem 5: Capa da *Veja* - Propaganda eleitoral na TV

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1097, 20/09/1989.

Ao se referir à propaganda eleitoral na TV com a referência de que a campanha começaria para valer a partir daquele momento, o jogo de cena é bastante interessante, dado que reflete a disputa dos candidatos pela fatia de tempo na televisão. Entretanto, a forma como a *Veja* dispõe os candidatos é sugestiva e expressa o seu desejo incontido de visibilizar alguns em detrimento de outros, indícios de sua preferência por um e o desejo de ofuscar os outros. Lula e Brizola, por exemplo, aparecem mais ao fundo e quase irreconhecíveis, principalmente Lula, pois o jogo de luz mais escuro contrasta com sua barba e cabelo também escuros. Além disso, enquanto Collor é representado novamente com ar sereno e de olhos fixos em seu objetivo, Lula e Brizola aparecem com semblantes agressivos, ameaçadores, reproduzindo a idealização da esquerda no Brasil como perigosa para a nação e para a família brasileira.

À esquerda e com certo destaque, aparece a figura de Paulo Maluf; logo acima e posterior a ele, aparece a figura de Mário Covas; Orestes Quécia aparece à direita, na parte inferior do monitor da TV, quase irreconhecível. O interessante é o posicionamento concedido a Fernando Collor: ele aparece ao centro, bem visível, com destaque significativo entre os demais e com certa folga em relação aos outros. E, num olhar rápido, por exemplo, em uma banca de revista, ganha um destaque ainda mais central. Além das intenções expressas na

imagem de capa, a perspectiva em torno do que fala auxilia entender a real intenção na disposição dos candidatos, pois a questão não é exatamente a disputa pelo tempo de televisão à primeira vista apontada na imagem, mas o direcionamento para o tipo de candidato ideal, conforme as intenções políticas e econômicas da *Veja*.

Ao apresentar Fernando Collor em relevo em relação aos outros candidatos, a revista expressou também, para o seu leitor, o fato de Collor estar à frente nas pesquisas de opinião. Como *Veja* atinge um público de classe média e alta, que parecia estar mais propensa à candidatura de Afif Domingues, a revista *Veja* busca dialogar mais diretamente com seus leitores, pois o peso desse grupo é significativo em um processo eleitoral. No entanto, há uma crença muito forte no país de que voto no candidato derrotado é voto perdido e não se pode medir até que ponto essa crença atingia também o grupo mais específico de leitores da *Veja*. Mas o recado estava dado e, em uma eleição, vários fatores podem decidir a vitória ou a derrota. O interessante é não arriscar.

Buscando atingir o princípio da imparcialidade e neutralidade, a *Veja* também publicou revistas com outros candidatos aparecendo em sua capa. No entanto, elas são desproporcionais em relação às edições em que Collor figurou, vez que o interesse por sua candidatura apareceu antes mesmo de se afunilar a campanha.

A tendência normal é que, em ano eleitoral, o número de edições sobre o assunto político e em relação ao pleito aumente. Assim, do total de 14 revistas mais diretamente ligadas à sucessão presidencial de 1989, em oito delas, Collor apareceu na capa; dessas oito, em três ele dividiu a capa com alguém: duas com Lula e uma em que aparece no centro com as demais caricaturas dos candidatos à presidência. Portanto, há uma ampla vantagem numérica a seu favor, fruto da intencionalidade da revista²⁹.

A Edição 1103 de 01/11/1989 não foi menos tendenciosa e provocativa. Além de estar próxima do dia da votação de primeiro turno³⁰, apresenta um panorama dos eleitores que vão decidir o pleito. Tem como título “O Brasil que vai decidir a eleição” e destaca em sua capa dados intrigantes: 75% dos eleitores ganham menos de dois salários mínimos, 50% não terminaram o 1º grau (atual ensino fundamental), 20% não sabem sequer o nome do atual presidente da República, 90% não são sindicalizados.

²⁹Em quatro capas, Collor figurou sozinho. Lula apareceu duas vezes, Edição 1095 e Edição 1107; Afif Domingos, uma, Edição 1089; Paulo Maluf também uma, Edição 1100; Leonel Brizola dividiu a capa com Lula, Edição 1100.

³⁰A eleição de 1989, a primeira após a promulgação da Constituição de 1988, foi decidida em dois turnos. O primeiro, realizado em uma quarta-feira, 15 de novembro e o segundo turno em um domingo, 17 de dezembro de 1989.

Imagem 6: Capa da *Veja* - O Brasil que vai decidir a eleição

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, n° 1103, 01/11/1989.

Aparentemente, as informações contidas somente expressam um panorama da condição dos eleitores brasileiros. Entretanto, se relacionados aos acontecimentos do período e com as capas das Edições 1105 de 15/11, dia da votação de primeiro turno, e 1108 de 06/12, já confirmado o segundo turno, alguns dados dessa edição passam a ter mais sentido. Pelas pesquisas de intenção de voto, já se previa que Lula chegaria ao segundo turno, ultrapassando Brizola e que a disputa seria acirrada. Dizer que 90% dos eleitores não eram sindicalizados era uma indicação dos rumos a serem tomados pela revista e por Collor para garantir a vitória.

Imagem 7: Capa da *Veja* - Agora, o combate que decide a sorte do Brasil



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1106, 22/11/1989.

Na edição 1107, de 29/11, Lula figurou novamente na capa. No entanto, o título foi: “Lula e o capitalismo, as mudanças que o PT promete dividem o Brasil”. Pelo título, Lula é apresentado pela *Veja* como o candidato da dúvida, da divisão do país, aparece com roupas simples e com pano de fundo escuro que ofusca a boa visualização de seu rosto, além de atingir o imaginário popular como algo obscuro. O olhar é direto para o leitor, aparentemente intimidador e não para o horizonte, como expressão de futuro, inteligência e de alguém que sabe aonde pretende chegar.

A imagem construída de Collor parece ser oposta: o candidato de olhar firme, seguro, que sempre aparenta estar convicto do que se deve fazer pela nação. O título evidenciava: “Agora, o combate que decide a sorte do Brasil, Presidente Collor ou Presidente Lula”. Ao colocar os dois candidatos frente a frente, a *Veja* assumiu uma conotação apelativa, reduzindo a disputa política à ideia de combate e a sorte do Brasil na dependência dos brasileiros.

Imagem 8: Capa *Veja* - Collor na reta final

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1108, 02/12/1989.

Essa capa retoma a discussão anterior sobre a caracterização do eleitor brasileiro, já definido o segundo turno entre Collor e Lula. E a *Veja* consagra mais uma capa de sua edição a Collor, destacando o seu trabalho na reta final para segurar o voto do que a revista classifica como “povão”, isto é, aqueles que aparecem no perfil descrito pela revista na capa da edição 1103, “O Brasil que vai decidir a eleição”. Interessante é como o terreno foi sendo desenhado pelas edições subsequentes em relação à imagem criada de Collor.

Ao destacar o perfil do eleitor na edição 1103, na edição 1108 a revista não deixa margem de dúvida para a imagem ou personalidade de Collor. O termo ‘segurar’, utilizado na manchete da capa, não permite dúvidas nem dilação. Ou seja, Collor não trabalhava para ir em busca do eleitor “povão”. Ao contrário, trabalhava para assegurar o que já tinha, como se esses eleitores já o apoiassem. Assim, o terreno pavimentado pela *Veja* era totalmente a favor de Collor e ela utilizou suas páginas para reforçar seus interesses particulares, na aparência de ser a que sabia os melhores rumos para o Brasil.

Imagem 9: Capa da *Veja* - A batalha final para mudar o Brasil

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1109, 13/12/1989.

As propostas apresentadas por Collor, sobretudo a de abertura da economia, conforme temos dito, agradavam os setores vinculados à lógica do capital, dentre eles as empresas de comunicação. Aumentar o bolo para dividir a renda já era um discurso antigo das elites brasileiras, muito utilizado durante a ditadura civil-militar. E, tanto ontem como a esse tempo, significava e significa uma forma de manutenção das desigualdades sociais, porque, sempre, embora crescido o bolo, nunca era dividido. A privatização encontrava, nos grandes conglomerados, o interesse em se apoderar das estatais brasileiras.

De outro lado, as propostas de Lula eram o oposto dos interesses do grande capital e de setores a ele ligados no país. A ideia de fortalecimento do Estado e a crença na sua função para melhorar a distribuição de renda sempre foi o grande temor das camadas médias da população brasileira. A confiança na ação das empresas estatais e sua valorização poderia até ser de extrema e fundamental importância para os interesses nacionais, mas não encontrava ressonância entre aqueles que detêm a capacidade de liderança e controle. O calote da dívida pública era uma heresia para os interesses econômicos externos e mexia, de forma negativa, no imaginário popular, pois, enquanto um candidato era apresentado como honesto, o outro era apresentado como caloteiro. Por fim, a reforma agrária, um tabu para o país.

Esses aspectos pesavam sobre a possível escolha que a população viesse a fazer nas eleições de 1989 e os riscos poderiam ser muito grandes para os interesses de determinados grupos. Assim, o posicionamento e direção adotados pela *Veja* em favor de Collor visavam a atender aos interesses de classe e os particulares dos donos da editora Abril. Entretanto, frente a uma realidade socioeconômica e cultural desigual como a do Brasil, o peso dos meios de comunicação comercial pareceu triplicar. Assim, de desconhecido e desacreditado, Fernando Collor passou a ser o presidente do Brasil e uma grande expectativa foi gerada sob seu governo.

Mas a mesma imprensa que ajudou a elegê-lo em 1989, foi também aquela que ajudou a derrubá-lo quando os escândalos de corrupção vieram à tona e foram, insistentemente, repisados e veiculados pelas empresas de comunicação. Collor já não parecia mais ser importante e, ante o estigma de tê-lo apoiado e a possibilidade de crítica da população, a ação jornalística foi, pouco a pouco, desconstruindo a imagem do mito, do astro, do jovem forte e destemido de que o país precisava para encontrar seu rumo. E, nesse processo, os meios comerciais de comunicação mais uma vez se aproveitaram do seu ideal de neutralidade para transmitir a mensagem de que estavam do lado da democracia e prestando um serviço ao seu fortalecimento.

3.3 O *Impeachment* de Collor na revista *Veja*: marchas e contramarchas na fabricação de uma imagem

Nosso objetivo, nesta seção, é perceber os interesses da revista *Veja* e como essa foi desconstruindo, ante os escândalos de corrupção, parte da imagem que ela mesma ajudou a fabricar de Fernando Collor de Mello, e sem se comprometer com aquilo que Bourdieu (1997) chamou de “puro” no campo jornalístico em detrimento dos interesses de mercado: o de colocar-se como isenta e como prestadora de um serviço à democracia e à nação brasileira.

Antes, porém, é necessário apresentar as contradições entre os interesses pessoais e os interesses de classe. A lógica de mercado faz com que posições assumidas não se contradigam, sendo, portanto, pessoais na condição de empresa de comunicação. Daí o controle exercido sobre os jornalistas. O fato de ser proprietário dos meios de produção coloca a necessidade do diálogo com a classe e os interesses que encampam os grupos, classes ou frações de classe em disputa no espaço social. Os que conseguem se impor estabelecem a visão do grupo ao qual se vincula e buscam manter essa posição.

As ações da *Veja* se vinculam e estão voltadas para os interesses dos proprietários enquanto grupo de origem e, dentro desses interesses, as ações no âmbito do político, do

econômico, do cultural e do social são chave para a manutenção dos seus objetivos. Se associamos a isso as pressões de mercado, que interferem mais diretamente no campo jornalístico do que nos demais, as construções e as desconstruções de imagens de um presidente estarão sempre conforme os interesses em jogo naquele momento histórico (BOURDIEU, 1997).

O que se percebeu no processo de *Impeachment* de Collor foi uma corrida incessante pelo fato novo, pelo furo da notícia na medida em que a população, aos poucos, ia se indignando com a situação. Sob o risco de ficar mal perante sua clientela, que auxiliava a manutenção das finanças, ou desconstruir a imagem de um presidente que ela mesma ajudou a fabricar, não houve dúvidas de que a primeira alternativa seria a coerente para os objetivos e manutenção da lógica de mercado no interior do grupo Abril, ainda que, de repente, se indispusse com o governo.

A lógica de mercado retira a autonomia do campo jornalístico, direciona o sentido das notícias veiculadas, estabelece os interesses a serem almejados, forja a opinião pública. Assim, a ação constante da revista *Veja* na desconstrução da imagem de Collor encontrou sustentação em interesses distintos aos da nação e a visibilidade concedida aos escândalos de corrupção contribuiu para dar sustentação à essa desconstrução.

Em outro sentido, foram muitas as expectativas forjadas com a eleição de Fernando Collor. No entanto, após sua vitória, o que se viu foram ações, inclusive dois planos de governo, Collor 1 e Collor 2, que fracassaram na tentativa de controle da inflação. O fracasso³¹ do governo na área econômica provocou um desalento em parte da classe dominante e os setores produtivos da indústria passaram a ser ferrenhos críticos do governo. Aos poucos, o presidente foi perdendo a credibilidade e a sua base de apoio. Eleito para resolver os problemas enfrentados pelo país, os seus anos de governo configuraram um acirramento da crise, fazendo com que uma recomposição da hegemonia com a sua destituição fosse sentida como necessária. E, nisso, de novo, os meios de comunicação comercial tiveram função importante.

Uma reportagem de janeiro de 1992 mostra Collor na capa da revista *Veja* e o título da matéria trazia a seguinte frase “Trapalhada no planalto: o caso de plágio nos artigos de Collor”. A veiculação da reportagem pode ser analisada como uma espécie de aviso desde que ela lança dúvida sobre o caráter e a capacidade intelectual de Collor, colocando em xeque sua capacidade de governar. A questão pode parecer pequena ante o cenário político, mas, no

³¹ Há um interesse dos setores da grande mídia que se conectam aqui: o primeiro é a sua própria condição de classe, na qual a “estabilidade econômica”, do próprio capital, é imprescindível para esses setores. O segundo é o interesse de cada meio ao seu filão de mercado. Uma lógica complementa a outra.

contexto, ela expressa a gênese da desconstrução da imagem do presidente na revista, uma vez que ele gostava de se passar por intelectual.

Isso porque, nas condições esboçadas, além de crime, o plágio, para o intelectual, significa uma desmoralização pessoal e profissional, que coloca em dúvida sua condição de pensador. É crime capital num espaço onde a autonomia das ideias é elemento extremamente valorizado. Obviamente, a matéria não desestabilizaria o presidente, menos ainda o seu governo e pode ser concebida até como exagerada na importância atribuída como capa de revista de grande prestígio nacional. No entanto, ela pode ser vista como um aviso ao presidente, uma forma nada sutil de mostrar seu descontentamento e pressioná-lo, expondo-o ao ridículo no território nacional a partir de um ato vexatório, “pequeno” até, mas que expressa ação de principiante no jogo.

Imagem 10: Capa da *Veja* - Trapalhada no Planalto



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1217, 15/01/ 1992.

Assim, essa capa do início de 1992 expressa o início do trabalho da *Veja* na desconstrução da imagem do presidente Collor, vez que seu governo já vinha dando mostras de um conjunto de erros e equívocos e, pois, não interessava mais. O jogo de palavras que ela utiliza na capa é um trabalho minucioso e assertivo - a linguagem utilizada não sendo expressão de algo pequeno ou de pouca importância. A revista não gastaria uma edição de

capa, estampando o presidente da república, somente para expressar que ele havia se apoderado das ideias de outro.

O que a revista fazia era utilizar o seu prestígio e legitimidade para encaminhar uma mensagem maior e dizer ao mandatário da república de sua insatisfação com alguns aspectos do governo. Assim, seguindo sua linha editorial e os interesses do proprietário, as páginas da revista seguiram demonstrando seu descontentamento, colocando em xeque a imagem do presidente que ela mesma auxiliou a fabricar antes mesmo da campanha eleitoral.

Ademais, a revista *Veja* tinha prestígio dentro do campo jornalístico para criar tendências, impor objetivos e estabelecer o norte a ser seguido. Em um país onde a difusão dos meios de comunicação se deu (e dá) de forma desigual e reduzida a grupos familiares, a força de que passaram a dispor e a capacidade de articulação foi (e ainda é) muito maior. Daí que, conseqüentemente, torna-se um temor para qualquer governo não ter o apoio dos meios de comunicação comercial de maior prestígio ou que os tenha contrários às suas medidas e posturas. A depender do que estiver em jogo, o posicionamento e os interesses particulares dos proprietários de empresas de comunicação tendem a falar mais alto.

Carvalho (2012) argumenta sobre dois aspectos interessantes que coadunam com o que temos apontado ao longo do texto, quais sejam: para analisar a ação da imprensa no *Impeachment* é preciso ter em mente o comportamento das redações e dos proprietários das empresas jornalísticas. No trabalho, apontamos que a ação da imprensa é mais ampla e atende a interesses de mercado e pessoais relacionados ao grupo de origem ao qual o dono pertence (BOURDIEU, 1996, 1997, 2007). Embora haja consonância entre os interesses da redação e do proprietário, “compreender cada ambiente pode ajudar a demonstrar as contradições, as expectativas e principalmente o que levou o ‘andar de cima’ a não controlar o ímpeto dos jornalistas e mesmo a estimular a divulgação das irregularidades do governo” (CARVALHO, 2012, p. 133).

Os interesses particulares têm um peso nesse processo. A revista *Veja* não estava em total acordo com as medidas adotadas pelo governo Collor, justamente por elas terem afetado diretamente suas finanças, mas havia o interesse na preservação do modelo econômico neoliberal adotado. Assim, com o advento dos escândalos de corrupção, em um primeiro momento os meios de comunicação de massa divergiram entre si. *Veja*, em especial, não deu muita importância aos acontecimentos. No entanto, a lógica de mercado obrigou-a a mudar de posição, pois, além da concorrência, uma parcela da população começou a ganhar as ruas, obrigando a um posicionamento os principais meios de comunicação do país.

Assim, desde então, a impressão que se tem, pelo volume de matérias veiculadas sobre o escândalo de corrupção no governo, é que a caçada da *Veja* e *Isto É* ao presidente Fernando Collor e à sua gestão fora iniciada. A concorrência entre ambas as revistas por um ‘furo’ de reportagem que as pudesse colocar em vantagem na audiência e chamar a atenção do leitor era grande e intensificava o processo de cobertura dos escândalos. As revistas, “sendo semanários, tiveram a vantagem de poder apurar melhor os fatos, sem a pressão pela divulgação de novidades diárias a que os jornais estão sujeitos” (CARVALHO, 2012, p. 134). A *Veja* contava ainda com a vantagem de ser a maior revista do país e ter trânsito entre as elites, um aspecto que auxiliou na chegada a Pedro Collor para uma entrevista que foi devastadora e marco para o início de toda a crise no governo.

Imagem 11: Capa da *Veja* - Pedro Collor conta tudo



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, n° 1236, 27/05/ 1992.

A partir dessa reportagem, realizada pela *Veja* com Pedro Collor no final do mês de maio de 1992, nenhuma edição da *Veja* deixou de mencionar o caso até a aprovação do pedido de *Impeachment* na Câmara dos Deputados, onde Collor perdeu por 441 votos. Assim, ora a revista *Veja* destacava a corrupção no governo, ora explicava aos seus leitores as etapas do processo de *Impeachment*. Era como se ela estivesse colocando a si mesma como uma espécie de juiz. Nas suas reportagens, ela não somente descrevia os fatos, mas, pela

linguagem utilizada, se antecipava aos acontecimentos e dava (deu) o veredito àquele que, outrora, ela ajudara a eleger.

Entretanto, que elementos poderiam estar envolvidos na ausência de apoio por parte da revista ao presidente Fernando Collor, se o seu programa de governo ainda atendia aos interesses da sua expansão por meio da abertura do mercado ao capital externo?

Ao lançar pergunta semelhante, Carvalho (2012)³² assinala duas hipóteses: na primeira, aponta o fato de que a revista ainda tinha forte “relação com os setores produtivos industriais de São Paulo, sentia-se prejudicada pela política econômica em vigência. A revista, no entanto, tinha relação ainda mais forte com o setor financeiro e com o capital estrangeiro” (p. 134); a outra hipótese se relaciona ao confisco da poupança, medida que teria afetado sobremaneira a classe média, prejudicando o perfil típico dos leitores de *Veja*. “Assim, a revista teria se descolado de Collor como reação à perda de público causada pelas medidas econômicas tomadas por ele, optando assim por uma posição crítica à conduta do presidente” (p. 134).

Ainda que essas hipóteses levantadas tenham pertinência, elas parecem um tanto distantes do conjunto de interesses macro em jogo e a gravidade das questões até então ocorridas, que, a nosso ver, têm de relacionar os interesses pessoais mais amplos dos meios de comunicação comercial com a lógica de mercado e a de classes, que é nelas que se baseiam para tomar certas decisões.

Falar em vinculação com o setor produtivo industrial paulista é apenas parte do objetivo, pois, na realidade, tratava-se da abertura da economia ao capital externo, o que atenderia a ambos os setores da economia. A outra questão em torno da ausência de apoio da revista ao governo devido à perda de público também parece distante. A ausência desse posicionamento por parte da *Veja* poderia gerar prejuízos maiores, como a perda de legitimidade perante o seu público e um prejuízo econômico de proporções gigantescas.

Em uma perspectiva macro, é verdade que o programa econômico do governo agradava e tinha o respaldo da revista. No entanto, a *Veja* era (é) uma empresa, tinha concorrência, possuía um proprietário que trabalhava a partir da lógica de mercado e visava ao lucro que se materializava na audiência. Em outras palavras, a mercadoria de uma empresa de comunicação, a notícia, é perecível e carece de ser atualizada constantemente para que possa atingir o público. Portanto, a manutenção da audiência passa por um bom relacionamento com os leitores e o conjunto de patrocinadores e isso é essencial para a

³² “Mas por que a *Veja*, uma revista que lançou Collor para o Brasil em 1987, agora se voltava contra o governo, sendo que o programa econômico aplicado tinha o apoio da revista?” (CARVALHO, 2012, p. 134).

manutenção dos recursos. Desse modo, questões de cunho ideológico particular são colocadas de lado em nome da lógica de mercado (BOURDIEU, 1997).

Nessa direção, ao perceber o cenário desfavorável a Collor, o proprietário da *Veja* não titubeou em se descolar do presidente e autorizar a redação a fazer o que fosse necessário para vender notícia, dando autonomia aos seus jornalistas para que apurassem os fatos. Ante a mudança de cenário para o presidente Fernando Collor, a *Veja* passou a cumprir outra função: a de defensora dos valores e anseios democráticos, que o momento histórico vivenciado pelo seu público solicitava isso. Mas sem, claro, deixar de atender a lógica de mercado. O mercado tem um peso que não pode ser desconsiderado. É isso que Bourdieu (1997) destaca ao dizer que o campo jornalístico sofre mais diretamente, em relação aos outros campos, as pressões de mercado e age conforme esse determina, mesmo para além do econômico, porque é o mercado que determina o prestígio.

Assim, ao contrário de colocar seu prestígio em xeque, ela se descola do presidente Collor e procura apagar da memória coletiva a relação de apoio e auxílio outrora propiciados para a construção da imagem do presidente. Entretanto, não desconstrói ou questiona, em suas páginas, o projeto de governo neoliberal proposto, dado que ele deveria ser conduzido por outro presidente e os seus interesses políticos e econômicos novamente mantidos. É nessa direção que a revista *Veja* se colocou como defensora da democracia, prestou um serviço à nação, saiu fortalecida da crise, com a imagem mais revigorada e a legitimidade em alta. A gama de intelectuais jornalistas que compõe os seus quadros lhe permitiu fazer isso.

É no âmbito desse contexto que se justifica a quantidade, a intensidade e o interesse com que a revista *Veja* concentrou atenção na cobertura dos escândalos de corrupção no governo Collor. Tanto que, após a entrevista de Pedro Collor, de 27 de maio até 30 de setembro de 1992, quando saiu a edição sobre a derrota de Collor na Câmara, foram editadas 20 revistas. Desse total, 15 edições abordaram algum aspecto do escândalo, oito estiveram diretamente relacionadas a Collor, enquanto sete contaram com o presidente em sua capa. Ou seja, o assunto Fernando Collor de Mello esteve presente em 75% das edições em um intervalo de quatro meses. Nem a reforma do jardim da casa da Dinda, em pleno fervor do processo de *Impeachment* na Câmara, escapou aos holofotes da revista *Veja*.

A matéria de capa da revista, Imagem 12, lançada no dia 09 de setembro de 1992, edição subsequente à que *Veja* havia explicado aos seus leitores todos os trâmites possíveis em um processo de *Impeachment*, destacou uma guerra no interior do Congresso Nacional. A linguagem utilizada, de alusão à guerra, sugere e mostra que a *Veja* estava lutando com as armas que possuía, e retomava a mesma ideia que usou para promover a eleição de Collor de

Melo, mas agora para desconstruir o seu governo. Portanto, logo após explicar os possíveis rumos do processo de Collor na Câmara, a *Veja* lança uma matéria de capa trazendo mais um escândalo, em que mostra somas exorbitantes gastas na reforma do seu jardim particular. São traços que demonstram mais uma forma de influenciar e inflamar as massas, de pressionar o Congresso Nacional para a aprovação do *Impeachment* e, conseqüentemente, consumir o afastamento do presidente.

Nessa matéria de capa, assim como nas demais, *Veja* age com sutileza, como se não tivesse a intencionalidade e o direcionamento e se utiliza muito bem da linguagem jornalística para atender os seus anseios e atingir o público em geral. O título da matéria é expressão da desconstrução da imagem de Caçador de Marajás, que ela mesma criara para Fernando Collor. Fez tudo ao contrário do que se esperava que fizesse: aumentou seu patrimônio particular às custas do dinheiro público, manteve uma reforma de milhões no seu jardim particular, com recursos oriundos do escândalo de corrupção. Desse modo, da parte da *Veja*, o veredito já estava dado e o caminho do presidente Fernando Collor deveria ser o afastamento.

Imagem 12: Capa da *Veja* - O jardim do marajá da Dinda



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1251, 09/09/ 1992.

A revista não somente acompanhou, paulatinamente, o desdobramento dos fatos, mas também julgou, condenou e, em alguns casos, as matérias veiculadas insinuavam o desfecho

que interessava, numa antecipação de resultados. Na realidade, era a utilização que a *Veja* fazia de suas páginas para pressionar os responsáveis pelo processo de *Impeachment*, direcionar a decisão dos responsáveis para os seus interesses. E ela fazia isso utilizando o recurso da linguagem jornalística para escamotear seus interesses pessoais, colocando-se como legítima porta-voz dos interesses do povo. A *Veja* se posicionava como um agente, capaz não apenas de interpretar a realidade, mas de construí-la e dizer os rumos que o país deveria tomar.

Ao explicar os caminhos de processo de *Impeachment*, deixa a dúvida de que havia a possibilidade de Collor ser absolvido pelos seus pares, tanto que utiliza o termo guerra. A partir desse jogo de linguagem, de que fala Bourdieu (1997), a revista conclama o povo a participar dos acontecimentos, uma espécie de alusão de que a guerra também era do povo e dependia dele para que o resultado fosse favorável, pois, em uma guerra como a que se apresentava, os deputados poderiam trair os interesses do povo e absolver Collor. Por isso, a capa da Imagem 13 apresenta, ao fundo, brasileiros com as mãos estendidas e sujas com tinta nas cores da bandeira, como se pedindo para que se fizesse justiça.

Em seguida, aparece, em letras menores, a alusão aos partidos políticos, justamente para lembrar a sua responsabilidade no processo. Cabe destacar que o partido citado na capa, o PFL, tinha uma bancada considerável e sempre demonstrou seu apoio a Fernando Collor de Mello.

Imagem 13: Capa da *Veja* - A guerra do *Impeachment*

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1250, 02/09/ 1992.

Na edição de número 1253, mais próxima da votação pelo *Impeachment* na Câmara dos Deputados, a *Veja* encaminha outra mensagem cirúrgica para a desconstrução da imagem do presidente: coloca em xeque a postura dos parlamentares que votariam e conclama o povo a estar atento para as possíveis 'cafajestadas na reta final'. Simultaneamente, mais uma vez, se coloca como defensora dos interesses de uma nação democrática.

Imagem 14: Capa da Veja - Cafajestadas na fase final



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1253, 23/09/ 1992

A capa chama a atenção para as possibilidades de um jogo sujo na política por meio das trocas de favores e compra de votos. Apresenta mais um elemento na desconstrução da imagem de Collor, agora não mais um intelectual, mas aquele que fala palavrões, faz jogatina na compra de votos, não respeita as instituições democráticas, faz ataque ao Congresso. A matéria de página da mesma edição apresentava o presidente Fernando Collor como um histórico: o título da reportagem era “A carta da histeria”, seguida pelo subtítulo “com o discurso mais chulo e ofensivo da história dos presidentes brasileiros, Collor tenta jogar a crise na fogueira do confronto” (VEJA, 23/09/1992, p. 16-21).

A revista segue dando o tom das acusações. Em outra reportagem na matéria de página, ressalta o trabalho valorativo do judiciário e deixa Collor em situação delicada, com o título “Por decisão judicial” e subtítulo “o governo tenta comprar consciências na Câmara, mas perde a dinheirama de Lafaiete, que a justiça afastou da Fundação Banco do Brasil³³” (VEJA, 23/09/1992, p. 22-27). E arremata, em outra matéria, com tom ameaçador: “De volta às ruas” - título que se complementava em: “manifestantes batem recorde de público em atos pelo *Impeachment* de Collor e se organizam para parar o país no dia da votação na Câmara” (VEJA, 23/09/1992, p. 30-31).

O recado estava dado. Era como se a revista não quisesse deixar margem de dúvidas na possível saída de Collor da Presidência. Nessas ações, reside o que Bourdieu (1997)

³³ Lafaiete era um dos braços direito de Collor e foi afastado por decisão da justiça.

chamou de *censura invisível*, ou seja, a perda de autonomia do jornalista associada, “entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita” (p. 19) para além daquilo que as edições querem que se diga. Nisso reside o fato de o presidente Fernando Collor ter sido tão repisado nas páginas da revista *Veja*.

Nessas condições, a *Veja* foi se constituindo, pretensamente, como porta-voz dos interesses da nação, defensora das vontades do povo e, em algumas situações, antecipando os resultados no âmbito político. A edição de número 1254 retrata essa antecipação de resultados, ainda que eles fossem bastante visíveis, dada a situação complicada do presidente Fernando Collor. Criar a expectativa na população por um resultado que atenderia aos seus interesses políticos e econômicos era o mesmo que estabelecer o veredito antes do saldo da votação dos deputados - forma nada sutil de pressionar ou forjar uma decisão, de tal modo um processo de *Impeachment* não é isento de interesses e intencionalidades.

Imagem 15: Capa da *Veja* - Chegou a hora



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1254, 30/09/ 1992.

Ao mostrar o mandatário de costas, em um pano de fundo vazio, como se estivesse indo embora, a *Veja* decretava o veredito do presidente antes da votação na Câmara. A alusão de estar sozinho pode ser associada ao fato de que o povo não estava mais com o presidente e quem estivesse com ele não estaria a favor do povo. O título seco, vazio, da capa - “Chegou a hora” -, sem nenhum complemento, retirava a responsabilidade da revista sobre qualquer veredito ou juízo de valor e, simultaneamente, jogava a ação de complementar a frase para o leitor, que assumiria como sua uma decisão que era da revista. A partir de Bourdieu (2019),

pode-se dizer que a *Veja*, de forma sutil, forjou a opinião pública para atender os seus interesses.

De outro lado, que fique claro que não se está isentando o presidente Fernando Collor da responsabilidade pelas acusações, menos ainda fazendo defesa ou apologia da sua gestão. Estamos, simplesmente, tensionando a linguagem jornalística utilizada na desconstrução de sua imagem, contraditoriamente ao que havia sido feito pela mesma revista, que o havia projetado para o cenário nacional. Assim, a edição número 1255 que circulou após a votação na Câmara e que resultou na aprovação pelo processo de *Impeachment* e, conseqüentemente, no afastamento do presidente, parecia sutilmente, em tom de festa, comemorar. A capa é a expressão do dever cumprido.

Imagem 16: Capa da *Veja* - Caiu!



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1255, 30/09/ 1992.

A capa enfatiza um Fernando Collor cabisbaixo. Diferentemente da capa anterior, ela apresenta uma definição explícita, que, escrita em caixa alta, aparece na exclamação “CAIU!” seguida de três subtítulos que demonstram perspectivas distintas e contraditórias entre si. No primeiro, o processo que derrubou Collor foi fruto de uma revolução e, portanto, efetuado pela vontade e responsabilidade do povo. A revista parece não querer correr os riscos pelo ônus de apoiar, explicitamente, outro presidente e incorrer em novos (mesmos) erros. O segundo expressa a ideia de que a queda de Collor foi em consequência as ações da quadrilha que tomou o palácio. E, sendo assim, o processo de *Impeachment*, constitucionalmente

reconhecido, livrou o país de malfeitores, reforçando a função da *Veja* na ação isenta de divulgação dos fatos.

O terceiro, que indaga sobre o que muda no Brasil de Itamar Franco, demonstra uma expectativa, direcionando a dúvida e a incerteza dos rumos que serão seguidos pelo novo presidente, e, simultaneamente, dizendo que há interesse a se defender. Soa como uma espécie de crédito a Itamar Franco, lembrando a ele que, a partir de então, ele era o presidente da República e as políticas neoliberais no país deveriam ser mantidas e seguidas, que esse era o interesse das elites, inclusive o da *Veja*. A matéria de página dessa edição é instrutiva. Destaca o seguinte título: “As arestas de Itamar”, complementado por: “Itamar Franco, um vice com fama de honesto e turrão, sai do ostracismo do Palácio do Jaburu e sobe a rampa do Planalto como novo presidente” (*VEJA*, 30/09/19, p. 12-21).

Portanto, e como arremate, a capa apresenta embutidos nos três subtítulos que Collor já era coisa do passado e deveria ser esquecido, assim como o apoio que outrora a revista havia a ele atribuído - Fernando Collor de Mello, o caçador de marajás das Alagoas. Collor caiu no ostracismo e, posteriormente, nem a renúncia evitou que seus direitos políticos fossem cassados, ficando inelegível por oito anos. Consumava-se assim, de certo modo, o bom trabalho realizado por *Veja* na desconstrução da imagem de um presidente que ela mesma criara.

3.4 A percepção da revista *Veja* sobre as manifestações de 1992: o uso do termo povo para ocultar os jovens

Pretende-se refletir, nesta seção, a concepção atribuída pela revista *Veja* às manifestações de 1992. Discute-se a utilização da noção de *povo* pela revista como forma de legitimar interesses particulares como se fossem coletivos e adota-se como mote de análise os editoriais de quatro publicações denominados *Carta ao leitor*. Os editoriais estão associados aos movimentos de rua do ano de 1992, que pediam a saída do presidente Fernando Collor³⁴. Busca-se identificar neles o norte narrativo que atribui sentido aos movimentos de rua. A escolha se deveu ao fato de o editorial se constituir na linha de ação da revista, sendo, portanto, mais contundente do que propriamente as reportagens, denominadas ‘matéria de página’.

³⁴O primeiro editorial, denominado “Show de maturidade dos brasileiros”, foi publicado na edição 1249, mês de agosto do ano de 1992. Outros dois, na edição 1254 e 1255, têm como título: “Chegou a hora da verdade e Lição de democracia” e foram publicados no mês de setembro do ano de 1992. O último é do mês de outubro e apresenta como título: “É preciso ao menos um programa”.

A ideia não é descaracterizar ou reduzir o sentido histórico e importância do povo e sua participação nos assuntos políticos. Na história do Brasil, a entrada do povo enquanto participante ativo na política sempre foi um objetivo. O povo como sujeito é algo representativo na democracia. Mas há que se questionar que democracia e participação se pretendem, almejam e descrevem. De outro lado, historicamente o povo também é maior que um segmento, no caso os jovens. Sociologicamente é possível fazer a contraposição da categoria povo e classe, mas não povo e juventude e essa não é nossa intenção. Entretanto, destacar como *Veja* utilizou o termo povo, que é bastante representativo, de forma genérica, cujo objetivo foi descaracterizar o sentido político da participação dos jovens em 1992.

No processo de ocultar os jovens a partir do termo *povo* a revista está exercendo a sua função de mídia educadora, vez que não realiza apenas uma interpretação da realidade, mas a muda em razão de seu prestígio e legitimidade para convencer e inculcar novos comportamentos e ideias em sua audiência e, assim, provocar nos leitores uma nova maneira de enxergar os eventos, ainda que velando os seus reais interesses de classe. Desse modo, a revista cumpre sua função de agente de socialização e, ainda que ocultando os jovens, ela, simultaneamente, desenvolve a formação moral e cognitiva dos leitores, cuja forma de olhar e enxergar a participação dos jovens nos movimentos de 1992 ela educou (SETTON, 2020).

Todavia, tendo como objetivo “conformar” o modelo de jovem em curso, não chegamos a falar de movimentos sociais de modo geral e menos ainda de movimento estudantil. A concepção conjugada de estudantes e povo foi bastante abordada pela linguagem jornalística como forma de caracterização das ideias, desejos e projetos da revista sobre aqueles que estiveram na linha de frente das manifestações de rua.

Nas páginas da *Veja*, essa caracterização assume conotação homogeneizadora, como se todos os jovens em processo de disputa e contestação devido às denúncias de corrupção do governo Collor vivessem a mesma condição juvenil e usufríssem de todos os benefícios gerados pelo sistema produtor de mercadorias. É como se não existissem no país desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e regionais gritantes que interferiam na forma de viver a condição juvenil. Por meio da linguagem jornalística, forja-se uma concepção de movimento com características mais próximas dos interesses de setores ligados à revista do que do contexto em que as ações juvenis se desenvolviam, com suas contradições avanços e retrocessos. Daí, a ideia de espontaneidade e a crença de que o movimento ocorreu dentro dos moldes democráticos e, conseqüentemente, respeitando as leis – ideia muito repisada nas páginas da revista.

O contexto exigia cautela e direcionamento da parte dos grupos dominantes. Conforme Menezes e Costa (2012), a montagem da estrutura “jurídico-institucional que, a partir da Constituição Federal, expandiu as possibilidades de participação na vida política do país, resulta [resultara] da luta democrática ativada por diferentes sujeitos sociais, com destaque para a atuação dos movimentos sociais desde os anos de 1970” (p. 35). Portanto, o contexto de meados da década de 1980 e início dos anos 1990 era o da redemocratização, que exigia novos rumos para a política no país. No entanto, um desafio democrático se colocava: existiam “disputas de projetos de democracia que refletem[refletiam] diferentes concepções de cultura política” (MENEZES e COSTA, 2012, p. 35).

Essas diferentes concepções em torno de uma cultura política turvavam o entendimento do que deveria ser o ideal de cidadania tão propalado na aprovação da Constituição e, conseqüentemente, dificultava a efetivação da cidadania plena aos membros das camadas populares do país.

É fato que, com o processo de redemocratização, a ideia de cidadania ampliou as possibilidades de participação. Entretanto, Telles (2013) argumenta que, na realidade, o que se efetivou foi uma cidadania tutelada, pois, na ação prática cotidiana, se mantinha um conjunto de mecanismos conservadores que mais limitava, restringia ou desconsiderava os movimentos da sociedade civil. A ideia de democracia tutelada que se estabeleceu associada à ideia de país moderno não concebia mais a pobreza e as desigualdades sociais como empecilho ao desenvolvimento da nação. Desse modo, a restrição aos movimentos de rua, principalmente, se fazia por meio das instituições, dentre elas, os meios de comunicação comercial.

Conforme destacou Carvalho (2012, p.184), “a classe dominante é quem detém o domínio de forças estruturantes políticas e econômicas da sociedade e exerce a direção sobre as demais classes sociais”. Uma das formas de fazer esse domínio é exercer sua força e influência a partir dos aparelhos ideológicos do estado (ALTHUSSER, 1985), dentre os quais se encontram os meios de comunicação comercial como espaço pertinente para a imposição e a manutenção do monopólio do poder dessa classe dominante, aceito como legítimo pelos dominados, no processo a que Bourdieu denomina de violência simbólica (BOURDIEU, 2007).

A revista *Veja* contribuiu para essa caracterização - que mais pode ser denominada de descaracterização - dos movimentos de jovens em 1992 na medida em que a linguagem jornalística utilizada não dialogava com a realidade vivenciada por esses agentes, referindo-se a esses como jovens estudantes. Essa terminologia foi constantemente repetida quando das

reportagens da revista sobre esse segmento da população, disseminando a sua homogeneização, conforme já dissemos.

De outro lado, a ideia de vinculação dos movimentos juvenis de 1992 aos de 1968 ou a um modelo adulto de fazer política ou ainda a uma forte vinculação com partidos políticos, conforme destacou Foracchi (2018), não foi abordada pelas reportagens da *Veja* (uma perspectiva que precisava ser estabelecida para auxiliar na composição e passar a fazer parte da memória nacional). Do que se pode inferir que a perspectiva de espontaneidade e homogeneidade trabalhada pela revista foi uma forma de desvincular a ação dos jovens dos segmentos organizados da sociedade civil e servir aos seus próprios interesses. Na narrativa da revista, a saída do presidente foi a única pauta dos jovens.

Para Carvalho (2012), a saída de Collor em 1992 representou a vitória das entidades de classe contra o projeto neoliberal que se instalava no país, freando suas ações naquele contexto. Para esse autor, as ações das entidades classistas, como a UNE e a Ubes, foram preponderantes para os resultados do *Impeachment*, mas as ações das entidades representativas também estiveram presentes e precisam ser reconhecidas, bem como suas pautas de lutas.

Carvalho (2012) ancora-se em Gramsci para criticar o caráter espontâneo dos movimentos juvenis de 1992, salientando que não existe movimento sem direção ou objetivo. À medida que faz isso, atribui o caráter de direção e objetivo às entidades representativas dos jovens, como a UNE e a Ubes. Isto é, como se a ação dos jovens fora dessas entidades não possuísse uma finalidade. Entretanto, concordando com Groppo (2008), os jovens tinham, sim, objetivo e este era a saída de Collor, ainda que os elementos de sua conscientização política pudessem ser questionados. O caráter de espontaneidade, entendido como livre de uma ação política partidária também existiu, pois a possibilidade de retirada do presidente impulsionou parcela dos jovens presentes nas passeatas dos movimentos pró *Impeachment* e este é um fato que expressa a contradição e heterogeneidade das manifestações.

Mas inegável é também o conjunto de fatores no processo de *Impeachment* do presidente Fernando Collor, dentre eles os próprios interesses do campo político no âmbito do Congresso, os interesses econômicos, as ações dos meios de comunicação comercial. Eles precisam ser vistos como instrumento de ação da classe dirigente, que buscou legitimar e impor seus interesses. Em momento algum, essas questões foram destacadas nas reportagens da revista *Veja*. As entidades representativas, como a UNE e a Ubes, que, segundo Carvalho (2012), foram preponderantes, a revista nem as menciona, como se ambas sequer tivessem aparecido no movimento de 1992.

Portanto, a *Veja* manipulou e alterou a realidade conforme os interesses de classe que representa. A revista de maior notoriedade e prestígio no país, que não quis mostrar a ação e a presença das entidades representativas dos jovens, desenvolveu um trabalho de desconstrução da imagem do presidente Fernando Collor, que ela mesma ajudara a eleger, sem, no entanto, fazer críticas ao seu projeto de governo, justamente porque ele atendia os interesses da classe dominante que a revista representava (e representa).

Em tais condições, a revista, numa espécie de recado, publicou que, após confirmado o *Impeachment*, caberia a Itamar Franco cumprir o programa com base no qual foi eleito. Por conseguinte, fica explícito, tanto pelo trabalho que a *Veja* fez como pelas ações políticas de Itamar, de que a saída de Collor não representou uma ruptura com o projeto neoliberal ou o seu enfraquecimento. Foi, na realidade, um reforço às suas bases, tanto que Fernando Henrique Cardoso saiu vitorioso nas eleições presidenciais subsequentes. Assim, a classe dominante soube impor seus interesses e relegar às entidades representativas, por meio da linguagem jornalística, uma função secundária.

Por outro lado, o fator espontâneo dos movimentos juvenis veio à tona dada a dificuldade das entidades representativas em dialogar com o público naquele momento e no contexto histórico. Essa dificuldade necessitava de uma interpretação que tutelasse o movimento de jovens, distanciando-os das pautas sociais mais amplas. As ideias de apatia, ausência de consciência política, rebeldia, incivilidade foram postas no contexto a partir dessas interpretações realizadas pela revista *Veja* sobre a ação dos jovens nos movimentos de rua solicitando a saída do presidente.

É interessante observar como a revista, preocupada com o aparecimento do povo nas ações de rua, foi trabalhando a ideia destacada por Telles (2013) de movimento ordeiro, civilizado e enquadrado nas regras institucionais e nos valores democráticos, reduzido ao seu aspecto disciplinado. Entretanto, o próprio significado das manifestações juvenis de 1992 precisava assumir outros sentidos e conotação nas páginas da revista, o que foi feito nos editoriais - Carta ao Leitor - o melhor espaço para se buscar essa ação, por ser reservado para o diálogo com o público mais atento e perspicaz e também pela materialização da ação ideológica da revista. Tanto que recebeu esse nome, Carta ao Leitor, justamente para caracterizar esse texto como um posicionamento político (SILVA, 2005).

Assim, a importância do editorial advém justamente desse posicionamento político. É o espaço onde a *Veja* demonstra sua opinião, seu posicionamento acerca do que compreende e almeja que o seu leitor entenda em relação ao que ela pensa sobre os acontecimentos que aborda. É espaço de expressão ideológica e de visão de mundo do proprietário. Assim, “ao

longo do tempo, sofreu alterações, mas sempre foi escrita pelo Diretor de Redação, e em casos excepcionais pelo presidente do Grupo Abril, quando leva a sua assinatura e é chamada de carta do Editor” (SILVA, 2005, p. 83).

Analisar quatro editoriais³⁵, cujo critério foi o de terem sido publicados no período em que ocorriam as manifestações de 1992, ajuda a compreender de que maneira *Veja* foi atribuindo a roupagem que melhor lhe convinha aos movimentos de rua. Cabe destacar, primeiramente, que, no início das manifestações, a revista não lhes deu importância ou visibilidade, como se quisesse escamotear um aspecto da realidade. A cobertura ocorreu posteriormente, devido aos noticiários dos concorrentes.

Em outras palavras, a *Veja* iniciou a cobertura jornalística não por compreender que os leitores tivessem interesse e mesmo o direito de saber o que ocorria, mas por pressão.

No nosso entendimento, essa atuação dialoga com alguns elementos presentes na formação da nação, cuja constituição histórica foi permeada pela negação da participação do povo nos rumos ou direcionamentos do país. Contraditoriamente, sempre se falou em nome povo, pelo povo ou para o povo, mas sem, de fato, reconhecer sua participação. O termo povo aparece de forma genérica e mais de modo a auxiliar ou atender os interesses dos grupos dominantes.

³⁵ Denominados pela revista *Veja* de Cartas ao Leitor ou Carta do Editor

Imagem 17: Editorial - Show de maturidade dos brasileiros

CARTA AO LEITOR

Show de maturidade dos brasileiros

Quem esteve nas ruas no dia 16, o domingo negro, guardará na memória uma imagem digna de ser chamada aos céus e rezada de ano em ano. Sem que os partidos políticos ou sindicatos fazissem qualquer gesto significativo, e tudo como exemplo das pessoas de coragem, centenas de milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar e fazer manifestações espontâneas de ódio ao país. Em diversas cidades, as pessoas se vestiram de preto para protestar contra a corrupção, o abuso do poder, os privilégios, o tráfico de influência, a mentira. Da participação individual de cada um, dos movimentos nasceu uma grande experiência coletiva: a de mostrar aos governantes que não se tolera mais a impunidade. Foi um triunfo inusitado, domingo.

Foi um triunfo à moda brasileira. Ou seja, com festa, música, alegria, criatividade. Foi um espetáculo político, de nicho ou não. Apesar das milhares de participações, tudo transcorreu na mais perfeita ordem, sem agressões, tumultos ou danos ao bem público. Como é próprio das sociedades democráticas, a população fez um uso do direito, mantendo-se de maneira pacífica no terreno sempre que está claramente o que quer. Não há nenhuma pressão subversiva, nenhuma central de computadores ou indicações pré-definidas. O que houve no domingo, e continua a existir durante a semana, é o ato de maturidade dos brasileiros, a expressão autônoma da participação.

O movimento nas ruas, pacífico e ordenado, não só é legítimo como constitui uma defesa e um

A população sai às ruas: protesto legítimo

de crise política. Mas se pensa em termos de estabilidade, dentro dos quadros da legislação, não se expõe aos perigos, aos públicos e privados. É preciso que as instituições democráticas, dentro dos parâmetros da justiça, decidam o que é melhor para o país. A instituição que está encarregada de encontrar a solução para a crise é o Congresso. Os parlamentares devem se posicionar soberanamente, evitando a crise das ruas e os reflexos de uma eleição. É chegada a hora de os brasileiros dizerem a seus representantes no Senado e na Câmara qual deve ser o desfecho da crise. Podem fazer isso com telegramas, telefonemas, fax, através de associações, cartões e nas ruas, em ato e bem-estar.

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1249, 26/08/ 1992, p. 17.

Esse editorial foi publicado na edição que teve como imagem de capa o presidente e cujo título destacava em letras garrafais: “O Brasil renuncia a Collor: a voz do povo chega ao Congresso”. Ela foi publicada no dia 26 de agosto, semana subsequente ao chamado “domingo negro”, que reuniu milhares de jovens nas ruas pedindo a saída do presidente. Já há três meses, Pedro Collor havia feito denúncias envolvendo o irmão e Paulo Cesar Farias. No Congresso, na mesma semana do dia 26, tinha sido apresentado o Relatório Final da CPI que investigava os negócios de PC Farias. A situação de Collor já estava bastante tensa, os protestos só aumentavam e a *Veja* os canalizava como forma de pressão para o Congresso.

Foi justamente em meio a esse contexto conturbado, de elevação da participação das camadas populares, principalmente do segmento juvenil, grande maioria nos movimentos de rua, que foi lançada essa edição de número 1249 da *Veja*, em 26 de agosto de 1992. O título do editorial apresenta uma concepção interessante: “Show de maturidade dos brasileiros”, seguido da frase: “A população sai às ruas: protesto legítimo”. Os termos *brasileiros* e *população*, além de generalizantes, escamoteiam a presença dos jovens e de suas entidades representativas; enquanto *maturidade* e *legítimo* demonstram que o movimento só se efetivou no sentido apresentado pelo editorial, isto é, dentro das regras do jogo democrático que favorecia os grupos dominantes.

A ideia de democracia limitada ou cidadania tutelada de que fala Telles (2013) vai se explicitando como posicionamento político e ideológico no editorial. *Veja* se colocou na condição não somente de partido (SILVA, 2005), mas de povo, de agente de “transformação”, de fato uma pseudo transformação, pois o objetivo era a manutenção do *status quo*. É como se a *Veja* colocasse a democracia como algo a ser alcançado e fruto de sociedades mais desenvolvidas. Por isso reside nessa concepção a ideia do ordeiro ou do caráter disciplinador. Ou seja, para ser movimento democrático ou se caracterizar como democrático é necessário haver ordem. Mas a ordem destacada não é no sentido de objetivo comum, mas de discurso de controle sobre os grupos sociais, direcionamento de suas ações e de suas pautas reivindicativas.

O *show de maturidade dos brasileiros* aparece novamente, mas, dessa vez, como sendo a expressão acabada do patriotismo. A revista recorre a expressões chamativas e de forte apelo emocional, mas complexas e carregadas de contradições, pois dependentes dos interesses em jogo, isto é, a característica que o brasileiro demonstra ter é aquela que interessa aos grupos dominantes. Ao mesmo tempo, há uma complexidade no fato de alguns desses mesmos termos serem utilizados de forma positiva. Por exemplo, a ideia de maturidade não revela os interesses escusos ligados aos proprietários das indústrias de notícia, mas remete a algo que se ofereceu, atribuído como reconhecimento e não como aprendizado, conquista e busca cotidiana, fruto da ação coletiva, que reconhece que a realidade não está dada, pronta e acabada. Mas, noutra direção, a revista também diz o que resulta em uma sociedade madura e consciente de suas ações: o impedimento do presidente, ou seja, o jogo institucional que atende os interesses dominantes. E, numa terceira possibilidade, o que significa uma sociedade madura: a ordem, a disciplina.

Não menos problemática é a noção de patriotismo. Fortemente trabalhada durante o século XIX, ligada aos interesses de fortalecimento e legitimação da ação do Estado-nação por aqueles que pretendiam ideias hegemônicas, ser patriota, na perspectiva liberal, é ter no Estado o grande responsável pelo destino da nação e não o contrário. Na lógica posta para a realidade brasileira, seria manter a exclusão do povo, o mandonismo e os privilégios privados em detrimento do público, mas se utilizando do público para fins privados. A ideia de amor à pátria exige do cidadão o cumprimento de um conjunto de regras, normas e deveres, embora a efetivação do direito a uma vida digna como ação do Estado fique somente no papel. Assim, quando o *povo* aparece, automaticamente é preciso um discurso disciplinador, moralista e ordeiro, que consiga fazer a condução e o direcionamento de suas ações por meio dos interesses dominantes. De novo, um processo permeado pela violência simbólica.

A tentativa de efetivar um discurso de deslegitimação se expressa ainda nas colocações que evidenciam o movimento nas ruas como *pacífico e ordeiro* e, por conta disso, *legítimo*. Se tivessem faltado essas características, automaticamente não seria legítimo, mas a expressão do atraso dos brasileiros. E arremata de forma espetacular, dizendo que o jogo deve se resolver no âmbito das “instituições democráticas, dentro dos parâmetros da Justiça” – essa a que passa a ter competência para decidir “o que é melhor para o país”, como se a justiça não fosse realizada por homens imersos nas questões sociais e no conjunto de interesses que as permeiam. Assim, a justiça deve decidir e não o povo, como se a primeira não atendesse os setores dominantes em um processo de *Impeachment* atravessado por interesses econômicos acerca do programa de governo a ser adotado.

A linha editorial, portanto, no que concerne às manifestações de ruas, seguiu a perspectiva de um discurso de direcionamento, descaracterização e doutrinação. Na realidade, era essa a percepção da revista sobre as manifestações pelo *Impeachment* de 1992. Ela estava, de certo modo, se justificando para o leitor mais atento sobre o seu posicionamento ante as questões que ocorriam no país. Assim, no editorial da edição 1250, de 02 de setembro de 1992, cuja capa teve como título “A guerra do *Impeachment*”, *Veja* deu seu veredito a favor da saída de Collor e, de preferência, que fosse de maneira voluntária. Caso contrário, ela deveria ser realizada pelas instituições democráticas, que estariam cumprindo a vontade popular. Entretanto, nesse jogo de palavras reside a negação da vontade popular e não sua efetivação e reconhecimento.

De outro lado, é como se a revista não negasse a participação popular, pois, no instante em que destaca que “as multidões estão gritando que está errado”, logo em seguida põe a questão legal: “aos amigos, tudo: aos inimigos, a lei”. Nessa perspectiva, “a lei deve valer para todos. Especialmente para o presidente da República”, o que não está equivocado. Entretanto, ao enfatizar que a resolução do governo Collor somente ocorrerá pela ação das instituições, nega a importância da participação popular, exclui o povo do processo democrático. Tanto que não enfatiza, não deixa explícita a ação popular no processo. Sempre que se refere ao povo, logo o descaracteriza com termos que negam ou excluem sua presença e importância.

Assim, mantém-se o alinhamento com a concepção historicamente construída que configura a perspectiva da nação sem povo.

Imagem 18: Editorial - Chegou a hora da verdade

CARTA AO LEITOR

Chegou a hora da verdade

Brasil está vivendo dias de respeito e de glória. Trágica porque Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito depois de quase trinta anos de autoritarismo, se tornou um despojado esperanças herdadas, dignidade e Ferriedência da República, subvertendo a realidade política na América republicana. Oito meses, o exército da Presidência, as instituições brasileiras estão dando uma demonstração de vitalidade e firmeza. Primeiro, o Congresso Parlamentar de Inquirição realizou um trabalho notável, realizando provas e exames até revelar as enganosas que, na clandestinidade, ao cerceio da Constituição, maliciaram o bem público. Depois, a permissão da Câmara conseguiu assegurar a boa andamento do processo de impeachment, garantindo a defesa de Fernando Collor e a soberania que a casa exige. Por fim, na semana passada, o Supremo Tribunal Federal também mostrou total a atitude de difícil momento político, eliminando todas as dúvidas e apontando o caminho para o desfecho do impasse. As instituições estão vivas. Há as frentes de ataque sobre o âmbito de suas tarefas e espaços de resolver os intrincados problemas que lhe são colocados.

Aponta a responsabilidade sobre a Câmara Federal, aos 503 deputados que a compõem. Frente aos documentos, às provas e aos depoimentos levantados pela CPI, só cabe um deputado uma alternativa: a de dar seguimento ao processo de impeachment, possibilitando o julgamento de Fernando Collor no Senado. Os parlamentares não decidiram se o presidente é culpado ou inocente. Pela maioria qualificada de seus votos, numa votação aberta, eles terão de votar se o processo contra o presidente deve ser tramitado ou não no Senado. Votar contra a abertura do processo significa evitar que se faça justiça. Significa permitir que Collor continue detendo de poder sobre o país sem que cometa no exercício do cargo. Deixar de comparecer à sessão que discutirá o afastamento do presidente é mais que fugir à responsabilidade. O deputado que se ausentar estará encorajando os eleitores que o elegeram à Câmara, a não se manifestar que lhe foi conferido. O presidente deve ser julgado.

Fernando Collor e a responsabilidade da Câmara



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1254, 30/09/ 1992, p. 17.

A perspectiva permanece e o interesse político a partir dos editoriais vai se explicitando. No editorial acima, aparece a expressão “as instituições brasileiras estão dando uma demonstração de vitalidade e firmeza”, evidenciando e constatando a negação dos movimentos populares. Aliás, em nenhum momento, o editorial faz menção aos movimentos populares de rua. O título do editorial, “Chegou a hora da verdade”, não é menos impactante nas suas intenções ideológicas. Publicado aos 30 de setembro, após longo desgaste do governo, ele denota a perspectiva dos seus momentos finais. “A hora da verdade” remete a outro termo que vincula a responsabilidade pela efetivação da saída de Collor à Câmara. Evidenciar que as *instituições estão vivas* e, o povo, em relação aos acontecimentos, está fora de cena e sem prestígio.

O mesmo editorial reforça a responsabilidade da Câmara dos Deputados, mas se refere mais diretamente aos 503 deputados, “aos documentos, às provas e os depoimentos levantados pela CPI”. Portanto, o *Impeachment* já deixou de ser a vontade do povo, das ruas, da soberania popular. É como se a *Veja* fosse negando a ação popular e sua importância. Somente se refere a essa para pressionar o Congresso e, ao final, o que vai se evidenciando é um jogo de interesses que, por meio da linguagem jornalística, tenta forjar um discurso que

direciona o sentido da ação dos grupos sociais. É a retomada da noção de *nação sem povo* historicamente construída. É a busca de manutenção dos privilégios para poucos.

Em outro ponto do editorial, *Veja* se utiliza da categoria povo para fazer pressão nos deputados para que o resultado seja dentro do que ela espera e almeja. Assim, dada a possibilidade de ausência de um número significativo de deputados, o artifício é o de ser necessário atender os interesses do povo, isto é, no momento de fazer pressão nos deputados, o povo é lembrado. Foi uma ameaça aos parlamentares e, como não se pode desconsiderar a força e prestígio dos meios de comunicação comercial, a pressão surtiu efeito. A *Veja* se colocou na condição de povo e utilizou-se dessa categoria para atender os interesses financeiros ligados à abertura de comércio contida na plataforma de um governo que ela apoiou desde o início. Por isso, não era contrária às bases e premissas do plano de governo que sustentou a eleição de Collor de Mello e Itamar Franco.

Na ameaça, o deputado que não comparecesse à sessão da câmara para votar o *Impeachment* estaria cometendo traição ao povo que lhe concedeu o mandato. Aqui, de novo a soberania popular existe, mas, de novo, como forma de pressionar, para que o resultado seja satisfatório aos interesses dos grupos dominantes.

Imagem 19: Editorial - Lição de democracia



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1255, 30/09/1992, p. 04-05.

Confirmado o *Impeachment*, o editorial da edição 1255 de 30 de setembro arrematou os interesses da revista, consumando a ideia de ausência do povo, pois o que ocorreu foi um show, uma “lição de democracia”, e não o povo exercendo a democracia. O protesto espontâneo nas ruas e de forma cívica, pacífica e etc. já o caracterizamos como falseador. No entanto, utilizá-lo como expressão da democracia, conforme salienta o editorial, é hipocrisia,

haja vista os interesses escusos neles embutidos. O protesto é apenas uma parcela da ação democrática e não a democracia em toda sua plenitude. O mínimo que se pode esperar ou almejar de uma nação democrática é o direito a ele. A democracia e a cidadania se coadunam e ambas se relacionam com as condições objetivas e concretas da população.

Portanto, nessa intencionalidade, o termo democracia aparece esvaziado do seu real sentido e, no entendimento aqui esboçado, é a anulação dos grupos sociais subalternos, não somente do processo de *Impeachment*, mas da constituição histórica do país enquanto nação autônoma e soberana. Fala-se retoricamente de povo, mas esse não é reconhecido de fato como partícipe, dentro das condições necessárias para o ser humano integral, das diferenças socioculturais e econômicas. A manutenção das desigualdades é a materialização de tal objetivo (TELLES, 2013).

Portanto, democracia e cidadania são retóricas que ecoam fácil no discurso dominante, mas de difícil materialização pela ação política, dado o velo que as encampam.

No editorial, ainda aparecem duas colocações interessantes, que denotam o apoio da *Veja* ao programa econômico, ilustrando que ela não rompe com o projeto neoliberal do governo. Destaca que Collor “tinha 35 milhões de votos, uma plataforma de governo promissora e basicamente correta, e um mandato para fazer mudanças profundas”, mudanças que atenderiam os seus interesses, tanto que ajudou a fabricar a imagem do futuro mandatário. Mas tal projeto não poderia ser rompido com o *Impeachment*, daí que enfatiza a positividade da plataforma de governo a partir de

um programa que visa[va] pôr fim aos cartórios e ao protecionismo. Que prega o desmonte do corporativismo e a privatização de empresas estatais que a iniciativa pode gerir de maneira mais eficaz. Um programa que defende a abertura do país ao mercado mundial, de forma a aumentar a produtividade da economia brasileira. Sem a modernização do Brasil não haverá como sairmos da miséria (*VEJA*, 30/09/1992).

Ou seja, o apoio de *Veja* foi total e incondicional às reformas neoliberais. No entanto, essas deveriam ir para a responsabilidade de alguém e, nesse aspecto, a retórica povo foi muito bem utilizada como questão central para o bom desfecho da crise. Resta indagar para quem. Uma vez a crise deflagrada e amplamente divulgada, conforme edição do dia 30/09/1992, somente *as manifestações cívicas – pacíficas, entusiasmadas, criativas* seriam capazes de dar bom termo ao problema: cria-se um discurso que exclui as entidades representativas, mas remete à vontade do povo, quando os interesses em jogo eram outros.

Imagem 20: Editorial - É preciso ao menos um programa

CARTA AO LEITOR

E preciso ao menos um programa

Ao afirmar, nos dias e nas instituições democráticas, que Fernando Collor de Mello deve responder pelas crises que é acusado de cometer no exercício da Presidência, o Brasil não responde apenas à corrupção. O país também precisa saber que quer mudanças profundas no modo de se fazer política e governo. A lista popular que foi o acompanhamento da votação do pedido de impeachment no Congresso é sinal do povo nacional em se ter tomado o caminho certo e, ainda, de esperança nos dias melhores. A Editora Abril, que publica VEJA, também compartilha da alegria e da esperança — tanto que se mobilizou seguindo a votação e sua sede em São Paulo foi decorada com as cores da bandeira.

Claro está que, com a posse de Javier Franco, os problemas econômicos e sociais continuam de mesmo tamanho — um tamanho monstruoso. É inevitável, igualmente, imaginar que possam ser solucionados de uma forma mais rápida. Milagres não existem. Mas há coisas que podem ser feitas. A primeira delas, indispensável, é definir com clareza um programa de governo, com uma lista de prioridades e os meios para se atingir as objetivos. Esse programa, com as prioridades claramente definidas, é mais importante que os nomes dos ministros, os partidos que compõem o governo, as disputas políticas por cargos e os Estados e regiões que são privilegiadas na escolha de representantes da maioria.

A grandeza do movimento que culminou na votação da lei que passou deveria corresponder uma nova discussão na formação do novo governo. Não foi o que aconteceu. Voltaram a usar as experiências de brasileiros, a virtualidade na disputa pelos cargos, as críticas de corrupção baseadas não na competência, mas na ausência, no compromisso ou nos interesses tácitos. Por ainda não se definir uma estratégia para dirigir o país, não se discussa quais são os meios e os meios, quais os problemas que deverão ser atacados primeiro, os vários, e a maneira de concretizá-los, foram deixadas de lado — os benefícios de interesses privados. O Brasil precisa ter discussões novas. É preciso que o novo governo sempre tenha mudanças na sua maneira de fazer

A Abril comemora o país quer mudanças.



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1256, 07/10/1992, p. 31.

Confirmada a saída de Collor, o último editorial do longo processo de *Impeachment* que resultou nos movimentos de ruas manteve o mesmo sentido dos anteriores. Porém, destacou, explicitamente, a alegria da Abril e o fato de o país querer mudanças. Nesse momento, a editora falou em nome dos brasileiros, como se fosse uma defensora de seus interesses. No entanto, associou o movimento popular à festa e, conseqüentemente, a algo menor, sem importância e que não necessitava de uma reflexão mais consistente que estabelecesse a direção de mudanças mais significativas. Essas premissas podem, perfeitamente, ser substituídas por um programa, sobretudo o que atenda os interesses dominantes.

Mais uma vez, a *Veja* se colocava como protagonista do processo de *Impeachment*, ainda que com uma retórica de povo para beneficiar seus interesses e não como seu porta-voz para a elucidação de questões gerais da nação. No editorial, a *Veja* dá sugestões, recomenda o que deve ser feito e nesse contexto, para escamotear seus interesses, utiliza a linguagem jornalística para falar em nome do povo. Utiliza o povo como retórica para atender uma concepção de economia de mercado que melhor atendesse aos seus interesses e, para isso, precisava de um governante disposto a fazer as mudanças necessárias.

O foco da *Veja* era o programa de governo. Tanto que, em relação às medidas, “a primeira delas, indispensável, é [seria] definir com clareza um programa de governo, com uma lista de prioridades e os meios com que se conta para se atingir os objetivos” (VEJA, 1992). Foi em nome desse programa que a revista trabalhou na fabricação da imagem de Collor, desde a sua época como governador de Alagoas. Dada a suposta incapacidade do presidente de conduzir esse programa adiante, caberia a Itamar Franco seguir o plano para o qual foram eleitos.

Por fim, o editorial ressalta a grandeza do movimento, como se o reconhecesse como importante e essencial para o rumo dos acontecimentos políticos, ainda que sem a presença dos jovens. Os problemas são apresentados à medida que, de fato, fala em movimento, mas sem especificar ou balizar de que movimento está falando. Assim, a linguagem jornalística deixa dúvidas, pois, sem adjetivos, o seu sentido fica amplo e vago ao mesmo tempo. Quando se fala, é preciso balizar - movimento popular, de jovens, mulheres, negros e etc. Sem estar discriminado, o termo *movimento*, no editorial, pode ter qualquer sentido, especialmente o da expressão da participação popular, aspecto o tempo todo negado pela linguagem jornalística da revista.

Na concepção das elites, a festa democrática descrita pela *Veja* em seu editorial “O Brasil mudou totalmente” permanece esquecendo o povo. A indagação que fica em aberto é que tipo de democracia e para quem se está falando? Ao se referir às instituições democráticas como fortes, ainda que jovens, a revista escamoteia os interesses embutidos, distorce os fatos, proporciona outra versão que vai se constituindo como oficial para vários segmentos da sociedade, dados o prestígio, a representatividade e a legitimidade que ela possui entre os grupos, agentes, classes e frações de classe que compõem o espaço social.

Para a manutenção dos interesses privados, apresenta uma concepção ultrapositiva do modelo de democracia instalado no país, sem, no entanto, questionar a manutenção dos privilégios historicamente construídos. E nem se poderia esperar tal postura da maioria das indústrias de notícias, pois a interferência do mercado no campo jornalístico é bastante diferenciada em relação aos outros campos (BOURDIEU, 1997), tal é o direcionamento que estabelece e a busca constante do lucro. Assim, em uma estrutura de organização social pautada pela desigualdade, a manutenção dos privilégios passa por um trabalho de consenso realizado pelos meios de comunicação. Essa disputa tem sido cada vez mais velada e, quanto mais se apresenta algo escamoteado, mais forte e consistente a violência simbólica se torna.

Portanto, a revista apresentou em seus editoriais uma coesão que nos permite observar o modo de argumentação e de racionalidade com que ela utiliza a linguagem jornalística. A

coerência discursiva auxilia na composição dos acontecimentos, impondo a marca e os interesses daquele que os descreve. Assim, a *Veja* formou um tipo de representação sobre a participação dos jovens nos movimentos em favor da saída de Fernando Collor de Mello da presidência da República e, simultaneamente, “se isenta[ou] de toda e qualquer responsabilidade, colocando a si própria como defensora dos ideais democráticos na sua função, em seus *24 anos de existência*, de bem informar os seus leitores.

Assim, por meio da coesão discursiva, os editoriais descaracterizaram a noção de povo e movimentos sociais, não os reconhecendo como algo efetivo e necessário para mudanças mais significativas no país. Ao contrário e dependendo da situação, eles poderiam se constituírem risco aos interesses dos grupos dominantes.

3.5 Veja o que a *Veja* fez: o jogo de ocultamento dos jovens nas manifestações de 1992

Entendendo que reside intencionalidade na construção da notícia pelos meios de comunicação comercial, as reportagens são resultado de ações antecipadamente pensadas e nelas está presente o invisível visível. Ou seja, uma preparação, um cenário que interfere na fabricação da notícia, mas que aparece como se fosse natural. De tal modo reside, nesse processo, um tipo de interpretação acerca dos acontecimentos que pode não condizer com a realidade em que ocorreram. Vários elementos são utilizados e as imagens, a linguagem jornalística e a narrativa auxiliam na composição desse cenário.

Na direção apontada, as reflexões de Grijó (2014) são bastante pertinentes quando pondera sobre a necessidade de não utilizar a notícia como verdade histórica. Na concepção desse autor, a notícia precisa ser tensionada, caso contrário, pode expressar a concepção daquele que a produziu e apresentar uma perspectiva objetivista que enquadra o objeto enfatizando algo daquilo que ele não é ou foi. Ou seja, é preciso relacionar a notícia com as condições objetivas e concretas do período histórico que a produziu.

Nesta seção da exposição, serão analisadas as reportagens realizadas pela *Veja*. Nelas, aparecem referências e imagens a respeito das manifestações e de seu público pedindo a saída do presidente em 1992. Duas edições da revista têm suas matérias de página mais diretamente ligadas aos protestos que possuem participação de jovens, ambas no mês de agosto, edições 1248 – “Anjos rebeldes” e 1249 – “O Brasil renuncia a Collor”. Quatro fotografias dessas edições foram utilizadas e contrastadas com o texto de suas respectivas reportagens para se perceber o mote de discussão sobre os protestos e seus manifestantes.

Ambas as edições compõem a base de dados para a análise cujo objetivo é entender o sentido e o significado atribuído pela revista *Veja* aos jovens nas páginas destinadas às reportagens realizadas sobre os protestos, mais especificamente aquelas em que aparece o público especificamente juvenil nos movimentos de rua contra o presidente. A *Veja* utilizou bastante as imagens visuais e elas expressam a intencionalidade da reportagem por seus sentidos e significados, uma espécie de censura invisível.

Outras seis revistas também contribuíram, no mínimo, com uma imagem fotográfica. As relações imagem/ texto ajudam a perceber como a *Veja* foi fabricando um tipo de representação das manifestações que ocultou a participação dos jovens nos protestos das ruas, praças e avenidas.

Destarte, para análise, apresenta-se ao menos uma imagem de cada edição³⁶ como forma de mostrar o processo de censura invisível, coerência e intencionalidade no trabalho de fabricação da notícia. Cabe enfatizar que o critério para a seleção das fotografias foi o de estarem diretamente relacionadas aos protestos. Uma observação importante: elas não seguem o critério da ordem cronológica dos acontecimentos.

Cabe lembrar que as ações da mídia não ocorrem sem um objetivo a ser alcançado. Portanto, a ideia de neutralidade também é falsa e, por isso, precisa ser constantemente destacada pelas empresas de comunicação, seja a televisiva ou a impressa. Existe um direcionamento, um rumo e uma estruturação a ser seguida na fabricação da notícia (BOURDIEU, 1997).

Ante essa censura invisível, o que se quer mostrar e o como deve ser mostrado aqui se denomina fabricação da notícia e nela reside o processo de manutenção da violência simbólica. Assim, parafraseando Bourdieu (1997), é de fato pouco provável, nesse processo de cortes, direcionamentos e limitação de páginas que uma reportagem jornalística enfrenta, se tenha algo de substancial para ser escrito.

Pela quantidade de imagens utilizadas em cada edição fica impossível utilizar todas na análise desta seção. Porém, as analisadas obedecem ao critério de exposição conforme os objetivos da tese, como já dissemos: entender que tipo de representação dos manifestantes jovens no Fora Collor foi fabricada pela *Veja*. No entanto, o conteúdo da análise das imagens, seu sentido e significado se relacionam com a investigação realizada dos textos nas

³⁶ No mês de setembro, foram cinco edições: números 1250 – *Caminho das Pedras*; 1251 – *Presidente respira*; 1253 – *De volta às ruas*, que destaca que manifestantes batem recorde de público em atos pelo *Impeachment* [...]; 1254 – *A epopéia de Ulysses*, que aponta as ruas como o melhor combustível para o *Impeachment* [...]; 1255 – *A vitória do povo*. No mês de outubro, a edição de número 1256 – *Nas assas da ética* - enfatiza a bandeira da moralidade que acabou de derrubar um presidente e reacende o antigo debate entre política e moral. Essa edição apresentou uma imagem do Movimento Ética na Política e outra da Geração Shopping.

reportagens da revista. Portanto, a seleção obedeceu às categorias de apelo das imagens, foco no público do protesto, heterogeneidade, indeterminação e auto interpretação pelo leitor/observador.

Com menor ou maior ênfase, a *Veja* realizou reportagens nas edições que já destacamos e se utilizou de material visual, fotografias, para transmitir uma mensagem sobre as ondas de protestos em que os jovens apareceram. Assim, buscamos entender de que maneira essa representação imagética foi sendo fabricada, o sentido e o significado que a compõem e que a *Veja* impôs aos jovens nos protestos, e os interesses embutidos nessa fabricação.

Cabe mais uma observação sobre a compreensão acerca dos termos *sentido* e *significado*. Ambos assumem conotações diferenciadas, ainda que sejam construções sociais. Todavia, significado passa por um processo intencional de socialização e, por conta disso, tem a característica de ser estável. O sentido, por sua vez, se funda no coletivo e, por isso, é também uma construção social, mas os agentes sociais, por meio da interação, estabelecem um conjunto de termos que servem como orientação para as circunstâncias e fenômenos do cotidiano (FERREIRA, 2020), isto é, sentidos. Nessa ação de atribuição de sentidos e significados, encontra-se também o caráter educativo dos meios de comunicação.

Nessa ação reside sua capacidade de formulação de tendências, direcionamentos, crenças etc. O prestígio adquirido pelos meios de comunicação dotou-os de uma legitimidade muito forte no espaço social. No entanto, sua ação estratégica escamoteia os interesses privados presentes na fabricação da notícia. A ideia de neutralidade, tão utilizada nos discursos jornalísticos, é uma delas. A utilização do público para a confirmação de seus interesses é outra estratégia e, geralmente, se utiliza da pesquisa de opinião para a construção das tendências (BOURDIEU, 2019).

Na direção apontada, acredita-se que a *Veja* contribuiu para a formação de um significado enquanto ação intencional das manifestações no Fora Collor, porém dissociado do contexto histórico em que elas ocorreram. Em outras palavras, isolando os agentes em protesto a favor do *Impeachment* das contradições e interesses sociais mais amplos e historicamente defendidos pelos movimentos sociais, que ficaram muito fortalecidos com o arrefecimento da ditadura por volta de meados da década de 1970. Contribuiu ainda para um tipo de interpretação das manifestações que ocultou os sujeitos, desde que não especificou nem disse quem eram eles, mas os vinculou aos interesses de mercado, enfatizando a espontaneidade e a homogeneidade dos protestos.

No contexto histórico de transição entre as décadas de 1980 e 1990, muito das demandas e da tradição dos movimentos sociais estava presente nos protestos e foi reivindicação realizada por parcela de jovens, principalmente daqueles vinculados ao movimento estudantil. Assim, nos protestos de 1992, se faziam presentes exigências de mudanças mais amplas no âmbito político, econômico e sociocultural brasileiro. Por outro lado, a revista *Veja* procurou construir uma concepção de manifestação carregada do significado que atendia os interesses presentes na própria revista e que, ao mesmo tempo, distanciava os manifestantes de todas as contradições historicamente presentes na realidade brasileira.

Em tais condições, um elemento que é apresentado em plano primeiro nas reportagens da revista é a quantidade de imagens mostrando a movimentação dos manifestantes nos protestos. Ao se observarem as imagens, a representação a que elas induzem é a de um movimento conduzido por um grupo específico da população brasileira, mas que a revista não denomina, se limitando a dizer que eram o povo, os estudantes etc., como se quisesse ocultar alguma presença nos protestos de 1992. Dessa forma, colocava a saída do presidente como a única pauta ou objetivo dos jovens em manifestações pelas ruas, praças e avenidas.

Ainda que estivessem presentes outros interesses no interior dos protestos, isso não foi mostrado. *Veja* apresentou outra lógica para os protestos e utilizou a imagem dos manifestantes para isso. Fabricou uma representação cheia de significados, que isolou a ação dos manifestantes do contexto ideológico historicamente presente na realidade brasileira. Era o meio para não negar a participação de determinados grupos e apresentar uma versão direcionada aos interesses privados dos proprietários da revista a partir de uma lógica de mercado neoliberal. O rótulo de Geração Shopping para os manifestantes foi utilizado para tal fim.

A linguagem jornalística da fabricação dos textos das reportagens não menciona nada sobre as imagens dos manifestantes. Entendemos que negar a presença expressiva dos jovens nas passeatas e protestos era impossível aos interesses da *Veja* e colocaria a sua credibilidade em jogo. Assim, na fabricação da notícia, a revista deixou que as imagens por si mesmas transmitissem a mensagem sobre o tipo de público presente nos protestos. E é como se a *Veja* induzisse o seu leitor a ver jovens nos protestos, as fotografias expressavam isso, mas o texto não fazia referência aos seus sentidos e significados a partir do contexto histórico em que as fotos foram geradas. Ou seja, os textos das reportagens omitiram a presença dos jovens, tanto que o termo não foi utilizado. É como se as fotografias conseguissem transmitir uma mensagem capaz de dizer tudo sobre o público dos protestos.

Assim, a revista *Veja* utilizou a fotografia enquanto material visual que captou aspectos da realidade para dizer o que foram os protestos como um todo, impondo a esses um significado no momento de fabricação da notícia. Pelas reflexões de Bourdieu (1997), reside, nesse processo, uma censura invisível - a revista oculta mostrando, ou melhor, induz pela imagem sem dizer explicitamente no texto escrito. A circulação de informações por meio das imagens fez isso, induziu a uma representação sobre os protestos e, nessa, a responsabilidade pelo resultado do *Impeachment*, que recaiu ou ficou marcado como ação única e exclusiva dos manifestantes que a revista definiu no texto escrito como povo.

Ainda que as imagens induzam o resultado às juventudes pelo fato de essa característica ter ficado na memória coletiva, *Veja* não disse uma palavra sobre eles. Não podendo negar sua presença a partir do texto escrito, o processo de ocultar mostrando foi realizado a partir de fotografias representando os manifestantes.

Esse ocultar mostrando é bastante contundente nas oito edições que separamos para apresentar o que a *Veja* fez a partir da utilização das imagens - um aspecto que demonstra intencionalidade e direcionamento na mensagem a ser transmitida. É como se os jovens, na linguagem jornalística empregada, não tivessem existido. Em tais condições, a escrita foi preterida como forma de comunicação. As imagens foram utilizadas para transmitir a mensagem, como se as fotografias tivessem condições de dizer o que foram os protestos, os anseios e as bandeiras de lutas de seus manifestantes.

A condição de luta dos manifestantes não importava aos objetivos da *Veja*. O essencial era utilizar as fotografias para reforçar nos leitores e observadores um falso realismo, porque imagens não são a realidade, mas apenas a expressão de parte dela (BARBERO, 2015). Portanto, não é ilusório afirmar que todo esse trabalho foi intencional e consciente, pois, ciente do potencial desse tipo de fonte, a revista dela se utilizou para transmitir um tipo de mensagem que, naquele contexto, vinculava e considerava interessante para os objetivos da expansão econômica sua e do país.

Todavia, o trabalho de ocultar mostrando é inerente aos meios de comunicação. Bourdieu (1997) mostrou isso ao fazer uma análise mais específica sobre a televisão. As categorias trabalhadas pelo autor ajudam a refletir e a entender o trabalho de fabricação da notícia realizado pela *Veja*. A citação a seguir, fazendo as devidas adequações ou mudando os termos, auxilia a melhor entender o que esteve por trás da ação desenvolvida pela revista.

Desejaria dirigir-me para coisas ligeiramente menos visíveis mostrando como a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é

mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, 1997, p. 24).

Ainda que o autor tenha se referido especificamente à televisão, o mesmo processo se identifica na ação realizada pela revista *Veja*. Na edição 1249, de 26 de agosto de 1992, da página 30 a 36, aparecem, constantemente, imagens do público juvenil em protesto, bem esboçando o que o Bourdieu disse.

A revista faz referência explícita não somente na capa, cujo título estampou - “O Brasil renuncia a Collor: a voz do povo chega ao congresso” -, mas também na reportagem principal, de que foi o povo quem retirou o presidente Fernando Collor do poder. Segundo a revista, teria sido a voz do povo que havia chegado ao Congresso e modificado todo o cenário em desfavor do presidente, esquecendo-se da pressão que ela mesmo fizera conforme já destacamos – tanto que, em alguns momentos, chegou a antecipar os resultados da votação em suas reportagens.

Imagem 21: Matéria de página - A voz do povo chega ao Congresso



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo, nº 1249, 26/08/1992, p. 30 - 31.

Como se verá, o significado atribuído às fotografias não configura, necessariamente, o sentido correspondente à realidade. As imagens em análise, ainda que evidenciem os protestos a favor do *Impeachment* em 1992, apresentam muitos incoerentes com o momento histórico que as produziu.

Na referida edição, *Veja* manteve a perspectiva de esvaziamento político e social da juventude. Trabalhou a perspectiva de jovens que melhor lhe agradava nos protestos, tanto que os caracterizou como estudantes, secundaristas e adolescentes. A intencionalidade da narrativa não era proporcionar visibilidade à heterogeneidade da juventude e, menos ainda, expressar os anseios dos segmentos organizados e representativos desse grupo ou dos jovens dos morros e periferias das grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, geralmente centros irradiadores para o restante do país.

Conforme sinalizamos, a imagem 21 é reveladora de elementos intrigantes e incoerentes com a realidade. Ela compõe um cenário de falsa indeterminação, mas, na realidade, induz o leitor a interpretar conforme os interesses da revista. Primeiro, a representação de plano maior apresenta uma imagem distante que não define bem o perfil dos participantes, porém deixa ao entendimento a ideia de efervescência, grandiosidade, dada a quantidade de manifestantes. Contudo, a soma das imagens deixa a característica de que o *Impeachment* do presidente pode ser entendido como exclusivamente efetuado pela vontade popular ou que teve, na ação dos manifestantes, a sua grande expressão.

Em segundo, aparecem de forma mais nítida três manifestantes jovens vestidos com camiseta preta, um deles enrolado com a bandeira do Brasil. As imagens que aparecem entre as duas também são distantes, mas se percebe a presença de jovens em atos de protestos com duas máscaras, simbolizando o enterro do presidente e de PC Farias. A disposição em que elas foram colocadas proporciona ao leitor/observador compreender a mensagem da fotografia como expressão da própria realidade.

Assim, a foto na qual os jovens apareceram com a bandeira do Brasil enrolada na cintura, com uma camiseta preta que mostra a escrita *Impeachment*, leva o leitor/observador a interpretar a fotografia sobre a multidão como sendo composta por jovens, ainda que os contextos possam ser distintos. Nesse processo de disposição das imagens, a impressão que se tem, devido aos fatos históricos, é que o movimento que resultou na saída do presidente Fernando Collor foi homogêneo, assim como suas pautas, sendo os protestos o único e exclusivo motivo para a decisão do Congresso a favor da saída do presidente da república.

Nesse jogo de coisas mais singelas e menos visíveis é que reside a censura invisível e, nela, a intencionalidade no tipo de informação que se pretende fabricar e transmitir.

Conseqüentemente, nesse movimento aparentemente despretensioso, tem-se a mensagem da população do movimento contendo, unicamente, manifestantes jovens, cujo objetivo era somente a saída do presidente. Essa possibilidade não condiz com a realidade. Ainda que a presença de jovens nos protestos tenha sido historicamente marcante, existiram outros grupos na sua formação, assim como sua classe social e outros interesses distintos.

Em terceiro, o texto utilizado seguiu o viés da indeterminação, pois aparece em letras garrafais na reportagem principal a descrição - “A voz das ruas” -, seguida pela frase - “Sem esperar pelo chamado dos políticos, o povo ocupa as ruas com o negro do luto e agora começa a resgatar o verde-amarelo da Nação” (VEJA, 1992, p. 30). Para ser coerente com as imagens, a descrição deveria ser: ‘A voz dos jovens’, mas isso comprometeria os interesses da revista e colocaria a necessidade de falar desse segmento de forma direta, objetiva e abertamente. E, definitivamente, esse não era o desejo. O que se objetivava era descrever um tipo de movimento que não afetasse os anseios comerciais ligados à abertura do mercado ao capital externo.

Na reportagem de sete páginas, os termos mais utilizados³⁷ foram *povo* e *pessoas*, com oito e seis utilizações respectivamente. O termo *estudante* apareceu quatro vezes, *adolescente* uma vez e, ainda que as imagens demonstrassem a presença de *jovens*, o termo apareceu uma única vez e de forma indireta, como se fosse dos teóricos de academia e não da revista. Assim, segundo a *Veja*, “[...]. Também disseram e garantiram que a *juventude* se tornara *apática*. Diziam tudo errado. Na semana passada, as principais cidades do país assistiram ao espetáculo do *povo* em movimento, com sua carga corrosiva de *bom humor*, *deboche* e *irreverência*” (VEJA, 1992, p. 31, grifo nosso).

Ademais, na revista, há ainda um esvaziamento do sentido político e social da *juventude*, o que constata uma contradição em uma das partes da reportagem. Uma delas está na atribuição do termo *juventude* aos teóricos da academia- na reportagem denominados os “profetas de academia” (p. 31) - que estariam errados ao formular suas teorias. O outro está na ideia que associa a *juventude* à perspectiva da *apatia*. A *Veja* não fez um comentário sobre essa perspectiva e nem um estudo profundo sobre ela e, quando isso poderia ter sido feito, ainda distorceu alguns dados já constatados por outros trabalhos de pesquisa (GROPPO, 2008).

Mais contundente é a contradição presente no trecho citado que destaca que ocorrera a tomada de ruas e praças protestando a favor do *Impeachment*. A *Veja* afirmou que a ação dos jovens em protesto tinha sido o espetáculo do povo e não mais das *juventudes*, como as

³⁷ Nas sete páginas de reportagem, foram utilizadas 16 fotografias expressando os manifestantes.

imagens demonstram. Melhor dizendo, as tentativas de apagamento desse segmento no texto é latente e aparece nas demais reportagens realizadas sobre o assunto. Portanto, elas podem ser caracterizadas no todo como uma estratégia utilizada pela revista, ainda que contraditória em relação ao ocorrido. Desse modo, a *Veja* distorceu aspectos da realidade, como se constata na citação, atribuindo-lhes uma nova versão conforme os seus interesses de classe.

Assim, seguindo a linha de distorcer a realidade, a *Veja* atribuiu o caráter corrosivo, bem humorado, debochado e irreverente como sendo o do povo e não especificou que essas características eram de uma parte específica desse povo denominada jovens, juventudes. Trabalhos sobre os jovens em protesto em 1992, como o realizado por Groppo (2008) com base nos noticiários da *Folha de São Paulo*, mostram exatamente o contrário e atribuem a irreverência e a forma de ser das manifestações à presença numericamente superior do público juvenil - as passeatas tinham a cara dos jovens. Somente a linguagem da *Veja* não reconheceu essa participação e, sem a possibilidade de negá-la, distorceu os fatos, censurou mostrando.

O quarto aspecto reforça a intencionalidade da tentativa de indeterminação a partir da utilização da fotografia. De forma intencional, todos os elementos passíveis de gerar confusão proporcionam exatamente o reforço de determinação de uma mensagem a ser transmitida. Isso pelo fato de que “A voz das ruas”, conforme descrita, poderia ser a dos jovens, do povo. Mas a definição de quem teria sido o público dos protestos não ocorreu por parte da revista. Assim, a voz das ruas pode ser de todos, inclusive da oportuna revista, que se colocou na condição de impor sentido à fabricação de um tipo de notícia que se apresentava como a própria realidade e não a sua interpretação.

Quando se lê a mensagem “A voz das ruas”, automaticamente ela é associada aos jovens. Portanto, o recurso à indeterminação na utilização da fotografia auxiliou a revista, naquele momento, a impor um tipo de sentido que lhe agradasse na fabricação da realidade a partir das imagens.

Nessa censura invisível, a *Veja* não resgatou a memória dos “caras pintadas”, diferentemente de outros meios de comunicação que utilizaram o termo (Groppo, 2008). Também não fez menção a esse termo nas reportagens que realizou sobre os manifestantes. Ainda assim o arbitrário cultural se impôs pela força de sua legitimidade e prestígio.

Portanto, na direção que temos apontado, nada de significativo foi permitido que as reportagens dissessem sobre a presença do público juvenil nos protestos. O que os jovens de fato almejavam, seus anseios e suas preocupações com o país não foram consideradas. Mas a revista soube rotulá-los como “Geração Shopping”, induzindo que as juventudes se resumiam

a passeios nesses espaços – sem dizer, inclusive, que somente uma pequena parcela dessa juventude poderia ser incluída nesse rótulo: principalmene os jovens de classe média e alta, aqueles com poder de consumo. Assim, a heterogeneidade das juventudes não foi mostrada e a *Veja* tinha subsídios para isso. Mas sua opção não foi essa. A amplitude do que eram as juventudes no país em 1992, suas expectativas, dados quantitativos, nível de escolarização, diferenças socioeconômicas etc., nada disso foi mostrado nas reportagens realizadas pela revista. Ao que tudo indica, a *Veja* buscava fabricar uma concepção de juventude que dialogasse com a lógica de mercado e, simultaneamente, validasse a revista como a interlocutora nesse movimento.

A imagem 22, a seguir, é bastante categorica em relação a esse objetivo.

Imagem 22: Geração Shopping Center



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo, nº 1256 de 07/10/1992, p. 32-33

A imagem 22 acima foi publicada na edição 1256, do dia 07/10/1992. Tem na capa a foto do presidente Itamar Franco, seguida pelo título “Início pífio” em referência à montagem da nova equipe de governo. O fato de ter aparecido justamente nesse contexto não foi à toa. A imagem é uma espécie de ‘homenagem’, ‘agradecimento’ da ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers) aos responsáveis pela saída de Collor.

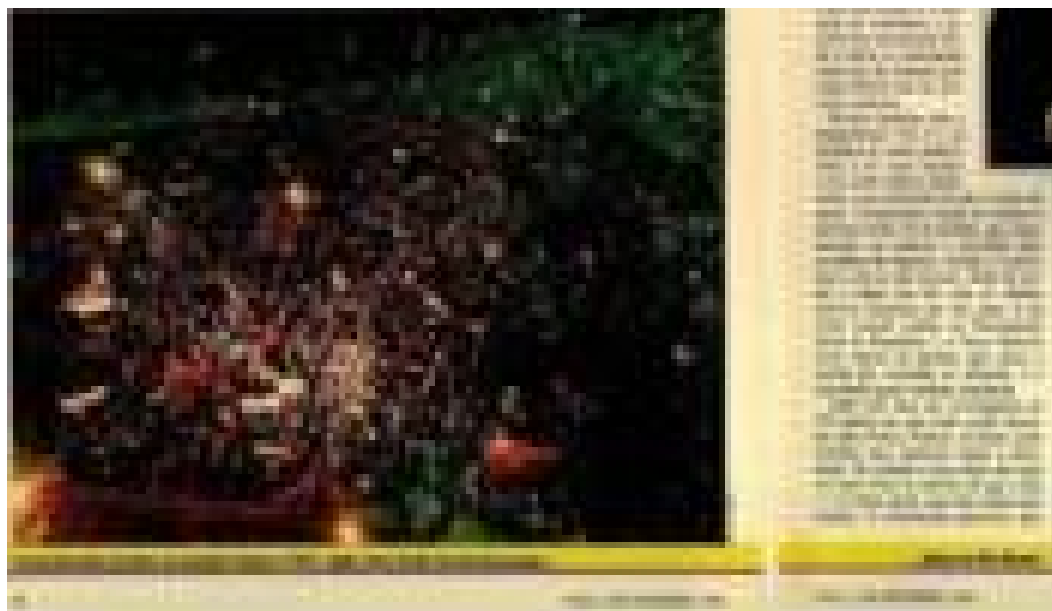
No entanto, de forma contraditória e dissimulada, ela demonstra o reconhecimento da ação dos jovens nos protestos, mas permanece homogeneizando-os a partir do rótulo Geração

Shopping Center. Independentemente do ocorrido, o consumo no interior desse público deveria permanecer - a lógica de mercado exigia isso e a ideia de uma juventude igual era fundamental enquanto rótulo de caracterização, ainda que o consumo entre eles fosse distinto.

Emblemática também foi a reportagem das páginas 18 a 28, da edição 1250. Nas dez páginas, explicaram-se os trâmites e as sutilezas políticas possíveis para o *Impeachment* do presidente, as estratégias de Collor para escapar da condenação e as hipóteses jurídicas para sua condenação ou não. Cinco imagens visuais sobre a multidão em protesto foram apresentadas ao longo da reportagem, mas nenhuma referente a elas ou às demais entidades representativas de classe que estiveram no movimento, exceto uma nota sobre os partidos políticos abaixo da imagem 23 a seguir, que dizia: “Convocada pelos partidos de oposição (exceto o PDT), vigília cívica do Rio de Janeiro foi bem humorada” e “... dança na Rio Branco” (*Veja*, n 1992, p. 26).

Isto é, novamente a evidência de que havia a organização de partidos políticos. Mas a *Veja* simplesmente os ignorou nas reportagens realizadas, bem como o fez com a ação dos jovens, conforme temos demonstrado.

Imagem 23: Matéria de página – O caminho das pedras



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo, nº 1250, 02/09/1992, p. 26-27

A reflexão de Barbero (2015) acerca do controle dos sentimentos divorciados da cena social, que se interiorizam e passam a configurar a cena privada, auxilia a pensar o trabalho efetivado pela revista, pois ambos são bastante semelhantes. Ao utilizar as fotografias, *Veja* não negou a participação popular, mas, no que diz respeito aos jovens, esses foram isolados

do contexto social mais amplo, tanto que a revista não fez referência a eles. Não utilizou o termo jovem para caracterizar o público dos protestos.

A utilização de tais recursos para a manipulação velada induz a uma interpretação privada do movimento, cria uma realidade distinta dos fatos. Ou seja, é como se a voz das ruas, do povo, em sentido genérico, tivesse, exclusivamente, o objetivo de retirar o presidente. Assim, os interesses públicos no sentido da coletividade contidos nos protestos, principalmente as excludentes medidas socioeconômicas do governo defendidas pelo movimento juvenil, cujo objetivo era tentar frear as incursões da política neoliberal no país, ficou subsumido e reduzido à moralização da política, da qual a saída do Presidente seria a solução.

Imagem 24: Matéria de página – De volta as ruas



Fonte Revista *Veja*, São Paulo, nº 1253 de 23/09/1992, p. 30-31

Imagem 1. O Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo, na sexta-feira: palanque eclético e multidão de 300 000... pessoas sem metrô de graça

Imagem 2. Passeata de estudantes em Curitiba: maior que o comício das diretas

Imagem 3. A manifestação de terça-feira no Rio: 30 000 pessoas em passeatas de Candelária a Cinelândia

Na imagem 24, acima, aparecem três subtítulos, destacados logo abaixo de cada uma das imagens. Essas merecem destaque por apresentarem uma estimativa do número de participantes nos protestos. O outro elemento é que eles não se concentraram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro: as ondas de indignação e protesto se espalharam por outras

idades. Em um dos subtítulos, aparecem passeatas de estudantes e, nos outros dois, esses foram caracterizados como pessoas. Ou seja, a perspectiva de indefinição permanece quando se trata de definir quem era o público dos protestos.

A *Veja* era uma das grandes interessadas na saída do presidente Fernando Collor de Mello à medida que a instabilidade no seu governo colocava em risco os interesses privados a partir da abertura de mercado via modelo político neoliberal. Assim, escamoteou seus interesses privados no discurso de moralização da política, forjando uma narrativa que intensificava a saída do presidente como único desejo dos manifestantes. Para tanto, o movimento precisava ser homogêneo e “espontâneo”, bandeira que a revista *Veja* encampou com muita força, justamente para não vincular os jovens em protestos com as entidades representativas mais amplas, os partidos políticos também presentes nas manifestações.

Na imagem 24, a fotografia 3 denota esse tipo de ação, mostrando os estudantes nos protestos mais uma vez sem nenhuma referência de quem eram. Tampouco se falou da presença de grupos ligados a entidades representativas, como a Ubes, PT, Movimento de Mulheres, mais visíveis por meio de suas bandeiras e um aspecto da heterogeneidade dos manifestantes.

É como se a revista desvirtuasse a ação dos manifestantes, desconsiderando a presença das diferentes entidades representativas. A imagem 25, a seguir, expressa também essa intencionalidade de desvirtuar o sentido dos protestos.

Imagem 25: Matéria de página – Na trilha do falso



Fonte Revista *Veja*, São Paulo, nº 1251 de 09/09/1992, p. 34

A fotografia da imagem 25 mostra a presença de manifestantes e de entidades representativas no dia do pedido de *Impeachment*. A *Veja* se limitou a dizer que era “a voz da

rua”, como se rua bastasse para dizer quem eram os manifestantes. No entanto, a fotografia foi uma das formas que ela empregou para pressionar os parlamentares naquele momento, caso eles sinalizassem algum apoio ao presidente. Portanto, quando necessário, usou as imagens dos manifestantes, num oportunismo de transmissão de mensagens.

Reside na construção dessa notícia o processo que Bourdieu (1997) destacou, e de que já anotamos aqui, como sendo o de ‘ocultar mostrando’. Assim, o texto da reportagem que acompanha a imagem 25 falou sobre a ida do presidente à televisão para se defender das acusações e sobre a votação no Congresso pedindo o *Impeachment*. Ou seja, nada sobre os manifestantes e as entidades representativas de classe. A identificação das bandeiras na fotografia não está bem definida: são necessárias atenção e calma para se perceber que se trata da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores). A situação se repete na imagem 24 e isso não é coincidência, pois a fotografia, além de ser um recorte, passa por seleção.

A utilização de Bourdieu (1997) sobre a censura invisível, na qual os meios de comunicação comercial ocultam mostrando, está fortemente presente aqui e ajuda a tensionar o processo de construção da reportagem realizado e os interesses que estão por detrás dela. Assim, pela análise da imagem 25 e da legenda destacando a manifestação, a revista desenvolveu uma censura no instante em que se apropriou da fotografia como forma de apresentar a existência de manifestantes. Porém, faz isso com um caráter minimalista, pois reduz o movimento e o seu público como simplesmente a voz das ruas.

As fotografias utilizadas auxiliaram a revista na fabricação de um tipo de manifestação desvinculada do seu real público e dos acontecimentos recentes, o fim da ditadura e as ‘Diretas Já’. Era como se um novo movimento de “jovens estudantes” tivesse surgido, sem ligação alguma com a história recente do país.

Imagem 26: Matéria de página – A epopéia de Ulysses



Fonte Revista *Veja*, São Paulo, nº 1254 de 30/09/1992, p. 28-29

A imagem acima é da edição 1254. A reportagem possui quatro páginas e foi denominada “A Epopéia de Ulysses”. A foto foi colocada ao final, em destaque, bem no meio, entre as páginas 28 e 29, e não faz menção significativa aos manifestantes que nela aparecem, inclusive a fotografia era de uma manifestação na Bahia, acontecida em dias anteriores e não no momento da votação do *Impeachment*. O que demonstra que a *Veja* fez uma manipulação com as imagens para dar legitimidade à mensagem que buscava transmitir. A composição do público em protestos não foi sequer mencionada. A maneira como os manifestantes foram fotografados deixou a impressão de algo grandioso numericamente, possivelmente uma forma de indicar que o “povo” esteve unido para retirar o presidente.

Imagem 27: Matéria de página – A vitória do povo



Fonte Revista *Veja*, São Paulo, nº 1255 de 30/09/1992, p. 24-25

Na reportagem da edição 1255, imagem 27 acima, foram utilizadas doze imagens visuais relacionadas às ondas de protestos e nelas ficou nítido o perfil de seus manifestantes. Os jovens aparecem nas imagens como protagonistas. No entanto, nenhuma descrição sobre eles foi realizada ou lhe foi atribuído qualquer tipo de atenção no texto da reportagem. Essa realça a reviravolta nos trabalhos de apuração da CPI, com os depoimentos do motorista e da secretária de Collor, e atribui ao povo a responsabilidade pela mudança de rumo e pelo basta à possível impunidade que rondava a investigação sobre a corrupção no governo.

A referida imagem ainda indica uma contradição do período. Há uma fotografia que não corresponde ao evento indicado pela revista. É o caso da fotografia menor, à esquerda, na parte superior. Ela se refere aos alunos do Colégio São Vicente de Paula, onde Collor havia estudado, mas a manifestação era de outra ocasião. A mesma imagem foi utilizada na capa da edição 1248 de 19/08/1992 (ver imagem 31) e ali não se falou em domingo negro. Ocorreu movimento semelhante com a fotografia que representa os jovens do Recife. A *Veja* usa imagens de eventos de dias distintos, associando-as em uma mesma edição e evidencia como sendo do dia 16 de agosto, o chamado domingo negro.

Em outra fotografia, na mesma página, aparece uma faixa com a escrita bem nítida: “A imprensa denuncia, a CPI apura e o povo derruba”. Ela é sintomática dos interesses

presentes na utilização das fotografias: a faixa não apareceu de maneira aleatória, mas por conta da intencionalidade de atribuir à imprensa o caráter de neutralidade, além de reforçar que ela fez (e faz) um trabalho isento e a serviço dos interesses da nação, ou do povo, como a própria revista se referiu de forma genérica. As imagens apresentam uma falsa neutralidade ao induzir o leitor/observador a interpretar a ação representada nas fotografias conforme os interesses privados da sua editoria.

A fotografia a seguir, imagem 28, foi retirada da edição 1256 veiculada após a conclusão do *Impeachment*. Na reportagem, a *Veja* recorreu a princípios da obra de Maquiavel para fazer a relação entre ética e política como forma não de justificar algumas ações do presidente Fernando Collor, mas, sobretudo, para lembrar à população alguns daqueles deputados que não votaram a favor do *Impeachment*.

Imagem 28: Matéria de página – Nas assas da ética



Fonte Revista *Veja*, São Paulo, nº 1256 de 07/10/1992, p. 55

A impressão que se tem é que o sentido da reportagem se parece mais com uma espécie de acerto de contas da *Veja* com os parlamentares contrários a saída do presidente, usando, para tal, a ética em Maquiavel para falar de moralidade. Nesse processo, associou o *Impeachment* como sendo um daqueles momentos de o eleitor apreciar a conduta ética dos políticos. Era o recado aos parlamentares. Mais uma vez, a revista reportava o resultado do *Impeachment* à questão moral e não à política, colocando-o como sendo uma ação única e exclusiva da vontade popular.

A revista usou, especialmente, a fotografia acima, imagem 28, para mostrar o movimento denominado à época de Ética na Política. Porém, nenhuma referência lhe foi feita: nada se falou sobre sua composição, bandeiras, anseios e objetivos pretendidos. Portanto, a

interpretação sobre o que cada uma das imagens utilizadas representou, individual ou coletivamente, ficou para o leitor, não sem antes ocorrer a censura invisível imposta pela ação da revista, que ocultou mostrando e, de certo modo, reinterpretando os fatos ocorridos num processo de fabricação da realidade que mais atendia os seus interesses do que propriamente os da nação.

Ainda, a característica de espontaneidade atribuída pela *Veja* aos jovens em protestos, denominados de *secundaristas*, categoria que utilizou bastante, assim como *estudantes*, serviu para atribuir significado e caracterizar um tipo de narrativa sobre as juventudes em protestos, destituída de cunho político e conforme aos interesses da própria revista. Por isso, a perspectiva de homogeneidade é incoerente com a realidade. As imagens foram uma das formas de induzir o leitor/observador a entender que foram os manifestantes os responsáveis pela saída do presidente Fernando Collor de Mello.

A fotografia a seguir, imagem 29, é a expressão da contradição de significado atribuída pela revista às manifestações juvenis.

Imagem 29: Matéria de página - O Brasil renuncia a Collor



Fonte Revista *Veja*, São Paulo, nº 1249, 26/08/1992, p. 32 - 33.

Observando a fotografia acima, é possível verificar a heterogeneidade dos participantes nela retratados. É histórico que a presença numérica do público juvenil foi significativa. O que se questiona não é se houve presença ou ausência de jovens, mas o fato de que essas diferenças na composição do movimento não receberam destaque em momento algum por parte da revista, ainda que ela tenha salientado, na reportagem, uma imagem que denote esse contraste. Isso configura uma estratégia de censura invisível, justamente para não mostrar os outros participantes, as entidades representativas, os partidos e sindicatos. Para esses, as fotos são panorâmicas.

A notícia é uma fabricação carregada de objetivos e intenções. Assim, a revista *Veja* utilizou as fotografias não como meras ilustrações, mas como recurso para atribuir veracidade aos fatos. Conhecedora do potencial que a imagem provoca no leitor/observador, ela sabia o que estava fazendo e não hesitou em usar essa estratégia. Isso porque imagens não bastam em si mesmas. Ainda que transmitam uma mensagem, elas necessitam ser tensionadas, explicadas ou, no mínimo, associadas ao contexto histórico em que foram produzidas, e isso não foi efetivado pelas reportagens.

Outro aspecto contundente é pensar nos limites imprimidos àquele que utiliza o suporte técnico, a máquina fotográfica, para capturar as imagens do real (LUPORINI, 2005). Assim, na imagem 29, ao aparecer o grupo de manifestantes segurando cartazes e faixas, não se observa a presença daqueles que faziam referência às entidades representativas: movimento estudantil, partidos políticos, organização sindical etc. É como se as manifestações e protestos estivessem surgido naquele momento e, portanto, sem nenhum vínculo histórico com movimentos sociais anteriores, com importantes lutas e demandas sociais no país.

Desse modo, a *Veja* fabricou uma narrativa sobre os protestos e seus manifestantes, os jovens, distante da realidade que eles enfrentavam no momento. As imagens denotam a presença dos jovens, mas a revista não diz nada sobre eles. Sendo mais coerente: as entidades representativas de modo geral e os jovens em particular parece que não existiram para a revista no *Impeachment* de 1992.

De movimento mais combativo³⁸, com pautas econômicas, ligadas à implantação do neoliberalismo, aos direitos sociais e a ampliação da cidadania, oriundas dos avanços da Constituição de 1988, a *Veja* o reduziu, em suas páginas, à saída do presidente da república e imputou não somente o desejo como também o resultado à ação dos manifestantes que a revista destacou genericamente, em alguns momentos, como povo.

Daí que, nessa linguagem jornalística, as categorias de homogeneidade e espontaneidade para caracterizar a ação dos estudantes nos protestos, porque elas auxiliavam a escamotear a presença de grupos e de exigências distintas, dentre elas a redução das desigualdades sociais e dos privilégios.

Um aspecto que contribuiu para a centralidade do *Impeachment* foi o fato de que muitos jovens participantes não estavam vinculados a entidades representativas de classe, conforme destacou Groppo (2008). Mas também é fato que as ações dos jovens não eram unânimes entre eles. Havia aqueles cujas reivindicações se vinculavam à histórica ação de

³⁸E movimento com vinculação histórica a movimentos anteriores, como as lutas pela redemocratização com o fim da ditadura, a campanha pelas 'Diretas Já' e a efervescência presente na transição entre as décadas de 1980 e 1990. Tudo isso é inegável, exceto pela interpretação da revista *Veja*.

movimentos sociais do país e, naquele contexto, a grande pressão era sobre as excludentes medidas socioeconômicas do governo. No entanto, isso não era do interesse privado da *Veja*. Cumprindo a sua função de meio de comunicação, inclusive com caráter educativo, a revista distorceu a narrativa sobre o movimento e apresentou a sua versão como legítima.

A maneira como expôs as imagens é como se as juventudes estivessem, simultaneamente, presentes e ausentes do movimento. Enxergá-las na sua amplitude, nas páginas da *Veja*, é complexo. Daí a materialização do ocultar mostrando.

A revista seguiu nesse jogo até quando a necessidade de pressionar os parlamentares apareceu. Aí, a *Veja* não hesitou em usar suas páginas para tal. As imagens dariam legitimidade ao seu trabalho. Mas isso não foi efetivado de forma aberta ou escancarada, pois o princípio da neutralidade e da isonomia precisava ser mantido como forma de manutenção de sua legitimidade e prestígio. Assim, velando suas intenções privadas, recorreu às manifestações estrategicamente: sempre se referindo aos manifestantes de forma genérica, apresentando termos como *povo*, *secundaristas*, *estudantes*, *população* etc. Contraditoriamente, se pôs na condição de porta-voz do povo, mas garantiu seus interesses em detrimento dos da nação.

Na narrativa criada pela *Veja*, o presidente Fernando Collor de Mello foi o tempo todo rechaçado. Nenhum artifício escapava se auxiliasse esse trabalho. Assim, nem o Colégio onde ele estudou, que, em tese, deveria apresentar-se orgulhoso de ter formado um presidente da República, escapou dos holofotes da revista, que se utilizou de imagens dos jovens estudantes desse Colégio para dar veracidade à mensagem que buscava transmitir. Ainda que a fotografia fosse confusa e em nada se relacionasse com a reportagem desenvolvida. A mensagem transmitida era a de que os alunos do Colégio São Vicente de Paula tinham vergonha daquele que era para ser o seu aluno mais ilustre.

A imagem 30, a seguir, da edição 1248, é um bom exemplo dessa ação desenvolvida pela *Veja*.

Imagem 30: Matéria de página – Alegria, alegria



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo, nº 1248, 19/08/1992, p. 22-23

Nessa imagem, destacamos a página inteira, pois a diagramação utilizada é intrigante. Observa-se que o Presidente Fernando Collor, já bastante desgastado pelas acusações sofridas com as revelações de seu irmão Pedro Collor, foi colocado à esquerda, com a seguinte legenda: “O discurso aos taxistas: vamos dar um basta”. A foto denota uma expressão de severidade e irritação com as acusações sofridas. Era esse o sentido do discurso aos taxistas.

Ainda nessa perspectiva da diagramação, os manifestantes foram destacados em posição central na página, mas a impressão que se tem é de que são duas fotos distintas usadas como uma só - o que configura uma intencionalidade da revista: pode induzir o leitor/observador a compreender a centralidade e a importância da manifestação no *Impeachment*. Porém, a fotografia não expressa nitidamente o que os jovens estão fazendo. *A priori*, pelo contexto de manifestações da época, a intenção da *Veja* era demonstrar uma ação de protesto e questionamento contra os atos do presidente, o que seria normal em um contexto de efervescência e indignação social.

A fotografia, à primeira vista, pode parecer simples ou óbvia ao ser associada ao contexto que a gerou. Ou seja, jovens de mãos dadas e na rua estão fazendo algum tipo de protesto. A questão, no entanto, é justamente a suposta indefinição de sentidos ou a intencionalidade em manter a dúvida e a ausência de explicação. A frase abaixo da imagem nada descreve ou diz sobre ela. Limita-se em dizer o seguinte: “Alunos do colégio São

Vicente... a escola que Collor frequentou” (VEJA, 1992, p. 22-23). Até aqui, a suposta confusão dá lugar à simplicidade da representação de estudantes protestando. No entanto, a matéria se iniciara na página 18, sob o título “Alegria, alegria”, em referência à música de Caetano Veloso, trilha da minissérie Anos Rebeldes. Ou seja, uma insinuação que colocava os manifestantes na condição de centralidade, como se uma revolução estivesse prestes a ocorrer no país.

O subtítulo de Alegria, alegria [...] apontava: “Enquanto os governistas trocam favores, com humor e objetividade, a rebeldia adolescente toma as ruas pedindo a saída do presidente” (VEJA, 1992, p. 18). As supostas confusão e ausência de sentido da fotografia começam a se explicitar. A referência que a *Veja* está fazendo é a adolescentes e não jovens. Ela poderia passar despercebida, mas nela reside a intencionalidade de ocultar mostrando. A imagem mostra um tipo de público, mas a não associação desse ao termo jovens - oculta a sua presença, ainda que faça referência à minissérie.

Conforme se vem apontando, ocultar mostrando a presença e ação das juventudes era explícito e se justificava no fato de que, ao fazer isso, a revista estaria reforçando ou atribuindo visibilidade aos movimentos e à sua discordância das medidas socioeconômicas do governo, vista por esses movimentos juvenis como excludentes e nocivas à população brasileira.

A intenção da *Veja* era a de não dialogar com essa categoria e isolar, ao máximo, as suas ações nos protestos. Mesmo quando a revista usa a categoria *estudante*, ela não se refere ao movimento estudantil.

Imagem 31: Capa - Anjos rebeldes



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo, nº 1248, 19/08/1992.

Transcrição do exto à esquerda: Secundaristas do Colégio São Vicente de Paula, o mesmo onde Collor estudou

Essa fotografia, cuja capa teve como título *Anjos Rebeldes*, foi uma edição da revista dedicada à ação dos jovens em protesto. Entretanto, conforme já ressaltado, nenhuma referência foi realizada sobre juventude. A analogia do título com a minissérie *Anos Rebelde* da Rede Globo é um indicativo de uma contradição e mais uma tentativa de induzir à centralidade a saída do presidente. Ainda que o termo *Anjo* do título, assim como *adolescentes* e *colegiais* possam ser associados à pouca idade da maioria dos participantes, como pode ser observado na imagem, o contexto dessa é bem distinto daquele esboçado na imagem 30. Mesmo quando se refere ao público do Colégio São Vicente de Paula.

Observando a imagem 31, verifica-se que os *colegiais* caminham por uma rua em que há espaços vazios ao fundo e nas laterais. Os cartazes levantados dificultam enxergar mais nitidamente a parte posterior da rua. A percepção é de um grupo pequeno que a revista denominou, genericamente, de *colegiais*. Mas não importava que o grupo fosse pequeno desde que houvesse relação com o presidente, já destacado a partir da análise da imagem 30.

A utilização das imagens 30 e 31 foram mais uma forma de a *Veja* ocultar mostrando, agora com a denominação de *colegiais*. Ao se esquivar do termo juventude, associou a ação dos *colegiais* ao sagrado (*Anjos*), proporcionando maior legitimidade e ênfase de que estava nas mãos dos *Anjos da classe média alta* a salvação do Brasil, dado o público do Colégio São Vicente de Paula, instituição privada e tradicional da cidade do Rio de Janeiro. O realce a eles

na capa da revista não foi desinteressado ou desprezioso. Era justamente a escola em que o presidente havia estudado.

Há outros indicativos que corroboram essa perspectiva de censura invisível. Na reportagem principal da edição 1248, intitulada “Alegria, alegria: enquanto os governistas trocam favores, com humor e objetividade a rebeldia adolescente toma as ruas pedindo a saída do presidente” (VEJA, 1992, p. 18), foram seis páginas dedicadas à presença dos jovens nos protestos e, em nenhuma delas, os termos *juventude*, *jovens* ou *movimento juvenil* apareceram de forma direta. Os termos usados foram: *adolescente*, *alunos*, *estudantada*, *estudantes*, *estudantis*, *garotada*, *garotos*, *meninas*, *meninos*, *normalistas*, *secundaristas* (VEJA, 1992).

É também controversa a maneira como os protagonistas da reportagem são abordados. Logo no início, no subtítulo da reportagem principal, aparece o termo *adolescentes* como indicativo dos jovens a serem avaliados pela revista. As seis páginas dedicadas à ação deles dividiu espaço com as imagens visuais em que é nítida a presença do público juvenil. Ela foi tão significativa nos protestos que rendeu uma capa da revista e mais seis páginas, o que nos faria presumir que, em tese, seria para descrever sobre a ação desses jovens, seus desejos, anseios, objetivos. Mas nada de significativo foi falado ou pôde ser dito (BOURDIEU, 1997).

No texto da reportagem “Alegria, alegria [...]”, também a linguagem jornalística recorreu aos mais variados nomes para se referir ao público que foi maioria nos protestos. Termos como *meninos* e *meninas*, *estudantes*, *secundaristas* apareceram ao menos duas vezes. *Garotada* predominou, pois foi utilizado seis vezes. Outras denominações também apareceram pelo menos uma vez: *adolescentes*, *estudantes*, *alunos*, *normalistas*, *estudantada*.

Contraditoriamente, mas indicando uma intencionalidade, em toda a reportagem os termos *jovens*, *juventude* ou *juvenil* não foram empregados de forma direta. A revista não se refere ao público nos protestos como sendo de jovens. Eles aparecem esporadicamente na reportagem, como fala de alguém, não uma opinião, ponto de vista, ênfase ou reconhecimento desse segmento nos protestos por parte da revista, como já salientado. Da forma como foi fabricada a notícia, o termo *jovens* e a heterogeneidade que ele abrange a partir das outras e constantes ações de movimentos juvenis bem como a herança de lutas sociais e de contestação no país frente aos poderes estabelecidos foram descaracterizados.

Nessa direção, as ações da manifestação cívica e ordeira se legitimaram como essenciais e importantes para o futuro do país; já os jovens vistos como radicais eram representantes da esquerda ultrapassada e retrógrada - um processo de censura invisível (BOURDIEU, 1997). De um lado, as entidades representativas de modo geral e os jovens a

elas vinculados precisavam ser ocultados pela narrativa fabricada; de outro, excluir sua presença seria colocar em risco a credibilidade da revista. A estratégia, então, foi a de ocultar mostrando.

A fotografia da imagem 30 que, de início, dá a impressão de ser confusa, se complementa com a imagem 31, expressando um duplo sentido que associa, mais uma vez, a ideia de reconhecimento e negação simultânea da participação dos jovens. Dependendo dos interesses em jogo, um tipo de juventude, preferencialmente a desvinculada dos movimentos juvenis, era apresentado como *Anjos*, condutores da revolução necessária ao Brasil.

Para outro grupo de jovens, os vinculados às entidades representativas, cujas pautas geralmente estavam associadas às transformações estruturais e à crítica às excludentes medidas socioeconômicas do governo eram fortes, o estigma da rebeldia era logo manuseado e esse tipo de jovem, mesmo presente nos protestos, não servia aos interesses privados da classe proprietária da revista e, nessas condições, rapidamente precisavam ser combatidos, negados, ocultados ou esquecidos.

Uma das formas utilizadas pela *Veja* para realizar essa descaracterização foi o isolamento desses grupos do contexto social e a sua desvinculação à história dos movimentos sociais. Essa tentativa de apagamento da pluralidade, efervescência e historicidade às quais os jovens estavam vinculados constituiu uma realidade social distante dos embates travados. Tanto que, outra vez mais, nenhuma referência às imagens foi realizada pela revista *Veja* nas sete páginas de reportagem da edição 1248, exclusiva dos *Anjos Rebeldes*. Em outros termos, nada de significativo sobre as juventudes pôde ser falado nas páginas da *Veja*, mesmo que se entenda que elas estiveram lá presentes, embora de forma efêmera.

As perspectivas analíticas de Burke (1994) ajudam a entender a ação dos meios de comunicação comercial: um trabalho de enorme amplitude somente pode ser realizado por uma maquinaria pesada de propaganda. A revista *Veja* era parte dessa maquinaria e reunia as condições necessárias para a fabricação de sentidos, pelo seu prestígio, legitimidade, estrutura, inclusive aporte financeiro. A *Veja* se colocou como intérprete da realidade e aquela que fabricava o seu sentido.

Entretanto, considerando que essa fabricação não é isenta de significados e que toda forma de comunicação é intencional, principalmente para aquele que a profere, a edição de número 1248, de 19 de agosto de 1992, foi a única que deixou explícito que se dedicaria a falar, especificamente, das juventudes em protesto³⁹. Assim, apresentou na capa a imagem de jovens na rua, com cartazes criticando o presidente da república. No entanto, essa capa é

³⁹Outras seis edições da revista *Veja* possuem reportagens que, indiretamente, versaram sobre os protestos e manifestações. São elas as de número 1249, 1250, 1251, 1253, 1254 e 1255.

contraditória e levanta a necessidade de se pensar que a intencionalidade precisa se constituir em linguagem relevante para atingir mais eficazmente os objetivos desejados (BOURDIEU, 2019).

Nessa ação da revista reside a tentativa de apagamento de uma herança e a construção de outra perspectiva para os segmentos juvenis do Brasil. Assim, o sentido político e a carga histórica de luta que eles representavam naquele momento para o país foi descaracterizada, colocada no limbo. A *Veja* não negou a participação (e nem poderia) desses segmentos nos protestos, mas operou o recurso à censura invisível, efetuando a possibilidade de forjar uma perspectiva homogênea de juventude, denominada, na reportagem, de *garotada*.

Em suas páginas, se a *Veja* tentou reconstruir a história, ela mais se colocou como responsável pela sua construção. Assim, quando aparecem os termos *jovens* ou *juventude*, aparecem a partir da fala de outro. Ou seja, um trabalho de editoração é feito para atender a certos interesses. Um bom exemplo dessa perspectiva foi o manuseio que a *Veja* fez da fala do ator da minissérie Anos Rebeldes, Stepan Nercessian. Ele não era o personagem principal, mas, segundo a revista, esteve presente nos movimentos juvenis de maio de 1968, que a *Veja* denominou, na reportagem, de *rebeldia*⁴⁰ de 1968. Eis a fala do ator: “É bom saber que estou influenciando a *juventude*, ao mesmo tempo que sou influenciado por essa mesma *juventude*” (VEJA, 1992, p. 20, grifo nosso).

Na edição “Alegria, alegria: a *rebeldia juvenil* está de volta, juntando mauricinhos e militantes, skatistas e *esquentados*” (VEJA, 1992, p. 18, grifo nosso), o termo *esquentado* pode-se juntar à *rebeldia*: é como se a juventude fosse apresentada como algo nocivo, daí os termos. Por outro lado, *garotada*, *colegiais*, *estudantis* e etc., apareceram com valor diferenciado.

Em outra parte da reportagem da edição 1248, a referência a *jovens* apareceu numa fala de um ex-presidente, mas essa associação pejorativa feita pela *Veja* para os eventos de 1992 se manteve, ainda que a colocação tenha sido sobre outro momento histórico. O trecho é o seguinte: “as manifestações dos *jovens* mostraram apenas o nariz daquilo que Juscelino Kubistchek chamava de “o monstro” (VEJA, 1992, p. 21, grifo nosso). O *monstro* a que a revista se refere como sendo a fala do presidente eram o povo e a sua indignação com os poderes instituídos.

Em 1992, na onda de protestos a favor do *Impeachment*, a juventude era a grande expressão numérica. Sua irreverência, heterogeneidade e forma de questionamento também

⁴⁰Nas poucas vezes que em aparece o termo juventude ou algo similar nas reportagens, a *Veja* os associa à rebeldia em mais uma tentativa de descaracterizá-lo. Na realidade, parece ser o movimento juvenil organizado que a revista quer associar à perspectiva de baderna, ausência de ordem ou de movimento não pacífico.

chamaram a atenção. Mas o indicativo *jovens* não era operado nas páginas da *Veja* e a edição 1248 corrobora isso, tanto que recorreu à metáfora do *monstro*. Ou seja, a revista ocultou mostrando os jovens, e os vários termos utilizados no texto da reportagem serviram para isso, inclusive a forma genericada ‘povo’ que ela buscou de um ex-presidente para legitimar sua ação escamoteadora.

Assim, a vinculação dessa ‘nova geração’ não foi diretamente elaborada pela revista com os movimentos juvenis de maio de 1968, ou com os movimentos mais recentes da história do país, como as Diretas já, mas com os jovens apresentados na minissérie Anos Rebeldes da Rede Globo de Televisão. Nessa direção. A *Veja* sublinhou que “tanto no Rio, quanto em São Paulo, as marchas pela juventude refletiam os Anos Rebeldes” (*VEJA*, edição 1992, p. 19). Portanto, manteve-se a tradição que expressa a representação de jovens como contestatória, combativa e buscando a mudança para o país em moldes diferenciados.

Analisando as reportagens e percebendo como a linguagem da revista foi fabricando a notícia, entende-se que a mensagem foi transmitida na direção de que as juventudes estiveram presentes e ausentes simultaneamente. Presentes para o leitor que via as fotografias sobre os jovens em protestos, mas ausentes no texto à medida que nada de substancial era escrito sobre elas. Sendo a notícia uma fabricação que não é neutra, reside na narrativa uma intencionalidade que forjou um tipo de ação para os jovens em protesto.

Assim, nessa edição a eles dedicada, praticamente nada de significativo foi intencionalmente falado. Tanto que, na quantidade de termos utilizados nas sete reportagens das revistas analisadas nesta seção - *jovens, juvenil* etc. -, é o que menos aparece, conforme se verifica no quadro 1, a seguir. Esse é um aspecto que auxilia a compreensão da intencionalidade da *Veja* em não contemplar as juventudes na narrativa utilizada

Quadro 1 – Temos mais utilizados nas reportagens sobre os propostos no ano de 1992

Edição/palavras	1248	1249	1250	1251	1253	1254	1255	Total
Juventude ⁴¹	4	1	-	-	-	-	-	5
Juvenil	1	-	-	-	-	-	-	1
Jovens	1	-	-	-	-	-	1	2
Garotada	5	-	-	-	-	-	1	6
Estudantes	2	4	1	-	2	1	4	14
Estudantis	2	-	-	-	-	-	1	3
Alunos	1	-	-	-	-	-	1	2
Adolescentes	2	1	-	-	1	-	-	4
Secundaristas	3	1	1	-	-	-	-	5
Normalistas	1	-	-	-	-	-	-	1
Meninos	2	-	-	-	-	-	-	2
Meninas	2	-	-	-	-	-	-	2
Colegiais	-	-	-	1	-	-	-	1
Pessoas	-	6	2	-	4	2	-	14
Povo	-	8	2	2	-	3	7	22
Cidadãos	-	2	1	-	-	-	-	3
Brasileiro	-	1	1	1	-	-	2	5
Multidão	-	-	2	1	2	-	2	7
Nação	-	-	2	-	-	-	-	2
Classe média	-	-	1	-	-	-	-	1
Manifestantes	-	-	1	-	-	-	2	3
Manifestações	-	-	-	1	2	4	-	7
Popular	-	-	-	-	-	1	-	1

Fonte: Revista *Veja* (1992) edições 1248 a 1255.

Segundo salientamos, os termos ligados aos *jovens*, *juventude* ou *juvenil*, sempre que apareceram nas reportagens o fizeram de forma indireta ou como fala de terceiros. A edição 1248, dedicada exclusivamente aos jovens em protestos, empregou a denominação *juventude* somente quatro vezes em toda a reportagem, enquanto *garotada* foi empregada cinco vezes. Outras oito palavras foram aplicadas para substituir alguma referência em que caberia o uso

⁴¹Os temas relacionados à *juventude*, *juvenil* ou *jovens* sempre aparecem de forma secundária. Ou seja, não são empregados diretamente pela *Veja*, mas atribuídos a um interlocutor ou como referência à fala de outro.

dos termos ‘jovens’ ou ‘juventude’. São elas: *Estudantes, Estudantis, Alunos, Adolescentes, Secundaristas, Normalistas, Meninos, Meninas*. O título dessa reportagem foi “Alegria, alegria: enquanto os governistas trocam favores, com humor e objetividade a rebeldia adolescente toma as ruas pedindo a saída do presidente” (VEJA, 1248, p. 18) e teve seis páginas dedicadas aos protagonistas dos protestos, que foram utilizados de forma generalizada ao longo de toda a reportagem, que não explicitou o quê e a quem exatamente estava se referindo no texto jornalístico.

Conforme o quadro 1, as demais palavras que aparecem na reportagem ressaltam que esses termos utilizados para a edição 1248 - repetimos: Estudantes, Estudantis, Alunos, Adolescentes, Secundaristas, Normalistas, Meninos, Meninas - são generalistas, pouco conclusivos e meio esvaziados de seu sentido político e social. No entanto, a *Veja* manuseou fotografias para conferir sentidos a elas, estipulando que seu leitor as associasse com as imagens de jovens em protesto que ela empregou como forma de dar veracidade à realidade que o texto jornalístico procurava representar: uma forma encontrada de mostrar que a juventude participava, mas sem dizer nada de significativo ou mesmo se referir diretamente a ela.

A estratégia de ocultar mostrando auxiliou a revista na fabricação de um discurso em que as juventudes não aparecem. Por isso elas foram adjetivadas, genericamente, de *estudantes*. No universo das edições analisadas e conforme ainda os dados contidos no quadro 1, o termo *movimentos sociais* não apareceu nenhuma vez. No âmbito das ações dos vários grupos sociais em protesto, cujas manifestações foram numericamente significativas contra o presidente em 1992, um meio de comunicação com o prestígio da *Veja* não fazer uma referência aos movimentos sociais organizados, como o estudantil, mesmo com imagens destacando grande número de jovens nas passeatas, é, para dizer o mínimo, contraditório e indicativo da intencionalidade de ocultar sua presença no discurso sobre os protestos.

A maior parcela de participantes presentes nas imagens destacadas nas reportagens foi simplesmente denominada de *estudantes*, o adjetivo utilizado para caracterizar os jovens. Tanto que o termo apareceu quatorze vezes nas sete edições das revistas. A qual jovem estudante a revista se referiu várias vezes? Conforme o censo escolar do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nas séries estatísticas e históricas de 1980/2000, a taxa líquida de escolarização por níveis de ensino no ano de 1991 foi de 83,8 para o Ensino Fundamental; no Ensino Médio, que atende mais diretamente o público juvenil, a taxa foi de 17,6 (MEC/INEP, 1980/2000).

É possível inferir, portanto, que o jovem estudante era parcela pequena da população e, dadas as condições sociais desiguais no país, somente membros de famílias de classe média e alta conseguiam manter-se estudando. A redução significativa que ocorreu do Fundamental para o Médio é indicativa de, no mínimo, duas situações: uma é que tal distância pode ser oriunda das condições sociais, nas quais a desigualdade de acesso e permanência retiram muitos jovens da escola; a outra, associada à primeira, é que esses sujeitos, em função das condições objetivas e concretas, parcela deles pode estar trabalhando e não estudando.

Assim, dizer que são jovens estudantes, mas não especificar o grupo social de que fazem parte é distorcer a realidade além de estigmatizá-los no viés da classe média, entendendo a juventude como igual e, por conta disso, em momento de fruição, em tempo para os estudos e em preparação para a vida adulta. É uma visão contraditória sobre as juventudes no país: definir os jovens em protestos como estudantes é não considerar a diversidade das condições vivenciadas e enfrentadas por eles no cotidiano, principalmente das grandes cidades.

Portanto, no que diz respeito as juventudes esboçadas nessas reportagens, a *Veja* foi tendenciosa, generalista e distante da realidade social da maioria desses agentes.

Na perspectiva de fabricação da realidade, o quadro 1 mostra ainda uma simetria entre as reportagens em que aparecem algo sobre os protestos e os manifestantes, pois, nas sete edições marcadas, a palavra *povo* só não foi utilizada nas edições 1248 e 1253. Entretanto, nessa última, apareceu a palavra *pessoas* quatro vezes. De maneira que a *Veja* foi trabalhando um leque de palavra diferentes, mas que designavam sentidos semelhantes. Outro indicativo de intencionalidade aparece quando se observa, no mesmo quadro 1, o fato de a palavra *povo* ter sido empregada vinte duas vezes, seguida pela de *pessoas* com quatorze. Somente na edição 1249, a palavra *pessoas* foi utilizada seis vezes, enquanto *estudantes* apareceu quatro.

Outro grupo de palavras empregadas nas sete edições foi *multidão* e *manifestação* e, ainda que a designação não tenha aparecido em todas, novamente eles são termos generalistas, com pouca precisão de sentido social e, sobretudo, ideológico. Mas, o contrário também ocorreu, ou seja, palavras com sentido mais direcionado, específico e com impacto político, social e ideológico balizado, apareceu poucas vezes. É o caso das palavras *cidadão*, *jovens* e *classe média*: a primeira com três utilizações, a segunda com duas e a terceira com apenas uma em todas as sete edições.

Portanto, esses elementos nos auxiliam a compor um mote discursivo para a linguagem jornalística em que certos termos foram mais empregados que outros nos textos das sete edições da *Veja*. A revista, como já se relevou, segue uma linha de editoração que

controla o trabalho dos jornalistas. Assim, há uma intencionalidade de controle na linguagem por meio do discurso a ser fabricado sobre os protestos de jovens no ano de 1992.

As palavras ou termos carregados de um sentido político, social e intelectual muito forte foram preteridas no texto das reportagens - é o caso de *juventude*, *movimentos juvenis*, seus sinônimos ou derivados - e substituídas pelas que retirassem do texto uma possível carga de teor político mais combativo ou que as vinculasse com as entidades representativas de classe, como o movimento estudantil, permeado por jovens com ideias de mudanças amplas no campo da política econômica, que freassem a expansão neoliberal, e não apenas pela saída do presidente da República.

Ocorreu, dessa maneira, um processo de negação da juventude por parte da revista e, junto com esse processo, adveio também a negação da própria realidade, pois a concepção de jovens trabalhado pela linguagem jornalística nas reportagens não condiz com as condições objetivas e concretas vivenciadas por milhares deles no país e menos ainda com aqueles que estiveram à frente das manifestações a favor do *Impeachment*.

Nas sete edições analisadas, a *Veja* não trabalhou com a categoria 'carapintada', muito utilizada pelos meios de comunicação comercial no período e uma outra forma de estigmatizar e padronizar as juventudes. Seguiu em outra direção e preferiu a denominação *estudantes* para caracterizar a juventude em protesto que ela fabricou a partir de uma narrativa sobre a ação desse grupo social. .

Assim, o trabalho jornalístico da revista na cobertura do processo de *Impeachment* fez com que o falso se passasse por verdadeiro e aceito como legítimo. Reside nessa ação o arbitrário cultural e a imposição de algo distante aos grupos sociais como legítimo, numa espécie de movimento do invisível visível. Ou seja, eles estão presentes e materialmente cravados, portanto, visíveis na intencionalidade da linguagem empregada, mas nem sempre aparecem de forma explícita, pois o modo de ser do jornalismo no espaço social se apresenta como legítimo e, a depender do prestígio adquirido, torna o visível invisível, faz o falso se passar por verdadeiro e os interesses de uns como sendo os da maioria do povo.

Em tais condições, conforme os interesses particulares da *Veja*, o resultado do *Impeachment* de 1992 somente poderia ser conforme ela descreveu e seguindo sua linha discursiva: que a vitória foi do povo, uma vez que "a queda de Collor foi decidida nas ruas. Com indignação, sede de justiça e alegria, as multidões deram um basta a todo o abuso" (VEJA, 1992, p. 22). O contraditório é que, mesmo com a saída do presidente, os abusos permaneceram invisíveis e visíveis na estrutura social intocada pela narrativa midiática, ainda que permanecessem materializados na enorme desigualdade e pobreza da população

brasileira. Porém, com força suficiente para manter os privilégios dos já tão e historicamente privilegiados.

A intencionalidade na socialização é o que atribui sentido aos acontecimentos no espaço social e imputa o caráter educativo das mídias. Desse modo, é inerente ao processo de dar sentido a narrativa a tentativa de petrificação dos resultados obtidos como sendo verdade absoluta. Por isso, o sentido é mais estável, menos mutável ao compor o imaginário social. Por outro lado, o significado é provisório e pode mudar a partir dos processos de ressignificações ocorridos nas relações humanas.

O que a *Veja* fez foi dotar a ação dos jovens em protesto de sentido a partir da narrativa empregada pela linguagem jornalística e, além de permitir-se a intencionalidade, essa foi vinculada aos interesses econômicos de grupos ligados aos ideais defendidos pela classe proprietária. Entretanto, o significado permanece e, conseqüentemente, é passível de ressignificação. Nisso reside a função da educação de que o processo desta pesquisa também faz parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *Veja* proporcionou ampla cobertura aos escândalos de corrupção envolvendo o presidente Fernando Collor no ano de 1992. No entanto, tal cobertura não foi isenta de intencionalidade, porque havia um componente de classe social relacionado à política econômica do governo e, a partir dela, a manutenção da legitimidade e privilégios da classe dominante, uma vez que a saída do presidente era objetivada pela revista, mas o mesmo não ocorria em relação ao seu programa de governo. Desse modo, a *Veja* desenvolveu um tipo de narrativa que escamoteou interesses e não deixou explícita a ação dos manifestantes nos protestos e esse é um aspecto importante do processo de *Impeachment*.

Os protestos contra o presidente Collor foram históricos, devido sobretudo à quantidade de pessoas que foram às ruas demonstrar sua contrariedade. E, nessa, a presença do público juvenil foi significativa e um ponto distintivo na caracterização desses protestos: a alegria, a irreverência, as brincadeiras e as músicas foram demonstradas pelos jornais da época.

Pelo menos em São Paulo e Rio de Janeiro, essa presença juvenil foi bastante evidenciada e outras imagens mostraram também a presença desse público em outras partes do país. No entanto, a revista *Veja*, direta ou indiretamente, não fez referência a esse grupo nas matérias que escreveu. É como se as juventudes fossem ocultadas pelas reportagens, o que dificultou a pesquisa, pois fica difícil falar de juventude a partir da revista que não a discutiu nos movimentos em 1992. As imagens que ela empregou projetam e negam as juventudes. Destitui o seu sentido e significado político, da mesma forma que fez com a utilização do termo povo.

Assim, se começamos a pesquisa pensando em falar dos jovens na revista *Veja*, acreditando que ela ressaltaria sua presença e participação nos movimentos, vamos finalizá-la constatando que ela usou, intencionalmente, essa categoria, justamente para descaracterizar os jovens, mostrando uma concepção de movimento em que sua participação foi abordada de forma secundária, homogeneizada e restrita, destacando a saída do presidente Fernando Collor como o seu único objetivo (e dos demais manifestantes). Desse modo, saímos da tese com outra perspectiva, pois apreender esses agentes sociais nas reportagens construídas pela revista se tornou bem mais complexo e desafiador.

Os jovens na narrativa desenvolvida pelas reportagens da revista se constituíram sujeitos ocultos, embora não necessariamente ausentes. Isso pelo fato de que, visíveis a partir das imagens que denotavam sua presença nos protestos, foram ocultados pela linguagem

jornalística materializada na escrita dos textos das reportagens. Essas, por sua vez, nada de significativo falaram sobre os jovens presentes nas manifestações de rua.

Assim, não se pode afirmar que a revista negou a participação dos jovens, o que não poderia fazer sob o risco de perder a sua legitimidade a partir da alteração explícita da realidade, visto essa participação ter sido marcante nos movimentos de 1992. No entanto, a *Veja* não disse quem era esse sujeito e o que pretendia. Preferiu recorrer às imagens visuais que representavam jovens em atos de manifestação, mas sem a devida descrição, menção ou qualquer tipo de referência no texto da reportagem. Assim, entende-se que a revista *ocultou mostrando* a ação dos jovens. O jovem esteve presente, era visível sua participação a partir das imagens trabalhadas, mas sem referência ou explicação a respeito delas, conforme já destacado.

A não explicitação dos jovens nas reportagens configura a intencionalidade sempre presente na fabricação da notícia, mas não facilmente visível, o que impõe a necessidade de repetir, a todo o tempo, o seu caráter de neutralidade e isenção. Devido à legitimidade e prestígio adquiridos, os meios de comunicação passam a se colocar não somente como parte essencial do modo de ser dos grupos no espaço social, mas, em algumas situações, chegam a se confundir com o próprio espaço social, como se esse não pudesse existir sem a sua atuação. Essa ação legítima, faz o falso passar por verdadeiro.

O ocultamento das juventudes nas reportagens, inclusive operando com termos que não as definem e nem as fixam para o leitor, ficou ao encargo das fotografias manuseadas para a fixação da presença dos jovens para o leitor. Entretanto, a leitura dessas imagens sempre ocorre de forma muito pessoal e subjetiva, de leitor para leitor, desde que a revista não disse o que ela entendia por jovens em protestos. Ou seja, é possível inferir que a *Veja* não trabalhou diretamente as juventudes nas suas reportagens, ainda que elas estivessem presentes por meio das imagens. Seu entendimento ficou na conta do leitor, o que pode ser vago e distinto, na medida em que a interpretação da leitura se relaciona com os elementos do universo cultural daquele que lê.

Na perspectiva dos resultados da pesquisa realizada, podemos inferir que, com a tentativa de ocultamento, as juventudes esboçadas ficaram distantes da realidade e das condições objetivas e concretas em que esses agentes sociais estavam inseridos naquele contexto histórico. Há, na sua narrativa, a tentativa de descaracterização do sentido político que o termo juventude, parte integrante do povo, historicamente possui no país. E o ocultamento foi uma das formas utilizadas para isso.

Como o ocultar, no sentido de não revelar, não demonstrar, disfarçar, dissimular é diferente de não mostrar, seria incoerente dizer que a *Veja* deixou de mostrar os jovens nos protestos a favor do *Impeachment*. Mas é coerente dizer que ela disfarçou, dissimulou, desobrigou-se de falar, direta e objetivamente, dos jovens e isso foi uma escolha na fabricação das notícias. Seguiu o caminho de sua linha de editoração, que considerou o melhor conforme os interesses de classe. E fez com uma perspicácia e sutileza de dissimulação capaz de fazer acreditar que os jovens estiveram presentes em cada reportagem realizada.

Assim, a perspectiva do ocultar mostrando foi crucial para compreendermos o que se passa na fabricação da notícia. As imagens utilizadas, por mais que sejam expressão de uma parte do real, também possuem limitações e podem, dependendo do objetivo com que são olhadas. Mostrar exatamente o contrário do que se esperava que ela representasse. Ou seja, a perspectiva de uma juventude historicamente combativa, politizada, deu lugar a um movimento ordeiro, descaracterizado de viés político e ideológico, porque, segundo a narrativa da *Veja*, os manifestantes almejavam a moralização na política e essa seria alcançada com a saída do presidente.

Ressaltar os escândalos de corrupção e vinculá-los ao presidente Fernando Collor era uma estratégia até facilitada pelo rumo que tomaram as investigações. A manutenção na fabricação da notícia de uma característica uniformizadora das juventudes foi outra estratégia que se manteve para a ocultação da ação dos jovens, da sua diversidade e da não referência às entidades representativas a que estavam vinculados. As críticas e contradições na política econômica excludente do governo não poderiam ser mostradas. Parecia residir nisso o temor da *Veja* aos jovens. Daí, a opção por termos, como *estudantes, colegiais, povo* etc., que são até mais representativos do que juventude, mas naquele contexto histórico, seu significado político foi suprimido. Ocultar os jovens e o que ele podia representar exigia uma maquinaria sofisticada de que a revista dispunha, tanto que conseguiu ocultar mostrando.

Esse ocultamento constituiu em um desafio à análise realizada. No entanto, ela abriu possibilidades para novas pesquisas, pois a quantidade de imagens utilizadas merece tratamento específico a partir de estudos iconográficos, dadas a sua amplitude, quantidade, importância e facilidade de acesso. As imagens foram de fundamental importância para o estudo empreendido e compuseram a sua base de dados, ainda que não por essa via iconográfica. Portanto, reconhecendo o potencial que possuem, sobretudo no interior da revista, elas podem ser trabalhadas de forma mais específica, constituindo a base principal para um trabalho posterior.

Nesse sentido de pesquisas posteriores, cabe relevar dois aspectos. O primeiro deles é o quanto a revista constitui uma fonte de significativa importância e com grande e diversificada quantidade de material a ser investigado: textos, imagens, inclusive de acontecimentos históricos importantes, propagandas etc., que podem ser explorados por vários campos do saber. Sua história, legitimidade e prestígio no campo jornalístico, vinculados aos interesses de classe que ela atende, a maquinaria de que dispõe para a fabricação da notícia, dotam-na da capacidade de entrar em espaços e grupos bastante restritos.

Em alguns casos, essa característica interfere na qualidade e/ou na exclusividade do material que dispõe em suas páginas. Ao longo de 52 anos de história, desde sua fundação em 1968, a revista *Veja* acompanhou eventos e acontecimentos importantes nas mais diferentes partes do globo e, especialmente, no Brasil, e essa história e trajetória de atuação estão intimamente relacionadas com o segundo aspecto: a possibilidade de acesso a todo esse material, melhor dizendo, ao acervo total em sua versão digital, que se encontra disponibilizado para o assinante. E, sabe-se, ter acesso ao material é crucial para o desenvolvimento de qualquer atividade de pesquisa. E se somam a isso o prestígio e a legitimidade adquirida ao longo dos anos, ainda que a narrativa que produza sobre a realidade seja passível de questionamento. Mas essa característica é mais uma temática para a pesquisa. Ou seja, a forma de abordagem não pode fazer com que a revista seja negligenciada como objeto, fonte ou temática. No atual cenário de importância adquirida pelas mídias de modo geral, elas têm sido instrumentos de formulação de tendências, modelos e regras sociais.

Nessa direção, os seus conteúdos e linguagens exploram novas sensibilidades, auxiliam na composição de *habitus* e, a partir daí, nas leituras de mundo, provocando mudanças na percepção e estimulando processos de aprendizagem - onde reside o caráter educativo das mídias de modo geral e da revista *Veja* em especial. A importância dada a determinados assuntos provoca consensos, induz a resultados, geralmente vinculados a interesses de classe, mas que, sob o velo da neutralidade, aparecem como legítimos e isentos de intenções, como se fossem a opinião pública quando elas ainda não existem.

A limitação, por outro lado, abre a possibilidade de pensar sobre quais seriam os interesses por detrás do ocultamento dos jovens e suas entidades representativas na revista. Uma conclusão a que se chegou foi a de que as entidades representativas faziam uma crítica mais contundente às medidas econômicas excludentes do governo Collor. E a recepção disso, pela interpretação da revista acerca da crise política, não encontrava ressonância. Logo, a melhor estratégia seria o ocultamento das entidades e daqueles a elas vinculados. Mesmo

sabendo da legitimidade e importância histórica das entidades representativas de movimentos sociais.

Assim, sem poder negar a participação dos jovens nos protestos, pois configuravam uma grande e inegável presença, a *Veja*, intencionalmente, nada falou de significativo sobre as juventudes ou que as pudesse vincular ao aspecto político e histórico. Daí que a revista tenha passado delas uma representação uniformizada, caracterizando-as como *colegiais*, *estudantes*, *adolescentes* e não, precisamente, *jovens*.

Essa intencionalidade aparece de forma mais sutil nas reportagens e exige atenção e cuidado teórico para percebê-la. Mesmo na edição 1249, dedicada, exclusivamente, a falar sobre o público que mais chamava atenção nos protestos, os jovens, e que apresentou como título de capa Anjos Rebeldes, acompanhado da imagem de jovens em movimento que insinua estarem em ato de protesto, nada de significativo interessou à revista destacar. Sequer o termo *jovens* ou *juventudes* foram utilizados para caracterizá-los. Mas associou, ao máximo, nessa edição, o motivo da ação do que ela destacou como sendo “estudantes com o descontentamento com os atos do presidente”.

O termo ‘*Caras pintadas*’ que, segundo Rodrigues (1997), foi uma fabricação da mídia, também não teve referência por parte da revista em nenhuma das edições analisadas. Ora, sendo ou não fabricação midiática, o termo ‘*Caras Pintadas*’ foi muito utilizado, praticamente um sinônimo dos movimentos juvenis no processo de *Impeachment* de 1992. Ficou no imaginário social como expressão das manifestações.

Assim, parece residir nesse ocultamento uma narrativa em defesa dos interesses da classe detentora dos meios de produção e a manutenção dos privilégios para o grupo ao qual ela se vincula. Demonstra ainda a tentativa de escamotear as divergências de interesses presentes na estrutura social. A realidade pintada pela revista é isenta de desigualdades. Os jovens são todos estudantes, o objetivo das manifestações era única e exclusivamente a saída do presidente. A interpretação da realidade na revista *Veja* denota a intencionalidade de sua narrativa construída e coloca em xeque a tão decantada neutralidade que os meios de comunicação comercial têm a necessidade de repetir constantemente, justamente como forma de fazer passar o falso como verdadeiro.

Entretanto, essa perspectiva não é novidade na fabricação da notícia, pois é um *modus operandi* dos meios de comunicação, sejam eles televisivos ou impressos. As escolhas que se produzem no interior desses espaços são escolhas sem sujeitos, visto que elas giram em torno da audiência e não necessariamente daqueles que consomem a notícia.

Os ajustes que fazem são mais em função do concorrente, de tal modo os consumidores se constituem em agentes passivos nesse processo. As notícias não são neutras ou isentas de objetivos, mas também não podem ser uma informação qualquer, mas aquela que vende. Por isso a busca constante pelo furo passar longe do interesse de bem informar. A notícia tem de ser aquela que pode ser bem vendida. Daí resulta a preocupação de Bourdieu (1997) sobre o fato de a mídia se constituir em instrumento de opressão simbólica.

O prestígio e a legitimidade adquiridos auxiliam esse processo, isto é, isentam de suspeitas e escamoteiam os interesses particulares do processo. A *Veja* exerceu uma opressão simbólica ao se colocar não como intérprete da realidade, mas a que exerce o direito de fabricar a própria realidade. Ditou rumos, normas, regras e, sobretudo, o que teriam sido as manifestações e protestos a favor do *Impeachment* de 1992. Nisso reside também o seu caráter educativo, pois dado o seu prestígio, a sua suposição do que teria sido o Fora Collor constituiu a verdade sobre o evento para a grande maioria da população e não uma versão a partir do que teria ocorrido segundo a revista enquanto meio de comunicação.

Por outro lado, o trabalho que desenvolvem de informar - sendo a informação de extrema importância em um mundo onde as transformações são muito rápidas - faz da mídia um campo essencial e uma instituição socializadora: seu caráter e função educativos passam a ser inegáveis.

Afirmar que a ação dos jovens em 1992 foi pré-programada é, simultaneamente, negar a existência do *habitus* por meio do qual os jovens fazem suas escolhas, que não são nem totalmente livres nem totalmente determinadas. É negar a existência do espaço social e de todos os elementos que o encampam. É entender a juventude como homogênea e ausente de vontade própria, estabelecendo-a tutelada, limitada e dirigida para fins que atendam os interesses de grupos distintos que utilizam o arbitrário cultural e a violência simbólica para manutenção das relações desiguais entre estado e sociedade através de uma democracia limitada e também tutelada que não permite a ação efetiva dos agentes sociais no seu espaço.

No entanto, é preciso compreender que eram os interesses próprios de um grupo, classe ou fração de classe, por trás da revista, que estavam sendo veiculados e constituindo um arbitrário cultural, ou seja, a imposição dos interesses de uma classe ou grupo social ao restante da sociedade como algo legítimo e, conseqüentemente, positivo e benéfico para toda a sociedade, configurando ainda um processo de violência simbólica realizado pela mídia de modo geral e, mais especificamente, no caso em análise, pela revista *Veja*. Seus interesses de classe são perceptíveis, ainda que muito bem escamoteados.

Não menos diferente foi a ação da revista nas reportagens veiculadas após a vitória de Collor nas eleições e nos posteriores escândalos de corrupção no seu governo, que culminaram no processo de seu *Impeachment*. A partir do momento em que ganharam força os movimentos contestatórios, pedindo a sua saída, a *Veja* assumiu uma postura diferenciada. Passou a desconstruir a imagem positiva que havia feito no período da campanha eleitoral, sem, no entanto, assumir o *mea culpa* de tê-lo apoiado. Ao contrário, a revista inverteu o seu posicionamento, reforçou a ideia de imparcialidade, colocando-se como defensora dos brasileiros e da democracia.

A revista não mediu esforços: colocou toda sua maquinaria a serviço da fabricação da notícia. Sutilmente, foi imprimindo os seus interesses de classe nas reportagens realizadas. Dialogou como o público à medida que os interesses desse também iam ficando mais explícitos, sem, no entanto, deixar de influenciar, tentar convencer e indicar o melhor caminho a ser seguido pelo povo brasileiro – na afirmativa de que os destinos do país estavam nas mãos desse. A *Veja* atribuiu toda a responsabilidade para quem ela mesma denominou *povo*. Forjou a opinião pública, enfatizando que a saída do presidente era a única saída para o Brasil e utilizou as imagens de manifestantes como endosso.

Em relação à presença do público nas manifestações e protestos, as imagens foram utilizadas como forma de confirmar a veracidade de uma interpretação da realidade fabricada pela revista. Assim, apresentou uma perspectiva distorcida, ocultando e mostrando as ações dos jovens manifestantes nas ruas e praças, mas sem referência direta a nada de significativo a ser destacado. Daí que o sentido atribuído aos protestos e aos manifestantes no *Impeachment* de 1992 tenha sido reducionista e distante da realidade.

A revista *Veja* recusou-se a chamá-los de jovens e, ao destacar as imagens em que eles apareciam, além de ocultar mostrando, mantinha a perspectiva de imparcialidade para o leitor. É nessa forma de fabricar a notícia, nessa sutileza em fazer o falso passar por verdadeiro que reside o prestígio dos meios de comunicação. E esse prestígio vem da importância atribuída à informação num mundo em constante transformação como o atual, fazendo da notícia uma necessidade premente e colocando os meios de comunicação em destaque. Nessa atuação, reside o caráter educativo dessa mídia, pois, como legítima, aquilo que faz assume proporção grandiosa, tem forte impacto na vida das pessoas, modifica comportamentos, gera *habitus*, impõe imagens, forja perspectiva de leitura de mundo. Exclui, segrega e também oculta mostrando.

Nesse sentido, mais que formar para o consumo em seu sentido *stricto sensu*, tal formação se dá em seu sentido cultural mais amplo de formar para o mercado, para as

relações de poder que tornam os sujeitos, porém não ameaça ao status quo instituído. Mas, apenas a uma luta pontual, o *Fora Collor* e não as contradições que a materializam e dá força a ação dos agentes no espaço social.

Ademais, o fato de as pessoas absorverem de forma diferenciada as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação coloca a necessidade de pensar não exatamente sobre o que os meios de comunicação proporcionam ao espectador, mas o que as pessoas fazem com a mensagem recebida (BARBERO, 2015). As mídias, como uma nova matriz de cultura, também se colocam como uma agência socializadora clássica, ao lado da escola, da família e do Estado. A cultura é inerente à ação humana e faz parte também do processo de reprodução das futuras gerações.

Enquanto sistema simbólico, a cultura se constitui em veículo de sentido, a lente pela qual se lê o mundo. Nesse universo de sentidos, o discurso que conseguir maior legitimidade será o que obterá mais adeptos e, conseqüentemente, mais lucro e isso tem peso no mercado, pois está associado à audiência ou à venda de exemplares. Desse modo, o significado dos discursos proferidos não surge das coisas em si, mas dos jogos de linguagens e dos sistemas classificatórios e hierárquicos nos quais residem aqueles que emitem e encontram pessoas dispostas a ouvi-los.

É um mundo de sentido que vai sendo criado e, nele, um senso de aceitabilidade, uma ação pedagógica legítima e legitimada se forma pela ação da linguagem, que somente funciona dentro de determinado universo cultural. E nesse, as condições de aceitabilidade vão sendo construídas e encontram ressonância na audiência. A aceitabilidade faz com que ter informação se converta, no mercado simbólico, em algum tipo de rentabilidade.

Portanto, sendo bastante aceita, a revista *Veja* adotou um posicionamento, fez o seu discurso, transmitiu sua mensagem, repassou a informação para seu público e materializou-se na linguagem escrita. Com o advento da tecnologia e da capacidade de armazenamento e conservação, a mensagem se petrificou e, em função disso, pode ser acessada e transmitida para a posteridade. Isso faz de todas as mídias fonte documental de pesquisa quase imprescindível. Daí, pois, difícil compreender as ações e o comportamento humano sem as interferências culturais das mídias. No entanto, elas precisam ser questionadas, tensionadas naquilo que fazem, como fazem, o que produzem, o que transformam ou como fabricam a realidade.

O uso das imagens serviu à *Veja* como forma de comprovar a histórica participação dos jovens nos protestos, visto não ser possível negá-la. Porém, apresentou uma visão homogeneizada desses jovens, reduziu seus objetivos para tão somente a saída do presidente,

ignorou as entidades representativas de classe presentes no movimento bem como suas reivindicações históricas das quais os jovens do movimento estudantil compunham parcela importante e tratou-os como estudantes, secundaristas, mas não como agentes sociais com anseios e perspectivas distintas.

O destaque que a revista deu ao tema proposto para nossa análise aparece nas matérias de páginas com descrição sobre os jovens, mas não necessariamente sobre o movimento por eles encampado. E quando se refere ao coletivo é com a denominação de povo.

Para finalizar, foi possível constatar ainda que a ação da revista *Veja* no processo de cobertura da crise política envolvendo o governo de Fernando Collor e a participação de manifestantes nos protestos de rua em favor do *Impeachment*, onde a presença dos jovens foi inegável, apresenta uma narrativa idealizada em relação ao fato histórico, pois que apresentada sem o devido cunho político e social. Portanto, distante das condições objetivas e concretas vivenciadas por milhares de jovens no país.

De outro lado, quando conveniente aos interesses de sua classe, a revista atribuiu aos participantes, por ela denominados *povo*, ainda que sem o sentido político, a total responsabilidade pelo resultado do processo enfrentado pelo presidente, junto dos parlamentares, que, ainda segundo ela, apenas atenderam os interesses das ruas e, conseqüentemente, desse mesmo povo. Nesse processo, os meios de comunicação de modo geral e a revista *Veja* em particular teriam efetivado apenas a função de contribuir para o fortalecimento da democracia no país, noticiando e relatando os fatos ocorridos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Apolinário et al. (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 61-78

ALPIZAR, Lydiá; BERNAL, Marina. Construção Social da Juventude. In *Jovens Feministas de São Paulo* – União de Mulheres de São Paulo. São Paulo: REDLAC, 2002.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. RJ: Edições Graal.

ALVES, Natália. *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa: EDUI&DCE, 2008.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 1. ed., 10. Reimpr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Flávio Anício. A formação do “cidadão-trabalhador”: educação e cidadania no contexto do “novo industrialismo”. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 59-78

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed., 10. Reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

AQUINO, Luseni Maria C. Juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, J. A. AQUINO, L. M. C. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, Ipea, 2009.

BARBERO, Jesus Martín. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 7. ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

BARKER, Colin. O movimento como um todo: ondas e crises. In: *revista outubro*. Tradução de Avaro Bianchi. n. 22, 2º semestre de 2014.

Burke. Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

_____. A opinião pública não existe. In: *Questões de sociologia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

_____. PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

_____. PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Tradução de Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

_____. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras Lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo, Brasiliense, 2007.

BRINGEL, Breno. Ciclos de protestos e lutas estudantis no Brasil. In: *Revista Perspectiva Histórica*. n. 2 jan/jun., 2012. p. 29-44

CACCIA-BAVA, Augusto; COSTA, Dora Isabel Paiva. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BRAVA, Augusto; PAMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles (Orgs.). *Jovens na América Latina*. Tradução de Augusto Caccia-Bava. São Paulo: Escrituras Editoras, 2004. p. 63-114.

CALDAS, Paulo Cirne. *Da contestação ao consumismo: a trajetória da cultura jovem nas páginas da revista Veja (1968/2006)*. (Tese Doutorado), Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, 2007.

CARVALHO, Rodrigo de. *A era Collor: da eleição ao Impeachment*. São Paulo: Fundação Mauricio Gabrois: Anita Garibaldi, 2012.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Processo de subjetivação da juventude na contemporaneidade: uma ação política em tempos de não política. In: GUIMARÃES, M. T. C.SOUSA, S. M. G. (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*. Goiânia: Editora da UFG: Cânone Editorial, 2009.

COÊLHO, Ildeu M. Filosofia, educação, cultura e formação: uma introdução. In: COÊLHO, Ildeu M. (Org.). *Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás. p. 15-27

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORBUCCI, Paulo Roberto (et al). Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A. AQUINO, L. M. C. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, Ipea, 2009.

- COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 75-88
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n.80, set. 2002. p. 168-200
- DIAS, LuisAntonio. *A geração cara-pintada: a participação dos jovens no processo de Impeachment*. (Tese Doutorado), Assis, SP: Universidade Estadual de São Paulo, 2000.
- DIDONET, Vidal. Creche: a que veio... para onde vai... In: *Em aberto*. Brasília, v. 18, n. 73, jul. 2001. p. 11-27
- DOURADO, Luiz Fernandes. A configuração da Secretaria Municipal da Educação de Goiânia-GO, na década de 80. In: *Inter-Ação*. Revista da Faculdade de Educação da UFG, n. 1/2 jan/dez., 1994. p. 47-63
- DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio (Orgs.). *Reformas do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- DUARTE, Aldimar Jacinto. *Jovens urbanos da periferia de Goiânia: espaços formativos e mediações escolares*. Curitiba: CRV, 2017.
- FERREIRA, Liliana Soares. Discurso em análise na pesquisa em educação: concepções e materialidades. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 25, p. 1-18, 2020.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. 1. ed. 1. Reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.
- FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- FREDERICO, Celso. *Quarenta anos depois*. Política Democrática (Brasília), Brasília, v. nº 10, p. 84-96, 2004.
- GALINDO, Bruno. *Impeachment: à luz do constitucionalismo contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2016.
- Gaskell, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. 7. Reimp. Editora da Unesp, 1992. p. 237-271
- GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: GENTILI, Pablo. (Org.). *Pedagogia da exclusão; crítica ao neoliberalismo em educação*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. 228-252
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1965)*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIARDO, Felipe. Sobre la juventud: nociones y discusiones. In: DÁVILA, Oscar. *Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes*. Centro de Estudios Sociales (CIDPA). Valparaíso: IBASE Y PÓLIS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *Movimentos sociais e educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5).

GONZAGA, E. ; GOMES, Suely. Shopping center, subjetividade e exclusão social. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 2009, Curitiba. Anais do IX Congresso Nacional de Educação - Educere. Curitiba: Puc/PR, 2009. p. 1-15.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 5. Edição e Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Co-edição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

_____. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

_____. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

_____. *Escritos Políticos*. Volume 2. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XIX: desafios da pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 279-298.

Gropo, Luís Antonio. *Introdução à sociologia da juventude*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

_____. As passeatas pelo *Impeachment* em 1992 e os jovens “*Carapintadas*”. In: GROppo, Luís Antonio; FILHO, Michel Zaidan; MACHADO, Otávio Luiz. (Orgs.). *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora da UFPE, 2008. p. 39-52.

GUIMARÃES, M. T. C. SOUSA, S. M. G. (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*. Goiânia: Editora da UFG: Cãnone Editorial, 2009.

_____. *Introdução à teoria e ao método em ciências sociais e educação*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 26. reimpr. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

- HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- _____. O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea? In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 36-48
- _____. A revolução cultural. In: *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 314-336
- HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Editora da CLASCO e Expressão popular, 2006. p. 421-430.
- ISLAS, JoséAntonio Perez. Juventude: um conceito em disputa. In: CANEZIN GUIMARÃES, M. T. SOUSA, S. M. G. (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*. Goiânia: Editora da UFG: Cânone Editorial, 2009.
- JEINKINS, Keith. *A história repensada*. 3. ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2007.
- KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-114
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEÓN, OscarDávila. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: CANEZIN GUIMARÃES, M. T. SOUSA, S. M. G. (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*. Goiânia: Editora da UFG: Cânone Editorial, 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- _____. Escola pública brasileira, um sonho frustrado: falharam as escolas ou as políticas educacionais. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. (Orgs.). *Didática em uma sociedade complexa*. Goiânia, CEPED, 2011. p. 75-95
- LOPES, Joyce Cristine Silva. “Caçador de marajás” e os “caras pintadas”: A participação do movimento estudantil no *Impeachment* de Fernando Collor de Mello através do jornal Folha de São Paulo. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, de 22 a 26 de julho de 2013.
- LUPORINI, Teresa Jussara. Memória e fontes iconográficas: os desafios para a pesquisa em história da educação. In: *Revista Diálogo Educacional (PUCPR)*, v. 1, p. 147-176, 2005.
- MENEZES, Jaileila de Araujo; COSTA, Mônica Rodrigues. “Festa estranha com gente esquisita”: desafios e possibilidades para a participação juvenil. In: MAYOIRGA, Claudia (et al) (Orgs.). *Juventude e a experiência da política contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil dos anos 90: período Itamar Franco. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 05-58.

NOVAES Regina. Prefácio. In: CASTRO, J. A. AQUINO, L. M. C. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, Ipea, 2009.

_____. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Almeida, M. I. & Eugenio F. (Orgs.) *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zarrar, 2006.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividade e identidade juvenis. In: ALMEIDA, M. I. M. EUGENIO, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 7-21.

PINO, I. A lei de diretrizes e bases da educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: Brzezinsk, I. (Org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

PIVA, Otávio. *Presidencialismo sem coalizão: a ruptura do modelo de relacionamento entre poderes no governo Collor*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre: 2010.

POCHMANN, M. Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 7. reimp. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

RODRIGUES, Vera Marisa de Souza. *Carapintadas: estudantes na festa e na política*. (Dissertação de Mestrado), Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil(1930/1973)*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

SALLUM JR., Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O *Impeachment* do presidente Collor: a literatura e o processo. In: *Lua Nova*, São Paulo: 82, p. 82-200, 2011.

SANTOS, Claitonei Siqueira. MENDES, Gardene Leão de Castro. Jovens como agentes sociais e culturais da sociedade contemporânea. In: BALDINO, José Maria; ALMEIDA, Maria Zaneide Carneiro Magalhães de (Orgs.). *Educação e realidade contemporânea*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. (Cadernos de Área, v. 28) p. 75-82

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 12. ed. revista. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea),

SETTON, Maria da Graça. *Mídia e educação*. 1. ed., 2. reimpre. São Paulo: Contexto, 2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A prática tridimensional como mediação do existir. In: *Educação, sujeito e história*. São Paulo, Olho d' Água, 2001. p. 43-65

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. 3.ed. Curitiba: Editora do UFPR, 2007.

SILVA, Carla Luciana Souza. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. (Tese Doutorado), Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense/UNIOESTE, 2005.

SILVA, E. R. A. Andrade, C. C. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A. C. AQUINO, L. M. C. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, Danielly Cardoso. *Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos: a campanha publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975)*. (Dissertação Mestrado), Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2019.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. Tradução de Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de educação*. Jan/Fev/Mar/Abr, N. 13, 2000.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

THOMPSON, Jhon B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALENTE, Maria Paula Rodarte Costa. *Geração Y e individualismo: percepções e adaptabilidade do consumidor frente às mudanças sociais*. (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. I. M. EUGENIO, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 192-200.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Política educacional em tempos de transição (1985-1995)*. 2. Ed. Brasília, Plano Liber Livro, 2008.

_____. O público e o privado nas tramas da LDB. In: Brzezinsk, I. (Org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

WEISHEIMER, Nilson. Marialice Foracchi e a Formação da Sociologia da Juventude no Brasil. BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 77, p. 91-117-117, 2015.

FONTES

- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 972, 22/04/1987.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1020, 23/03/1988.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1079, 17/05/1989.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1091, 09/08/1989.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1097, 20/09/1989.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1103, 01/11/1989.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1106, 22/11/1989.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1107, 29/11/1989.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1108, 02/12/1989.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1109, 13/12/1989.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1217, 15/01/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1236, 27/05/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1248, 19/08/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1249, 26/08/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1250, 02/09/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1251, 09/09/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1253, 23/09/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1254, 30/09/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1255, 30/09/1992.
- Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 1256, 30/09/1992.